

algavias

Raúl Antelo

discursos de nação

inclui o romance

Jerônimo Barbalho Bezerra

de Vicente P. Carvalho Guimarães

ALGARAVIA

Discursos de nação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Alvaro Toubes Prata

Vice-Reitor

Carlos Alberto Justo da Silva

EDITORA DA UFSC

Diretor Executivo

Sérgio Luiz Rodrigues Medeiros

Conselho Editorial

Maria de Lourdes Alves Borges (Presidente)

Alai Garcia Diniz

Carlos Eduardo Schmidt Capela

Ione Ribeiro Valle

João Pedro Assumpção Bastos

Luís Carlos Cancellier de Olivo

Maria Cristina Marino Calvo

Miriam Pillar Grossi

Editora da UFSC

Campus Universitário – Trindade

Caixa Postal 476

88010-970 – Florianópolis – SC

Fones: (48) 3721-9408, 3721-9605 e 3721-9686

Fax: (48) 3721-9680

editora@editora.ufsc.br

www.editora.ufsc.br

Raúl Antelo

ALGARAVIA

Discursos de nação

Inclui o romance *Jerônimo Barbalho Bezerra*
de Vicente P. Carvalho Guimarães

2ª edição revista

© 1998 Raúl Antelo

Direção editorial:

Paulo Roberto da Silva

Coordenação editorial:

Manoel Ricardo de Lima

Editoração:

Paulo Roberto da Silva

Revisão:

Flavia Vicenzi

Letícia Tambosi

Tradução do texto de Daniel Link: *Alai Garcia Diniz*

Ficha Catalográfica

(Catalogação na publicação pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina)

A627a Antelo, Raúl

Algaravia : discursos de nação / Raúl Antelo. 2. ed. rev.
– Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010.

260 p.

Inclui o romance *Jerônimo Barbalho Bezerra* de Vicente P.
Carvalho Guimarães.

Bibliografia: p. 115-152

ISBN 978-85-328-0517-1

1. Ficção brasileira – História crítica. 2. Nacionalismo na
literatura. I. Título.

CDU: 869.0(81).09



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais.

br.creativecommons.org

Sumário

De lá para cá [Prefácio à 2ª edição]	7
<i>Hors d'oeuvre</i> : citar/incitar.....	13
Algaravia.....	15
Nação: noções	17
Artefatos verbais	21
Memória e nação	25
Leitura tropológica e política do romance	37
Controlar o outro e cuidar de si	45
Vidas bárbaras.....	57
Sem nexos anexo ao êxodo	69
No plespaço: sem pátria.....	71
No coespaço: sem amigos?	77
<i>Parialapsus</i> de exílio	81
Cuspes e evacuações.....	85
Sumo, sumiço, sumidouro.....	97
<i>Finis terrae</i> : o pluralismo analítico.....	107
Notas	115
Bibliografia teórica	141
Apêndice.....	153
<i>Jerônimo Barbalho Bezerra</i>	155

De lá para cá

[Prefácio à 2ª edição]

Este livro, defendido, em 1992, como tese de concurso para a titularidade em Literatura Brasileira, na Universidade Federal de Santa Catarina, foi escrito a partir da convicção, nada ingênua, de que a imaginação crítica é uma poderosa máquina simbólica. Nela, marcas, palavras, traços esparsos, significantes, enfim, entram em contato entre si, referem-se mutuamente, saltando literaturas, da portuguesa à brasileira, desta à latino-americana, da oral à letrada e desta, por sua vez, desdobrando-se ainda noutras, traçando cadeias, montagens, idas e voltas, que são espaciais e funcionais mas notadamente temporais. *Algaravia* é um ensaio de anacronismo deliberado. Não busca a nação como forma, mas a nação como processo de metamorfose.

Lembro, a esse respeito, que, anos após ter escrito *O gênero gauchesco*, Josefina Ludmer se propôs escrever um outro livro, composto de três partes, algo assim como uma superação ou potencialização do tratado dos anos 1980. Um *pentimento*. A primeira parte consistiria em uma ficção abstrata sobre os dispositivos verbais com que fora escrito o livro antecedente. A segunda parte seria uma análise da literatura *indigenista* da zona andina e da literatura *antiescravagista* caribenha, complementando, assim, a reflexão anterior, mas valendo-se sempre de um dispositivo de leitura ancorado na noção profanatória de uso dos corpos e uso das vozes, análises essas que complementaríamos sua leitura da *gauchesca*, como os três nós fundamentais da literatura latino-americana. E a última parte seria uma especulação sobre esses três modelos de literaturas latino-americanas, que encenaram, em seus diversos textos, a voz de um corpo usado para a guerra contra o outro. Esse utópico livro seria uma história dos problemas dos sujeitos voltados a escreverem tais ficções, nos marcos sempre evasivos da

multifária nação-estado. Ludmer pretendia analisar nele os dramas de representação do escritor autonomista, tais como gerar subalternidades, falar pelo outro, falar dele e, até mesmo, falar o outro: usar e dar voz ao absolutamente Outro. Tornou-se consciente de que essas literaturas foram escritas quando as respectivas economias regionais entraram no mercado mundial e, portanto, no momento em que o gaúcho, o índio e o negro eram ativos produtores de riqueza, o que obrigaria a situá-los na região, na nação, no território do poder econômico, isto é, na fazenda, na mina, no engenho, atravessados, porém, pelas derivas de forasteiros e escravos fugitivos, sujeitos que cruzariam a cena e que, sintomaticamente, persistem, com força, nos três gêneros. Ludmer até imaginou um título para esse livro impossível: “Gaúchos, índios e negros. Aliança de vozes nas culturas latino-americanas”. E justificou a escolha.

Gênero gauchesco, gênero indigenista, gênero antiescravagista acompanham a história da ideia do nacional-popular; escreveria um capítulo sobre a história dessa ideia estatal. E também acompanham a história da constituição de identidades latino-americanas na relação entre região e nação (outro capítulo estaria dedicado a esta relação). E como não há postulação de identidade sem um trabalho com os tons da voz, sem afeto-música na voz, seguiria na literatura de José Maria Arguedas o que dizem os personagens em quíchua ou em espanhol para poder ver as relações exatas entre as duas línguas-culturas: as relações de tradução, de transcrição, de edição. A chave eram as posições e tons da voz do índio e do negro em conjunção com a escritura; a chave era, outra vez, o tipo de aliança. O livro seria também uma história das alianças – sonhadas, desejadas, postuladas – desses escritores modernos, progressistas (em relação ao estado e à lei), com os outros e suas culturas (com sua voz e sua língua) contra o inimigo político ou econômico.¹

Chegou assim a perceber que a literatura, quando trabalha no entre-lugar de duas culturas, politiza-as de um modo imediato e irreversível, porque funde o político com o cultural e porque

¹ LUDMER, Josefina. *O gênero gauchesco: um tratado sobre a pátria*. Trad. Antônio Carlos Santos, 2002, p. 9.

não há relação, entre culturas heterogêneas, sem política, uma vez que, entre essas duas vozes e culturas, só pode haver guerra ou aliança, e assim os três modelos originários, os gêneros gauchesco, indigenista e antiescravagista, se desdobrariam, como numa fita de Moebius, em outros gêneros, o *Bildungsroman*, a autobiografia, o testemunho e assim por diante. Com o correr do tempo, porém, o desejo de pluralizar o livro originário gerou um livro espectral, algo mais próprio, talvez, de Carlos Argentino Daneri, algo que se dissolveu, finalmente, no ar quando Ludmer percebeu que esse livro já fora escrito, assinado por Fernando Ortiz (mas eu diria, também, por Lezama Lima), por Angel Rama, mas não menos por seu *alter ego* brasileiro Antonio Candido, por Cornejo Polar, mas também por Alejandro Losada, com cuja equipe, por sinal, desenhei um dispositivo semelhante, logo no início de minha carreira acadêmica em Santa Catarina, no início dos anos 1980. “Fui mergulhando na bibliografia desta tradição crítica latino-americana [admite Ludmer, quase vencida pela empreitada] e percebi que o que eu havia imaginado já estava tudo dito, tudo escrito, e que nunca escreveria esse livro”. Por isso resolveu republicá-lo do jeito que fora escrito. Atravessar o fantasma.

Há algo, porém, que compartilho nesse relato de Ludmer. Não a ambição de uma palavra definitiva. E não só porque New Haven não é Florianópolis. Mas, talvez, porque a experiência de *Algaravia* me permitiu acertar a dívida com a literatura, com suas periodizações progressistas, e porque, mesmo na adversidade que sua leitura chegou a suscitar, julguei ver um antídoto, uma força ou sobrevivência, de certa problemática que está aqui contemplada. Por tudo isso, resolvi republicá-lo sem mexer muito nele. É um sintoma de época. Nele está o lado filólogo do autor, visível na paciente transcrição de um romance fundacional, *Jerônimo Barbalho Bezerra*, que até então nenhum crítico historicista, desses que sempre apontam que *Algaravia* não é “literatura brasileira”, que não é literatura autonomizada, tinha se dado ao trabalho de ler, muito menos de torná-lo acessível, ainda que mais não fosse, pelo falto de ser “o primeiro romance histórico publicado no Brasil”, e a despeito da evidente ausência de modelos que guiassem o autor, que a todos julgava impróprios, *estranhos*. Mas estão também o lado genealogista,

que vê a história como carnaval concertado, e o lado desconstrutivo, que aborda a crítica como leitura anagramática, e fundamentalmente diria que está aqui, *in nuce*, o lado anacronista, que passa a perceber que, em última análise, ler é ver.

Algaravia quer ser meu *aleph*. Derivam, portanto, dessa experiência, outros empreendimentos posteriores, como *Maria com Marcel. Duchamp nos trópicos* (Belo Horizonte, Editora da UFMg, 2010) ou *Ausências* (Florianópolis, Editora da Casa, 2009; 2ª edição, 2010). Mas, ainda que posteriores, esses livros são, de algum modo, anteriores a este. Fazem parte do *galimatias* (palavra com a qual Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz traduziram o *charabia* deleuziano, um sussurro oriental a partir do qual nasceu, há tempo, uma forma de ouvir, na esteira de Valéry, a voz do corpo), um *galimatias* que nada mais é do que resgatar a força de pensar o próprio trabalho e a vida nele investida.

Algaravia pensou a nação e pensou o populismo em um momento em que nada disso estava na moda. Escrito sob Collor, Menem, Fujimori e FHC, é republicado, porém, em épocas de Lula, Chávez ou Kirchner.

Seja: acaso temos nós obrigação de pensar uniforme?
Não será livre o homem sequer pelo pensamento?

Carvalho Guimarães – *Jerônimo Barbalho Bezerra*

Relendo hoje, tantos anos passados, esse antecedente da *razão populista* que é *Jerônimo Barbalho Bezerra*, percebo que um argumento sólido, o das armas, convence prontamente o maior incrédulo da vila, e que, mais adiante, os *populistas* cariocas do 1600 afirmavam que aquilo que eles queriam, e o Governador mandaria sem dúvida fazer, *nolens volens*, se tornaria lei. *Nolens volens*, a expressão de Carvalho Guimarães, é um tópico retórico frequentemente transcrito em sua forma poeticamente mais densa e hermética, *velis nolisque*, ditado que se deve ouvir em *plus d'une langue*, como o fez Aby Warburg, para poder captar nele uma causalidade igualmente ambivalente, paralela à da nação.

Analisando, com efeito, o tópico de prender a Fortuna pelos cabelos, enquanto, com a outra mão, se segura, com força, o timão da nave, o controle do Estado, Warburg concluiu que a

essência do símbolo religioso pagão – e a fábula da nação é, sem dúvida, um desses símbolos poderosos – consiste, de um lado, numa causalidade antropomorfa das coisas, criada com o intuito de compreender o devir, que sempre flui de maneira enigmática, como meta decididamente perseguida por uma personalidade supra-humana. E, no entanto, de outro lado, o símbolo lhe permite também ao crédulo confrontar-se, por meio dessa luta, com uma causalidade de sentimentos fundamentalmente humanos e, portanto, contraditórios, descuidando, assim, irreversivelmente, os argumentos de fé, perpetuados pelas preces ou pelo sacrifício. *Velis nolisve* é, portanto, uma expressão derivada do *Kairos*, como suplemento da biologia dos símbolos de expansão capitalista, que mostra o homem ocidental numa condição de crescente insolência com relação ao absoluto.² O próprio Santo Agostinho, em seu tratado *De Anima*, já definira: “*Ad ista te absurda quando de anima cogitas, carnalis cogitatio corporum, velis nolisve, compellit*”, definição sintomática, se a lemos na encruzilhada em que se encontrava o próprio Warburg, tão desassistido, no sanatório de Bellevue, quanto esses homens desarvorados, às voltas com a roda da Fortuna, plasmados na medalha de Camilo Agrippa. Warburg descobria assim, *velis nolisve*, e acima de tudo, *na linguagem*, que a imagem é um *sintoma* que, em última análise, postula que o sujeito é um *resto* e que o desafio, portanto, é aprender a lidar com esse resto que nós somos. Foi essa a convicção que me orientou em *Algaravia*: elevar ao absoluto, e tanto quanto fosse possível suportar, a desterritorialização, num movimento do infinito que suprime todo limite interior, voltando-o sempre contra si, para uma nova territorialidade. Há, sem dúvida, como dizia antes, algo de utópico na empreitada, mas utópico no sentido com que Samuel Butler concebeu *Erewhon*, não apenas um “*No-Where*”, ou Parte-Nenhuma, mas um “*Now-Here*”, ou um Aqui-Agora. *Algaravia* designa, portanto, essa conjunção do pensamento com o meio presente, isto é, por vir.

Raúl Antelo
agosto, 2010

² WARBURG, Aby. *Per monstra ad sphaeram*. Ed. Davide Stimilli. Milano, Abscondita, 2009, p. 13-15.

Hors d'oeuvre: citar/incitar

“On ne peut plus guère distinguer l'autochtone et l'étranger, parce que l'étranger devient autochtone chez l'autre qui ne l'est pas, en même temps que l'autochtone devient étranger, à soi-même, à sa propre classe, à sa propre nation, à sa propre langue: nous parlons la même langue; et pourtant je ne vous comprends pas... Devenir étranger à soi-même, et à sa propre langue et nation n'est-ce pas le propre du philosophe, leur 'style', ce qu'on appelle un charabia philosophique?”³

“Toute oeuvre d'art est un monument, mais le monument n'est pas ici ce qui commémore un passé, c'est un bloc de sensations présentes qui ne doivent qu'à elles-mêmes leur propre conservation, et donnent à l'événement le composé qui le célèbre. L'acte du monument n'est pas la mémoire, mais la fabulation.”⁴

Gilles Deleuze e Félix Guattari – *Qu'est-ce que la philosophie?*

³ “A desterritorialização e a reterritorialização se cruzam no duplo devir. Não se pode mais distinguir o autóctone e o estrangeiro, porque o estrangeiro se torna autóctone no outro que não o é, ao mesmo tempo que o autóctone se torna estrangeiro a si mesmo, a sua própria classe, a sua própria nação, a sua própria língua: nós falamos a mesma língua, e todavia eu não entendo você... Tornar-se estrangeiro a si mesmo, e a sua própria língua e nação, não é próprio do filósofo e da filosofia, seu “estilo”, o que se chama um galimatias filosófico?” (DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo, Editora 34, p. 141.)

⁴ “Toda obra de arte é um monumento, mas o monumento não é aqui o que comemora um passado, é um bloco de sensações presentes que só devem a si mesmas sua própria conservação, e dão ao acontecimento o composto que o celebra. O ato do monumento não é a memória, mas a fabulação.” (DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo, Editora 34, p. 217.)

Algaravia

Algaravia. (Do ár. al-garbi, ‘referente ao Algarve’) S.f. 1. Língua árabe. 2. *Fig.* Linguagem confusa e ininteligível: “Pôs-se a falar, na sua algaravia que a comoção ainda tornava menos compreensível.” (João Alphonsus, *Rola-Moça*, p. 122.) 3. Coisa difícil de perceber.

Novo Dicionário da Língua Portuguesa
de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

Charabia.n.m (mot provenç. empr. à l'esp. **algarabia**. 1ª langue arabe) Langage bizarre, inintelligible; baragouin.

Petit Larousse.

Algarabía, ‘lengua arábiga’, ‘lenguaje incomprensible, jerigonza, ‘griterío confuso’, del ár. **arabîya** ‘árabe’ [...] No es seguro que el fr. **charabia** provenga de esta voz hispánica [...] aunque hay otros casos de transcripción del c arábigo por g romance (vid. ALGARRADA), es probable que en este caso ayudara la influencia del ár. **garbî** ‘occidental’ tanto más cuanto que los árabes de Oriente llamarían ‘**arabîya garbîya**, la hablada en España; comp. **algarabio** ‘natural de Algarbe’, que procede del mismo adjetivo.

Algarivo, ant. ‘extranjero’, ‘desgraciado’, ‘inicuo’, del ár. **garîb** ‘extranjero’, ‘extraño, raro’ derivado de **gârab** ‘marcharse a lo lejos’, ‘ponerse el sol’, **garb** ‘occidente’.

Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana
de J. Corominas.

Nação: noções

Um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais. Aprecia-se a cor local, mas é preciso que a imaginação lhe dê os seus toques.

Nem tudo tinham os antigos, nem tudo têm os modernos; com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum.

Machado de Assis

As conhecidas ideias sobre matéria do “instinto de nacionalidade” mostram um momento de maturidade crítica: a tradição da modernidade latino-americana confunde-se com a constituição de literaturas nacionais entendidas como sistemas fechados e autônomos e, nesse processo, a posição machadiana leva a conceituar o nacional como construção e como problema. Roberto Schwarz mostrou muito bem que o viés nacional, tanto na obra de Machado como na melhor ficção brasileira, nunca é óbvio e pede sempre análise já que “sendo algo constante, e considerada a relativa indiferença aos conteúdos, ele tem de ser descrito como uma forma”.¹ Mas essa descrição, sensível a sua constância intermitente e fragmentada, não pode estudar essa forma com prescindência de desvios e deslocamentos, isto é, dos variados mecanismos de entrelaçamento e negociação entre a forma e a história. Se, acompanhando ainda Machado de Assis, é lícito pensar que a construção da nação corre paralela à construção de uma tradição, não é menos lícito afirmar o contrário: a radical impossibilidade de tomar as ideias de nação e ficção como dados definidos *a priori* e livres de controvérsia. A rigor, os campos da

literatura e do nacional não conhecem fronteiras precisas, podendo, enfim, avançar-se o critério paradoxal da excentricidade como o mais apropriado princípio de definição para a literatura e para o nacional.

Com efeito, conforme uma lógica consequentemente vanguardista, o literário define-se na indeterminação ou, melhor dizendo, sobredeterminação. Trata-se de uma constelação de momentos mutáveis do ponto de vista histórico, o que, se de um lado escapa a limites conclusivos (porque o moderno é *l'inconnu*), de outro lado, porém, transforma a noção de literatura moderna em imperativo categórico da filosofia, já que “*il faut être absolument moderne*”. Essa, que será a ambição maior de Habermas, era, em parte, a tarefa da ontologia do presente que Foucault apresentou como problematização de uma atualidade de que a reflexão mesma faz parte e em relação à qual deve se situar. De acordo com esse raciocínio, toda norma devém antinorma e o literário transforma-se naquilo que espregueia às margens do sistema, nunca o que se estabilizou em seu interior. Da mesma forma, a ideia de nacional não nos permite isolar objetos que, a rigor, possamos chamar de nacionais. Não há esses objetos. Existe o nacional como dimensão peculiar e semovente do mundo simbólico. E a oficialização do nacional que confunde, assim, nacional e natural e, em última análise, nacional e real quando, na verdade, deveríamos entender que o nacional não pressupõe um dado espontâneo mas uma identidade socialmente construída. O nacional é uma representação ou, em outras palavras, o nacional é uma tradução, daí que longe de ser contínua, a transmissão do nacional aja por intermitência e por descontinuidades. Meu objetivo nas páginas que seguem é ler um conjunto de discursos de nação que têm uma peculiaridade comum: são escritos fora, longe, desprovidos desse suporte territorial a que chamamos nação. Tanto nas ficções históricas de um escritor português, editor do *Ostensor Brasileiro* no Rio de Janeiro, Vicente Pereira Carvalho Guimarães, quanto em textos dos argentinos Sarmiento, Alberdi e Mármol – alguns dos quais redigidos na Corte e recolhidos pelo próprio *Ostensor* – ou nessa escrita do eu-no-exílio que são as *Cartas da Inglaterra* de Rui Barbosa ou as *Cartas ao amigo ausente* do Visconde de Rio Branco, em todos esses casos, constatamos que a nação não é uma tradição (linear) mas uma tradução (disseminada). Mais ainda, comprovamos

que o nacional pressupõe uma extradição, uma relação de força entre sujeito e linguagem em que pensamento utópico e escritura autobiográfica marcam a trajetória destes letrados que buscam a legitimação conjunta de projeto e sujeito.² Meu intuito, portanto, será ler esses discursos pelo avesso, para, através de uma reconstrução retrospectiva, alcançar o objetivo que Pessoa traça em *Erostratus*: “*The ideal is an epic that shall wear like Milton and interest like Conan Doyle*”. Ler esses fragmentos representa uma atividade de seleção e omissão, que produz um outro texto – o texto crítico –, fruto, por sua vez, de colagem (de territórios) e de montagem (de temporalidades). É o conjunto de relações provisórias ou indeterminadas com que se cimenta a nação e se monta a tradição que me interessará investigar neste trabalho.

Artefatos verbais

*Poets, according to the circumstances of the age and nation in which they appeared, were called, in the earlier epochs of the world, legislators, or prophets: a poet essentially comprises and unites both these characters. For he not only beholds intensely the present as it is, and discovers those laws according to which present things ought to be ordered, but he beholds the future in the present, and his thoughts are the germs of the flower and the fruit of latest time. Not that I assert poets to be prophets in the gross sense of the word, or that they can foretell the form as surely as they foreknow the spirit of events: such is the pretence of superstition, which would make poetry an attribute of prophecy, rather than prophecy an attribute of poetry.
A Poet participates in the eternal, the infinite, and the one.*

Shelley – *A Defence of Poetry*

Leio em Murilo Mendes que “toda história é obscura e todo epílogo, provisório”. História e ficção seguem caminhos paralelos porque ambas recorrem à legitimação de relatos maiores que validam o conteúdo de verdade de histórias (verídicas) e ficções (verossímeis). História e ficção não descansam, portanto, em verdades objetivas, universais, porque elas estão condenadas a trabalhar fragmentariamente e sua ambição de totalidade não passa de compromisso ideológico camuflado ou metafísica dogmática. História e ficção definem-se, pois, como construções de linguagem, fruto de convenções, no mais das vezes implícitas, que se armam

em virtude de redes de sentido intertextual. Assim, a verdade (o real) que ambas constroem seria aquilo que simula um significado, fingindo uma congruência e completude que, a rigor, nós só podemos imaginar mas não exatamente experimentar. Como tal, nossa experiência a esse respeito é, por força, mediada. Trata-se de uma experiência de linguagem que é verdadeira enquanto a investigação e seu relato trabalham com ocorrências que, com efeito, aconteceram. No entanto, essa experiência é igualmente ilusória na medida em que naturaliza convenções culturais. Em última análise, a experiência do relato situa-se, alternativamente, no plano descritivo, como referencialidade do acontecido, e, no plano normativo, como índice axiológico dos fatos, ora reconhecidos como históricos. Se toda história, além de enigmática, é provisória, todo saber é, a seu modo, cúmplice de um relato. Assim, o percurso da ficção histórica latino-americana, tal como costumeiramente fixada pela historiografia literária, acompanha o trajeto de um relato maior: o da constituição de um marco simbólico (um Estado, uma língua) que definimos como nacional. Para efeitos de análise, poderíamos, então, ver, no trabalho de ficcionalização da história empreendido por escritores como Carvalho Guimarães, Mármol ou Alberdi, uma das tarefas específicas daquilo que Benedict Anderson denomina o nacionalismo filológico.³ Pensar a nação como comunidade imaginada, à maneira de Anderson, implica pensar a identidade nacional como algo explicitamente ficcional, não no sentido de essa identidade ser “falsa” e sim no sentido de ela ter uma constituição “discursiva”. A matéria vernacular dessa construção permanente é, contudo, histórica e, portanto, variável, já que a linguagem, em incessante transformação, nunca é pura:

It is rather the result of an indeterminate series of usages, translations and mistranslations, and interested codifications. If language localizes identity, to imagine a community in the vernacular would be to represent subjectivities in process: divided, fragmentary, and changeable. Indeed it is arguably such explicit impure and unstable imaginings that lend nationalism its modernity.⁴

Assim, o nacionalismo filológico desses escritores lançou-se a imaginar comunidades culturais como efeitos arbitrários de artifícios

que buscavam se legitimar, enquanto convenções, através de discursos performativos, que perseguiram uma visão única da identidade e uma visão idêntica da unidade.⁵ Para tanto, foi necessário que lidassem com a cisão e a dualidade que atravessam suas sociedades. A esse respeito, o texto de Juan Bautista Alberdi, publicado pelo *Ostensor Brasileiro*, é exemplar. Na “Memória sobre a conveniência e objetos de um Congresso Geral Americano”,⁶ Alberdi tenta teorizar uma identidade específica a partir de categorias universais, ao passo que busca relacionar-se com o outro, o cosmopolita, sem contudo copiá-lo, com o intuito de decantar o nacional. Como se vê, para Alberdi, o nacional é fruto de uma dupla harmonia ou de uma tensão dialética a que podemos chamar modernidade já que, em última análise, sua reflexão mostra que a identidade é uma alteridade. Tanto no “Discurso à Associação de Maio”, lido no cenáculo do romantismo liberal portenho, quanto em seu “Fragmento preliminar de Filosofia do Direito”, ambos redigidos em 1837, Alberdi mostra-se mais inclinado à construção, no presente, de uma ordem a qualquer preço, donde sua visão idêntica da unidade poderia ser interpretada como uma modernização autoritária ou, até mesmo, como simples conservadorismo hierárquico. Seu caso ilustra a ação do nacionalista filológico, que, para consolidar um capitalismo editorial, escolhe o dublê de escritor/jornalista como herói cultural da sua construção. Nele se fusionam dois universais – lei e educação – que perpassam enunciados dissímeis. Determinado pela esfera política e imbuído da missão pedagógica, acredita Alberdi que

el pueblo es el oráculo sagrado del periodista, como del legislador y del gobernante. Faro inmortal y divino, él es nuestra guía, nuestra antorcha, nuestra musa, nuestro genio, nuestro criterio: él es todo, y todo para él ha sido destinado. Pero el pueblo – y debe distinguirse esto con cuidado, porque es capital – el pueblo no interrogado en sus masas, no el pueblo multitud, el pueblo masa, el pueblo griego ni romano, sino el pueblo representativo, el pueblo masa, el pueblo moderno de Europa y América, el pueblo escuchado en sus órganos inteligentes y legítimos: la ciencia y la virtud.⁷

Outro tanto colhemos na aguda percepção de José Maria Paranhos, quando em novembro de 1851, numa das *Cartas ao amigo*

ausente, associa a polivalência da tarefa jornalística com mudanças na esfera pública e nas instituições culturais:

Admira-se, maravilha-se sempre um periódico diário. Como é que há cabeça para tanta coisa! Há de ser uma vida bem laboriosa a do pobre homem que todos os dias deve servir ao apetite público nos poucos de artigos; quanta imaginação, quanta invenção não é preciso despende para fazer coisa que preste! Pobres publicistas! Não sei se muita gente tem notado as modificações e alterações profundas por que nestes últimos tempos tem passado a língua portuguesa: a princípio chamavam-se os escrevidores de periódicos – gazeteiros, periodiqueiros – passaram depois a ser – jornalistas, escritores públicos – agora, depois que se atribuíram uma espécie de *múnus público*, a que chamam o ministério da palavra, ei-los crismados em publicistas. Assim tem sido a respeito de muitas outras coisas.

Entretanto o que é curioso observar é que, ao menos no caso de Alberdi, a seriedade de propósitos do *munus público* se equilibra com outros textos, irrisórios, que aconselham as damas elegantes sobre temas *minus* e contigentes, como vestidos e penteados, porém, com uma ressalva: as futilidades da moda são assinadas por Figarillo, pseudônimo de Alberdi, um outro Alberdi que dissimula, sob a impostura do pseudônimo, novos aspectos do contrato. Alberdi (o legislador) e Figarillo (o jornalista) gozam de crédito e estão, portanto, endividados com o nacionalista filológico, esse outro, sujeito cindido e evanescente, que iremos reencontrar trinta anos mais tarde em outras páginas e com outra assinatura: nas páginas de *La dernière mode*, onde Marguerite de Ponty, um outro de Mallarmé, pontifica usos e hábitos (Alberdi, afrancesado, usaria o neologismo: *habitudes*) que “*appartiennent à la rue où l’œil du passant les vérifie a tout moment*”.⁸ Há aí um saber do outro que é admitido no mesmo momento em que recusado ou que passa a existir, textualmente, enquanto for submetido a uso disciplinário. Na tensão – a ponte – entre o situado e o citado, a literatura afirma sua função estatal, que não deixa de ser, no sentido primeiro da expressão, cosmética.

Memória e nação

O domínio da arte na história é a penumbra em que esta deixou os acontecimentos, e da qual a imaginação surge por uma admirável intuição, por uma como exumação do pretérito, a imagem da sociedade extinta.

Só aí é que a arte pode criar; e que o poeta tem direito de inventar; mas o fato autêntico não se altera sem mentir à história.

Alencar

A América, senhores, está mal feita se me é permitido empregar esta expressão. E mister recompor seu mapa geográfico-político.

Alberdi

A *Memória...* de Alberdi publicada pelo *Ostensor Brasileiro* é uma construção imaginária que parte de uma típica alegoria maquinista: América é uma fábrica espanhola, construída conforme o desejo do fabricante. O desafio, portanto, é orientá-la segundo a “universalidade dos elementos sociais [...] segundo suas inspirações e para si unicamente”. Alberdi raciocina dessa maneira com os mesmos argumentos antes defendidos no Salão Literário de Buenos Aires em 1837. Nesses debates, Juan Maria Gutiérrez via a literatura não como dado e sim como efeito: “*Y si hemos de tener una literatura, hagamos que sea nacional; que represente nuestras costumbres y nuestra naturaleza*”⁹ – o que implicava defender, alternativamente, uma excentricidade da literatura (que ainda não é, mas será) e uma excentricidade da nação (que ainda não existe, mas há de existir).

Efeito deslocado, tradução utópica e futura, a literatura é mais obra de quem incorpora do que de quem é incorporado, o que determina, aliás, uma redistribuição de capital que torna oblíqua e crítica a relação entre a literatura nacional e o saber universal:

*La ciencia es una matrona cosmopolita, que en todas las zonas se aclimata y se nutre con los frutos de todos los climas. La literatura es un árbol que cuando se transplanta degenera.*¹⁰

O raciocínio, como se vê, implica um paradoxo pois, embora se descaracterize, quando transplantada, a literatura vive se traduzida, ou seja, que a gênese do nacional encontra-se na própria degenerescência do nacional.

Próximo de Gutiérrez, em sua intervenção no Salão Literário, Alberdi defende duas posições encontradas. De um lado, ele adere a uma leitura progressiva da história, que supõe que tempo e espaço determinam o desenvolvimento, vale dizer que, na dialética entre função e experiência, é o mundo sensível que adquire relevo determinante. De outro lado, porém, sustenta uma causalidade retroativa, por meio da qual “somos llamados a ejecutar la obra que nuestros padres debieron de haber ejecutado”, ou seja, que a causalidade predisposta é superior às pressões da experiência virtual. Dada essa tensão, a literatura, para Alberdi, obedece a um duplo imperativo. Em primeiro lugar, adquirir uma civilização própria (local), mediante uma filosofia (universal). Em segundo lugar, cultivar a originalidade e não copiar, ainda que sob constante impacto do Outro (o cosmopolita).¹¹

“Aquí no se trata de leer por leer”, nos diz. Alberdi lê para lembrar mas sobretudo para esquecer. Porque “somos aún escueleros”, “escribimos para aprender, no para enseñar, porque escribir, es muchas veces estudiar”, revelando “el movimiento independiente y libre de una inteligencia joven”.¹² O grande fantasma de Alberdi é Pierre Ménard e sua “importación absurda de una legitimidad exótica, que no conduciría más que a la insipidez y debilidad de nuestro estilo: se conseguiría escribir a la española y no se conseguiría más; se quedaría conforme a Cervantes pero no conforme al genio de nuestra patria”.¹³ A legitimação e consolidação de uma nova ordem pós-revolucionária requeria, em consequência, um discurso de

ruptura e descontinuidade que se enlaçasse, entretanto, com uma continuidade mais alta ainda, a que se denominava progresso. E por isso que, para o escritor *escuelero*, esquecer possa ser um mote, tanto quanto *oublier* é o *leitmotif* dos escritos de Michelet.¹⁴ Alberdi, de fato, entendia que os princípios são humanos e, portanto, não variam, ao passo que as formas são nacionais mas variam, o que tende a anular o plágio inevitável da ideia de nação e a reforçar a noção de originalidade pela busca de propriedade e autoria. Mas como o princípio universal que regula essa tensão é a razão, decorre daí que, sendo o nacional igual ao racional, o conceito de mudança sofra súbita e terminante hipóstase.¹⁵ Dupla vantagem dessa falha: a razão amassa o heterogêneo e deixa falar (dubla?) os silêncios da história. A racionalização da vida social produz, dessa forma, duas vertentes: a coesão modernizadora e a alegoria moderna. Sob este prisma, o trabalho da imaginação histórica não difere da experiência do poeta da modernidade, ele também um hermeneuta, no dizer de Baudelaire, de “*le langage des fleurs et des choses muettes*”. Lionel Gossman desenvolve este tópico esclarecendo que

*by making the past speak and restoring communication with it, it was believed, the historian could ward off the potentially destructive conflicts produced by repression and exclusion; by revealing the continuity between remotest origins and the present, between the order and demonstrate that the antagonisms and ruptures – notably the persistent social antagonisms – that seemed to threaten its legitimacy and stability were not absolute or beyond all mediation. Understandably, in these circumstances, the historical imagination of the nineteenth century was drawn to what was remote, hidden or inaccessible: to beginnings and ends, to the archive, the tomb, the womb, the so-called mute peoples.*¹⁶

Depreende-se, em consequência, que a razão, neste contexto, introduz uma lógica da interpretação do implícito e da coesão do explícito que irá desaguar na formação do Estado como unidade de um conjunto de traços internos – a nação –, que se definem em relação ao externo, e como síntese de um conjunto de atributos, definidos a partir do externo, que funcionam como interioridade da própria nação. Assim, a consciência construída remete ao voluntarismo da

unidade nacional ao passo que a sociedade desdobra e articula o pluralismo diverso da nação. Em resumo, nessa perspectiva, a razão condensa a unidade política, por meio da qual o povo legisla, com a unidade jurídica, em que o cidadão regula os atos, para atingir, enfim, a unidade de sentimento que imanta a pátria.

Em Alberdi, porém, há um curioso combate à lei na medida em que ela se define como imitativa e não original, heterogênea e sem coesão: “*Dejemos que el tiempo amase más, estreche más, haga homogénea nuestra sociedad*” ou, em outras palavras, só a consciência nascente pode ser garantia de uma sociedade futura. É para evitar a dissensão da guerra que Alberdi propõe depurar os amálgamas heterogêneos da lei, o que conduz a novo paradoxo, porque se o ideal da lei é ser original e una, a ideia de nação se transforma em religião, o culto da pátria. Um dos teóricos do fenômeno nacional, Federico Chabod,¹⁷ afirma que esse conteúdo sacro que passa a cobrir a ideia de nação, como instituição de *regere fines/regere sacra*, se ouve pela primeira vez na penúltima estrofe da Marselhesa, quando os versos de Rouget de Lisle pedem ao “*amour sacré de la patrie/ conduis, soutiens nos bras vengeurs*”. Não espanta, portanto, que a imaginação histórica pós-revolucionária tenha construído a nação como uma promessa futura, sorte de paraíso edênico¹⁸ em que esses conteúdos utópicos se realizam ao preço de reprimirem as forças obscuras e mudas, entendidas como ameaça ao projeto iluminista em curso.¹⁹ Vemos, em resumo, que, ao propor uma integração abstrata de diversas séries de discursos (o literário, o revolucionário), Alberdi concebe a literatura e, conseqüentemente, a nação como um sistema, um espaço de produção e de intercâmbio de linguagens. Mas o sistema de Alberdi não configura, porém, uma situação de equilíbrio. Antes funciona como um estado particular da história, que será, aliás, impugnado pelo Alberdi naturalista de 1837 e, ainda, pelo Alberdi legislador de 1852; mas, nessa etapa intermediária e, de modo especial, em um escrito como a *Memória...*, o conceito ilumina uma percepção agudamente moderna do sistema (da nação, da literatura), isto é, de funções sem fronteiras predeterminadas, abertas à variabilidade dos temas, formas e motivos que, para os nacionalistas filológicos, definem os relatos biográficos e utópicos. Fundindo ambos os discursos em sua *Memória...*, Alberdi imagina o

sistema como sinal de uma relação ativa e axiológica do filólogo com a nação, o que revela, ainda, uma peculiar estrutura de sentimento, reunindo variadas elaborações historiográficas numa construção em suspensão, por enquanto, não decantada. Como ele mesmo admite, o nacionalista filológico e popular não lê por ler, daí que haja um sentido cultural forte na leitura travessa da América que Alberdi propõe na *Memória*. América não é vista, então, como monumento comemorativo presente mas como aquilo que o monumento faz transparecer em sua ausência, um esquecimento que tomba aquilo que torna e retorna porque o próprio da figuração é preservar o factual sem se confundir com ele. Afinal, “*events happen, facts are constituted by linguistic description*”.²⁰ O esquecimento, portanto, como figuração discursiva peculiar, é um signo voltado ao sujeito, signo do real como contigência singular. Ora, o saber moderno (e o positivismo faria dessa ideia lei suprema) entende que o real é matéria e a matéria é real. Gutiérrez, por exemplo, opunha o saber da ficção ao saber da ciência. É por isso justamente que, no campo do conhecimento, a matéria é o que, sem cessar, é esquecido. Não é, entretanto, o que se verifica no campo da linguagem. Nada, em termos de expressão, funciona como matéria e, no entanto, a linguagem é esquecimento, presença lacunar, donde concluiríamos que a matéria da linguagem é o vazio e que, portanto, o texto se articula como um interstício.²¹ Se o raciocínio for correto, não há como não afirmar que o nacional, enquanto texto, tenha também a consistência da falta na medida em que a estrutura da linguagem (da literatura) é o acaso – o arbítrio que funda todo signo de linguagem e toda convenção social. A função estatal da *Memória* quer refundar o campo simbólico mas se vê na obrigação de lembrar a Europa para esquecer da Europa, ou antes, ela esquece da Europa para melhor realizá-la. A Europa como unidade, a Europa como liberdade – eis dois núcleos produtivos do discurso de nação, que se traduzem como reivindicações de autonomia e heterogeneidade do (texto) moderno.

Em nome da construção de um espaço integrado de experiências, um nacionalista filológico como Alberdi dissimula as hierarquias entre instâncias hegemônicas e periféricas; ele prefere neutralizar o aspecto de comércio que toda tradução conota, louvando o jornal, o navio e até a guerra – a máquina, enfim – como fatores

de união que convergem em um centro: a cidade europeia. A rigor, o próprio centro parece elusivo porque, na historicidade do mundo ocidental, o entre-lugar da diferença não cessa de desdobrar-se a cada um dos lados que ele une ao separar e enfrenta ao discriminar, impugnando, com sua lógica, a mesma ideia de um indiferenciado preexistente ou primeiro. Esta operação, portanto, tensiona a escritura de Alberdi entre a determinação histórica do variável e a experimentação discursiva permanente:

Cuando un libro era la expresión de la vida entera de un hombre, los defectos de la forma eran imperdonables, y los de fondo de una importancia decisiva en la suerte del escritor. Mas hoy, que los libros se hacen en un momento y se publican sobre la marcha, para no exponerse a publicar libros viejos [...] los defectos de forma son imperceptibles y los de fondo no pueden ser decisivos, porque no siendo otra cosa un libro, que la expresión sumaria de un momento del pensamiento, fácilmente pueden ser reparados. No se crea pues que este libro nos resume completamente: hacemos un ensayo, no un testamento. Comenzamos una vida que tenemos tiempo de revelar más completamente por ulteriores datos.²²

Escritura e nação surgem, então, como formas, ao mesmo tempo, álacres e lúdicas, que configuram um campo de forças da verdade e da inverdade, aquilo que não pode ser traduzido de volta ao antigo das formas dominantes: o novo enquanto novo, a construção pela desagregação.²³

O recuo de Alberdi, em relação à identidade unitária já estabelecida, revela uma desconfiança do todo enquanto verdade e uma discreta esperança na significação do fragmentário. Se a totalidade é uma inverdade, o árduo trabalho da *Memória*, ao reunir a identidade do cidadão com a referência nacional, corre o risco de desabar. Mais do que uma identidade entre o letrado nacional e a natureza, começa-se a desconfiar de uma incorrespondência entre o sujeito e o mundo, brecha que define o horizonte de nossa modernidade. Essa compreensão constrói a figura do intelectual como *outsider*, isolado e perseverante.²⁴ Se a escritura não é uma experiência mimética do mundo natural, ela pressupõe maiores margens de liberdade, o que equivale a dizer que a escritura não

restaura, epicamente, uma continuidade com a tradição, processo já sedimentado, muito embora interrompido por insuficiência e ineficiência dos signos compartilhados, mas, pelo contrário, ela explora o descontínuo da história, na medida em que toda escritura é uma teoria do conhecimento. Mesmo considerando que Alberdi deslize do descritivo (a literatura nacional depende do tempo e do espaço para seu progresso) ao normativo (a literatura progride se for eterna e ubíqua, sagrada), sua captação da escritura como experiência de modernidade não deixa de escutar a versão existencialista (a escritura vem depois da teoria) para ensaiar uma equação igualitária entre experiência e filosofia. Creio que essa ideia está especificamente presente na *Memória* de 1844. Esse texto é, justamente, uma experiência de memória, que busca sair das relações reificadas nesses trinta anos de vida autônoma e reconstruir, projetiva e retrospectivamente, outra representação do real.

Aplicar caligrafia ao mapa – a operação cosmética de Alberdi, a função estatal de sua ficção – traduz a nação cultural em nação territorial e, em última análise, implica projetar o plano do tempo (a tradição nacional) no plano do espaço (o território nacional). Assim, remodelar o território significa remodelar a tradição como espaço plural de intercâmbios discursivos. Esta operação, porém, entra em confronto com os textos acima analisados, porquanto, como vimos nos escritos de 1837, seu autor tende a uma concepção naturalista da razão – o historicismo – ao passo que, na *Memória* de 1844, predomina uma concepção voluntarista da razão, muito mais radical e utópica que a de Gutierrez. A América – nos diz Alberdi – é una e indivisível nos elementos sociais que a formam, nos males que a afligem e nos meios que podem salvá-la; para tanto, ela precisa fugir da solidão e povoar nosso mundo solitário.²⁵

Para confirmar a contestação de critérios naturalistas, por exemplo, Alberdi não vê motivos para convidar a Rússia, a Inglaterra ou a Espanha a um congresso geral americano que redefina o estatuto jurídico do continente. Pelo contrário, copiando a Europa, que convida a Inglaterra, mas não a Ásia, a seus congressos unificadores, seja em Paris, seja em Viena, Alberdi acha naturalíssimo congreguar hispânicos e brasileiros em Lima, já que ele vê “os elementos de um

amálgama e unidade na identidade dos termos morais que formam a sua sociabilidade”.

Alberdi ensaia, em sua *Memória*, um positivismo naturalista, como disse Canal Feijó,²⁶ que relaciona a ordem das coisas com o mal-estar político e social. Trata-se de uma atitude deliberada de intervenção, planejadora e produtora de sistemas regionais, superiores às nações que surgem no período autonômico. Neste ponto, Alberdi vem coincidir com a política de abertura de Rosas, seu arqui-inimigo, que simpatizava, porém, com a ideia de contar “*con los nobles votos del gobierno de Chile para la reunión de un Congreso de Plenipotenciarios Americanos con la invitación dirigida a S. M. el Emperador del Brasil y elección de Lima para lugar de las sesiones*”.²⁷ Rosas envia, de fato, a esse Congresso o general Tomás Guido, companheiro de San Martín nas guerras pela independência e pai do poeta Carlos Guido y Spano, que, na corte de dom Pedro, divulgava a política americanista de Buenos Aires nas páginas de *O Americano*.²⁸ Esse dado é importante porque aperta e retesa a trama dos discursos de nação, mostrando o texto – a *Memória* – como redistribuição das linguagens, como espaço de permuta, desconstrução e reconstrução dos discursos de nação.

Com efeito, a *Memória* de Alberdi dialoga, de modo diferido, com uma análise publicada, também em 1844, pela *Minerva Brasiliense*, umas indagações de Joaquim Norberto sobre a literatura do Prata, em que o crítico brasileiro traça uma incipiente periodização da literatura argentina destacando que, “às lamentações de amor, seguiram os desafios pela pátria, construídos como monumentos à independência (de uma) das regiões” americanas. Alberdi, entretanto, parece impugnar a especificidade do olhar particularizante de Joaquim Norberto e, em compensação, sugere um sistema transregional que articule acumulações diferenciadas. Não se descarta que a alusão encubra uma disputa por liderança intelectual, como deixa transparecer uma carta de Echeverria a Gutiérrez.²⁹ Portanto, a reunião e articulação, até certo ponto fortuita e aleatória, de fragmentos discursivos nos devolvem, enfim, o volume e a espessura do social, mostrando, porém, ao mesmo tempo, que a produtividade discursiva e esse vínculo histórico com o outro possível estão radicalmente esquecidos, a ponto tal de nenhum

imaginário poder materializá-los e dar-lhes territorialidade. Será Lima essa Troia, cidade dos Reis e centro de um poder de que só restam marcas? Não é possível pensar o “congresso” como signo *aere perenius*, signo que reúne uma identidade e uma representação harmônicas – forma de conteúdo e forma de expressão. Esse concílio (o novo) é utopia e limita com a morte. Não admite ser representado; ele só pode se dar enquanto esquecimento. Ele existe, apenas, enquanto proteção das impressões (memória) ou ficção desguarnecida (utopia). Absolutamente complementares, a *Memória de Alberdi* e *Argirópolis* de Sarmiento traduzem esse desejo.³⁰

De fato, o objetivo do Congresso é apreender algo que foge da apreensão: uma modernidade nacional. Definido como discurso, o nacional (que permanece texto e é atravessado pelo moderno) é proposto como uma dimensão múltipla de pontos de esquecimento, como uma rede de rasuras em que a Lima republicana apaga a Lima colonial que, por sua vez, apaga a Lima incaica. Assim, a estratégia integrativa, sendo plágio de gestos europeus, foi usada por Alberdi para alijar a Europa do enunciado americano. A linguagem – o esquecimento – não produziu, portanto, a repressão pura e simples, mas uma articulação nova e complexa de linguagem, fadada à marginalização. A operação de Alberdi, tomando distância da literatura, como relato mítico de um encontro, consistiu em começar a desmontar todo concílio e em ver no signo (na representação, no sujeito) um princípio de não identidade do mesmo. Assim sendo, o nacional torna-se específico, em medida universal, enquanto o texto se materializa em suas lacunas. A *Memória* é, de fato, o texto de um escritor contra todos mas também um escritor para si mesmo, o que nos aproxima de Kafka, o homem da lei que, em segredo, escreve contra o Estado.³¹ E instrutivo, neste ponto, reler outras memórias suas, as anotações do diário de bordo do escritor no exílio. Vindo da França e “*acercándome al Brasil creo aproximarme de algo que me pertenece: a una rama de la familia hispanoamericana*”. Já instalado na Corte, porém, crítico severo de ornatos e desigualdades, Alberdi lamenta “*qué diferente idea tenía yo de este império del Brasil antes de conocerlo!*”, observações antagônicas que se reúnem na constelação de uma experiência moderna, a do Rio de Janeiro, “*ciudad romântica por excelencia. Está planteada en el más bello y magnífico*

desorden”.³² Nesses volteios da memória, resgatamos a construção de um imaginário: a nação como movimento da vida moderna, impulsionado a partir do apelo pré-futurista à guerra santa da indústria e do comércio. Em novembro de 1851, com efeito, o Barão do Rio Branco confia ao amigo ausente que “somos como Eunuco, nem fazemos, nem deixamos fazer as coisas” porque “a nossa navegação fluvial está há muitos anos reclamando cuidados que a tirem do estado de infância em que está ainda. Que melhor emprego para os capitais que não têm atualmente emprego? Quem vê este imenso continente, todo cortado de rios formidáveis, que oferecem mais ou menos fácil navegação, e sabe que não aproveitamos essas estradas que correm, não pode deixar de lamentar o tempo que se há perdido em debates inúteis, as forças que se têm desperdiçado em lutas desastrosas para todos”. Para a razão de Estado como motor da nação moderna, sua própria dinâmica depende de tecnologias políticas específicas – a diplomacia militar e o poder de polícia – colocando, no cruzamento desses saberes, o comércio como circulação interestática de capitais. A governabilidade da nação – tanto para Alberdi quanto para Sarmiento, para Rui Barbosa ou Paranhos – está ameaçada pela tensão entre riqueza e população, ordem e território, Nação e Estado. Para assentá-la e discipliná-la, todos eles constroem alegorias que demonizam a homeostase, na figura do deserto e do rio escravizado, não navegável. A natureza se antropomorfiza: Negro, Branco, Madeira, Mamoré e Amazonas são uma sorte de bando de gigantes Amapolas que retêm a América estagnada. A saída, portanto, reside na circulação de dinheiro, de textos, de mercadorias, de pessoas, entidades igualadas em sua mesma condição circulante. Com o correr do século, entretanto, a circulação de indivíduos fixará um fenômeno indesejado e específico, os retirantes, e os investimentos estrangeiros se revelarão uma desilusão vastíssima, “sem presumíveis Sandinos”, para retomar a expressão de Mário de Andrade.³³ Alberdi, porém, ainda não vê estes riscos e abre apenas uma única ressalva: a extradição de presos, o que seria em princípio um paradoxo porque, por definição, os detidos não circulam. O asilo, argumenta Alberdi, que é ponto de suspensão do estímulo, é também um ponto que não deve ser esquecido porque, a rigor, é o que mais se esquece. Mas é bom frisar que o ponto cego é, ainda, foco de iluminação, ao nos mostrar

que o asilo é o lugar da escritura. Em consequência, seria possível ver, no próprio filólogo, um parasita, um operador diferencial de mudanças, que excita o estado do sistema, seu equilíbrio, a situação atual de intercâmbios e circulações, visando a uma transformação imprevisível e sempre flutuante. Se a excitação oscila, as causalidades passam também a variar e desdobrar-se e, assim sendo, nada nos impede de caracterizar o filólogo da mesma maneira com que Michel Serres define o parasita, como “*une inclination au trouble, au changement de phase d’un système*”,³⁴ e ver, em sua leitura do social, uma protoantropofagia. Parasita, epígono, plagiário: denominações anti-heroicas de uma épica que iguala o escritor a sua contraface mais temida, o gigante bárbaro. Bolívar, nos diz Alberdi, não foi um simples poeta, nem mesmo um poeta copista do poeta de Austerlitz; ele foi original em seu pensamento da homogeneidade do heterogêneo, a ponto tal que “se não receássemos violar a cronologia dos grandes homens, melhor diríamos que Bolívar foi copiado por Napoleão, Richelieu, Henrique IV”.³⁵ Digamos, pois, a título conclusivo, que o movimento da *Memória* de Alberdi ilustra muito bem a lógica tensa do radicalismo mameluco, que representa a diferença como falta ou, na melhor das hipóteses, como inversão do modelo, restaurando, a contragosto, a mimese que buscava ser desmontada.³⁶ O aspecto progressivo do congresso (as oposições nacional/metropolitano e cidadão/tirano) equilibra-se, imperceptivelmente, com o aspecto recessivo dessa figuração: o concílio como mistura e como amálgama indiferenciadoras entre indivíduo e Estado. Talvez se possam rastrear aí os veios desse texto.³⁷

Leitura tropológica e política do romance

Não censuro as Pobres Belas Artes por se entregarem à ficção e a todas as espécies mais profundas de falsidade que dela provêm. Inácio, em meio a um mundo muito disposto a segui-lo, descobrira as divinas virtudes da ficção em regiões elevadas: o caminho da ficção abriu-se para todas! Mas a voz eterna da Natureza, que ora não se ouve ou mal se ouve, proclama, entretanto, o contrário e anuncia-lo-á de novo um dia. Nunca a ficção, a ociosa falsidade de qualquer gênero foi tolerável fora de um mundo que abunda em mentiras práticas e em simulacros solenes e que aos poucos imprimiu a seus habitantes a forma reles do caráter que tolera essa espécie de mercadoria.

Carlyle – *Jesuitismo* (1850)

Em “O discurso da história”, Roland Barthes fala de uma dupla operação arrevesada do discurso histórico. De um lado, o referente é separado do discurso e absolutizado como sua origem; de outro, é o significado que sofre impugnação, ao ser confundido com o referente. Como todo discurso com pretensão documental verista, o da história opera com referentes e significantes, permanecendo o real na condição de significado não formulado, de modo que a performatividade do discurso histórico acaba dando sentido a um significado vergonhoso e escamoteado: o “real”. Não há, portanto, nesse comportamento do discurso histórico, nada que o diferencie, de fato, do “efeito do real” que constrói as narrativas ficcionais. A oposição entre referentes imaginários da ficção e referentes reais da história tem perdido, como sabemos, relevância e operatividade. História e ficção se assemelham mais do que se opõem e supõem

já que, como construções de linguagem, tornam indiferenciável a separação entre forma discursiva e matéria de interpretação: a escritura ficcional é produção de sentido e a leitura histórica, uma construção verbal, desdobramento que define uma simetria, tanto intra quanto extrarreferencial, nos dois tipos de discurso. É possível, portanto, acompanhando as análises de Hayden White, ver, no discurso histórico, um *uso* peculiar da linguagem que, à maneira do discurso metafórico, da linguagem simbólica e da representação alegórica, significa mais do que afirma literalmente, enuncia algo além do que simula dizer e revela, enfim, alguns aspectos do mundo da experiência ao preço de ocultar outros tantos.³⁸

A ficção histórica, como síntese desses discursos opostos e semelhantes, condensa essas tensões em dois vetores: referencialidade e normatividade, aquilo que é e aquilo que deve ser, produção e reprodução. Creio que, após o exame da arquitetura da *Memória*, talvez agora seja mais fácil observar a performatividade da ficção histórica, em que o real funciona, ao mesmo tempo, como signo e prova do que aconteceu. O objetivo, portanto, será cruzar romance e memória para captar o inteligível desses discursos desdobrados e paralelos.

Com efeito, *Os jesuítas na América*, o romance de Carvalho Guimarães, trabalha o mesmo núcleo produtor da *Memória*: uma elite superior que, por dotes naturais ou talentos adquiridos, foi capaz de fundir essas forças encontradas – natureza e cultura – em uma nova construção: o espaço moderno. A rigor, a semelhança não para por aí porque se poderia pensar que a história ficcionalizada pelo editor do *Ostensor Brasileiro* nos remete ao afã fundacional presente em *Le peintre de la vie moderne* e em um dos primeiros romances de Balzac, a *História imparcial dos jesuítas*. Aliás, a recorrente referência a uma seita, humilde e ambiciosa, ilumina um imaginário compartilhado por poetas e historiadores que Roger Caillois assim resume:

Por volta de 1840, observa-se uma mudança considerável no mundo exterior, principalmente no decorado urbano, e, ao mesmo tempo, nasce uma concepção da cidade de caráter nitidamente mítico, que acarreta uma evolução do tipo de herói e uma severa revisão dos valores românticos. Esta revisão tende a eliminar as partes fracas, a sistematizar,

pelo contrário, seus aspectos agressivos ou temerários. O Romantismo, com efeito, marca um momento em que o homem adquire consciência de um feixe de instintos em cuja repressão a sociedade está altamente interessada, mas, por outro lado, manifesta um sentimento de renúncia à luta até a negativa de lutar. Assim, o escritor romântico adota, voluntariamente, perante a sociedade, uma atitude de derrota. Volta-se a diferentes formas de enlevo, a uma poesia de refúgio e de evasão. A tentativa de Balzac e de Baudelaire é exatamente inversa e tende a integrar na vida os postulados que os românticos admitiam satisfazer apenas no plano da arte e dos quais se alimenta sua poesia. Por isso essa empresa encontra-se estreitamente relacionada com o mito que significa sempre uma aproximação do papel da imaginação na vida.³⁹

Diríamos, então, que no gesto de retornar, com Balzac, aos jesuítas, Carvalho Guimarães volta a um relato da modernidade: o dandismo como instituição à margem das leis e, no entanto, pautada por leis rigorosas, a ponto de cunhar a fórmula terrorífica *perinde ac cadaver*.⁴⁰ Os jesuítas, ressuscitados e novamente ativos, em meados de 1840, deviam aparecer como um risco sério e divergente para a difícil integração da nação. Com efeito, de forma explícita, Carvalho Guimarães admite ter escrito o romance para disputar território, diante da ameaça de os jesuítas recuperarem *sua América*; porém, de forma implícita, a ficção de Carvalho Guimarães nos permite reconstruir e interpretar outro aspecto do risco: a identidade una da nação, cimentada na coesão de uma única língua, a portuguesa, pode sofrer a ameaça de perigosas heterogeneidades, vindo a esfacelar-se em outras tantas culturas, até aquele momento reprimidas, ou simplesmente contidas, nas margens da nação. Sem desdenhar um trabalho de rasura e reinscrição, o narrador tenta

empreender um grande trabalho que servirá de muito; *sobre documentos autênticos vamos escrever a história da Companhia*, desde que seu estabelecimento na América começou a caminhar para seu *grande fim*. Escolhemos o romance para que todos nos leiam, para que Saibam todos o mal que toca a todos! (grifo nosso)⁴¹

Entretanto, para tamanho e tão fiel empreendimento, Carvalho Guimarães se vê forçado a cometer algumas infidelidades, meras traições de ofício. Para começar, a ação do romance não se passa em território brasileiro: a primeira parte transcorre em Tucumã, na Argentina; a segunda, na capital do Peru. Esta escolha de ambientes, quase os mesmos da *Memória* de Alberdi, obriga a um consequente deslocamento dos referentes linguísticos. Que língua falarão os padres? Logo no início do romance, Sancho de Stalla, secretário do bispo de Tucumã, escreve uma carta, ou melhor, a “transcreve em latim do original espanhol em que a cópia estava escrita”, dirigindo o envelope, em português, “Para o R. P José de Anchieta, Provincial da Companhia na Terra de Vera Cruz”. No capítulo VI, “Los hermanos”, Francisco Tenreiro e José Gusano, mestre da confraria dos irmãos gardunhos, dialogam numa sorte de língua franca:

– *Maestro, toda la noche hemos estado trabajando*, disse o que saiu do palácio, e que, pelo metal de voz, Hermosa reconheceu ser Francisco Tenreiro.

– *Yo también*, lhe respondeu com voz rouquena o que de fora viera, *y sin haver cogido nada; tres noches hay que venho a buscar fruto, e non lo hallo. – Esta es buena, os digo maestro. – Entonces, hermano mio, D. Juan Ramirez?...*

Embora imperfeita, essa expressão está longe da “língua atrapalhada” de outro personagem, o judeu Jaime Cosme, figura episódica de *Jerônimo Barbalho Bezerra*, que retorna em *A guerra dos emboabas*. Mesmo assim, são enunciações fronteiriças – o jesuíta, o judeu – que desconstroem a norma, ao mesmo tempo que a enunciam. Este aspecto da matéria interpretada, somado à própria fragmentação da narrativa, “um pouco à moderna, *ex abrupto*”, como declara o narrador no quarto capítulo de *A cruz de pedra*, nos permite constatar uma reflexão sobre a linguagem, coincidente, aliás, com um processo de autorreferencialidade, que pode ser visto como análise dos efeitos do discurso e, em especial, das relações de poder. Tomemos o início da segunda parte do romance. Em 1585, Lima, a cidade dos Reis, vive dilacerada pelo dissenso. Para sufocá-lo, Sancho de Stalla, intelectual que vê, na história, um complô, pede reforços à Companhia. Mas o método que ele utiliza para ler

o conflito histórico é radicalmente ficcional e filológico. Argumenta ele que Isaías já profetizara que a América era a terra desgraçada que deveria ser destruída. Onde, nas Escrituras, se lê Madiã, Haifa, Sabbá, Cedar e Nabaioth, deveríamos, a rigor, ler Peru, México, Uruguai, Paraguai e Terra de Vera Cruz. Quando se diz que o anjo do Apocalipse rugiu e seu rugido foi repetido por sete trovões, deveríamos entender que o sinal foi retomado por Francisco Xavier, Afonso Salmedon, Rodrigues de Azevedo, Jaques Lainez e Pedro Fevre, que agiram com presteza antes que se extinguísse o fogo vindo de Deus, o *Ignis a Deo illatus*, curioso anagrama de Inácio de Loyola. Repare-se, entretanto, que só às figuras ligadas à Companhia é dada a chance de transitar livremente pelo espanhol, pelo português e pelo latim, gozando de uma liberdade que se interpreta como fidelidade. Só a elas assiste o direito de uma leitura interlinhal, recompondo um sentido disseminado nos discursos, que se afastam, gradativamente, do texto primeiro. História e ficção alcançam, assim, a convergência fantasmática do *etymon*, em que se cruzam origem e verdade.

E os índios? Que língua eles falam? Contrariando toda expectativa, estes índios do Tucumã, ponto extremo dos domínios incas, falam tupi, embora sejam caingangue. Em alguns casos, portanto, o narrador é também um tradutor, sem deixar, por isso, de ser um censor. Uma nota de rodapé declara que um determinado enunciado, “*cunha omenda mani Albaré-guaçu-payete*”, significa “por frase – mulher casada com o Bispo –” mas que, literalmente, teria uma outra tradução, que o narrador, pudicamente, silencia. Carvalho Guimarães recorre à nota, convenção paratextual do discurso historiográfico, justamente para fortalecer a autoridade e objetividade da fonte inautêntica de uma (ainda mais falsa) tradução. Não deixa de ser surpreendente que um nacionalista filológico como Carvalho Guimarães oculte o sentido das falas indígenas, sobretudo se pensamos que gramáticas quechuas como, por exemplo, as elaboradas justamente por sacerdotes (Manuel Sobrenela e Narciso y Barcelo) ganhavam, por esses anos, tradução ao inglês – de John Skinner em 1805 e de P. F. Henry, em 1809. O esquecimento é, então, duplamente sintomático. O narrador não vê, nessas frases, autênticos enunciados verbais e, por essa razão, decide deixá-los sem tradução em vernáculo. Em suma, a seu ver, os índios não falam.

Eles mantêm apenas um “diálogo mudo, só de gestos e movimentos mas perceptível, enérgico ou mavioso”. Se esses enunciados não podem ser captados conforme a lógica da intercomunicação verbal, não há como negar-lhes, entretanto, materialidade corporal: os índios dançam, “uma dança brutal e difícil”, sutil paradoxo em que se cruzam o irracional (dançam como animais) e o racional (a dança é difícil, vale dizer, possui um sentido obscuro e enigmático vazado em um código insólito mas não por isso avesso à razão, donde, na verdade, o ato é um desafio à razão emancipatória, como tudo quanto é novo). Em outras palavras, o discurso do índio, quanto mais censurado, mais fala.

Desprovido de uma tradição específica, Carvalho Guimarães experimenta, como fundador, todas as possibilidades do gênero. Se o viés descritivista de *A guerra dos emboabas* prefigura temas e tons de outro Guimarães, o Rosa (penso, por exemplo, no caso da onça), e mesmo certa figuração fantástica à maneira de Glauber (é o caso da criada do judeu, transformada em mosca e, mais tarde, em gigante), figuração que Glauber Rocha admirava na prosa de Gonçalves de Magalhães, leitor, por sua vez, das protossurrealistas *Noites* de Young, o lado normativo também se torna visível e pode até ser lido à revelia das intenções conscientes do narrador. Essas frases em tupi, sem eco aparente em *Os jesuítas na América*, hão de reverberar nas longas tiradas em quechua que o peruano José Maria Arguedas incluiu em seu romance póstumo, *El zorro de arriba y el zorro de abajo* (1971). Nessa astúcia da raposa inferior, detectamos a violação de uma normatividade liberta.

A leitura destes textos solicita, obviamente, estratégias anagramáticas. Com efeito, no ensaio “Juventude progressista do Rio de Janeiro”,⁴² José Mármol define o romance como a segunda irmã da história política: “Walter Scott teve de ler a história antiga e o historiador futuro terá de ler Walter Scott”. Portanto, mais que uma história da ficção, interessa aqui empreender uma investigação (da política) do romance não apenas nos elementos externos (Monteiro Lobato mandando traduzir *Facundo*) mas na lógica interna do gênero. Assim, em *Amália*, o romance histórico de Mármol, teríamos, a rigor, uma retomada, uma suíte (porque o folhetim sempre “continua”) ou

versão (porque o romance traduz) de *Jerônimo Barbalho Bezerra* ou de *Os jesuítas na América*. O sentido está sempre deslocado e diferido.

Vimos acima que a função estatal da literatura opõe o escritor ao Estado. Em suas memórias, redigidas durante a permanência no Rio de Janeiro, Alberdi observa que “*la mujer es el ente más infeliz del mundo en esta tierra. El marido es déspota, tirado de ella*”, percepção que corrige (se não impugna) uma observação anterior, a de que “*el negro es a la vez el ser más desgraciado y feliz: sirve alternativamente de instrumento de deleite y de goce carnal y de asesinato y de trabajos de bestia*”, o que leva a uma constatação que, de fato, derruba a causalidade civilizatória do imperativo modernizador: “*Los negros, en vez de aprender de los blancos, son ellos que les imponen, o mejor les contagian sus fáciles hábitos de holganza y barbarie*”. Superpondo enunciados, poderíamos, sem traição da argumentação, concluir que, longe de as mulheres aprenderem dos homens, são elas que os contagiam, com hábitos lascivos, como a leitura de folhetins, de modo que nos defrontamos, desta maneira, com mais uma manifestação dos limites da normalidade. A questão, é claro, surge, em mais de uma ocasião, na própria pena de Carvalho Guimarães. Cito, a título ilustrativo, uma passagem do capítulo VII de *Jerônimo Barbalho Bezerra*: “Assim são todas as mulheres, ou tímidas como a harda, que foge ao rugir da folha seca, despedagando-se da árvore, fracas como o bichinho, que roja imperceptível entre o pó debaixo de nossos pés; ou então altivas como a águia sobre o píncaro da serra, afrontando o tufão e o raio, fortes como o leão do deserto”. Essa dupla feição, poderosa e impotente, é uma das tantas traduções do outro, aquele que difere por carecer ou se contrapor a quem o categoriza, o qual, por sua vez, ao enunciar e condenar o outro, cria uma nova entidade cindida entre bem e mal, mulher e mãe.⁴³

Em *Os jesuítas na América*, como aliás em toda a historiografia do século XIX, reencontramos esta figuração peculiar, a biografia do outro. No romance de Carvalho Guimarães, uma das personagens, Hermosa Ramirez de Velazco, sofre e se revolta contra seu pai, o governador de Tucumã, tornando-se “uma mulher desgraçada que sem ser um anjo de bondade também não é um gênio do mal”, tal como a Manuela Rosas que Mármol nos retratou em 1850 e, mais tarde, nas páginas de *Amália*. Torna-se produtiva uma leitura sincrônica

destas biografias de vítimas indóceis da lei do pai, sobretudo quando o folhetim continua até hoje, filtrado por Enrique Molina, na versão de Maria Luisa Bemberg, no filme *Camila*. Uma das regras do anacronismo é que o passado é contemporâneo do presente que, no entanto, já foi. Por esse motivo, ao mesmo tempo que codificam um sistema de signos, produzindo uma segunda natureza, escritores como Carvalho Guimarães e Mármol ficcionalizam o discurso da história, que passa a ser vista, daí em diante, como matéria sujeita à desapropriação para o próprio trabalho ficcional, que dela arranca novas constelações de sentido. Se os fundadores leram a história para torná-la ficção, cabe-nos agora a tarefa suplementar de volver a essas ficções para escrever com elas uma política da leitura, complexa e combinada, tão cíclica quanto oblíqua, que tente aprender essa íntima coexistência integral entre ficção e história.

Controlar o outro e cuidar de si

Ahora es costumbre hablar mal de Mármol o no hablar de él. Pero debemos recordar que cuando decimos 'el tiempo de Rosas' no pensamos en el admirable libro de Ramos Mejía Rosas y su tiempo; pensamos en el tiempo de Rosas que describe esa admirablemente chismosa novela Amalia de José Mármol. Haber legado la imagen de una época a un país no es escasa gloria; ojalá yo pudiera contar con una parecida.

Borges – *Siete noches*

Il n'y a de mythe pur que le savoir pur de tout mythe.

Michel Serres – *La traduction*

Em testemunho recente, Ricardo Piglia sublinhou o antagonismo existente entre a ficção e o uso político da linguagem. As marcas da verdade – responsabilidade, necessidade, seriedade, o uso moral das formas e a atenção aos fatos – são, também, as marcas da intervenção na sociedade. A ficção, no entanto, surge associada a valores opostos – o ócio, a gratuidade, o acaso, a imaginação, a proliferação de sentido, a imprecisão.

La ficción aparece como una práctica femenina, una práctica, digamos mejor, antipolítica [...] El espacio femenino y el espacio político (todo eso está por supuesto en Amalia de Mármol). O si ustedes quieren, la novela y el Estado. Dos espacios irreconciliables y simétricos. En un lugar se dice lo que en el otro lugar se calla. La literatura y la política, dos formas antagónicas de hablar de lo que es posible.⁴⁴

Em vez do modelo do dilema, ensaiado por Piglia, Doris Sommer escolheu a via do problema, já insinuado, aliás, por Leslie Fiedler: o romance histórico e a política caminham de mãos dadas. O interesse de Sommer dirige-se às *ficções fundacionais* para ver nelas uma normalização pública de usos privados:

These “national” or “historical” novels all turn out to be love stories, romances, in the domestic or bourgeois sense, replete with stock characters and predictable relationships. Whether the plots end happily or not, the romances are invariably about young chaste heroes who quest after equally young heroines in order to establish conjugal and productive unions which represent national unification and which can be frustrated only by illegitimate social obstacles [...] She is the object of desire. Whether she becomes rhetorically synonymous with the Land, as she often does, or with the “naturally” submissive and loving races and classes that the hero will elevate through his affection, woman is that which he must possess in order to achieve harmony and legitimacy.⁴⁵

Tanto a tensão entre ficção e política quanto o campo e as formas que a traduziriam – o romance histórico como ficção fundacional – já se encontram, portanto, definidos nas primeiras manifestações desse conflito. Em um texto nunca recuperado em livro e estampado pelo *Ostensor*, Mármol argumenta sobre a oposição irreconciliável entre poesia e matrimônio. Com parâmetros do capitalismo editorial em que está, de fato, engajado, abstém-se de definir a poesia, igualada à liberdade de imprensa, para lamentar o escasso capital simbólico acumulado pelo escritor de ficções: “Nós, que não escrevemos para que nos acreditem, mas sim para que nos ouçam desconfiamos de nossa reputação, quando ao voltar algum dia a nossa pátria, entregarmos a um impressor, por um punhado de metal, o fruto de nosso trabalho nos longos anos de nosso desterro”.⁴⁶

Não exagero, portanto, ao pensar que tanto *Amália* quanto outras duas obras, *La angustia* e *Las noches de Palermo*⁴⁷ citadas pelo autor, porém, perdidas pela história, sejam os esforços acumulados por Mármol para conquistar seu lugar público como diretor da Biblioteca Nacional e como fundador do romance histórico latino-americano. Examinar esta última questão talvez ajude a equacionar

nem tanto o débito simbólico de Mármol mas, sobretudo, a densa permutabilidade entre sua *Amália* e as ficções de Carvalho Guimarães.

Para melhor compreender a trama tecida pela literatura e a política, pelo trabalho subalterno e o dominante, seria bom esclarecer o perfil deste escritor. Liberal moderado, porém, contrário à política de Rosas, José Mármol viveu longe da Buenos Aires natal – quatro anos em Montevideu e três no Rio, cidade esta onde dividiu um quarto, no Hotel da Europa, com outro escritor e político argentino, o já citado Alberdi. Claro que o tom escolhido para caracterizar essa permanência no Rio – “nos longos anos de nosso desterro” – não faz jus ao sentimento do autor que, ao que tudo indica, estava encantado não só com as belezas naturais da cidade mas com a pulsação urbana da Corte. Comprovam esta impressão não apenas os fragmentos profissionais “Da minha carteira de viagem”, que ele publicou no *Ostensor* em 1845,⁴⁸ mas as notas aos *Cantos del peregrino*, redigidas, um ano depois, em Montevideu, e nas quais Mármol não se contém perante a força avassaladora com que a modernidade reestrutura um cenário de novas experiências: morros sendo derrubados, ruas se abrindo a cada instante, edifícios proliferando e deixando de lado a pesada arquitetura colonial portuguesa para adotar “a forma graciosa e leve da arquitetura moderna”. Extasiado por essas transformações urbanas, no cenário fluminense, Mármol se maravilha de que a cidade, “que não se pode dizer propriamente que tenha passado”, ostente monumentos de arte de bom gosto, bibliotecas de cem mil volumes, museus públicos em variedade.⁴⁹ Se é fácil pensar no vínculo indissociável entre romantismo e modernidade, e se, além do mais, os arroubos do escritor coincidem, até certo ponto, com a fórmula proposta por Lyotard, que iguala os avatares do capitalismo aos da própria modernidade, resulta curioso constatar que esta liberdade se dá, precisamente, em função de rígida coerção social, controlada pelo Estado. Sarmiento, guia espiritual de Mármol, a partir do encontro dos dois escritores, no verão carioca de 1846, não deve ter escondido ao amigo sua opinião sobre o Império, que já tornara pública, aliás, numa série de artigos para a imprensa chilena, dois anos antes, e onde argumentava que só o Brasil podia, como nenhum outro país latino-americano, impulsionar um processo de civilização (em outras palavras, de produção de bens a partir do assentamento

de capitais estrangeiros) capaz de conter a barbárie dos campos, porque só aqui se registrava a indispensável solidariedade entre a burguesia industrial e a monarquia progressista, razão pela qual, para Sarmiento, a queda do Imperador representava o risco da mais completa barbarização do Brasil, condenado que ficaria às disputas entre chefetes e caudilhos. Nem sempre é lembrado um antecedente prototextual da maior relevância nestas questões, o ensaio “Política exterior de Rosas”, no qual, pela primeira vez, Sarmiento esboça o dilema civilização x barbárie, a partir do caso brasileiro. Transcrevo a análise longa, porém luminosa, que Sarmiento faz da sociedade do II reinado para melhor acompanharmos as estratégias alegóricas de sua leitura:

El Imperio del Brasil abrazava uno de los mas estensos i preciosos territorios de la tierra; tomando en consideracion esta estension de tierras, no hai duda que el Brasil es, como casi todos los estados sud-americanos, un pais despoblado i desierto en su mayor parte. Nada difícil de comprender es que en un pais donde la sociedad se halla rodeada de grandes desiertos, haya ciertas condiciones de vida cercana por muchos puntos al estado salvaje e inculto; porque solo cuando el hombre se apiña, cuando se roza recíprocamente i se influye, es cuando se somete a la accion de la presion social, que lo refacciona i lo pule.

Tomando, pues, los extremos, las orillas del territorio brasilero, encontraremos pueblos pastores, movedizos, jinetes, hombres del desierto, acostumbrados a vagar, por las necesidades mismas do su industria, en la mayor parte del dia. Esto sucede precisamente en las provincias del sur, que es donde, por el contacto con la República del Paraguai, se halla espuesto el Império a las influencias desorganizadoras del caudillo arjentino. El Brasil, ademas, por una necesidad tradicional en su sistema de agricultura, usa del medio horrible, pero necesario allí, de la esclavatura; de modo, pues, que estos dos elementos, los esclavos i los pastores, forman una masa de sociedad peligrosa, preparada a recibir la accion insidiosa de un seductor político, por la naturaleza misma de la situacion social que tienen.

Sobre todo esto, el Brasil tiene muchas ciudades notables, llenas de riquezas provistas abundantemente, tanto en hombres como en monumentos i en industria de todos los resultados que

puede producir la civilizacion europea, cuando se establece en un pais tan superiormente preparado a desenvolver sus jérmenes. Tienen estas ciudades una numerosa juventud educada en las principales ciudades de Europa, donde ha adquirido un singular adelanto i una simpatía decidida por la vida europea, i que por esto mismo, vive en una especie de fuerte antagonismo con todo el resto de la poblacion negra, que sirve en la agricultura, i de la blanca que trabaja en el pastoreo. En el Brasil, mas que en ninguna otra parte, se diseñan las diferencias de la vida europea i de la vida indíjena, porque ambas sociedades, permítasenos calificarlas así, viven frente a frente, mirándose con desprecio i con evidia, i aborreciéndose, por razon de las ventajas i miserias relativas que gozan i sufren respectivamente. Estamos mui lejos de pensar que estas dos fuerzas se paralicen, i sabemos bien que los grandes centros, como el Janeiro, Bahía i Pernambuco, tienen un poder real, mas activo, mas eficaz que el elemento campesino; i que a medida que pasa el tiempo, ejercen una accion mas eficaz i mas decisiva sobre los campos, reformando rápidamente los malos instintos que en ellos se desenvuelven; pero sabemos tambien que mucho queda por hacer para poder alzar el grito de una victoria completa. Ningun pais mejor que el Brasil puede dar gracias a la monarquía constitucional; pues por ella sola se ha salvado hasta aquí i cuenta con grandes probabilidades de salvarse en adelante de la anarquía política que allí habria sido horrorosa, por razon de la situacion que acabamos de dibujar. La monarquía constitucional es en el Brasil el paladium de la civilizacion i de la libertad, no solo por su accion gubernamental, sino por el feliz carácter personal i las tendencias i las tradiciones que han desplegado sus dos primeiros monarcas.⁵⁰

O regime alegórico dessa análise nos permite concluir que Sarmiento pensa no pampa quando descreve o Império e vice-versa, que interpreta coordenadas brasileiras ao escrever *Facundo*. Sua escritura é leitura do outro no mesmo e, para viabilizá-la, torna-se-lhe necessário manter a ordem do visível e a ordem enunciável em relações constantes, de heterogeneidade, anisomorfismo e pressuposição recíproca. Um conjunto de fatores, entre os quais Sarmiento cita

el completo desarrollo de ambas sociedades segun las leyes i las condiciones de la civilización europea; la aclimatacion de todos los medios de industria, de ciencia i de organización que constituyen la vida de las naciones de la Europa; lo cual proviene de que ambos gobiernos anhelan obtener los resultados que en esta parte del mundo se han obtenido,

tudo, enfim, permite afirmar a identidade por trás da diferença: identidade social, diferença cultural.

No es un argumento contra esta identidad de intereses la diferencia de los nombres que califican a los dos gobiernos, desde que el imperio allá i la república aquí, quieren decir, sin oposicion alguna, el medio mas adecuado para conseguir resultados idénticos por caminos perfectamente análogos. Los nombres, pues, nada significan desde que las cosas son perfectamente iguales.

Sarmiento quer, portanto, resgatar uma continuidade ou constância de formas produtivas, para assim ensaiar uma ontologia formal de nossas sociedades. O deserto e o caudilho, o visível e o dizível, encenam os limites da própria representação. “Juventude progressista do Rio de Janeiro” nos mostra, por sua vez, a mútua pressuposição entre as leituras de Sarmiento e Mármol. É verdade que *Facundo* não é citado no ensaio do *Ostensor* mas, numa leitura palimpsestosa, transparece a marca do futuro clássico. Com efeito, raciocina Mármol, em “Juventude progressista do Rio de Janeiro”, que alguns intelectuais urbanos do Brasil, educados em livros franceses contrabandeados, convocaram a população a desacatar o monarca europeu, chamamento aceito imediatamente, com o maior entusiasmo. Na versão em livro, publicada em Montevidéu em 1847, *Examen crítico de la juventud progresista del Rio de Janeiro*, Mármol acrescenta, a essa altura, “*esto supieron entender muy bien, pueblos educados de tal modo, que sus instintos eran de substraerse a cualquiera que los mandase*” e, abrindo um asterisco, nos remete a uma nota de rodapé que diz “*véase a este respecto Civilización y barbarie, obra del sr. Sarmiento*”. Em resumo, esta nota, que estimula o desacato à norma, constitui-se em fundadora de um cânone peculiar e transversal. Impressa ao pé de página de um livro “uruguaio”, escrito

por um portenho, exilado no Rio, ela é a primeira recepção crítica “brasileira” do ensaio de um argentino interiorano que, no Chile, escreveu uma interpretação da cultura e da sociedade do Prata, estimulado pelo que imaginava ser o Brasil a partir de leituras (devemos supor) de viajantes estrangeiros. Não sei se *Facundo* circulou no Brasil antes da tradução francesa lida por dom Pedro. Sei que Carvalho Guimarães deve ter lido a resenha que, em 1846, Charles de Mazade lhe dedica na *Revue des Deux Mondes* e que provocou a tradução de Guiraud em 1853 e sei, ainda, que tudo deve ter lhe soado muito familiar.⁵¹ Mas não apenas para o editor do *Ostensor*, o americanismo de Mazade soava *déjà vu*. Também para Mármol, que pouco se afasta das ideias de Sarmiento. Provam-no seus artigos sobre a situação cisplatina para *La Semana*.⁵² Neles, como na obra atribuída a Alberdi, *Les dissensions des Républiques de La Plata et les machinations du Brésil* (1865), e nas cartas de Francisco Pinheiro Guimarães, *A Revolução Oriental e a brochura do Sr. Heitor Varela* (1858), texto enfrentado aos precedentes por suas convicções políticas, ainda que a eles igualado pela convenção ideológica, lemos um mesmo paradigma: a história se articula como ficção. O lucro político desta cifra parece óbvio. Menos óbvias, porém, são as consequências que Mármol retira ao raciocinar que a ficção estrutura a história. Em primeiro lugar, essa ideia mestra moldou a escritura de Mármol quando, em 1851, e também nas páginas de *La Semana*, publicou *Amália*, exemplo canônico de relato histórico porque ilustra, como poucos, o espírito da nova forma literária: a sagração do representado, tornado elemento dominante da narrativa, com o objetivo de outorgar um sentido às ações e construir a coerência formal indispensável para a compreensão do caótico fluir dos fatos. A ficção de Mármol descansa, assim, na oposição entre ideal e realidade, adaptando-se a um relato maior, o da tensão entre civilização e barbárie (que Mármol, um escritor que quer ser ouvido em Buenos Aires, *ouve*, escuta mesmo, de Sarmiento no Rio), oposição homóloga à que existe entre Corte e província, para dizê-lo com palavras de Antonio Candido, ou enfim, entre cidade e campo, miolo ideológico da modernidade nas análises de Raymond Williams. Mas seria conveniente, de outro lado, ver um segundo uso desta ideia da história como intriga, uso esse que comprova que, para

poder contar, é preciso trair. Ao mesmo tempo que publica *Amália*, em Montevidéu, Mármol declara, em Buenos Aires, que esta obra é seu primeiro romance histórico “e o primeiro também que já se escreveu na América do Sul”. Idêntica à dele, e talvez mais fundamentada, era a pretensão de Carvalho Guimarães,⁵³ autor, a essas alturas, de um conjunto ficcional integrado por *Jerônimo Barbalho Bezerra*, *A guerra dos emboabas*, *A cruz de pedra* e *Os jesuítas na América*, série veiculada pelo jornal que ele e João José Moreira publicaram, no Rio, entre 1845 e 46, o *Ostensor Brasileiro*, “coleção de produções originais em prosa e verso sobre assuntos pertencentes à história política e geográfica da Terra de Santa Cruz”, periódico de muitas e excelentes gravuras, devidas às máquinas de casa Laemmert. A despeito do luxo do periódico, depois de cinquenta e dois sábados, Carvalho Guimarães confessa, porém, apertos financeiros e incerteza quanto ao futuro do seu jornal, razão pela qual faz um balanço que aqui nos interessa em particular. Diz ele que o primeiro número do *Ostensor* (e com ele, devemos supor, *Jerônimo Barbalho Bezerra*) já estava pronto, entre 1842 e 43 (e até “em mãos do impressor”), quando soube da publicação de um concorrente, que seguiria o modelo do *Penny Magazine*. Era a *Minerva Brasiliense* que, de fato, só sai em novembro de 1843. Seja para não empanar o brilho da *Minerva*, na qual o próprio Carvalho Guimarães colaborou, seja porque, de certa forma, seria mais conveniente aguardar e exibir, antagonicamente, um interesse pela “literatura, ciências e costumes dos povos da América do Sul” (convidando assim os emigrados Mármol e Alberdi para escreverem no jornal), o que, aliás, prova uma definição do nacional bem menos estreita, o fato é que o *Ostensor Brasileiro*, ao que tudo indica, demora sua publicação, por algum tempo, nada devendo, porém, esse jornal “literário-pictoreal” à *Minerva Brasiliense*, “que gerado fora depois, e também depois, bem podemos dizer, nascera”. Ora bem, seja em 1842, conforme a ficção de Carvalho Guimarães, seja em 1845, quando, de fato, vêm a público, o certo é que as andanças de Jerônimo Barbalho Bezerra, o “caudilho da plebe”, e seus companheiros da Revolução de 1660, não parecem encontrar muitos antecedentes na literatura do país, daí que o narrador peça a indulgência dos pioneiros pois “modelos que nos guiassem só os pudemos encontrar estranhos”. O estrangeiro como

sinistro: eis um programa a ser desenvolvido. Sem dúvida, as páginas do *Ostensor Brasileiro* servem como oficina para Carvalho Guimarães, inexperiente romancista histórico que, em mais de um sentido, traça, com suas ficções, a história de um projeto “a bem da civilização e recreio do povo”. Embora em seus romances históricos se possa ver, em primeiro plano, uma política do enunciado, em que a ficção alimenta essa trama conspiradora da história, não é menos lícito ler, ainda, nessas suas ficções, os percalços de um modelo cultural se impondo nas transparências da enunciação. A título de exemplo, repare-se, à página 112 do jornal, numa advertência que corrige, parcialmente, *A guerra dos emboabas*. “Muitos erros escaparam em o número 13 do *Ostensor* [admite o responsável] porém, como é fácil ao leitor emendá-los, dispensamos uma longa errata, apontando simplesmente os da epígrafe do Romance (que é uma citação, em inglês, de *As viagens de Gulliver*) onde na sexta linha se deve ler *streets* (lia-se *struts*), na oitava *cutting* (era *culting*) e logo adiante *their* (e não *tgeir*). Outros erros, como Júlio Hostílio por Túlio Hostílio [conclui Carvalho Guimarães] são fáceis de conhecer e emendar.” Eis, em resumo, um autêntico programa de civilização – para o tipógrafo, para o leitor – que define atribuições precisas: o jornalista educa para o progresso, lei histórica inevitável e irreversível, que no século XIX se confunde com a expansão do capital. O leitor, no entanto, recluso no recreio. Essas funções, por sua vez, recortam dois âmbitos antagônicos: um espaço público e político, em que o intelectual se movimenta como agente simbólico da perfeição e da felicidade, e um domínio íntimo e doméstico, no qual esperam os leitores (mulheres, em sua maioria), ávidos de conversão à nova religião laica. Na advertência, texto de saber acumulado pelo editor, vemos, então, uma decidida intervenção que busca regular os sentidos dos enunciados, excluindo a barbárie (que pensa na língua enrolada, *culting*, como coisa dos letrados, dos cultos) e incluindo a civilização, com os hábitos da metrópole, portadores de esclarecimento. Como árbitro das trocas, poderíamos dizer, apoiados nas análises de Ludmer, que o texto é um peculiar aparelho estatal em que o fora se dobra no interno.⁵⁴ O texto age, assim, como uma dessas *streets*, que o tipógrafo desconhece e que tanto fascinam a Mármol – passagens do irreversível, ruas de mão única. Nos defrontamos,

por conseguinte, com o desconcerto da alteridade, em que o singular se desdobra. O narrador de *Jerônimo Barbalho Bezerra* manifesta esta aporia do gênero quando recomenda a seus leitores que “aqueles que tiverem em sua guarda moças bonitas, tenham conta de arredar-lhes das mãos, não aquele [refere-se ao *Amadis de Gaula* que incitou o travestimento de Clara de Esteves] porque é inocente (e, ainda assim, faz mal) porém outros que por aí há modernos os quais não só dão coragem para cometer loucuras e praticar crimes mas até os ensaiam detalhadamente”. Modernidade, loucura, transgressão sexual parecem convergir numa obra que começa a se dobrar sobre si mesma. Em outras palavras, ao ensaiar autonomia, a ficção afiança autorreflexibilidade e postula enfim a questão dos limites de uma experiência que se quer superadora das convenções. Não é raro, portanto, que narrador ou personagens hesitem quanto ao regime de verdade mais apto:

História?! – interrompeu Brás dos Anjos, com enfado: alto lá rachador! disto fará o guia uma história mas por ora é um caso verdadeiro e acontecido... vai muita diferença de um caso a uma história.⁵⁵

A inquietação dos ouvintes é a mesma do narrador: ela traduz um reconhecimento e uma reprovação da estrutura unitária do mundo. De um lado, o texto moderno finge realidade, só que, em vez de vir depois dela, antecipa-se a ela; mas, de outro lado, o discurso ficcional ameaça a identidade, porque se o relato simula ser cópia de um original, o real surge como duplo de coisa nenhuma, donde somos forçados a desconfiar que o verdadeiro real esteja alhures, no crime ou na transgressão. O perturbador e angustiante destas ilusões é que, se realizadas, sua própria realização afasta ou, até mesmo, impede a possibilidade da reprodução, que é um traço do que é vivo, de tal modo que a reprodução anula, em última análise, qualquer hipótese do existente pela pura e simples realização do sinistro. Como diria Clément Rosset, a infelicidade da representação consiste em jamais, de fato, poder ser representada.⁵⁶ Mas a questão da duplicidade ainda pode ser resgatada em outro nível. Como sabemos, o romance histórico exhibe forte vinco referencial, em que o descritivo se equilibra com o normativo. Não raro, esses textos se justificam

como resposta a um discurso anterior, detonador do relato. Assim, *A cruz de pedra*, por exemplo, rege-se por dupla causalidade. De um lado, o folhetim do *Ostensor* é prolongamento autógrafo de *A cruz de pedra*, relato que Carvalho Guimarães incluiu em seu *Romanceiro Brasileiro*. De outro lado, a narrativa é provocada por um “asnático e atrevido artigo sobre o Brasil”, as impressões de viagem do conde de Suzannet,⁵⁷ que contém, na opinião de Carvalho Guimarães, “algumas expressões fortes (mas verdadeiras, verdadeiras!)” que teriam sido “mal recebidas, talvez por serem proferidas por um estrangeiro”, argumento capcioso – estranho ou sinistro – que dissimula a origem portuguesa do próprio comentarista ou que, em última instância, nos mostra que seu conceito de nacional é lábil a ponto de incluir todo tipo de enunciado, desde que vertido na língua e na lógica do Estado. Afinal de contas, o grande mérito ambicionado pelo *Ostensor* é o de se contrapor à “literatura estrangeirada” que por então circulava, assim como a vitória específica de *Jerônimo Barbalho Bezerra*, o primeiro romance, “é que em português vai ele escrito”.

Na perspectivização ou abismalização da verdade, o trabalho da ficção histórica não reside em negar, peremptoriamente, a consistência da verdade, como a lógica do pior poderia nos fazer supor, numa leitura extrema; nem mesmo significa a diluição da própria categoria histórica, numa concepção discursiva do real que absolutiza o texto como artefato em desvario, desligado de inter-relacionamentos mais fecundos e práticos com a sociedade. Creio, entretanto, que a inquietação da narrativa leva a uma explicitação das regras que produzem a própria ficção, donde a questão da perspectiva poderia ser interpretada como a admissão crítica da convenção e o desnudamento, enfim, do artifício. A estratégia (feminina) da ficção rasga assim a arquitetura de verdades e autoridades do marco (masculino) do Estado. A despeito das funções referenciais, comunicativas e subjetivizantes que a história positivista sempre alimentou, o romance histórico, mesmo em suas versões mais “verídicas” e menos ficcionais, tende a ensaiar e mesmo enfatizar funções construtivas ou conativas, funções metadiscursivas, que poderíamos também denominar funções estatais. Público e privado reaparecem, assim, como problema. A ficção não é, em absoluto, uma prática antipolítica: ela enfrenta o narrativo e o político através de

um (auto) questionamento dos modos de representar. Apreendemos aí um mesmo gesto: controlar o outro e cuidar de si.

Vidas bárbaras

Todo ser de ficción, todo personaje poético que crea un autor hace parte del autor mismo. Y si este pone en su poema un hombre de carne y hueso a quien ha conocido, es después de haberlo hecho suyo, parte de sí mismo. Los grandes historiadores son también autobiográficos. Los tiranos que ha escrito Tácito son él mismo. Por el amor y la admiración que les ha consagrado, se admira y hasta se quiere aquello a que se execra y que se combate... Ah, como quiso Sarmiento al tirano Rosas! – se los ha apropiado, se los ha hecho él mismo.

Unamuno – *Como se hace una novela*

Admitamos que, tanto em *Jerônimo Barbalho Bezerra* quanto em *A guerra dos emboabas*, dois dos romances de Carvalho Guimarães, recolhemos ideias que se insinuam também em *Os jesuítas na América*, notadamente, a noção eufórica de que a própria ficção constitui *per se* um estudo da ficção, constatação que, até certo ponto, compensa seu complemento melancólico, que o estudo da história se confunde com a própria história. Sêrres, por sua vez, também nos lembrou que não existe mito mais puro que o saber puro de todo mito. Ora, seria conveniente, talvez, observar que, conquanto as funções autorreflexivas e metadiscursivas se avolumem, numa leitura tropológica da história, cabe destacar a diferença entre umas e outras. A ficcionalidade é uma propriedade atribuída a certos discursos, na base de um conhecimento de convenções quanto ao uso da linguagem, o que regula os campos da verdade, do erro e da falsificação. Já a literariedade, entretanto, é uma propriedade que atribuímos aos discursos que se adaptam a normas institucionais que determinam os requisitos que um enunciado deverá possuir para

ser reconhecido como poético. Interessa, portanto, agora, mostrar em que medida a ficcionalidade pode pagar tributo à ilusão retórica mantida pela instituição literária para melhor equacionarmos as relações entre fato e ficção.

Para início de conversa, consideremos a hipótese de ler *Jerônimo Barbalho Bezerra* como uma biografia da barbárie.⁵⁸ Carvalho Guimarães conheceu e até padeceu a rígida separação entre história e ficção. Revoltado também contra esse positivismo, que nos enche de incertezas em relação à vida miúda dos pequenos indivíduos, Marcel Schwob escreveu suas *Vies imaginaries* para mostrar que a arte se limita a descrever o individual e a desejar o único; que ela não classifica mas desclassifica, porque a biografia consiste, precisamente, na seleção: não o verdadeiro mas aquilo que, no caos histórico, pareça verossimilmente humano. Borges, discípulo de Schwob, escreveu uma *História da eternidade* justamente quando percebeu que “*la eternidad, anhelada con amor por tantos poetas, es un artificio espléndido que nos libra, siquiera de manera fugaz, de la intolerable opresión de lo sucesivo*”. A biografia da barbárie, como toda narrativa ingênua, produz, portanto, um efeito de vida, uma ilusão biográfica determinada pela combinação de elementos sucessivos, sobre os quais não gravita a suspeita de seleção ou articulação. *Jerônimo Barbalho Bezerra* ambiciona, assim, nos apresentar um conjunto coerente, senão exaustivo, orientado e, acima de tudo, cronológico, que nos permita apreender a unidade de uma vida. Por este artifício, Jerônimo Bezerra e Carvalho Guimarães se equiparam: ambos postulam um sentido para a existência, através da constância e da consistência do vivido que, desta forma, se organiza, em graus e etapas, num todo. Como observa Pierre Bourdieu,

*produire une histoire de vie, traiter la vie comme une histoire c'est-à-dire comme le récit cohérent d'une séquence signifiante et orientée d'événements, c'est peut-être sacrifier à une illusion rhétorique, à une représentation commune de l'existence, que toute une tradition littéraire n'a cessé et ne cesse de renforcer.*⁵⁹

A biografia recorta-se, deste modo, como um artefato verbal capaz de articular uma trajetória ou sequência de posições assumidas pelo indivíduo no espaço social em transformação, o que implica ler a

biografia não como sucessão certa e sim como um feixe de prováveis simultaneidades. Os fatos biográficos adotam, assim, uma disposição coreográfica ou teatral, como colocações e deslocamentos de sentido, em torno de núcleos conflitivos. Lidos em chave histórica, esses textos ambicionam estatuto científico: eles separam o verdadeiro do falso, no tocante a usos e costumes. São fisiologias. Lidos, no entanto, enquanto ficções, nos revelam o trabalho de imaginar uma comunidade, praticando exclusões, desconstruindo ou indefinindo categorias. As biografias da barbárie situam-se na areia movediça daquilo que não é nem verdadeiro nem falso. Apresentam-se como uma investigação ou reconstrução retrospectiva de uma transgressão institucional, que passa a ser condenada, para expulsá-la dos marcos do social: a lei do outro é fora da lei. Os mecanismos segregatórios multiplicam-se: o comportamento racional separa-se da sandice, o pensamento eleva-se sobre as necessidades do corpo, a expressão polida triunfa sobre as incertezas e adulterações linguísticas, tudo, enfim, leva a opor a lei consuetudinária à nova lei positiva.

Tomemos o episódio da revolta de Jerônimo Barbalho Bezerra contra a autoridade do governador Salvador Correa de Sá e Benavides (biografado, aliás, por Varnhagen no próprio *Ostensor*). Seu grito de guerra – “aborreço a altivez, detesto a tirania” – justifica-se, por exemplo, com argumentos linguísticos: o primeiro dos sobrenomes do general é anagrama de Satanás e o segundo nome, espanhol, demoniza o lado estrangeiro da autoridade. No capítulo IX, ficamos sabendo que Sá e Benavides comuta a pena dos revoltados. O pai de Jerônimo, nomeado governador na rebelião, tende a aceitar o indulto e incrimina o filho:

- Jerônimo, disse o Governador, tu és a vergonha de nossa família! Foste mau filho, és mau esposo e pai, vassalo rebelde...
- Porém não traidor, não traidor!... Em que sou eu a vergonha de nossa família? Nobre sou mas inimigo de tiranos e soberbos nobres! E se é preciso quebrar o brasão de filho d’algo para conservar meus sentimentos, quebro-o!!
- Louco homem...
- Seja: acaso temos nós obrigação de pensar uniforme? Não será livre o homem sequer pelo pensamento?

- Mas pensar e obrar são coisas diferentes; pensa como te aprouver, porém, cala-te: não condenes nos outros aquilo em que te louvas.
- E fui eu que forçou o povo a sacudir o jugo tirânico que lhe pesava?
- Foste!
- Pois fui, então?
- És um amotinador, um rebelde!
- Sou, e então?
- O cadafalso e a infâmia te esperam; a maldição de teus filhos e as lágrimas desta desgraçada te pesarão além da morte, e a posteridade renegará teu nome!!
- Embora.
- Miserável, miserável!
- Agostinho Barbalho, eu não venho aqui como réu para ouvir sentenças; não venho como filho ouvir paternos conselhos, vinha trazer-te a cópia do bando, que já leste; dize-me, que decides?
- Recebo a autoridade de Governador interino pela nomeação de nosso General Salvador Correa de Sá e Benavides e intimo-te que sob pena maior te recolhas em casa e dela não sairás antes de três dias.

Podemos ver que as possíveis virtudes do jovem caudilho – sua liderança, sua coragem, seu poder de mando – neutralizam-se na transgressão, que tenta ser contida por duas ordens diferentes. De um lado, o poder público do general, de outro, a disciplina privada da família. A relação filial, de acatamento e submissão, é o núcleo despolitizado do conflito contra a autoridade, que funciona, ao mesmo tempo, como dispositivo despolitizador da convivência paterna. Essa atitude pressupõe a subordinação e acena com progresso social, no acatamento às regras do maior. Esse duplo mecanismo de desqualificação/apologia – “não condenes nos outros aquilo em que te louvas” – ativa-se toda vez que a ordem da razão e do mesmo tenta controlar o corpo do outro para o triunfo da lei positiva. Em uma das *Cartas da Inglaterra*, em que Rui Barbosa comenta e glosa a biografia

do *Dr. Francia* de Carlyle e o livro de Pelliza sobre Rosas, lemos, de forma coincidente, que

a fama desse jovem [Rosas], filho da cidade, “que domava, laçava, e boleava como o melhor gaúcho, que nem tinha medo à inclemência do inverno nem se detinha, no verão, sob a ramaria ao abrigo do sol, quando era preciso trabalhar”, propagou-se rapidamente, de campo em campo, de vila em vila, de capital a capital. E as tribos selvagens não o conheciam menos do que as cidades civilizadas. Certo dia encontrara um grupo de índios que, tendo-lhe carneado uma égua, e estando a reparti-la entre si, se alvorotaram com a sua presença. Mas Rosas lhes falou em língua pampa. “Não roubem”, disse, “que eu lhes darei éguas”. Os índios saltaram aos cavalos, e seguiram-no, voltando às tendas com os animais, que lhes prometera, e a fama de sua liberalidade. Era o mais forte; era o mais ágil; era o mais destemido; era o mais gentil. Na luta com o solo, com os animais, com os elementos, a sua superioridade não tinha rivais. A massa rústica não resistia ao seu feitiço; a mocidade urbana sentia-se arrastar pela sua fascinação [...] Já não era o caudilho rústico: era um chefe militar. Como tal foi mandado a combater os índios. Mas em vez de se entregar ao gozo bárbaro de exterminá-los “optou por medidas apaziguadoras, que atraíssem os pampas à vida civilizada e ao trabalho: maneira de sentir que o pôs em dissidência com o governo”⁶⁰

A quebra se dá no corpo e na língua, numa *outra* disciplina. Na língua, pela possibilidade de entender o cifrado, o implícito (Jerônimo) ou o estranho (Rosas). Os caudilhos são jesuítas: falam a língua do outro para escrever a lei – a propriedade, a ordem. Há, ainda, um quê adandinado nestas duas figuras transicionais que circulam pelo campo e pela cidade, desatando afetos diferenciados. Em relação às massas, quebram o escudo fidalgo; em relação aos cidadãos, são produtores de uma nova ordem. Nos rústicos, despertam feitiço; nos burgueses, fascínio. Para ambos, pensar e obrar são ações antagônicas. Não se diz o que se pensa, não se faz o que se diz. Entre dizer e fazer, entre poder e saber há diferença de natureza mas, ao mesmo tempo, mútua pressuposição. Algo deve ser calado para que outra coisa possa ser feita. Em todo caso,

o princípio de não relação entre essas duas ordens tenderá sempre a beneficiar as formas de expressão (o dizer) em detrimento às formas de conteúdo (o fazer), mostrando a brecha insalvável entre identidade e representação, brecha de tempos deslocados. Jerônimo ainda não diz o populismo caudilhista; Rosas já não representa a rebelião ingênua contra o instituído. O poder sobrepõe-se ao saber e o corpo guerreiro terá que se submeter a um conjunto de disciplinas – a estratégia – que decidem sobre corpos tomados agora em massa. Digamos, portanto, que a biografia da barbárie ajuda a normalizar as vidas relatadas: não se trata mais de caudilhos mas de chefes militares. Abdica-se do gozo em favor do trabalho. A lei positiva apropria-se, portanto, da lei consuetudinária. Rosas inibe o plágio – os índios são *plagiarii*, ladrões de cavalos – e tomando posse da matéria, o caudilho acumula poder. Quando Rui Barbosa leu *Facundo*, chamou-lhe a atenção, precisamente, esse “excesso de vida: Napoleão, Byron, Rosas”, anotação marginal que nos fornece uma gramática de leitura muito precisa das biografias e da própria história. Rui Barbosa leu, com Carlyle,⁶¹ uma história de heróis de exceção. Seu comentário pode ser até equiparado ao de Alberdi – “se não receássemos violar a cronologia dos grandes homens melhor diríamos que Bolívar foi copiado por Napoleão, Richelieu, Henrique IV”. Se Napoleão apropria-se de Rosas ou de Bolívar, os que, por sua vez, se apropriaram de índios e colonos, *Jerônimo Barbalho Bezerra*, nosso primeiro agente bonapartista (para não cair no aborrecível cânone do “romance do ditador latino-americano”), nos mostra que a duração é memória, que o passado manifesta-se integralmente no presente, ainda que tão somente um fragmento dele se transforme em representação. Em vez do modelo sucessivo, esta leitura de biografias da barbárie nos permite colocar-nos, de repente, no passado, ensaiando mecanismos historicamente concomitantes.⁶² É porque o passado se constitui imediatamente que podemos reconstituí-lo a partir de um presente ulterior, daí que passado e presente coexistam integralmente. Jerônimo Barbalho Bezerra é nosso contemporâneo, um bandido. É bom frisar, entretanto, que a coexistência integral de passado e presente não pode ser lida como postulado de uma suposta matéria transistórica, capaz de explicar um arquétipo único. Não digo que Rui esteja longe dessa concepção que se destaca, por

exemplo, na argumentação de Pereira da Silva quando, em *A história e a legenda*, se propõe escrever sobre “Os ditadores da América”, isolando, com esse fim, uma invariante inter-histórica. Cito:

Desapareceu Rosas do mundo há cerca de 40 anos. Pode-se afirmar que para a atual geração é já um personagem dos tempos idos.

Esboçar presentemente sua figura singular, descrever seu caráter feroz, referir seus feitos hediondos, figurar-se-á sem dúvida uma narrativa de lendas, senão complexo de ficções e fábulas.

Não menciona, porém, a história antiga Heliogábalo, Calígula e Caracala? Não os consideramos entes monstruosos, mas não estamos também certos que viveram e governaram o Império Romano louca e despoticamente?

Juan Manuel Rosas, bem que nascido no século XIX, pertence à mesma família desses fenômenos sanguinários, que por felicidade do mundo a natureza raras vezes produz. Não vimos ainda atualmente reproduzidos iguais tipos em nosso próprio país? De todo o solo brota planta maligna.⁶³

Ler, em Rosas, um novo Tibério, como faz o Visconde de Rio Branco, é ler concomitantemente Gaspar da Silveira, Joca Tavares ou Saraiva no próprio Rosas, cedendo a uma dupla ilusão, do discurso homogêneo e da história sincrônica, ilusão essa que poderá acenar um futuro tangível à República. Entretanto, é cabível pensar que o esforço de imortalização decorrente desse enfoque inter-histórico revele, pelo contrário, incertezas e inseguranças em relação ao futuro por parte dos homens mortais do presente. Com efeito, na procura de permanência secular, os biógrafos do século XIX depararam-se com uma possibilidade concreta de transcendência, oferecida pelo duplo infinito cronotópico, que se desdobra como processo virtualmente inesgotável (o que é positivo) ainda que fluido ou inapreensível (o que não o é tanto assim). A consequência imediata de um enfoque semelhante é que a história deixa de ser um dado natural para ser uma construção social. A desvantagem é que Pereira da Silva ou Rui Barbosa entendem que a legenda (a construção imaginária, a ficção) é inimiga dessa verdade científica que, supostamente, a história descobre mas não produz. Como salienta Hannah Arendt, em todas

as tentativas historiográficas de identificar fim e sentido, aquilo que, de fato, se considera um sentido não passa de ser um padrão e

dentro das limitações do pensamento utilitarista nada pode fazer sentido além de padrões, pois apenas padrões podem ser “feitos”, ao passo que significações não podem sê-lo, mas, como a verdade, apenas se descobrirão ou se revelarão.⁶⁴

Numa das *Cartas ao amigo ausente*, o Visconde de Rio Branco nos fortalece, aliás, um belo exemplo de como as biografias da barbárie questionam a lei alterna e suas significações em processo para reduzi-las a um padrão que se nos apresenta como um *ainda-não-lei*, como iminência normativa, quando, a rigor, deveríamos vê-lo como um *não-mais-lei* já que a lei encontra-se substituída pelo padrão positivo. Transcrevo, pois, a relação saborosíssima que Paranhos faz de uma visita de bons selvagens ao Rio de Janeiro, no Dia de Reis de 1851. Os índios em questão

são dois caciques que chegaram a esta corte para ver o monarca, e oferecer-lhe os serviços de sua numerosa tribo. O maioral chama-se Antônio Prudente, é homem de boa estatura, talhe proporcionado e airoso, de semblante prazenteiro e maneiras muito brandas. Fala o português quanto é preciso para se fazer entender. Sua tribo é uma das mais populosas que vagueiam pelo sertão entre o Rio Grande e São Paulo, e acha-se aldeada no lugar da primeira província denominada Nonoaí. A esforços do cacique deve-se este importante aldeamento, atualmente composto de 1.400 indivíduos, e que promete crescer com os recrutados que lhe afluem das tribos vizinhas. Atendendo ao estado das relações do império com o famoso restaurador das leis de Buenos Aires, teve o diretor da aldeia a feliz ideia de enviar Antônio Prudente para o brigadeiro diretor geral, José Joaquim de Andrade Neves, no intuito de que este lhe proporcionasse uma entrevista com o presidente da província. Desta entrevista resultou a vinda do cacique e do seu imediato e parente do mesmo nome, em satisfação do intenso desejo que ele manifestara de ver e cumprimentar ao Imperador. O indígena conseguiu o seu *desideratum*, porque já foi apresentado a SS. MM., e acha-se metamorfoseado em capitão-mor das Maurícias, com farda vermelha e durindana à cinta. Não cabe em si de contente

ao contemplar a maravilha do seu uniforme e armamento. Todos os dias, e um sem número de vezes, orna-se com as suas vestes cortesãs e exercita-se no manejo de sua nova arma. Recebeu mais alguns outros brindes, como sejam fazendas para sua família, uma onça de ouro e uma espingarda de dois canos, coisas que também muito o penhoraram, e foram por ele cobiçadas. O companheiro de Antônio Prudente é menos interessante do que ele e menos civilizado, mas exprimiu os mesmos sentimentos e desejos, que foram igualmente correspondidos: a espingarda de dois canos foi o que mais o entusiasmou. Estes indígenas, *cuja nação se ignora, não têm ideia alguma de nacionalidade*, e são completamente alheios aos ódios que reinam entre rio-grandenses e orientais; mas o sentimento de lealdade e gratidão parece dominá-los, e bem dirigidos poderão servir-nos de ótimos auxiliares, se der-se o caso de uma guerra com o gaúcho de Buenos Aires. Antônio Prudente e seu companheiro Antônio regressam no primeiro vapor que seguir para o sul.⁶⁵ (grifo meu).

A prudência de Antônio, o índio, é que ele não tem nação conhecida nem mesmo ideia de nacionalidade. É paradoxal mesmo que, na visão de Rio Branco, falte nação ao único que, de fato, a possui. Dado o “estado das relações do Império com o restaurador das leis” (o que passou) e considerando a aliança “se der-se o caso de uma guerra com o gaúcho de Buenos Aires” (o que passará), a Corte ignora o presente, desconhece se, de fato, temos nação. O presente é puro devir fora de si próprio, acúmulo de enfrentamentos ou promessa de guerra, linha territorial semovente e imprecisa. Já o índio, embora não lembre, sugere o que ainda não é ou aquilo que já não age mais; sua percepção atual não produz efeitos mas pode vir a produzi-los como de fato ocorrerá no Paraguai. Se a lembrança duplica a percepção, a prudência do esquecimento se dobra mais uma vez no outro índio, também Antônio, porém, não Prudente. Nele, o “providente” bem menos civilizado, talvez se possa resgatar a densidade de uma problemática contemporânea; o indígena considerado não mais como etnia (segundo a Antropologia) ou como campesinado (segundo a Sociologia) mas como nação. A categoria de Nação revê a concepção evolutiva que, do liberalismo ao stalinismo, via etapas necessárias (tribo-etnia-nacionalidade-nação-Estado), etapas que descansam

na ideia da constituição de um mercado autônomo como antessala para a formação do aparelho estatal. A categoria de nação, pelo contrário, busca preservar uma identidade cultural com prescindência de reivindicações territoriais ou desenvolvimentos econômicos, donde o reconhecimento de autonomia implica, conjuntamente, o de um estatuto plurinacional para a própria nação indígena.⁶⁶ Não se pense, porém, que esse conceito atual de nação não coexistisse com o de nação=Estado. As mesmas páginas do *Ostensor* dão prova disso, ao publicar um ensaio de Prichard sobre as nações brasílio-guaranis. Há, portanto, no conceito de nação que se tinha por volta de 1840, um resíduo intercultural e um esboço estatalista, uma dinâmica que a linguagem nos permite reconstruir. Mesmo assim, é bom que se diga que, para chegarmos à concepção contemporânea, atual, de nação foi preciso que a modernidade esquecesse da nação. O modernismo, em momentos agudos de autoquestionamento, nos dá exemplos de esporádicas lembranças. Em “Gaspar Hauser”, umas das peças de *Poesia liberdade*, Murilo Mendes, sensível à recusa que o universo padraço impõe ao inocente e ao nu, constata a coerção gregária da modernização: “Ninguém mais pode ser só”. O deslumbramento da tecnificação colabora, assim, com o esquecimento de si. A imagem de Antônio Prudente, metamorfoseado com farda vermelha, espingarda de dois canos, de durindana à cinta, é a de um Macunaíma desvanecido pelo revólver Smith-Wesson, o relógio Patek e a galinha Legorne que traz consigo da civilização. Como Antônio, ao voltar aos pagos, Macunaíma “não possuía mais nem um tostão do que ganhara no bicho porém lhe balangando no beijo furado pendia a muiraquitã”, talismã esquecido de seu poder mágico e degradado à lembrança de caso amoroso fugaz. O esquecimento precipita, deste modo agônico, o ser endividado, preso a mercadorias “que muito o penhoraram e foram por ele cobiçadas”.

A labilidade territorial da nação não pode nos fazer esquecer a intersecção temporal problemática que se esconde no processo de modernização. Não podemos elidir a análise do compromisso de formas e normas, buscadas pela modernidade, com segregação e estratificação. A biografia da barbárie ilustra esse ponto muito bem: nela o informe é anormal, pois não domina a língua, tanto no caso das palavras desarranjadas de Mestre Abraham ou do judeu Jaime Cosme, de “língua enrolada”, quanto no de Antônio Prudente, que

“fala o português quanto é preciso para se fazer entender”. Mesmo que satírico, esse olhar desdenhoso em relação à diferença só irá se abrandar nos anos 20, com o impacto decisivo da imigração paulista. Mas o momento de Pereira da Silva ou Rui ainda não é esse. Como caracterizá-lo? Numa página famosa, “Nacionais e estrangeiros” (1898), Rui Barbosa se pergunta pela existência de uma matéria de expressão que não seja efeito direto ou diferido, parcial ou total, da imigração e da importação de bens, isto é, “se preexistimos a nós mesmo ou se, pelo contrário, a mesma Providência, tendo de extrair de outras nacionalidades nossa nacionalidade, não foi obrigada a escolher e preferir entre nações e raças estrangeiras a que devia receber a missão da nossa maternidade”.⁵⁷ A linha de raciocínio é que uma nação são puros efeitos externos e não uma substância interior. Porque postular, jacobinamente, um íntimo da nação supõe um princípio e um fim, uma origem e um alvo, capazes de coincidirem entre si como um todo. Mas quando a ordem das coisas não se encaixa mais à lei, liberam-se forças que reviram a consistência e a constância da construção de forma ameaçadora. Rui Barbosa, porém, desconfia desse arbítrio da linguagem que diz defender e discorda, por isso, do bárbaro biografado e de sua ideia de *federação*.⁶⁸ A união confederada do outro é, para Rui Barbosa, o fracasso da lei positiva e o triunfo espúreo da lei bárbara. Por esse motivo, o discurso de Rui não se confunde com a linguagem da vida, mas identifica-se, porém, com a linguagem do direito. Ele enuncia a universalidade e a regra mostrando que, quando o diagrama do poder abandona o modelo da soberania, que ainda subsistia nos nacionalistas filológicos, e o substitui pelo biopoder e a biopolítica das populações, teorizadas por Foucault, a vida transforma-se em objeto do poder. A marca do nacionalismo oficial que Rui representa é a diminuição dos assassinatos da barbárie, o aumento dos holocaustos e a guerra entre Estados. “Quando o poder devém biopoder – sintetiza Deleuze – a resistência devém poder de vida.”⁶⁹

O risco destas biografias da barbárie reside, portanto, em elaborar uma teoria social do uno e do múltiplo, construção que nos permite definir uma origem e suas variações, um centro e uma hierarquia. Nesse ponto, Rui defende a imigração para, entretanto, combatê-la, em nome de uma origem ortodoxa e, portanto, superior. Parece-me possível, porém, ensaiar uma leitura múltipla das biografias da barbárie, mas não com o intuito de definir uma

interioridade pioneira, senão para resgatar a construção em seu esquecimento. Foucault é incisivo nesse ponto:

Costuma-se acreditar que a literatura moderna caracteriza-se por um dobramento que lhe permitiria nomear-se a si mesma; nessa autorreferência, ela teria encontrado, ao mesmo tempo, o meio de se interiorizar ao máximo (de não ser nada além do enunciado dela mesma) e de se manifestar no signo brilhante de sua longínqua existência. De fato, o acontecimento que deu origem àquilo que, em sentido estrito, se conhece como “literatura” não pertence à ordem da interiorização, a não ser num olhar superficial; trata-se muito mais de um trânsito ao fora: a linguagem escapa ao modo de ser do discurso – quer dizer, à dinastia da representação – e a palavra literária desenvolve-se a partir de si mesma, formando uma rede em que cada ponto, diferente dos demais, e até distante dos mais próximos, situa-se por relação a todos os outros em um espaço que os contém e os separa ao mesmo tempo. A literatura não é a linguagem que se identifica consigo mesma ao ponto de se manifestar incandescente; é a linguagem afastando-se o mais possível de si mesma; e se este “colocar-se fora de si mesmo”, descobre seu próprio ser, este clarão repentino revela uma distância mais do que uma dobra, uma dispersão mais do que um retorno dos signos sobre si mesmos. O “sujeito” da literatura (aquele que fala nela e aquele de que ela fala) não seria tanto a linguagem em sua positividade quanto o vazio em que se encontra seu espaço quando se enuncia na nudez do eu “falo”.⁷⁰

A biografia da barbárie nos permite, então, ler a nação não como convergência e sim como dispersão. Tão importante quanto o que ela inscreve, é o que ela rasura. Enumera falências e carências do outro, o bárbaro, sem mencionar as do narrador letrado. Carvalho Guimarães, um português emigrado no Rio; Rui Barbosa, no desterro londrino; o Visconde de Rio Branco, ausente; ou Sarmiento, no exílio chileno – os biógrafos da barbárie não têm pátria. A razão que falta a uns é a nação que os outros demandam. Ler a multiplicidade textual, no esvaziamento do sentido natural, pode ajudar a iluminar aspectos do problema se nos afastamos mais ainda, tomando distância do solo e da fala.

Sem nexó anexo ao êxodo

A estreita faixa, incolor e neutra, que no desenho de Magritte separa texto e figura deve ser vista como um buraco, uma região incerta e brumosa que agora separa o cachimbo, que paira no céu da imagem, do chafurdar das palavras, que desfilam em linha sucessiva. É exagerado, ainda, dizer que há um vazio ou uma lacuna: trata-se antes de uma ausência de espaço, de um desaparecimento do “lugar-comum” entre os signos da escritura e as linhas da imagem. O “cachimbo” que era indivisível entre o enunciado que o nomeava e o desenho que devia representá-lo, esse cachimbo sombrio que entrecruzava os linhamentos da forma e a fibra das palavras, ocultou-se definitivamente. Desaparecimento que o texto, do outro lado dessa corrente pouco profunda, constata divertidamente: isto não é um cachimbo. Por mais que o agora solitário desenho do cachimbo tente assemelhar-se a essa forma que, via de regra, designa a palavra “cachimbo”, por mais que o texto se estenda sob o desenho com toda a atenta fidelidade de um rodapé de ilustração em um livro científico: entre os dois já não pode passar mais que a formulação do divórcio, o enunciado que ao mesmo tempo impugna o nome do desenho e a referência do texto.

Foucault – *Isto não é um cachimbo*

Ao analisar a tensão entre a totalidade nacional e a universalidade do Estado, Foucault nos propõe uma leitura da nação que se afasta do modelo sucessivo-acumulativo que criticamos no

capítulo precedente. Ele argumenta que as condições de uma nação não provêm de fundo ancestral ou de tempo amealhado, mas de suas relações com o Estado, o que implica dizer que a nação não se define tanto na relação horizontal com outras nações, mas em relação vertical com o Estado, um eixo a prumo que vai da simples virtualidade à efetiva realização oficial. Em segundo lugar, a observação argumenta que a força de uma nação não depende tanto do vigor físico ou da energia bárbara ou militar de seus integrantes, mas da capacidade ou virtualidade dessa figura de Estado. A fortaleza da nação mede-se, assim, em função do domínio de faculdades estatais. Em terceiro lugar, a ideia se traduz numa especificidade nacional, que já não depende da dominação em relação a outras nações, mas da administração, gestão e controle de si mesma, isto é, do próprio poder de estatalização. A nação seria, então, o núcleo ativo e produtivo do Estado. A nação encerra o Estado potencial que, por sua vez, encontra, em um grupo de indivíduos específico, condições históricas de desenvolvimento.⁷¹

Ora, vimos, no capítulo anterior, que o discurso de nação que toma o outro como objeto mostra os desvios da história, ao passo que silencia os do historiador; que sua ação sobre o corpo e a língua produz um discurso de disciplina, em relação ao corpo bárbaro, e elabora, em relação à língua, um vínculo extraterritorial. A relação de estranhamento que o biógrafo exilado mantém com a nação é paralela portanto à relação de extradição que ele sustenta com a língua nacional, o que nos permite pensar a relação entre escritor e Estado – a função, o espaço e a autonomia do intelectual – como constitutivas de uma tradição e de uma nação. Vejamos, pois, de que maneira língua, exílio e Estado ajudam a conceituar a problemática da nação em meados do século XIX.

No plespaço: sem pátria

Mais je commence a grisonner et je voudrais encore manger des bons macaroni et voir danser la tarantella dans mon pays.

Spes longa, vita brevis.

Pierre de Angelis, abril 1840.

“*No tengo yo ni patria ni amigos en el mundo*”, confessa o poeta Mármol, em seu “Adiós al Janeiro”, décimo-primeiro de seus *Cantos del peregrino* (1846). Sem linhagem e fora do próprio ambiente, o poeta portenho propõe um retorno sentimental à ingenuidade perdida. Sendo descritiva, porque peregrina, sua obra define-se, ainda, como poesia da solidão, fincada no lugar imóvel do *eu*, em meio às relíquias do passado e das próprias perdas. O romance do peregrino (precedido nas páginas do *Ostensor* pela carteira de viagem em que o peregrino fixa a floresta tropical), ao tocar sua irrealidade, leva o poeta ao raro das cenas e, a partir desse artifício, deriva – um passo além, apenas – à pura paisagem do mar e à natureza indômita do trópico, fazendo com que o peregrino experimente, nessa passagem ao desterro, um peculiar sentimento de modernidade: o de total discrepância com o presente. Um tema de *romance*, como ele mesmo admite, peripécias do peregrino, de um *romeiro*.

Escritura da história política com a pena da imaginação, à maneira de Scott ou Cooper: isso era o romance para Mármol, o que, aliás, coincide com o conceito de Sarmiento, no *Facundo*: “o único romancista norte-americano que logrou nomeada europeia é Fenimore Cooper”. Nas páginas do *Ostensor*, em seu ensaio sobre a juventude intelectual da Corte, Mármol ilustra sua teoria do romance pensando, talvez, em Almeida Serra e sua descrição do aldeamento

dos Uaicurús e Guanás. No *Ostensor*, Mármol estipula que a tribo é um romance. O gaúcho é um romance. O fazendeiro é mais que um romance: é a continuação do feudalismo e o feudalismo é a origem do romance, donde o romance é a tensão do novo-velho. Em suma, a figura do peregrino funde, em negativo, os três temas romanescos com que o autor trabalha. Tanto quanto o fazendeiro, o peregrino não está sujeito à lei comum nem a acata; ele recebe, como o gaúcho, o desafio da imensidão deserta, ao passo que convive, como o índio, com a desordem da sensualidade mais pura. Diante da natureza exótica, o peregrino só contempla uma paisagem alterada, sentindo, em sintonia, seu desacordo com o mundo. Atirado, então, ao mar, o peregrino tenta atravessar profundezas imaginárias, em busca de novos símbolos. Como Humboldt observou, tanto o oceano como as planícies encham o espírito do sentimento de infinito. Mesmo assim, Mármol se angustia ao “ver a América, esse Oceano incomensurável com ondas de colar de esmeralda ou de topázios, que se perdem a nossos olhos nos confins do horizonte”. Eles são desertos a serem preenchidos.⁷² Paisagens da solidão a exigirem um novo imaginário. Para o peregrino, o mar tropical é complemento exato do pampa, recorrência do desejo heroico de Byron (“*Once more upon the waters! Yet once more!*” E não se esqueça, aliás, que “A súplica da natureza”, do poeta inglês, podia ser ouvida, em versão de Antonio de Castro Lopes, nas páginas do mesmo jornal carioca). Esse mar ou hiância simbólica delimita o próprio hábitat, “*la inmensidad desierta, sin luz, sin horizontes*”, onde o outro espreita. O oceano do poeta – peregrino (sempre rimando com Vulcano, humano) não é *océano* mas *ocean*, badalo português na diástole poética, ameaça do estranho que se acoberta nas dobras. Em virtude de uma licença poética da própria língua (e da língua própria que indefine entre *océano* e *ocean*) e para além do permitido, o *ocean* indica a emergência reptante do resistido através do tolerado. Objetos e cenários tornam-se, deste modo, transregionais: o mar é deserto, “grande imenso deserto, sólido agosto/da virgem natureza americana” (Alencar), e os morros da baía, não podendo ser a planície familiar, são complexa manifestação do primitivo, esquadrões de gigantes. Restos normalizados de antigas prosopopeias luso-brasileiras, esses gigantes custódios, verdadeiros monstros, revelam a incômoda perplexidade do iluminismo

romântico, diante das diferenças de fundo feudal e diante das singularidades irredutíveis ao coletivo. Se já a partir do Barroco, com Caliban, a dessemelhança parece impor-se a todo imperativo igualitário, no século XIX, a figura do monstro, como explica Hans Mayer,⁷³ revela a contradição entre a literatura da solidão e, ao mesmo tempo, a literatura da guerra burguesa, igualadora das hierarquias sociais. Essa contradição foi o nervo do esclarecimento do Oitocentos. Entre tantos outros, explicita-o Bento Sanches Dorta, em artigo divulgador para as *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa*, que relata a descoberta de um monstro da espécie humana, próximo a São Paulo. Carvalho Guimarães transcreveu o texto em seu jornal e fez mais do que isso. Retratou os bárbaros, que secundam Jerônimo Barbalho Bezerra, com os traços desse imaginário que solicita controle. Assim, Álvaro de Esteves surge como

um homem agigantado, cujo rosto coberto por espessas barbas e bigodes tinha tão fera aparência, que faria gelar do susto qualquer dos nossos meninos de hoje apologistas dos barbudos e bigodeados donzéis; era tal gigante um desses homens como hoje não se encontram, um desses que seguravam montantes e vestiam saias de malha, homens de ferro como as armas que os cobriam.

Atendo-nos à figura do monstro tropical, cabe lembrar que ela aparece na obra “carioca” de outro emigrado argentino, Alberdi, no poema “Tobias o la cárcel a la vela”, produção sintomaticamente rotulada de “americana”, escrita em 1844 “*en los mares del Sur*” e só publicada em 1851. Não é difícil pontuar, ainda que rapidamente, o curso deste tópico. Ele está nas metamorfoses neoclássicas de Cláudio Manuel da Costa. Está na luta de titãs que funciona como mito de origem em “Niterói”, poema “londrino” de outro exilado, o cônego Januário da Cunha Barbosa (presidente, a seu retorno, do importantíssimo Instituto Histórico e Geográfico, embrião da intervenção estatal no campo da cultura). Está presente, ainda, na assembleia estranha de gigantes dos *Cantos del peregrino* de Mármol ou no gigante, duro e dormido, que defende as *Poesias Americanas* de Gonçalves Dias (1851). Vemos, portanto, nessa mescla heterogênea – romântica, grotesca –, a emergência do primitivo no trópico, ima-

ginário ativo até o modernismo, nos morros-elefantes das aquarelas pré-tarsilianas de Gironde (1922).

Cumpre, entretanto, reconhecer um regime de dupla fidelidade nesse método transfigurador da natureza e em seu oposto complementar, na naturalização da técnica. Próxima do fantástico, a estética do diverso busca sempre apresentar o temível outro. Apoiada, porém, em um discurso persuasivo, a diferença torna-se divertimento, controlando vizinhanças dissímeis e dificilmente agrupáveis. Em resposta a essa lógica díspar – mero desdobramento da clássica separação entre cidade e campo ou entre civilização e barbárie – e inclinando-se ao polo do moderno, a exuberância da paisagem tropical pode nos remeter também à sua antítese, no plano das convenções: a sobrevivência da tradição. Se a via do fantástico vê, no outro, o novo e o inesperado, temendo sempre a presença do inapresentável, o caminho do excêntrico conduz ao arcaico através do diferente, o que obriga a centrar o sujeito como núcleo das transformações. O poeta peregrino não se integra, portanto, cabalmente à sociedade estrangeira. O antissemitismo de Carvalho Guimarães – visível nas torturas e ameaças de deportação de suas personagens judias – pode ser interpretado como resistência a uma maior tolerância local, no terreno religioso, ao passo que Mármol, entretanto, resiste à sociedade brasileira, porque a sociedade brasileira, a seu ver, resiste à emancipação americana. Trata-se, em ambos os casos, de um liberalismo outro, alterado, fora de lugar. Precisamente a impotência do poeta, numa cultura entendida como segunda natureza, é o que faz com que o peregrino se refugie na primeira. Natureza e história formam assim o devir imóvel de uma história detida. “*Un poco más, y en su constante anhelo/la industria de la Europa habrá podido/victoriosa alcanzar sobre tu suelo/lo que la libertad no ha conseguido.*”⁷⁴ Mármol pode ter dúvidas quanto às formas políticas (“Império? Estados?” pergunta-se, em vão, em “Juventude progressista”), mas ele não tem dúvidas quanto ao sentido do processo: a máquina deve derrotar os esquadrões de gigantes para o triunfo definitivo do indivíduo e a fixação do que, na sociedade, se movimenta.

Aceitando que semelhança, igualdade e identidade são normas, o peregrino mal pode aceitar as diferenças e dissonâncias

que, a seu ver, apresentam-se como antinormais e antinaturais. Mármol ou Carvalho Guimarães não ignoram tão somente a desigualdade entre os homens; eles desconhecem, ainda, a comunidade entre marginalizados, a ponto de, mesmo enquanto emigrados, não terem maiores problemas para defender o programa iluminista com laivos antisemitas. Quando Mármol, por exemplo, louva que o gênio do Brasil se precipita ao porvir, como empório da riqueza e do comércio, é porque, a seu ver, o país soube, sem escrúpulos, varrer os obstáculos à modernização:

Los más grandes principios que constituyen las bases de la civilización moderna, han sido desenvueltos por el empleo de la fuerza. El cristianismo, que no es otra cosa que la fuente de todas las doctrinas morales y filosóficas que hoy nos rigen, no ha sido impuesto a los hombres sino por el empleo de la fuerza: y adonde ha ido una Cruz y una Biblia ha sido necesario que vaya también una lanza, y recuérdese que de todas las grandes revoluciones sociales la del cristianismo es la que menos sangre ha costado a la humanidad. Toda la civilización moderna que nació bajo la iniciación de la Reforma religiosa, ha sido impuesta de pueblo en pueblo por el ejercicio de la fuerza – cometiendo demasias, asustando al derecho individual – pero llevándose todo por delante hasta colocarlo en el gran círculo donde deben gravitar todos, soportando los débiles a los fuertes, y los fuertes protegiendo e ilustrando a los débiles. Porque esta es la ley eterna de la naturaleza de las cosas – Es lo que debe ser porque así es.⁷⁵

A linguagem do direito substitui, sem culpa, a linguagem da experiência, alcançando, assim, o objetivo maior: subjetividades disciplinadas, como nas ficções do amigo Carvalho Guimarães. Nesta basculação entre sujeito que transforma e objeto transformado, de desertos e gigantes, se tece o ambíguo circuito da transgressão, que opera glorificando aquilo que ela própria exclui. A poética dos limites assim esboçada abre-se, violentamente, ao ilimitado, arrebatada pelo regenerado e encanta-se por essa plenitude estrangeira que tudo invade. A transgressão exaspera suas fronteiras mostrando ao peregrino sua dissolução como cantor até apontar-lhe uma nova verdade no movimento da perda: o peregrinar. Ao levar o próprio limite até o limite, a transgressão desenha uma linha, a quem da qual,

confirma-se a infranqueável experiência, a angústia do vivido. Dilui-se para o artista a promessa de valores épicos universais, mas abre-se para o peregrino uma violenta definição do moderno, encarnado agora no feio, no escabroso e no impossível ou, em palavras de Sarmiento, no *incantabile*, a decomposição, o marasmo.⁷⁶

Chegar ao sórdido gigante, ainda quando isto implique enfrentar a indômita natureza americana, supõe também alcançar uma matéria apropriável, a partir da qual fundar, enfim, um imaginário. Duplo movimento, portanto, pelo qual a transgressão encontra o vazio: tudo quanto temos de civilização é europeu e, se alguma coisa queremos encontrar americana, temos que buscá-la nos desertos bárbaros. Gigante é a natureza (que é deserto), única matéria com que contamos para construir uma cultura (tirânica e despótica, como o Amapolas de Alberdi). De modo que o caudilho é gigante porque encarna valores de uma natureza diferencial. Contra essa alteridade natural (que, para Sarmiento, é asiática) o nacionalismo liberal contrapõe tão somente (e nada além do que) um europeísmo cultural.⁷⁷ Se, nas margens espreitam os gigantes, no centro, porém, vibra o moderno; assim, “*el trato más inmediato y frecuente con la Europa; la importancia, que obligaba el gobierno de Portugal a enviar hombres y elementos eficaces a su conservación y engrandecimiento material; la llegada de la Corte al Rio de Janeiro; la libre comunicación desde entonces con las ideas europeas y los viajes a Francia de muchos jóvenes brasileños con otras muchas circunstancias, dieron alimento a las luces del siglo en la capital del Virreinato y en algunas de las ciudades litorales del Norte, especialmente en Bahia*”.⁷⁸ Construção da nação, experiência da cidade, formação do Estado vêm, assim, coincidir em círculos convergentes. Mas isto ainda não nos faculta a falar de uma literatura nacional porque, a rigor, nenhuma colônia americana, a critério do autor, teve literatura própria. Se os nacionalistas filológicos se entregam, decididamente, à sua construção, é porque descubrem o próprio na marca transversal do exílio.

No coespaço: sem amigos?

Dada essa situação, ainda que caiba dizer que falta pátria ao peregrino, não se justifica dizer que lhe faltem amigos. Mármol sente, em Gonçalves de Magalhães, um interlocutor. “O sr. Domingos José Gonçalves de Magalhães foi o primeiro que importou no Brasil a entoação e a forma da nova lira europeia” (versão que, na edição montevidiana, completa-se “*como el sr. D. Esteban Echeverria a Buenos Aires*”).

Gonçalves de Magalhães “*con sus cantos individuales, con su himno de dolor, con sus Suspiros, sublevó en favor suyo la juventud brasileira*”, justamente porque os *Suspiros poéticos e saudades* são, como o autor confessa, no prefácio “Lede”, “poesias de um peregrino, variadas como as cenas da natureza”, poesias de quem “errou de cidade em cidade, de ruína em ruína, como repudiado pelos seus”, poemas que fazem curioso *pendant* com sua prosa histórica, biografia da barbárie maranhense, escrita para que “não pereçam no abismo do esquecimento estas virtudes peregrinas”, que se misturam com os feitos da balaiada.⁷⁹

Apesar dessa sintonia inicial com Magalhães, Mármol reprova-lhe, curiosamente, a falta de tintas locais, da ideia e expressão brasileiras, o que desloca o olhar de seus leitores em descobrir se Magalhães é ou não é nacional, questão mais relevante, ao que parece, do que definir se é bom ou mau poeta. Ao poeta peregrino, interessa-lhe mais a tímida, porém, específica inspiração de seu companheiro no *Ostensor*, Araújo Porto Alegre, ainda quando, no autor das *Brasilianas*, a temática do exílio seja clichê de poeta oficial e bolsista do Império. Mas, de certa forma, os poemas do Barão de Santo Angelo preparam o trabalho de Gonçalves Dias, quem, por sua vez, oficializava, a partir de Heine, a poesia de ausência, estereótipo

também cultivado por outro poeta platino emigrado na Corte, Carlos Guido y Spano, amigo íntimo de Gonçalves Dias, que, por sinal, cita-o, em epígrafe a “As duas coroas”, e a quem deve, além do mais, dois textos: seu poema “Retratção”, retomada crítica dos excessos de “Palinodia”, censurados por Guido, e o prefácio aos *Últimos Cantos*, “*trabajo extenso ya concluído, mereciendo la aprobación de tan ilustre amigo*”. Apesar da amizade, entretanto, Gonçalves Dias temeu arriscar demais, ao publicar um volume prefaciado pelo editor de *O Americano*, que, a essas alturas, já fora expulso da Corte por suas opiniões políticas, o que provoca um efeito paradoxal: um exilado no exílio doméstica, em função do estatalismo, a poesia nacional de Gonçalves Dias.

Adorno observa, em sua *Mínima moralia*, que é um princípio ético não fazer de si mesmo uma casa. De forma semelhante, estes peregrinos compreenderam – talvez com excessivo espírito corporativo, domesticação da estranheza ou capitalização do despojamento – as tensões de um espaço intelectual em que os conflitos teriam de se afrouxar espontaneamente. Pelo contrário, a cumplicidade que subjaz às ações dos desterrados se desfaz quando alguns dentre eles tentam se apropriar desse capital compartilhado – o exílio como legitimação do herói cultural perseguido –, fundamento de poder e recurso de futuros avatares, sem esquecer, entretanto, que as ações “externas” do exílio sempre se dão em uma “interioridade”, na qual os novos agentes suscitam redobradas tensões. Poderíamos, assim, discriminar, em primeira instância, uma série de estratégias ortodoxas de conservação do capital acumulado. Sarmiento, por exemplo, que se diz “professor em matérias de emigração”, ilustra a primeira delas. O escritor tenta monopolizar para si o exílio padecido, realizando um duplo movimento: resistir às outras línguas para que não contaminem sua escritura e aliar-se, no entanto, ao poder externo. Seu relato do encontro com dom Pedro é ilustrativo a esse respeito.⁸⁰ Em segundo lugar, temos a estratégia heterodoxa dos que, ora recém-chegados, ora com menor acumulação de experiências, admitem apenas pequenas ações desestabilizadoras. É o caso de Gonçalves de Magalhães, Guido y Spano e, em menor medida, Mármol. É bom salientar que essas práticas de marginalização e isolamento não se restringem ao marco territorial da nação e, tão

importante como analisar a relação entre o escritor e seu campo intelectual doméstico, é ver a relação entre o estrangeiro emigrado e a sociedade que o acolhe, porque, nestes casos, deixada a questão da nação num segundo plano, o que avulta é a relação vertical entre o intelectual e o poder. Proponho, então, confrontar a formação de um espaço intelectual moderno em áreas complementares da mesma região – Rio de Janeiro e Buenos Aires – lendo a inserção do intelectual prestigioso europeu nesses ambientes e, para tanto, vou examinar a correspondência que dois desses escritores mantiveram entre si. De um lado, o representante da Prússia perante a Corte, o conde Wallenstein; de outro, um napolitano afrancesado que será o intelectual “bárbaro” de Rosas, Pierre de Angelis. Eles não são apenas o carbono do escritor nacional. São, ainda, figuração precoce do intimismo oficial, que consolida tanto nosso conceito contemporâneo de nação quanto nossa aceção nacional de modernidade.

Parialapsus de exílio

Em janeiro de 1838, Pedro (Pierre) de Angelis inicia uma correspondência com o conde Wallenstein, residente no Rio, que ilustra e problematiza a condição marginal que ele diz padecer na América.⁸¹ Logo nas primeiras cartas, percebe-se um certo açodamento em colocar sua produção intelectual no mercado externo, sobretudo sua *História de las expediciones mandadas contra los establecimientos del Rio de la Plata en 1806 y 1807*, passaporte para sua ambicionada entrada no Instituto Histórico e Geográfico, órgão que, no Brasil, define a institucionalização do saber histórico, enquanto saber cívico.⁸² De Angelis, acostumado à proteção oficial, irrita-se pela falta de resposta do Instituto; é inadmissível – diz ele – “*ne pas repondre a un homme de lettres que sollicite la protection d’un gouvernement*”. Lamenta, pois, ter dilapidado seu capital dinerário e simbólico, numa busca incompreendida e nem mesmo correspondida.

“*J’ai sacrifié une partie de ma petite fortune pour suivre mes goûts et pour remplir mon temps d’une manière analogue à mes anciennes habitudes de travail*”. Queixa-se, ainda, de ter se arriscado ao desconhecido, não vendo a hora “*de quitter ce malheureux pays où j’ai végété onze années*”. Confessa, então, na carta de 13 de junho, que “*il ne faut pas venir en Amérique pour faire le littérateur: je suis mal placé pour mes goûts et si ce que je fais ne me produit que des pertes, je ne dois m’en prendre qu’à moi même*”. A questão premente é, então, arrumar nova proteção oficial e, para tanto, o cavalheiro de Wallenstein revela-se aliado peculiar. No entanto, a frieza com que esse primeiro pedido de amparo foi recebido pelo Império não permite alimentar generosas esperanças, “*ce premier essai ne me encourage pas à aller réclamer la protection du gouvernement de Rio de Janeiro*,

quelque grande que soit mon envie de me tirer de ce pays. Je ne le ferais qu'à des conditions sûres et stipulées d'avance: je suis payé pour ne pas me fier à des simples promesses". O que ameaça e destrói o ímpeto de de Angelis é algo diverso dos gigantes de Mármol, do bárbaro de Carvalho Guimarães, do deserto de Echeverria ou de Sarmiento. E, no entanto, feito da mesma matéria. É a lama: la boue. Uma nódoa no brilho iluminista. A 19 de fevereiro de 1839, ele confia que, assim como aconteceu com os afrancesados espanhóis, os carbonários na Itália e os revolucionários em toda parte, o partido dos franceses (que ele combate abertamente e que, em parte, está exilado no Rio) não tem força em Buenos Aires. Mas, curiosamente, o argumento que ele utiliza para desqualificar os liberais é de um iluminismo à outrance. Esses políticos, os nacionalistas filológicos emigrados e, em mais de um caso, abençoados pelo Instituto Histórico Geográfico que não reconhece a ele, de Angelis, como intelectual, *"ils comptent sur les forces qui font marcher les sociétés modernes, sur le progrès de l'Esprit, sur le perfectionnement des idées, sur les principes constitutionnels, sur la civilisation en un mot. Mais que peut faire tout cela pour un peuple abruti? Quel cas fera un gaucho qui vit isolé dans le désert, en contact avec les nomades et nomade lui-même, de tout ce que rend fier un habitant de Paris et de Londres? Sextasiera-t-il à la lecture d'un discours de Cheaubriant* (sic. Traição da barbárie, o barro, la boue, desviou de Angelis do correto, acrescentando uma rima *brilhante* ao nome de Chateaubriand, o exilado), *d'une ode de Lamartine? Prendra-t-il part aux débats de la tribune en France, aux combats des partis en Angleterre, aux productions de la presse, aux conquêtes de l'industrie? Il n'est pas même en état de les comprendre, et surtout, cela ne change pas son sort et n'entre pour rien dans son bonheur. Ce qu'il veut c'est qu'on ne le déplace pas, qu'on laisse ce peu qu'il a et qui suffit à ses désirs – une hutte qu'il se construit lui-même; un poncho que sa femme lui tisse, de la viande qu'il trouve par tout et un cheval qu'il prend où il lui convient. C'est trop peu sans doute pour un homme comme nous mais ici les hommes ne se paraissent a ceux que nous connaissons, que comme Adam à Dieu. Faciamus hominem ad imaginem et similitudinem nostram. "Mais avisez-vous de gratter leur peau, il en sortira de la boue"*". De Angelis, como vemos, é a favor da modernização, o que não quer dizer, necessariamente, da

modernidade. Pertence à linhagem dos escritores – funcionários – missionários, dominante a partir do modernismo, e criticada já por Baudelaire, quem mostrou, por sinal, que o partido mais moderno não é o dos progressistas, mas o daqueles que canonizam a ficção. Nessa linha de raciocínio, a defesa da poesia moderna passa a ser, paradoxalmente, a reivindicação do mito ou, como se estipula em *Mon coeur mis a nu*: “J’ai pétri de la boue et j’en fait de l’or. Glorifier le culte des images (ma grande, mon unique, ma primitive passion)” (grifo meu). Carvalho Guimarães, com seu caudilho da plebe, e Sarmiento, com *Facundo*, mostram que o real só é racional a título de exceção e transformam lama em ouro. É o desafio que ainda se copia na abertura de *Pauliceia Desvairada*. “Dans mon pays de fiel et d’or, j’en suis la loi”.

Mas a despeito das diferenças apontadas, há uma estratégia interlocutiva que, entretanto, iguala de Angelis a Sarmiento. Poderíamos dizer que o autor de *Educação popular* está para o imperador como de Angelis para o conde. São intelectuais burgueses sem linhagem, enfrentados a uma nobreza com poder. Muito embora ambos vejam no outro (*la boue*, a barbárie) uma não cultura, Sarmiento ou Carvalho Guimarães dedicam-se a formá-la, ao passo que de Angelis, a evita-la. “Ce que je désire le plus c’est de retourner en Europe; ces pays nouveaux ne sont pas de mon goût. La vie intellectuelle que rend supportable les maux de l’existence y est méconnue et on a beau faire, on ne peut pas y donner une direction utile à mes idées ni une nourriture agréable a mon esprit.” Por tudo isso, ele conclui, retoricamente, que, na América, “tout croupit dans le néant et dans la boue” (carta de 26 ago. 1838).

Recortam-se, assim, duas áreas bem definidas em relação ao Estado em formação, dois campos que darão o timbre do nacionalismo de fim de século. De um lado, o povo *abruti*, de outro, os *hommes comme nous*. Aqui, *la boue*; as luzes, do lado de lá. Em contraste com a falta de comunidade entre os marginalizados e emigrados, verifica-se entre os intelectuais oficiais e os proscritos um mesmo desejo de amabilidade uniforme, que controle as desigualdades em nome de uma racionalidade geral que deve ser implantada. Porém, esta aproximação entre elites justifica-se na medida em que a lógica dos Estados nacionais, que estão surgindo, afastará, cada vez mais, os

discursos de nação, tanto entre os confederados argentinos quanto entre os abolicionistas brasileiros. Os olhares ficarão, por muito tempo, voltados para o interno, ali onde se supõe palpita o íntimo da nação, e aos entreverados meandros internacionalistas, que descobrimos nos nacionalistas filológicos, seguirão rígidos esquemas de totalização, com a institucionalização de saberes e a oficialização do nacional, no quadro mais amplo de uma nova ordem mundial. A relação de Pierre de Angelis com o conde Wallenstein aponta a isso. Também a de Sarmiento com dom Pedro, o único intelectual, diga-se de passagem, com quem valia a pena conversar, na opinião de outro cônsul da Corte carioca, o conde francês Antoine de Gobineau, autor de um texto “brasileiro”, o famoso *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines*.

Cuspes e evacuações

Gobineau, amigo de Wagner, um dos inspiradores de Nietzsche, vindo da Pérsia para representar a França, pegou-lhe o gosto das línguas orientais, e o imperador investiu contra o árabe, o hebraico, o sânscrito, etc. No desterro para a Europa, fez-lhe companhia seu último professor de línguas, Chr. Fred Seybold, que depois lecionou na universidade de Tubingen. Por conta dele e de seu mísero neto, Pedro Augusto, Seybold reimprimiu três raríssimos livros de Restivo sobre guarani.

Capistrano de Abreu

Ao tentar caracterizar o descobrimento do Brasil, o visconde de Porto Seguro nos brinda uma associação, à primeira vista, insólita, entre expansionismo e antissemitismo. Com efeito, baseado no relato de Raimundo Lúlio, “o sábio mais enciclopédico da Idade Média”, em seu tratado sobre limites (*De fine*, 1305), Varnhagen lembra que, diante do insucesso das cruzadas marítimas, no intuito de controlar os mares cristãos, surge um plano mais ousado e “razoável” para agredir os muçulmanos: “Ir rechaçando passo a passo os infiéis das terras por onde se avizinhavam da cristandade, obrigando-os assim a abandonarem todas as conquistas feitas aquém da Arábia, e a retrocederem pelo mesmo caminho por que tinham avançado vitoriosos”.⁸³ Fluxo e refluxo, ação e reação vão, desta maneira, desenhando a figura complexa do sistema: a máquina.

Raimundo Lúlio, preocupado com os fins e o infinito, é também o inventor de uma máquina de pensar que ele descreve em sua *Ars magna generalis*. Esse esquema imóvel diagrama os atributos de Deus: *bonitas, magnitudo, aeternitas, potestas, sapientia, voluntas*,

virtus, veritas, gloria. Cada um desses atributos, simbolizado na roda por uma letra, traça, por sua vez, com o centro – o Senhor – e suas faculdades subordinadas, inúmeras combinações: uma glória eterna, uma eternidade gloriosa, um poder verdadeiro, glorioso, bom, eterno, poderoso, sábio, livre, virtuoso ou, como prefere Borges, bondosamente grande, grandemente eterno, eternamente poderoso, poderosamente sábio, sabiamente livre, livremente virtuoso, virtuosamente veraz e infinitos etcéteras.⁸⁴ Murilo Mendes, quem também admirou a obra heterodoxa de Lúlio, dedicou-lhe um poema em que paranoia e terror surgem igualmente indissociáveis:

A inocência perguntou à crueldade:
Por que me persegues?
A crueldade respondeu:
– E tu, por que te opões a mim?⁸⁵

A princípio, a inocência do dispositivo maquínico de Lúlio pode nos persuadir de que a máquina, a rigor, não funciona mas, ao contrário, talvez caiba pensar que ela funciona em demasia: a máquina prolifera, de fato, inúmeras combinações porque sua margem de erro se corrige justamente mediante o uso simultâneo de muitas outras máquinas combinatórias, que iriam retificando e reorientando derivações, mercê de sucessivas multiplicações e “evacuações”. O arranjo de letras – que substituem atributos – gera, assim, um *aleph* ou máquina de guerra com que a teoria paranoica do novo arma-se contra o terror da democratização. De forma coincidente, nas *Viagens de Gulliver*, Swift inclui um episódio que guarda semelhança com a máquina combinatória de Lúlio. Trata-se do artista universal que o viajante encontra na Academia de Lagado. Nela, um dos professores aperfeiçoara uma máquina (pré-bretoniana) de escrita automática, em que um conjunto de 40 peças de madeira, ligadas todas entre si a um quadro, permitia que umas tantas outras pessoas, operando súbita reviravolta nas combinações, produzissem enunciados semoventes: “Repetia-se três ou quatro vezes o mesmo trabalho e era tal a disposição do engenho, que as palavras mudavam, cada vez, para lugares diferentes, ao passo que os quadrinhos de madeira se moviam de cima para baixo”. A esta engenhoca, seguiam duas invenções assemelhadas da escola de línguas: uma era abreviar o discurso, transformando os polissílabos

em monossílabos e abandonando, conseqüentemente, verbos e participios já que no mundo só existem substantivos; a outra consistia em abolir completamente todas as palavras, o que era vantagem para a saúde (pela economia funcional dos órgãos da fala) e para a brevidade geral do raciocínio, utilizando, assim, para a expressão, não mais palavras, porém, coisas.⁸⁶ Desnecessário dizer que esta linguagem sem palavras seria a única língua universal compreendida em toda nação civilizada e que, *mutatis mutandis*, uma nação sem sociedade seria a única realização possível da civilização muda, daí o método anagramático da leitura jesuítica que analisamos oportunamente.

A seu modo, portanto, Carvalho Guimarães também atualiza, em suas ficções, alguns avatares da lógica combinatória. Como sabemos, o intelectual jesuíta Sancho de Stalla, aplicando o preceito de leitura “um pouco à moderna, *ex abrupto*”, interpretou o real como pura combinação de elementos preexistentes, de sorte que a letra deixou de ser realidade virtual para se configurar em verdade excludente. Assim, o que uma percepção ingênua identifica simplesmente como Madiã, Haifa, Sabbá, Cedar e Nabaioth passou a ser por ele e, daí em diante, reconhecido como Peru, México, Uruguai, Paraguai e Brasil. O texto prolifera então representações porque há um “grande código” prévio que cifra a história ulterior. A figura da lei contraposta ao bárbaro em outra das ficções, isto é, o general Salvador Correa de Sá – que mesmo sendo Salvador sofre a hermenêutica insurgente do caudilho, para quem não passa de Sá (tanás) –, pode também ser lida sob esse prisma soteriológico. A rigor, Sá não participa no clímax do conflito entre clientelismo e mobilização social autônoma, mas esse hiato marca todo o texto. Conciso, o narrador apenas alude à ausência, porque o general “se foi às minas das Capitanias de baixo”. É preciso entender, não obstante, que a viagem de Correa de Sá está, inequivocamente, relacionada com expansão de fronteiras e exploração de minérios. Com efeito, o rei dom Pedro II irá conceder-lhe de fato, em 1676, o que Salvador de Sá já detinha na prática, mais trinta léguas de terra, “que estão sem donatário até a boca do rio da Prata para que as logre”,⁸⁷ doação, aliás, contestada por Varnhagen, mas documentada por Capistrano de Abreu, o que aponta para a política de povoamento português nas

terras dominadas pelos jesuítas. Como se sabe, os estabelecimentos na região sul (Laguna, 1676; Colônia do Sacramento, 1680) têm a função precípua de incrementar o contrabando com as colônias castelhanas, para assim equilibrar a falida economia lusa, já que o preço dos produtos brasileiros, na Europa, notadamente o açúcar, vinha caindo sensivelmente.⁸⁸ Portanto, a viagem de Salvador de Sá desata várias paixões combinatórias ou bem várias combinações passionais. Há, de um lado, a morte do mineiro Jaime Cosme, que, como lembramos, é judeu, e que teria morrido a mando do general Sá. Jerônimo Barbalho Bezerra, em sua tentativa de organizar e integrar um espaço político local, busca mobilizar os paulistas contra o governador, “que só trata de suas conveniências sem atender ao bem comum”, uma vez que teria eliminado o mineiro dissidente por ele querer denunciar fraude no recolhimento de impostos por parte do administrador geral das minas, Pero de Souza Pereira, com anuência do próprio Salvador de Sá. Jerônimo buscava, assim, aguçar os rancores residuais, entre os paulistas, pela revolta de 1640, sufocada por Salvador de Sá. Naquela oportunidade, surgiu um conflito de autonomias, que colocava os paulistas, favoráveis ao trabalho indígena escravo, em confronto com o governador, quem sustentava os jesuítas. Estes se apoiavam “em muitas leis e instruções do governo de Portugal e numa bula por eles obtida do Papa Urbano VIII, em que lhes concedia ou lhes permitia arrogar-se para este fim de poderes temporais. Salvador Correa julgou, com razão de seu dever, cumprir as leis conforme os jesuítas reclamavam; se bem que não podia deixar de reconhecer que dava um passo em contrário, não só talvez aos seus interesses, como aos da maior parte dos habitantes do Brasil, dos quais alguns com a realização da liberdade dos índios ficariam reduzidos à mediocridade ou à indigência”.⁸⁹ Tenta, por esse motivo, negociar um acordo com a Companhia para evitar que a revolta se alastre a seus domínios fluminenses. Na biografia que lhe traça, Varnhagen não hesita em associar Salvador de Sá à figura esclarecida, que concilia as armas e as letras, um soldado ideólogo da escravatura indígena, “com as mesmas razões que ainda obrigam brasileiros de hoje [1843] a permitir e tolerar no seu livre território a conservação da escravatura africana. Portanto, se tal pretensão não pudera deixar de ser ao presente indeferida pelas ideias luminosas

da filosofia moderna, não é justo que seja vituperada e condenada cruelmente pelos que no meado do século 19 conservam a escravidão africana, por enquanto julgada indispensável para o progresso da indústria. Cuspir em tais casos infâmias contra as gerações passadas por seus atos [apostrofa o Visconde de Porto Seguro] vale o mesmo que amaldiçoarmos os nossos com opróbrio e ignomínia”⁹⁰

Ora, sufocada a situação em São Paulo, Salvador de Sá retorna ao Rio, onde recebe delegação de poderes para exploração das minas paulistas com “promessas mui lucrativas e honrosas”, seguindo, pouco mais tarde, a Angola, com o intuito de libertá-la do domínio holandês. “El Rei remunerou-o desta ação dando-lhe por suportes das suas armas dois africanos” e, após três anos de governo em Angola, Sá retorna ao Rio de Janeiro, “trazendo muita escravaria africana com cujos braços supriu em suas terras os dos indígenas”.⁹¹ A formação destas milícias volantes e desterritorializadas desbaratava, na prática, os restos do projeto jesuítico, aliado sempre à população nativa. Temos, desse modo, enfrentados, de um lado, o militar que deixa de ser mero senhor de escravos, para ser um senhor de indústrias, ilegítimas, aliás, para o monopólio oficial (extração de minérios, contrabando de couros e, podemos supor, tráfico negreiro); de outro, porém, temos uma sociedade relativamente amorfa, defensora de valores locais e impulsionada pelos jesuítas e pelo “caudilho da plebe”. O conflito entre Salvador de Sá e Jerônimo Barbalho nos mostra, enfim, um Estado fraco ou ainda inexistente, em que a liderança local decorre do conflito com outros latifundiários. Após acumular riqueza econômica e poder social, esses líderes passam a praticar um controle político onímodo, a ponto de não poder ser freado sequer pela metrópole, já que o mandonismo local se vale do controle que exerce sobre as assembleias para conceder favores à clientela eleitoral e cooptar adesões. O caudilho acumula assim poder e fortuna, através do dinheiro público, das vantagens fiscais e do recolhimento de impostos.⁹² E é nesse ponto que entra Jaime Cosme. O judeu, que denuncia sonegação, explicita o conflito da sociedade colonial: uma sociedade baseada na desigualdade e no conflito do sistema de classes não pode ser associada com uma nação, entendida como corpo político fundamentado na igualdade dos cidadãos perante a lei. Porém, sem ser um governante, como os Sá, Jaime Cosme também

não oferece alternativa de poder, como os Barbalho Bezerra. O judeu não forma classe nem pertence à classe alguma. Como grupo, ele não é um trabalhador, nem camponês, nem latifundiário, nem miliciano. Com a mudança do senhorio feudal para o empresariado capitalista, “os judeus, como elementos estranhos, desinteressados pelas mudanças, mal percebiam a gradativa melhora de sua posição. No que lhes tocava continuavam a administrar negócios privados, e sua lealdade continuava a ser questão pessoal, que nada tinha a ver com considerações políticas.”⁹³ De fato, o mercado carioca financiara espontaneamente a reconquista de Angola, mas “com a escassez de numerário [...], o comércio se achava paralisado [...], os cofres exaustos, as tropas poucas e atrasadas em pagamento e algumas obras de utilidade pública por fazer”, razão pela qual, e desaprovando a sugestão jesuítica de contribuições indiretas, Salvador de Sá decide aplicar fintas e tributos redobrados, o que provocou “com vertiginosa fúria a deposição do governador”⁹⁴ em função da ruptura da aliança prévia, entre comerciantes e administradores. Diríamos então que a maior modernidade de Jerônimo Barbalho Bezerra reside em ter querido se associar aos dois agentes supranacionais disponíveis neste conflito: jesuítas e judeus. Vulneráveis, quando não indefesos, jesuítas e judeus não possuíam território, nem Estado próprios. Emersos da eclipse feudal, ambos os grupos crescem com o conceito revolucionário de igualdade cidadã que, paradoxalmente, coíbia-os, igualmente, pois, com efeito, o Estado-nação mal poderia tolerar uma nação parasitária, abrigada no interior de uma outra nação. Mas como a universalização da igualdade de direitos dependia diretamente da solidez da máquina do Estado, administrando as riquezas e representando os interesses da nação como coletivo, segue-se daí que, não raro, jesuítas e judeus foram sócios do Estado-nação colonialista. Estes, concedendo crédito e financiando empresas oficiais; aqueles, dinamizando a produção simbólica e econômica através da fé. Jesuítas e judeus se irmanam na ambiguidade equívoca de sua autonomia; ambos se firmam, contraditoriamente, em função de igualdade (moderna) e privilégio (feudal). Neste ponto, não deixa de ser oportuno observar que o eixo da polêmica entre Alencar e Nabuco – polêmica que gira em torno do valor concedido ao jesuíta como patriota – passa, justamente, por aí: para Nabuco (ainda um

administrador colonial em molde capitalista), o jesuíta (ou judeu) representa a continuação do privilégio feudal avesso à lógica da emulação. Já para Alencar, o jesuíta (mas também o judeu) pode ser visto como construtor de um princípio democratizante de igualdade cívica. Alencar, em suma, é pela Nação e Nabuco, pelo Estado. São essas as duas forças que desatarão o nó de igualdade e privilégio, na forma de obscurantismo e antissemitismo, sob o nacionalismo oficial. Mas, se insistimos na homologia entre judeus e jesuítas, deve, entretanto, observar-se que o antagonismo entre esses dois grupos não dissolve o paralelismo, mas antes, porém, o confirma, na forma de uma paradoxal cumplicidade compartilhada. Os jesuítas, de fato, representam a reserva antisemita do catolicismo: se, de início, os cristãos-novos estavam excluídos da ordem, a partir de 1608, eles já são admitidos, desde que possuam cinco gerações cristãs.⁹⁵ Judeus e jesuítas formam, assim, as duas internacionais do período: de um lado, a casa Rothschild (ou sua concorrente, a firma dos irmãos Pereire, judeus de Bordeaux, em que ainda ressoa forte sotaque português) e, de outro, o Vaticano. Ambos, enfim, estão por trás da Santa Aliança.

Essa aliança ou máquina de guerra, que tem Deus no centro, irradia um nacionalismo oficial que, por meio de políticas conservadoras, quando não reacionárias, tenta criar um território corretamente dividido em Estados tectônicos coerentes, habitados por uma população homogênea, que se exprime em linguagem amalgamada e preza a pureza étnica. A consequência lógica dessa concepção é uma redução *ad absurdum* dos próprios princípios do nacionalismo, ora transformado em sublevações regionais sufocadas, expulsão maciça de migrantes ou extermínio sistemático de minorias.⁹⁶ Os acadêmicos de Lagado poderão, por fim, sorrir satisfeitos diante da vitória dessa *ars magna generalis* e suas necessárias “evacuações”.

Aspecto não menos paradoxal dessas contradições do nacionalismo constitui o fato de Salvador de Sá conseguir seu objetivo de reprimir o levante local do caudilho Jerônimo pela intermediação de duas mulheres. A primeira, esposa do líder rebelde, travestida e mascarada, superpõe os interesses de Estado (que são, a rigor, interesses particulares dos Sá), em detrimento de seu clã, os

Barbalho Bezerra, de tal sorte que o pacto político dissolve a aliança sexual. A segunda mulher é a judia Ruth, refém dos revoltosos que, a pedido da esposa de Jerônimo, aceita (primeira traição) convocar tropas para cercar os rebeldes, mas que, para compensar o mal que infligiu à outra mulher, declara, em julgamento (segunda traição), saber menos do que de fato sabe. A soma de traições faz de Ruth (e seu grupo: o mestre Abraham, de expressão incompreensível e desenlace ensandecido, e mais o tio Braz Safim) uma aliada da lei, donde a própria lei se define como soma de traições. Com efeito, se bem se vê, a dinastia dos Sá, detentores de terras e minas, depende, para sua sobrevivência, de uma estrangeira infiel. Mas, a rigor, a personagem da judia é emblemática da rede de desvios que é necessário mobilizar para se institucionalizar uma verdade qualquer. A jovem Ruth é, como sua antepassada bíblica, uma forasteira: se a Ruth colonial e barroca é judia, a Ruth judia, entretanto, é moabita. Princesa de Moab, neta da união incestuosa de Loth com suas próprias descendentes; filha de Noemi, com quem tem um forte vínculo passional e, após a conversão e o casamento com Braz pela lei levítica, ancestral do rei Davi, Ruth mostra à sociedade uma situação de estirpe real e linhagem espúrea.⁹⁷ Entretanto, longe de ser um álibi ou um estímulo a práticas desviantes, podemos concluir que, não raro, a condição estranha e estrangeira determina uma maior pertinência na construção de representações sociais. A esse respeito, Julia Kristeva, ao analisar o episódio bíblico de Ruth, constata que *“si le ‘hors-alliance’ accepte les règles morales de l’alliance, celle-ci y trouve son moteur, son élan vital, sa souveraineté. Abîmée peut-être, inquiète en tout cas, cette souveraineté s’ouvre – par l’étrangeté qui la fonde – à la dynamique d’une éternelle interrogation, curieuse et hospitalière, avide de l’autre et de soi-même comme autre”*.⁹⁸ A ideia, talvez, nos permita estabelecer uma certa homologia entre o afeto que surge, de um lado, entre as duas mulheres (a judia Ruth e a esposa de Jerônimo Barbalho Bezerra) e, de outro, o desafeto que grassa entre os homens, como o próprio Jerônimo e Salvador de Sá. A estrangeira traidora inverte, desse modo, a figura do general, até confundi-la com a do patriota tectônico, chame-se ele Hernandárias ou Barbalho Bezerra. Nasce, nesse ponto, uma autêntica tradição latino-americana que, não por acaso, Capistrano de Abreu reconhece

como própria no espelho deformante do estrangeiro. Numa carta ao padre jesuíta Carlos Teschauer, o historiador confessa que, após a leitura de Eduardo Acevedo Diaz, em sua tentativa de formar juízo sobre a figura de Artigas, caminha de surpresa em surpresa: “O bandido tradicional transforma-se em precursor, estadista. Há de haver exageração, mas o caluniado de argentinos, brasileiros merecia esta revisão de processo”,⁹⁹ o que dista muito da apocalíptica condenação que lhe reservara, no limiar do século, quando associou o movimento farroupilha com resistência à modernização:

Em 1835 rebentou uma revolução que durou dez anos. Desde então ou doutrinatório, ou sanguinário, ou pecuário, ou caudatário ou federatário, – as formas variam, o fundo permanece –, grassa o artiguismo além do cabo de Santa Marta. O Doutor Francia pode prender o corpo; mas a alma de José Artigas (chacal conjugado a Moloch) ulula, doente impropiciável, pela campanha e sobre as coxilhas.¹⁰⁰

Recapitulando a análise, é lícito ver de que maneira o silêncio faz sentido nestes textos. A ausência de Salvador Correa de Sá da cena narrativa traz a presença de milícias volantes e mercenários bandeirantes, escorchando, sonogando, expandindo, um dispositivo cuja riqueza referencial compensa as restrições da representação. A ausência marca e o silêncio significa. De outro lado, o jogo incessante de desvios necessários para a institucionalização da verdade faz o aparelho textual-estatal funcionar como leque: o fora dobra-se no íntimo e o individual desdobra-se no desconcerto da identidade. Em suma, essa leitura anagramática nos permite recuperar diversas funções da mesma palavra em diversos contextos. Quando uma palavra se inscreve como citação de outro sentido (obliterado, esquecido) dessa mesma palavra, quando a antecâmara textual cita e deixa ler aquilo que significa no interior da palavra, transportando agora esse sentido a outra cena ou recanto da câmara, a escolha de uma opção, dentre várias que a palavra permite, tem o efeito de neutralizar o jogo citacional anagramático e, em última análise, eufemizar o próprio texto citado.¹⁰¹ Detenhamo-nos, por um instante, nesse trabalho anagramático de toda leitura.

Vimos, a respeito de uma citação de *A guerra dos emboabas*, a figura do narrador desdobrando-se na de editor e pedagogo. Citar

é ilustrar. Mas cabe ainda destacar que citar é tornar a obscurecer. Como sabemos, Carvalho Guimarães incita seu relato sobre as bandeiras com uma passagem do segundo livro de Gulliver, em que o rei de Brobdingnag surpreende-se da existência de exércitos mercenários, na Inglaterra. A versão de Carvalho Guimarães é:

The king asked me whether a man's house might not better be defended by himself, his children and servants, than by half a dozen rascals picked up at adventure in the streets, for small wages, who might get a hundred times by cutting their throats.

Além de desculpáveis desleitura (*at adventure* por *at venture*), o texto segundo omite o questionamento efetivo, em torno ao problema da representação política, que não deixa de ser severa indignação primeira do satirista quanto aos mecanismos da representação como um todo. Vejamos o texto original na íntegra:

He said, if we were governed by own Consent in the Persons of our Representatives, he could not imagine of whom we were afraid, or against whom we were to fight; and would hear my Opinion, whether a private Man's House might not better be defended by himself, his Children, and Family; than by half a Dozen Rascals picked up at a Venture in the Streets, for Small Wages, who might get an Hundred Times more by cutting their throats.

Para o satirista Swift, se a representação não funciona, não há delegação, transporte nem metáfora: a verdade é ambígua, e quanto mais ela muda, mais idêntica a si própria ela permanece. Desacreditada, assim, a transformação, a própria sátira, que é a forma ficcional de um foco irônico sobre a história, perde qualquer função progressista. De simples alegoria, pseudologia, a ironia assume ares de *prospoiesis*, de dissimulação e, portanto, de compromisso com a conservação. Toda sátira é cega às forças que se liberam com a ruína, dizia Adorno, quem, no entanto, não deixava de alimentar esperanças no mundo como sistema delusório. Da inscrição de Swift à leitura de Carvalho Guimarães, o reparo à representação e a rasura da ironia mostram que, gradativamente, ideologia e realidade tendem a se confundir. Ao apontar o receio contra a segurança, Swift expõe uma crença: toda propriedade é roubo. Carvalho Guimarães,

pelo contrário, revela que, em seu mundo narrativo, deixa de haver fissura para a ironia se agarrar e medrar na rocha do real. O mundo é o que é.¹⁰² Assim, ele põe *servants* onde Swift colocou *family*. A casa (e junto com ela, a nação) deixa de ser o local de uma origem comum, como já apontara Isidoro de Sevilha, o lugar do *nascere*, para ser uma representação dirigida e voltada à vida social que, entretanto, esquece seu caráter de representação motivada e ora se apresenta enquanto construção imediata. Em função dela, a casa torna-se uma senzala. É, portanto, nas redes do patriarcalismo, que a nação se concebe como família para melhor neutralizar diferenças e tensões que põem em risco a continuidade e convergência da nação *tout court*. Com essa artimanha, a escravidão – o sistema dos *servants* cujo concurso, como dizia Varhagen, é “indispensável para o progresso da indústria”, ainda que sob um regime condenado “pelas ideias luminosas da filosofia moderna” – se interioriza e abandona a cena pública. A marca textual de Swift, presente enquanto ausência, na citação de Carvalho Guimarães, insiste, ainda, no discurso de um ardoroso defensor das bandeiras como base da nação, Almir de Andrade. Neste último retorno, a sátira exaurida de Swift apresenta-se, em chave trágica, como exploração sem representação, nação sem sociedade ou cultura sem linguagem.¹⁰³ Se os *servants* são *family*, é porque a nação devém Estado. Para entender a lógica interiorizadora desse nacionalismo tornado oficial, nada melhor do que ouvir Rui Barbosa, um sem-casa, que faz de seu estranhamento estrangeiro, em relação à sociedade londrina, a condição de um sentimento confortador e ilusório, o de estar, enfim, em casa. “Hábito, influência do meio ou sentimento do dever, a gente do serviço distingue-se aqui [escreve, instalado em Londres, em 1893] por um espírito de exatidão e disciplina que é preciso ter casa, para poder avaliar. A regularidade perfeita e a precisão silenciosa da ação dos criados na sua tarefa cotidiana dão ao regime de casas a aparência de um mecanismo de relojoaria. Cada coisa tem o seu lugar e a sua hora, predeterminadas e invariáveis como se uma máquina automática acudisse a cada necessidade com a sua satisfação imediata, sem que os donos da casa encontrem a menor ocasião de exercer a sua autoridade. Especialmente para as senhoras isto é um encanto novo e inesperado, uma espécie de revelação mágica. Na casa, como na

sociedade política, não se sente quase a necessidade de Governo. A distribuição dos deveres (lei imposta ou convencional, escrita ou não escrita) atua, por assim dizer, *da se*. O fenômeno desta disciplina moral, generalizada a todas as classes, é, a meu ver, o aspecto mais notável da civilização inglesa e o segredo do seu vigor.”¹⁰⁴ Por meio de uma *ars magna generalis*, enfim, a cultura monológica do nacionalismo oficial soube produzir a contrautopia de um Estado sem nação.

Sumo, sumiço, sumidouro

...os *semideuses* fabricados pelo entusiasmo dos cortesãos e dos escravos, os gigantes Amapolas, os colossos palhaços do cretinismo pseudodemocrático na mísera América Latina.

Rui Barbosa

As dobras do texto têm nos permitido recuperar diversas funções que uma mesma representação adquire em distintos contextos criticando, assim, a determinação linear de textos e contextos. Em vez do modelo hierárquico positivista, em que contextos pré-textuais determinam enunciados deles dependentes, estamos tentando analisar de que maneira a ordem do discurso constrói contextos interpretativos específicos. O que de fato passou – o passado – é algo determinado *a posteriori* por meio de um artefato verbal – a leitura – que é virtual, porque não cessa de passar, e o fato de entendermos que as relações que regulam o texto enquanto real sejam intertextuais não diminui a pungência desse real; antes, porém, neutraliza a concepção de essências supra-históricas da experiência. Não obstante, a noção de que toda intertextualidade funciona como inter-historicidade nos mostra que o próprio do enunciado histórico é poder retornar. Trata-se, todavia, de um retorno descentrado: não existem, para ele, o uno e o múltiplo, o modelo e a cópia. Creio, entretanto, que existem, nesses retornos, certas regularidades materializáveis ou multiplicidades específicas: Jerônimo Barbalho Bezerra, Francia, Rosas, Facundo, Artigas, Saraiva ou Calígula articulam uma teoria das multiplicidades. Nela, a rigor, não há sujeito de enunciação. O sujeito é apenas uma variável do próprio enunciado e a “autoria”, mera decorrência discursiva. Esse

texto multiplamente articulado e rearticulado nomeia, faz aparecer e dá legibilidade a uma representação. Está menos interessado na temporalidade do que na causalidade: seu alvo são as relações de valores entre textos. Uns ajudam a ler os outros, ora projetiva, ora retrospectivamente.¹⁰⁵ Esses textos dizem tudo quanto é possível dizer ou relatam tudo quanto é possível relacionar. O que não dizem nem relatam, cabe ao leitor anagramático organizar. O leitor é, em consequência, o primeiro a perceber que falar não é ver porque, a princípio, ele mesmo “não vê”. Sua leitura, portanto, afirma-se, discursivamente, como estratégia de desconstrução de valores: os valores que vinculam o que se vê e o que se lê, valores mudos na visão e calados na leitura.¹⁰⁶ Tomemos, ao acaso, um texto.

Fundou um *club*, a que deu o nome de Mashorca, ou sociedade popular restauradora das leis e em seu seio concentrou a população mais ínfima e ignóbil dos habitantes de Buenos-Ayres e gaúchos das províncias; delegou-lhes a opinião pública, permitindo-lhes o castigo e o assassinato de quantos reputassem unitários ou adversários do governo estabelecido. Os membros do *club* recebiam dele a senha e os nomes das vítimas, que deviam imolar e começaram a desempenhar sua missão, apunhalando, esbordoando e aterrorizando à luz do dia e nas ruas e praças públicas quantos suspeitassem inimigos. Além dos indigitados pelo ditador, ai de quem incorria nos ódios ou despeitos de qualquer dos mashorqueiros! Ai de quem não trazia as faixas e laços encarnados ou não gritasse – Morram os selvagens unitários, asquerosos e imundos! – Ai das próprias mulheres, que transitassem, embora acompanhadas de pessoas de famílias, mas que se não cobrissem de vestes e adornos vermelhos. Insultadas, ultrajadas, esbofeteadas, pagavam o crime de desobediência às ordens do ditador.

Verdade é que, dominada a cidade pelos mashorqueiros, o terror acovardou todos os espíritos, aniquilou todas as resistências, impôs severa disciplina a toda a população como se vivessem em quartel de soldados.¹⁰⁷

Se o sujeito tácito do fragmento (“fundou um *club*”) for Rosas, a autoria do texto poderá ser atribuída a Pereira da Silva ou Rui Barbosa. Mas se for Artigas, a Capistrano de Abreu e se for Barbalho

Bezerra, a Carvalho Guimarães. A força do texto descansa menos em sua referencialidade imediata e concreta do que em sua alegoria. O texto diz, múltiplas vezes (tantas quantas for enunciado), a mesma coisa, e o faz com palavras diferentes, valendo-se do *plus* retórico que nos faculta conotar, dizer coisas diferentes com uma mesma expressão. A essência da retórica é, justamente, a alegoria, e o texto redundante, não apenas quando fala dos “indigitados do ditador” ou do sumidouro dos semideuses. Em todos esses casos, quem enuncia visa esconjurar o acaso. Limita o fortuito das recorrências, através de uma identidade que se repete. No comentário de Rui Barbosa, lemos que a repetição do mesmo fixa um lugar para a identidade semovente: o sumidouro onde se afundam para sempre as glórias oficiais.¹⁰⁸ Mas, para além do comentário, o fortuito deixa-se fisgar como atualização de uma individualidade específica e, mais do que isso, como reatualização constante e permanente da lei. Diríamos que o que transparece e se insinua em *Jerônimo Barbalho Bezerra* (uma aliança entre o caudilho e a “plebe”) é aquilo que Pereira da Silva traduz no código dos *gentlemen* da virada do século (o caudilho e seu “clube”) e *Macunaíma* concretizará como protogangue urbana. Com efeito, em carta às amigas ausentes, as Amazonas, Macunaíma relata e relaciona essas crises com a dupla riqueza/população, entendida como nervo de um nacionalismo populacional em vias de ser implantado:

E quando o numerário dessa Polícia avulta, são os seus homens enviados para as rechãs longínquas e menos férteis da pátria, para serem devorados por súcias de gigantes antropófagos, que infestam a nossa geografia, na inglória tarefa de ruir por terra Governos honestos; e de pleno gosto e assentimento geral da população, como se discrimina das urnas e ágapes governamentais. Esses mazorqueiros pegam nos polícias, assam-nos e comem-nos ao jeito alemão; e as ossadas caídas na terra maninha são excelente adubo de futuros cafezais.¹⁰⁹

O nacionalismo territorial concebeu a nação como interioridade e a ela reservou uma origem e um fim, uma fundação e uma destinação, vale dizer, um *todo*. Mas, quando a construção da realidade social se fratura e começa a se dar em função

de meios, diversos e dispersos, quando palavras e coisas, gestos e sentidos não mais coincidem, liberam-se energias, que se agitam, em estado de mistura e mutação constantes, e que fazem com que o nacionalismo assuma a linguagem universal do direito, para governar a diferença. A particularidade territorial dá lugar, assim, à universalidade desterritorializada; o modelo da soberania devém esquema disciplinário e a gestão do bem-estar público transforma a existência em objeto de poder. Se, de fato, diminuem os assassinatos mazorqueiros, não é menos verdadeiro que aumentam, com anuência da própria população, segundo Macunaíma, as ameaças contra ela mesma, já que a própria população transforma-se no Outro do nacionalismo de massas. Numa fase ainda incipiente desse processo cultural, e apoiado no autor-guia, Carlyle, já que “os tristes lazeres do desterro familiarizaram-me com ele”, Rui Barbosa ainda consegue ler os heróis latino-americanos como sujeitos desviantes aos que o próprio historiador se contrapõe. Quando lê, em Sarmiento, por exemplo, que, acovardados pelo Caudilho, só restaram, na cidade, “aqueles que amassam seu pão sob a férula de qualquer tirano”, o leitor Rui anota à margem “o exílio ou, antes, o êxodo”.¹¹⁰ Na história, a cifra é sempre indivíduo e multidão, biografia e autobiografia. É o que lemos, em passagem elucidativa:

Carlyle era o evocador de gigantes, que se sabe. Ao toque do seu condão, Cortez se mede com Alexandre. E, contudo, esse desenterrador de Titães, esse restaurador profissional de heróis, por mais que revolvesse a história da democracia espanhola no continente de Colombo, região de convulsões incessantes, cemitério de guerras inumeráveis, teatro atroz de glórias de sangue, não logrou desenterrar um tipo, digno de impressionar a sua capacidade extraordinária de admiração pela força.

Todos esses legendários da ilíada latina no mundo novo passam encolhidos e pequeninos, como se os fixássemos através de um telescópio invertido. Aqui vai Iturbide, “o Napoleão do México”, o sereníssimo D. Agostinho I, o inditoso “D. Agostinho, o derradeiro”, autor de três vezes célebre “carta de Igualá”, constituição moribunda de nascença, como tantas outras, coroado, deposto, banido, regressante, fuzilado, qual mais tarde o austríaco Maximiliano. “O esquecimento

e os desertos do Panamá engoliram esse impertérito D. Agostinho: *vate caruít sacro*.” E o seu herdeiro presuntivo acabou proprietário de um café e empresário de bailes públicos em Neuilly, na capital francesa, onde jaz. Ali se destaca Bolívar, “o Washington da Colômbia”, que “também se foi sem a sua fama”. Esse vingou, nas suas excursões bélicas, “mais léguas do que Ulisses”, transpôs mais de uma vez os espigões, abismos e neves eternas dos Andes, “feito análogo ao de Aníbal”; ganhou “a imortal vitória de Carabobo, e muitas outras” até “à vitória imorredora de Ayacucho”; foi “libertador, ditador, quase Imperador”; três vezes depôs, “com eloquência de Washington”, o poder absoluto; três o reassumiu, instado, “como homem indispensável”; e, fazendo laboriosamente duas ou três constituições, onde o chefe do Estado era perpétuo, com o arbítrio de escolher o seu sucessor, “a mais razoável organização possível da democracia”, teve o dissabor de vê-la refugar por um povo que não lera a Filosofia Positiva, ainda não concebida, àquele tempo, na cabeça paterna. Acolá se distingue San Martin, o terceiro dos Aníbais, cuja marcha através dos Andes pelo passo de Uspallata acaba pela derrota de Espanha “nas planícies de Maipu” e “nas planícies ou nos cerros de Chacabuco”. Protetor do Peru, emancipador do Chile, resigna diante de Bolívar, exila-se para sempre da política americana, e vingasse da fortuna do rival, pendurando nas paredes de casa o próprio retrato “entre o de Napoleão e o de Washington”.¹¹¹

Porém, Rui Barbosa, mesmo reconhecendo a tensão das alegorias – “o Washington da Colômbia”, “o Napoleão do México”, alegorias que aproximam entidades em confronto (uma apresentação elevada do líder contraposta a uma figuração rebaixada do território) –, é o mesmo Rui que irá justificar a inviabilidade de princípios democráticos de organização social já que o conjunto da população se transforma, aos olhos do nacionalismo oficial, em perigo tóxico, mera súcia de gigantes antropófagos, tal como diz, apoiado mais uma vez, no autor de *Sartor resartus*: “A turba consultada nos comícios acerca de qualquer assunto elevado é a mais esqualida exibição de imbecilidade, a que, neste mundo, se pode assistir... Uma resposta sua a qualquer questão será, segundo todas as probabilidades, errada, e o mais seguro, para andar avisado, estaria

em invertê-la... Basta de pataratear da América e suas instituições modelos... Desta, ou da outra parte do Atlântico, a democracia será eternamente impossível! O universo é uma monarquia e uma hierarquia. O nobre, nas posições eminentes; o ignóbil, nas subalternas: eis a lei do criador todo-poderoso, para todos os tempos e para toda a parte".¹¹² Para Rui como para Carlyle, a multiplicidade de caudilhos populares, em tudo assimilados ao bandido, configura um caos do ser, permanentemente vivo e ativo, que faz da história uma luta incessantemente retomada entre a plebe e o herói. O leitor posiciona-se diante dessa diversidade de fenômenos como sensor das semelhanças que subjazem à confusão multiplicada, já que, só após essa unificação conceitual, será possível discriminar diferenças intrínsecas. A leitura, portanto, é de cunho metafórico e supõe que o passado se apresente integralmente à percepção, ou que caiba a esta consciência racional do herói imprimir forma à história multifária. Essa tarefa, como facilmente se compreende, preza a ordem e a hierarquia, a vontade e a missão, embora dificilmente consiga esgotar a racionalidade do processo histórico. Ao contrário, a concepção esclarecida do nacionalismo oficial não pôde aceitar que as fábulas identitárias populares dos heróis-bandidos fossem formas emprestadas a verdades incompletamente apreendidas por seus esquemas, assim como elas ainda são, amiúde, matéria de falsificações parcialmente reconhecidas como próprias. Há, sempre, no caos infinito dos heróis-bandidos, um traço extraterritorial que, ao mesmo tempo, os define como forasteiros e como infratores:

Quem pesquisar as nossas pugnas verá que de permeio dos mais belos rasgos, dos floreios mais belos de bravura e de heroísmo, ao lado de largos gestos romanescos de requintada fidalguia e humanidade, se registra também, inapagável na memória de todos, a truculência selvagem do bandido feito homem, êmulo integral dos Quirogas da outra banda. As nossas revoluções não criaram essas entidades sinistras; divulgaram-nas apenas; retrataram-nas, fizeram-nas conhecidas, projetando-as no vasto cenário da campanha rasa, ou na boca traiçoeira das picadas.¹¹³

Hayden White observou que "*if every fully realized story, however we define that familiar but conceptually elusive entity, is a*

kind of allegory, points to a moral, or endows events, whether real or imaginary, with a significance that they do not possess as a mere sequence, then it seems possible to conclude that every historical narrative has as its latent or manifest purpose the desire to moralize the events of which it treats".¹¹⁴ Ora, aceitando esta premissa, cabe, então, utilizar uma observação de Barbey d'Aureville a respeito do conde de Gobineau, a de que "*un misanthrope n'est qu'un optimiste renversé, un optimiste désespéré, qui jette les hauts cris*"¹¹⁵ – para caracterizar o nacionalismo oficial como um otimismo social, desiludido e camuflado pela misantropia autoritária.

Sob essa perspectiva, ao comentar as revoltas de 1923, e supondo que "modificara-se, por certo, nestes trinta anos, toda a aspereza de qualidades que se refinavam, civilizando-se", Roque Callage constatava, com "decepção, porém, para os otimistas de sentimento, para os que aceitavam como fato consumado, a evolução dos costumes [...] [que] a teoria mais uma vez falhara – e as mesmas cenas degradantes, os mesmos gestos, os mesmos atos de banditismo e de monstruosidade foram perpetrados a plena luz do sol".¹¹⁶ Não muito diferente era o juízo de Graciliano Ramos em relação à revolta de Isidoro Dias Lopes. Contra os inofensivos simpatizantes do general sebastianista, gente que falava difícil, "tipos malucos provavelmente", manda-se "uma tropa composta de bandidos organizados por Floro Bartolomeu, chefe cearense, meio deputado, meio cangaceiro".¹¹⁷ Mário de Andrade, que indisfarçavelmente via com bons olhos a revolução isidora por se tratar de gente, "gente rapaz divertido", destacava que o grupo "se revoltara contra os vencidos [mas] não quis permanecer na ordem dos vencedores",¹¹⁸ instância dominante em que, por tabela, se inscreve Floro Bartolomeu, o mesmo Floro Bartolomeu, aliás, que aparecera, no imaginário do autor, como substituto do encantamento mágico primitivo. No diário de viagem ao Nordeste, feita em dezembro de 1928, lemos, com efeito, uma anotação de Mário, do dia 10, sobre "Melodias do Boi", que vale transcrever na íntegra. Ela alegoriza a questão da fronteira como construção identitária:

Noosso Padim Pade Ciço recebeu de presente um bezerro zebu, verdadeira raridade então em Joazeiro. O nosso padrinho gostava muito do bezerro e tratava ele com muito carinho.

Estava chegando batendo tempo de seca, nosso padrinho mandou chamar o homem que destacara para dar comida ao bezerro e falou: – Olhe, do lado de cá o capim é mais novo e está mais úmido. Você venha cortando o capim lá onde está mais seco pra cá, porque assim o capim dura mais tempo. O homem falou que sim porém quando teve que dar comida pro bezerro, ficou com preguiça de ir lá tão longe, hesitou porque desobedecer nosso Padrinho era pecado feio, hesitou muito, afinal a preguiça venceu, cortou o capim mais novo perto e foi dar este pro bezerro. Foi mas atarantado com a consciência ardendo por causa do ato pecaminoso. Mas quando botou o capim na frente do bezerro, o zebuzinho abanou as orelhas caídas, dum lado pra outro, dizendo que não, aquilo era capim do pecado, não comia não Ah! isso o homem caiu de joelhos, com grandes lamentos, juntou gente e o matuto se penitenciava berrado do ato feio. O sucedido se espalhou logo e toda a gente principiou comentando aquele bezerro extraordinário. Não durou mês todos perceberam que o zebuzinho era um boi sagrado. Se formou um verdadeiro culto fetichista, o bezerro tinha honras de santo, um ídolo verdadeiro, adorado até muito longe de Joazeiro. Toda a gente queria possuir uma relíquia do boi, raspa da unha dele, coisas assim. O mijo dele, em vidros parcimoniosos, viajava aquele sertão largo, e curava feridas, curava doenças, fazia milagres sem carecer de nosso padim pade Ciço. Mas o homem (saber o nome dele) Floro Bartolomeu¹¹⁹ que nosso Padrinho faria deputado, contam as más línguas que percebeu o perigo. O boi já tinha mais prestígio que o nosso Padrinho. O fato é que chegou, fez um estardalhaço e mandou matar o boi. A carne dele foi picada em milhares de pedacinhos, que toda a gente quis guardar santificando o lar. Mas o caso é que o boi morreu. Pouco a pouco, a lembrança dele foi se apagando nas memórias, o culto acabou.¹²⁰

Quando comparado aos exemplos do nacionalismo oficial, o discurso de Mário de Andrade destaca-se por uma maior coerência narrativa, dada por elementos retardatários iniciais, subitamente acelerados no fim do texto, bem como por redundâncias e desvios que revelam um foco *naif* e antimimético. Neste relato, Floro Bartolomeu não é visto, sob o julgamento da história, como um ditador ou um bandido, mas apresentado como ser híbrido e

quase anônimo – o homem cujo nome Mário esquece – aliado a instituições conservadoras (Igreja e Partidos), para preservar valores ortodoxos. O turista aprendiz, contemplando a cena numa perspectiva culturalista, atende às práticas heterogêneas que teriam conferido unidade à construção imaginária a que ele mesmo se empenhara. Com efeito, como sabemos, para Mário, o boi articulava uma identidade nacional compósita que não sataniza o estrangeiro nem discrimina o migrante e, assim sendo, Floro Bartolomeu funciona como antagonista da peculiar tradução nacionalista praticada pela vanguarda. Ora, se for possível vincular coronelismo político, modernismo estético e secularização simbólica como agentes na disputa quanto ao valor e aos alcances do nacionalismo, então, cabe identificar o militar (Isidoro), o intelectual (Mário) e a representação imaginária comum (Macunaíma) como entidades não só equivalentes no enredo histórico do nacionalismo pós-oficial, mas situadas, portanto, na mesma fração do campo, vale dizer, no nacionalismo utópico secular. Contra eles, se arremeteriam as forças institucionais, a Igreja e o cangaço, este último, aliado ao poder coronelístico, forças que se aglutinam em torno de uma tradução ainda mais parcial da territorialização: o regionalismo. Eis aí um fator de resistência à modernidade, na preservação de privilégios e poderes dinásticos, na aliança com atores econômicos metropolitanos e na drástica separação entre enclaves modernizados e margens residuais. O imaginário unionista do boi, em resumo, aceita e trabalha a separação, propondo, como elaboração dessa crise, uma comunhão identitária nacional. O regionalismo caudilhista, porém, estraçalha, expurga e oblitera o emblema dessa aliança, modernizadora e heterodoxa, ao aderir, sem peias, à política latino-americana de um Estado de compromisso. O caudilho, que se sonhara libertário dos desmandos do poder, como no caso de Jerônimo Barbalho Bezerra, e que, no decorrer do século passado, funcionou como anteparo a valores antitelúricos, identifica-se, agora, no caso de Floro Bartolomeu, cada vez mais, com o Estado, porque é dele que depende, mobilizando recursos que, entretanto, pouco ou nada têm a ver com a racionalidade e que o definem não apenas como agente antimodernista, mas, ainda, como ator antimoderno. Somem os semideuses do sumidouro: surgem os meio-deputados,

meio-cangaceiros. As biografias de caudilhos traçam os limites e exprimem as pressões do processo modernizador: elas são alegorias da nação se fazendo e da modernidade se expandindo.

Finis terrae: o pluralismo analítico

Toda instituição impõe a nosso corpo, mesmo em suas estruturas involuntárias, uma série de modelos, e dá à nossa inteligência um saber, uma possibilidade de previsão ou de projeto. Chegamos à seguinte conclusão: o homem não tem instintos; ele faz instituições. O homem é um animal se despojando da espécie. Assim, o instinto traduziria as exigências do animal e a instituição, as exigências do homem: a urgência da fome transforma-se, no homem, em reivindicação de ter pão. Por último, o problema do instinto e da instituição, será abordado, no extremo, não nas sociedades animais mas nas suas relações entre o animal e o homem, quando as exigências do homem incidem sobre o animal, integrando-o a instituições (totemismo e domesticação), quando as urgências do animal se reencontram com o homem, ora para fugir dele, ou para atacá-lo, ora para esperar alimento e proteção.

Gilles Deleuze – Instinto e instituição

Pour moi, la patrie n'est pas une terre préférée, une race – c'est une action plus... que les autres.

Paul Valéry – *Cahiers*

Aos escritores de “A nova geração”, Machado de Assis reservou um conselho: que o saber não se incrusta pelo ornato, mas se assimila pela nutrição, essa nutrição que, como “sintoma de vitalidade e abono de futuro”, dará seus melhores resultados, tardiamente, como os zangões modernistas da velha república das abelhas. O eclético estômago antropofágico elaborou, com efeito, peculiares figuras

transicionais, como o boi mariano, institucionalizando, com esse imaginário, uma modernidade periférica capaz de absorver a velha matéria rural em novos moldes vanguardistas. É um processo, como vimos, fragmentariamente realizado e parcialmente abortado. Nele, a instituição buscou satisfazer o instinto. Nos conhecidos esquemas do nacionalismo determinista, para o qual o instinto é natural e a nação territorial, instituição e lei se igualam. A instituição limita a liberdade sem, contudo, oferecer um modelo positivo de ação. Entretanto, para a teoria da nação como instituição, o negativo (o puro instinto) está, a rigor, fora do social, no plano das necessidades, de modo tal que a sociedade é, fundamentalmente, ativa e criativa, uma instância de autodeterminação, mais do que um campo de restrições.

É bem verdade que o instinto, que é primário, se satisfaz diretamente na instituição, que é sempre secundária; porém, esta não o explica nem o esgota. O primário, via de regra, só é contido através de procedimentos oblíquos da instituição, o que nos força a pensar a instituição fora da linearidade e além da satisfação, vale dizer, em função da falta e do deslocamento.¹²¹ Não basta, porém, afirmar a positividade do artifício secundário em relação à determinação primária. Resta uma questão crucial, entretanto, que é a questão axiológica: para quem a instituição é mais positiva que o instinto? Ou, em outras palavras, em que sentido o boi é melhor que o parasita? Desta maneira, o instinto se inscreve no cruzamento de um duplo movimento – o descritivo e o normativo, a dicção pré-social e a interdição moral. Quanto mais fluido for o instinto, mais próximo de uma nova norma ele se situa, como exercício de um poder irredutível, de síntese original; porém, quanto menos acabado e mais prescritivo, mais aberto ele ainda se encontra à caprichosa variação dos fatores que o determinam e que, entretanto, o empobrecem, em sua flutuação e disponibilidade.

Bergson, trabalhando com a mesma metáfora machadiana – a do zangão e as abelhas –, mostrou, em *L'évolution créatrice*, que a instituição precisa do instinto, muito mais do que o instinto da instituição, porque, no caso da abelha, dar forma à matéria bruta já supõe, no animal, um certo grau de organização provocada pelo instinto:

O instinto tem a seu alcance o instrumento apropriado: esse instrumento que se fabrica e se repara por si mesmo; que,

como todas as obras da natureza, apresenta uma infinita complexidade de detalhe e uma maravilhosa simplicidade de funcionamento, produzindo, sem dificuldade, no momento necessário, com uma perfeição frequentemente admirável, aquilo que está fadado a produzir. No entanto, conserva uma estrutura quase invariável, já que sua modificação não se produz sem uma modificação da espécie. O instinto está pois necessariamente especializado, não sendo uma utilização de um objeto determinado para um objeto determinado. O instrumento fabricado inteligentemente, pelo contrário, é um instrumento imperfeito, ele só é objeto sob esforço. E, quase sempre, de manipulação penosa. Mas como é feito de matéria inorganizada, pode adquirir qualquer forma, servir para qualquer uso, tirar o ser vivente de qualquer dificuldade que surgir e conceder-lhe um número ilimitado de faculdades. Inferior ao instrumento natural para a satisfação das necessidades imediatas, ele tem tantas maiores vantagens sobre este último quanto menos urgente for a necessidade. Reage, acima de tudo, sobre a natureza do ser que o fabricou pois, ao chamá-lo a exercer a nova função, outorga-lhe, por assim dizer, uma organização mais rica, sendo um órgão artificial que continua o organismo natural. A cada necessidade satisfeita, ele cria uma nova necessidade. E assim, em vez de formar, como o instinto, o círculo de ação em que o animal vai se movimentar automaticamente, abre a essa atividade um campo indefinido que a empurra cada vez mais longe e a torna cada vez mais livre. Porém, essa vantagem da inteligência, sobre o instinto aparece tardiamente e quando a inteligência, tendo levado a fabricação a seu maior grau de poder, já fabrica máquinas para fabricar.¹²²

Admitindo que a instituição corresponde à autonomização de um princípio arbitrário de artifício, por meio do qual o indivíduo se liberta da natureza, bem como libera suas tendências para outros percursos peremptórios no próprio estado de natureza, é possível, portanto, pensar a identidade nacional como a atualização de uma virtualidade que persiste em suas divergências. Concebida, então, enquanto diferença, a identidade nacional é real, sem ser atual, e imaginada, sem ser abstrata. O real, pautado sempre por um princípio compulsivo de semelhança, mimetiza o possível que, aliás, ele próprio

realiza, ao passo que o atual não se parece, necessariamente, com a virtualidade que ele manifesta. A identidade não é, assim, meramente negativa; ela também é positivamente criadora. Sua construção, portanto, é contingente. Mas não apenas porque se trata de uma construção convencional, livre de organizar seus constituintes de uma outra forma, mas porque o fato de a identidade ser indeterminada, sua destinação final, desconhecida e a própria evolução genética dessa entretectualização, extremamente aberta, tudo isso, enfim, nos permite pensar em um estado de possibilidades duplamente indeterminado, ou articulado conforme uma contingência secundária. “Não é só estar cá ou lá que é concebido como contingente, também o é a relação do indivíduo com um tempo e lugar concretos interpretados como meros ‘contextos explicativos.’”¹²³ O nacional, em suma, não possui vários sentidos. Ele realiza o plural do sentido. Não é significado controverso, mas signo plural e polimorfo. A dupla contingência da instituição identitária introduz, assim, a marca da incompletude e da insatisfação nessa construção, de modo que as disposições de sentimento que convencionamos chamar instintivas assinalam, de fato, carências e vazios, que passarão a ser elaborados pelo imaginário social.

A instituição do nacional é obrigada, portanto, a levar em consideração fragmentações inerentes ao coletivo – um campo cindido entre uma subárea de “nativos” e uma outra subárea de “forasteiros”. Mas essa consideração particular ocorre graças à transformação do dado natural (ser nativo, ser forasteiro) em significação social imaginária: ser nacional, ser estrangeiro. A nação, então, é um autômato específico – um magma de magmas, como diria Castoriadis – em que as instituições estabelecem a cada agente aquilo que é relevante para a construção da nação: o valor e a tradução, em termos globais, de conjunto, dessa pertinência específica. Mas apontar uma não pertinência não implica, entretanto, assinalar uma simples não naturalidade dos traços que nos permitem inscrever cada fenômeno ora no campo do “brasileiro”, ora no do “estrangeiro”, isto porque, em última análise, o não pertinente é uma interferência – impertinente e inconveniente, se quisermos, já que não convencional – na própria categoria do pertinente e no valor desse pertencimento. Assim, através do signo pertinente, o

imaginário social institui identidade, mas de uma forma em que ela não existe, nem pode existir, antes ou fora dessa conjuntura, e o faz através de figuras de linguagem ou tropos instituintes. Esse caráter retórico da construção, longe de torná-la menos verdadeira, prolifera virtualidades e difere suas insistências, fazendo, assim, com que o imaginário não seja pura e simples determinação cega e coercitiva, mas sobredeterminação enigmática e plural, menos instinto e mais instituição. Esse trabalho “é criação, estabelecimento (instituição) pelo imaginário social de uma figura (grupo de figuras) não real que faz *serem* figuras concretas (as materializações, as instâncias particulares da ‘imagem de palavra’) com o que elas são: figuras de palavras, signos (e não ruídos ou marcas). Imaginário: criação imotivada que só é no e pelo estabelecimento de imagens. Social: inconcebível como obra ou produto de um indivíduo ou de uma multidão de indivíduos (o indivíduo é instituição social) inderivável a partir da psique, como tal e em si mesma”.¹²⁴ Desnaturalizado como signo de signos, o imaginário torna-se fantasma social ou fantasia secundária, capaz de incluir uma multiplicidade de elementos representativos (estruturantes ou instituintes), completamente distintos entre si e em suas relações primárias, tramando, todos eles, uma sorte de pluralidade – como diria Barthes – estereográfica dos traços de nação. Nem étnico, nem territorial, esse objeto é pulsional e se deixa capturar, como quer Valéry, em ação. Portanto, apenas uma concepção evolucionista e projetiva do nacionalismo é a única capaz de afirmar que a nação pode ser reconhecida prospectivamente, porque, como disseminação discursiva, a nação define-se, de fato, como tal tão somente *après-coup*. O motivo é que, a rigor, não são as nações que formam os Estados e, em consequência, os nacionalismos, mas, ao contrário, é o Estado que cristaliza a nação. Porém, o fenômeno é complexo e só se deixa ver no cruzamento de uma dupla perspectiva, tanto de cima para baixo (o poder de estatalização que constitui a comunidade) quanto de baixo para cima (a imaginação histórica que constrói um modelo disciplinador ou dispositivo estatalizador). A primeira perspectiva, singular e vertical, funda o comunitário através da comunicação. A segunda, plural e integradora, prefere intercomunicar, horizontalmente, os múltiplos sócios de uma expressão comum. A nação se nos apresenta, então,

como uma dimensão peculiar do mundo simbólico, nas margens do espaço nacional, identificado como próprio, e no entrelugar de povos e culturas, identificados como outros.¹²⁵

Em todas as narrativas aqui examinadas, narrativas que contam a *mesma* história – a biografia da barbárie, a estatalização do intelectual, o conflito entre ordem e lei –, a nação se articula como tradução material específica de uma premissa formal: a universalidade do princípio de cidadania e, portanto, da própria nação como instância de integração, como instituição. Porém, a nova articulação (na indisciplina de Jerônimo Barbalho Bezerra, no plurilinguismo jesuíta, no etnocentrismo de Rui Barbosa ou no aulicismo de Pierre de Angelis) excede, a olhos vistos, o significado dado. A nação é assim um *plus* que compensa limitações dessa mesma heterogeneidade. Trata-se de relatos disjuntivos que encenam um feixe de representações contraditórias. Nelas, o nacional figura-se como espaço contencioso de perplexidades diante da moralizadora completude da identidade estatalizada. Aquilo que reúne esses textos díspares e dispersos é, entretanto, a convergência da nação como espaço discursivo. E o Brasil (ou, metonímica e alegoricamente falando, o Rio de Janeiro) que, aos poucos e caleidoscopicamente, surge como efeito de nossa leitura. Nesse plexo de representações, as histórias de vida ilustram a duplicidade da narrativa tanto quanto as dobras do heterogêneo (caudilho, intelectual, mulher) iluminam a duplicidade dos signos que representam a nação. Assim, por meio dessas construções discursivas específicas, a nação deixa de ser explicada em função da expansão inexorável e virtual do moderno, já que ela se crispa, entretanto, na estratificação de sua própria temporalidade. Totalização e individualização concorrem, a bem da verdade, não como um dilema, tópico reiterado na argumentação liberal, mas como problema a ser elaborado pela nação. Nele se combinam, discricionariamente, um processo de constituição da subjetividade, performático e individualizador, com um movimento que transforma a nação em objeto pedagógico ou lição de coisas. Há, com efeito, a princípio, um movimento signifiante que produz imagem, mas há ainda ao lado, sobre e em confronto com este, um ícone de autoridade: uma imagem una e total, porque nacional, que fala a língua do Estado.

Do acima exposto depreende-se que minha concepção de discursos de nação parte de um conceito interacionista de instituição em que esses discursos surgem quando determinadas expectativas, que subjazem a toda ação social, se estabilizam a ponto de determinar, exigir e legitimar as ações de um sujeito específico. Com isto a leitura aqui proposta se afasta de concepções restritivas, no formalismo com que leem determinações materiais coercitivas, enrijecidas pela análise, como simples aparelhos ideológicos; mas também não compartilha, ingenuamente, a indeterminação contracultural de um sentimento-paixão nacional-popular que diminui o ímpeto renovador das representações sociais. Entretanto, e talvez por abrir a perspectiva ao campo emergencial de símbolos e representações em processo, esta leitura não lamenta, absolutamente (embora também padeça), as intransparências da cena contemporânea. Não poderia, então, condenar, sem remissão, como faz Habermas, a linguagem estandardizada, empobrecida e desmundanizada do presente, como lemos em *O discurso filosófico da modernidade*, quando este argumenta que “nas sociedades modernas impõem-se princípios jurídicos e morais que cada vez estão menos talhados às formas de vida particulares. No plano da personalidade, as estruturas cognitivas adquiridas no processo de socialização se separam cada vez mais dos conteúdos de saber cultural com os quais inicialmente se integraram ao ‘pensamento concreto’. Os objetos sobre os quais se exercem as competências formais tornam-se cada vez mais variáveis. Se nestas tendências atendermos apenas aos graus de liberdade que as componentes estruturais do mundo da vida vão adquirindo, obtemos pontos de fuga: no plano da cultura, um estado de revisão permanente de tradições fluidificadas, isto é, de tradições tornadas reflexivas; no plano da sociedade, um estado de dependência das ordens legítimas em relação a procedimentos formais, em última análise, discursivos, de estabelecimento e discussão das normas; no plano da personalidade, um estado de autorregulação vulnerável de uma ‘identidade do eu’, sumamente abstrata”.¹²⁶ Para Habermas, a cultura é o acervo de um saber colocado ao alcance dos agentes da ação comunicativa no intuito de adquirirem interpretações suscetíveis de consenso. Neste sentido, a cultura funciona como *langue* e é lógico que o autor discrepe de Castoriadis, cuja ênfase

recai na passagem de figuras imateriais a figuras concretas, vale dizer, nos aspectos criativos e produtivos do imaginário social, visto enquanto *parole*. Até o presente, a experiência tem mostrado que o discurso de nação é uma construção cronotópica que mexe mais com a temporalidade do que com a historicidade e rearticula uma ubíqua localidade em detrimento de territorialidades já exaustas. Trata-se, como sucintamente define Bhabha, de uma compreensão da experiência mais complexa que a da comunidade; mais simbólica que a sociedade; mais conotativa que o país; menos patriótica que a pátria; mais retórica que a razão de um Estado; mais ficcional que a ideologia; menos compacta que a hegemonia; menos centrada que a cidadania; mais coletiva que a identidade; mais analítica que a civilidade e, enfim, na articulação de diferenças culturais, mais híbrida do que pode ser representado através de uma estruturação hierárquica ou binária do antagonismo social.¹²⁷ Assim se esboçaria uma sorte de pluralismo regrado ou analítico, que pressupõe que o fenômeno nacional “deve ser compreendido pondo-o lado a lado, não com ideologias políticas abraçadas conscientemente, mas com os sistemas culturais amplos que os precederam, a partir dos quais – bem como contra os quais – passaram a existir”.¹²⁸ Esse pluralismo analítico nos permitiria escapar da esterilidade recanonizadora do princípio pluralista *à outrance* sem, por isso, aderirmos ao niilismo desencantado do desconstrucionismo.

A algaravia dessa leitura desloca, em consequência, o foco construtivo do instinto para a dinâmica da instituição, e da memória para a fabulação, não porque isto indiscrimine, por fusão, o fato da ficção, mas porque a leitura, crítica e criativa, funda, dessa maneira, outro imaginário social, isto é, o conceito de nação *eventural*. Concebida como poética plural do moderno, a nação *eventural* não se rege pelo constitutivo ou essencial, mas pelo contingente e condicional; seu critério não é temático mas remático, e seu modo, enfim, o da dicção – uma prosa não ficcional, à qual a leitura coletiva tende a dar estatuto monumental.¹²⁹ A dicção de algaravia desses discursos de nação condiciona, assim, o território e a desterritorialização, “os compostos melódicos finitos e o grande plano de composição infinito, o pequeno e o grande *ritornello*”¹³⁰. O próprio e o alheio, o *Heimlich* e o *Unheimlich*, a Casa e o Mundo.

Notas

- 1 SCHWARZ, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1990. p. 10.
- 2 Cf. RODRIGUEZ PERSICO, Adriana. “Argirópolis: um modelo de país”. *Revista Iberoamericana*. 143, abr./jun. 1988. p. 514. Em “Periodical fragments and organic culture: Modernism, the Avant-garde and the little magazine” (*Contemporary Literature*. Wisconsin, v. 30, n. 4, inverno 1989), David Benett propõe essa operação de 1er descontinuidades tópicas e temporais com o intuito de construir uma leitura crítica.
- 3 ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. L. L. de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.
- 4 Cf. RAFAEL, Vicente L. “Nationalism, Imagery and the Filipino Intelligentsia in the Nineteenth Century”. *Critical Inquiry*, v. 16, n. 3, primavera 1990. p. 592. Sobre a imaginação histórica como trabalho de tradução (no mais das vezes, errônea) cf. PIGLIA, Ricardo. “Notas sobre *Facundo*”. *Punto de vista*. Buenos Aires, a. 3, n. 8, 1980 e “El tenso músculo de la memoria”. *Página 30*. a.l, n. 6, jan. 1991. Julio Ramos discute as ideias de Piglia em *Desencuentros de la modernidad en América Latina*. Literatura y política en el siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- 5 Cf. BOURDIEU, Pierre. “L’identité et la représentation: elements pour une réflexion critique sur l’idée de région”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 35, nov. 1980. Incluído em *O poder simbólico*. Trad. E Tomaz. Lisboa: Difel/ Bertrand Brasil, 1989. p. 107-32.
- 6 ALBERDI, Juan Bautista. “Memória sobre a conveniência e objetos de um Congresso Geral Americano”. *Ostensor Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1845. p. 289-91, 297-9, 305-7, 313-5, 321-2.
- 7 FIGARILLO. “Un papel popular”. *La moda*. Buenos Aires, 17 mar. 1838, reproduzido em ALBERDI, Juan Bautista. *Escritos satíricos y de crítica literaria*. Buenos Aires: Academia Argentina de Letras, 1986. p. 81-2. Richard Morse refere-se à articulação cultura/linguagem no processo de identidade americana e cita o caso de Alberdi em *A volta*

de McLuhanaíma. Cinco estudos solenes e uma brincadeira séria. Trad. Paulo H. Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 31-2.

- 8 MALLARMÉ, Stephan. “Proses diverses – La dernière mode”. In: *Oeuvres Complètes*. Paris: Gallimard, 1984. p.729. A conferência de Svenk Erik Larsen no II Seminário Latino-americano de Literatura Comparada (Montevideu, 1989) chamou minha atenção para o binômio modista/modernista em Mallarmé. Alain Badiou vai mais longe e, na ideia do livro absoluto, lê uma ruptura da representação por entender que “*un pensamiento dialéctico tiene entonces que abrir una brecha en el dispositivo de saber (representaciones) cuando se topa con un contrafuerte sintomático, que él interpreta en el régimen de una hipótesis de capacidad en la que revela el après-coup de un sujeto. En Francia uno no encuentra este método completo (cuyo régimen moderno aseguran Marx y Freud) salvo en Pascal, Rousseau, Mallarmé y Lacan*”. Cf. *Peut-on penser la politique?* Paris: Seuil, 1985. Cito pela tradução de J. Piatigorsky (Buenos Aires: Nueva Vision, 1990. p. 61).
- 9 GUTIÉRREZ, Juan Maria. “Fisionomia del saber español cual deba ser entre nosotros”. In: *Antecedentes de la Asociación de Mayo (1837-1937)*. Buenos Aires, 1939. p.57. Sobre as teorias de Gutierrez, consultar SARLO, Beatriz. *Juan Maria Gutiérrez: historiador y crítico de nuestra literatura*. Buenos Aires: Escuela, 1968 e GONZALEZ STEPHAN, Beatriz. *La historiografía literaria del liberalismo hispano-americano del siglo XIX*. Havana: Casa de las Américas, 1987.
- 10 GUTIÉRREZ, J. M. op. cit., p. 50.
- 11 Veja-se uma passagem de “Doble armonia entre el objeto de esta institución con una exigencia de nuestro desarrollo social y de esta exigencia con otra general del espíritu humano” (incluída em *Antecedentes de la Asociación de Mayo*): “*Nuestros espíritus quieren una doble dirección extranjera y nacional para el estudio de los dos elementos constitutivos de toda civilización: el elemento humano, filosófico, absoluto; y el elemento nacional, positivo, relativo*” (p. 44). E, ainda em 1837, “*nuestro siglo acepta la materialidad del hombre pero también profesa su espiritualidad, dualismo misterioso que ofrece, sin cesar nuestra naturaleza. Cree que la voluntad del pueblo complementa la ley, pero que no ella, sino la razón la constituye*”. In: ALBERDI, Juan Bautista. Fragmento preliminar al estudio del derecho. Reprodução facsimilar. Nota preliminar de Jorge Cabral Texo. Buenos Aires: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, 1942. p. 152.

- 12 A primeira frase pertence a “Doble armonia...”. As restantes ao *Fragmento preliminar*, p. 166-7.
- 13 E ainda: “*Decir que nuestra lengua es la lengua española es decir también que nuestra legislación, nuestras costumbres no son nuestras sino de la España, esto es, que nuestra patria no tiene personalidad nacional, que nuestra patria no es una patria, que América no es América sino que es España, de modo que no tener costumbres españolas es no tener las costumbres de nuestra nación. La lengua argentina no es pues la lengua española: es hija de la lengua española, como la Nación Argentina es hija de la Nación Española. Una lengua es una facultad inherente a la personalidad de cada nación y no puede haber identidad de lenguas porque Dios no se plagia en la creación de las naciones*”. Cf. ALBERDI, Juan Bautista, op. cit., p. 161-2.
- 14 Barthes chama Michelet de escritor predador por devorar sistematicamente aquilo que ele próprio constrói. Lionel Gossman assinala a recorrência do esquecimento nos diários de Michelet, em “History as Decipherment: Romantic Historiography and the Discovery of the Other”. *New Literary History*, v. 18, n. 1, outono 1986. p. 23-57.
- 15 “*Una nación no es una nación sino por la consciencia profunda y reflexiva de los elementos que la constituyen. Recién entonces es civilizada: antes había sido instintiva, espontánea, marchaba sin conocerse, sin saber a dónde, cómo ni por qué. Un pueblo es civilizado solamente cuando se basta a sí mismo, cuando posee la teoría y la fórmula de su vida, la ley de su desarrollo. Luego no es independiente sino cuando es civilizado. Porque el instinto, siendo incapaz de presidir el desenvolvimiento social, tiene que interrogar su marcha a las luces de la inteligencia extraña, y lo que es peor aún, tomar las formas privativas de las naciones extranjeras, cuya impropiedad no ha sabido discernir. Es pues ya tiempo de comenzar la conquista de una conciencia nacional, por la aplicación de nuestra razón naciente, a todas las fases de nuestra vida nacional.*” Cf. ALBERDI, Juan Bautista, op. cit., p. 135.
- 16 GOSSMAN, Lionel. *New Literary History*, v. 18, n. 1, outono 1986. p. 24.
- 17 CHABOD, Federico. *La idea de nación*. Trad. S. Mastrangelo. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- 18 “*Debemos sembrar para nuestro nietos. Seamos laboriosos con desinterés: leguemos para que nos bendigan. Digamos con Saint Simon: La edad de oro de la República Argentina no ha pasado: está adelante; está en la perfección del orden social. Nuestros padres no la han visto; nuestros hijos la alcanzarán un día; a nosotros nos toca abrir la ruta. Albores en el fondo de la Confederación Argentina, esto es, en la idea de una soberanía*

- nacional, que reúna las soberanías provinciales, sin absorberlas en la unidad panteísta, que ha sido rechazada por las ideas y las bayonetas argentinas. Tal es pues nuestra misión presente, el estudio y el desarrollo pacífico del espíritu americano.” Cf. ALBERDI, Juan Bautista, op. cit., p. 142.
- 19 “El peor orden es preferible a una revolución incompleta, porque el peor orden da siempre lugar al desarrollo espontáneo y fatal de la civilización. Se entrega al trabajo, al estudio y espera en el tiempo”. Ibidem, p. 149. A modernização autoritária dessa passagem contrasta com outras que poderíamos caracterizar como não menos autoritárias, porém, conservadoras: “Las verdaderas revoluciones, es decir, las revoluciones doblemente morales y materiales, siempre son santas, porque se consuman por una doble exigencia invencible de que toman su legitimidad. Son invencibles, porque son populares: sólo el pueblo es legítimo revolucionario; lo que el pueblo no pide, no es necesario”. Ibidem, p. 158.
- 20 Cf. WHITE, Hayden. “Figuring the nature and times deceased: Literary Theory and Historical Writing”. In: COHEN, Ralph. *The Future of Literary Theory*. New York/ London: Routledge, 1989. p. 35.
- 21 Cf. KAUFMANN, Sara. *L'enfance de l'art*. Paris: Payot, 1970; MILNER, Jean-Claude. “El material del olvido”. In: Vários autores. *Usos del olvido*. Trad. I. Agoff. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989 e, para um rendimento específico, BHABHA, Homi. “DissemiNation: time, narrative, and the margins of the modern nation”. In: *Nation and Narration*. Londres: Routledge, 1990. Este autor aponta que “the national subject is produced in that place where the daily plebiscite – the unitary number – circulates in the grand narrative of the will. However, the equivalence of will and plebiscite, the identity of part and whole, past and present, is cut across by the ‘obligation to forget’ or forgetting to remember [...] To be obliged to forget – in the construction of the national present – is not a question of historical memory; it is the construction of a discourse on society that performs the problematic totalization of the national will” (p. 310-1).
- 22 Cf. ALBERDI, Juan Bautista, op. cit., p. 40. Foucault, que interpretou o ensaio como experiência modificadora do sujeito, no jogo da verdade (introdução à *L'usage des plaisirs*), estudou a confissão como disciplina homogeneizadora em sua *Histoire de la sexualité* e em *A verdade e as formas jurídicas*. Nessa linha de análise, a ideia de que a barreira une e separa (une ao separar) se lê no *Fragmento preliminar* de Alberdi quando ele anota que “el Atlántico es un agente de civilización y los pasos de la libertad europea son otros pasos de la libertad americana”.

- 23 Cf. ADORNO, Theodor W. “O ensaio como forma”. In: COHN, Gabriel. *Th. W. Adorno*. Trad. Flávio Kothe. São Paulo: Ática, 1986. p. 185.
- 24 Essa ideia vai de um texto de Alberdi, como “Predicar en desiertos” (1838), à posição de Mário de Andrade, em “O castigo de ser” (1931), em que o escritor paulista observa que “o artista socialmente organizado, quando todos já o estavam aceitando e compreendendo, surge de sopetão com uma nova ‘maluquice’ que requer de novo todo um novo (sic) e penoso esforço de compreensão. Assim, o artista se liberta da glória, porque, aplaudido e aceito, ele estava se tornando escravo do seu público; fazendo coisas que os outros apreciavam fácil, fazendo o que os outros pediam e não o que queria, impedido de realizar-se em toda sua integridade funcional. Assim ele desencaminha os aproveitadores e se coloca acima de modas passageiras. É mil vezes preferível ser odiado, ser incompreendido, isolar-se. Mas continuar como fator dinâmico, como transformador, detestado embora, como exemplo censurador. Está isolado mas persevera útil. Mas ainda isso é perigosíssimo, porque o artista pode de repente se entregar aos encantos sublimes da solidão”. Ver *Táxi e crônicas no Diário Nacional*. Edição de Telê Ancona Lopez. São Paulo: SCCT/Duas Cidades, 1976. p. 471.
- 25 ALBERDI, Juan Bautista. “Memória sobre a conveniência e objetos de um Congresso Geral Americano”. Cf. *Ostensor Brasileiro*, p. 313.
- 26 CANAL FEIJOÓ, Bernardo. *Constitución y Revolución*. México: Fondo de Cultura Económica, 1955.
- 27 Mensagem de Rosas à Sala de Representantes, em 27 dez. 1841 apud OLIVER, Juan Pablo. *El verdadero Alberdi*. Buenos Aires: Dictio, 1977. p. 204. Apoiado por Rosas, o Congresso é combatido, entretanto, pelos liberais no exílio: Florencio Varela ataca-o no *Comercio del Plata* de Montevideú (7 e 8 ago. 1845), enquanto Sarmiento faz outro tanto no *El progreso* do Chile (10 out. 1844).
- 28 *O Americano* (Rio de Janeiro, 1847-1852) era um periódico de definição rosista, que defendeu o Congresso Americano, em 18 dez. 1847. (É curioso constatar que o mesmo número transcreve uma nota de *El progreso* do Chile que comenta a resenha “De l’Americanisme” que seu ex-colaborador, Sarmiento, obteve de Charles de Mazade, nas páginas de *La Revue des Deux Mondes*). A última fase de *O Americano* caracteriza-se pelo abolicionismo, o que custou a expulsão de seu diretor. O tom endurece a partir dos números de 1851, que publicam uma memória pela abolição da escravatura, redigida pelo filho do senador Saturnino, o jovem Saturnino de Souza e Oliveira, membro do jornal *Philantropo*, junto com o vigário da arquidiocese e o tenente

coronel César Burlamaque, diretor do Museu Nacional. Guido y Spano carregou nas diatribes liberalizantes, escrevendo que o Brasil era fraco com os fortes e forte com os fracos, quando, a rigor, a palavra de ordem deveria ser Americanos com os Americanos. A punição imperial não se fez esperar e Guido foi expulso.

- 29 Cf. SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. “Indagações sobre a literatura argentina contemporânea”. *Minerva Brasiliense*, a. 1, v. 10, 15 mar. 1844. Sobre o particular, ver WEINBERG, Félix. *La literatura argentina vista por un crítico brasileño en 1844*. Rosario: Universidad Nacional del Litoral, 1961. No *Ostensor Brasileiro*, onde também colaborou, Joaquim Norberto publicou duas biografias, de D. Maria Rosa de Siqueira e de D. Maria Úrsula de Abreu Lencastre. Em carta redigida em Montevidéu, no Natal de 1844, e dirigida a seu amigo Gutiérrez, exilado no Brasil, naquela época, Echeverría diz: “*En el número 10 de la Minerva Brasiliense hay un artículo sobre la literatura argentina que debe llevar a Chile y publicarlo. Hay muchos aquí que desearían ver la continuación prometida. Procure relacionarse con el autor de ese artículo e estímúlelo a continuar sus ‘indagações’. Nos conviene mucho el juicio (que no puede ser sino imparcial) de los extranjeros. Es el modo de confundir a los envidiosos y a los pandilleros. El autor de ese artículo manifiesta buen criterio literario y un conocimiento poco común, aún entre nosotros, de la literatura argentina. ¿Como Indarte no reproduce ese artículo? Me honra demasiado y eso lo mortifica. Contiene, a más, verdades que ninguno de nosotros se ha atrevido a proclamar por no herir a los que no han perdonado medio para desconceptualizarnos. Y entre tanto, si no se dice la verdad, la literatura no puede adelantar, porque el pueblo no tiene criterio propio, y ni las obras ni los talentos serán apreciados debidamente. Soy de opinión que debe hablar sin embozo y alto cuando se trata de progreso literário y político: estoy resuelto a hacerlo, sufra el que sufra. De otro modo no se anda, se retrocede o se está inmóvil. Haga usted y todos los amigos de Chile lo mismo para que marchemos unidos en espíritu y en tendencias*”. Cf. ECHEVERRÍA, Esteban. *Prosa literaria*. Sel. prólogo e notas R. Giusti. Buenos Aires: Estrada, 1971. p. 224-5.
- 30 Em Argirópolis (1850), isto é, a cidade do Prata, Sarmiento propõe a reunião dos três estados da região sul em uma federação administrada por um Congresso, com sede na ilha de Martín García. Em sua argumentação, além do espírito da época e as necessidades das nações modernas, Sarmiento destaca uma integração universal processando-se “*en grandes grupos, por razas, por lenguas, por civilizaciones idénticas y análogas*”. Em ensaio acima citado, Adriana Rodríguez Pérsico analisa os impasses entre tom imperativo (“*Llamáos los ESTADOS UNIDOS DE*

LA AMERICA DEL SUR”) e visão profética, procedimento mediante o qual o poder letrado transforma a possibilidade em coerção: “*Si el enfrentamiento entre contrarios reclama la exclusión de uno de los términos, en la esfera de los iguales es posible la integración. La consigna política – unión y federación – es también una consigna literaria que imbrica tonos, registros, voces y documentos. Cuando el escritor calla, una multiplicidad de testimonios habla por él, ratificando y desdoblando su voz. El principio de integración que liga los distintos materiales opera en el corazón de la voz del letrado, que amalgama tonos mezclando lo neutro con lo panfletario o lo profético con lo jurídico*”. D. Pedro II, o poder esclarecido, é o leitor ideal de Sarmiento.

- 31 Convidado a escolher sua personagem histórica favorita, Ricardo Piglia responde: “*Supongo que Alberdi, que vivió treinta años en el exilio y terminó loco. Algunos dicen que era un agente de Solano López, que le pagaba un sueldo, por lo visto vivía de eso. Nadie escribía como él, tenía un estilo seco y polémico que es único en el siglo XIX. Sus mejores textos son los inéditos. Escribía contra todos pero sólo para sí mismo. En eso es como Kafka: el hombre de la ley que escribe en secreto contra el estado, contra los burocratas, contra la camarilla de verdugos que manejan el poder. Al final de su vida sólo escribía alegorías y panfletos*”. Cf. “La esfinge. Entrevista a Ricardo Piglia”. Babel. Buenos Aires, a. 3, n. 21, dez. 1990. p. 38.
- 32 ALBERDI, Juan Bautista. *Memorias e impresiones de viaje*. Buenos Aires: La Facultad, 1924.
- 33 ANDRADE, Mário de. *O Turista Aprendiz*. Ed. de Telê Ancona Lopez. São Paulo: SCCT/Duas Cidades, 1976. p. 284.
- 34 SERRES, Michel. *Le parasite*. Paris: Grasset, 1980. p. 263. O parasita “é um elemento para estacionar o enriquecimento social; consumidor que não produz, e que faz a mesma figura que o zangão na república das abelhas”. Cf. ASSIS, Machado de. “O parasita” (18 set. 1859). In: *Crônicas*.
- 35 ALBERDI, Juan Bautista. *Memória...*, p. 290.
- 36 Alfredo Bosi toma a expressão de João Ribeiro para caracterizar uma “ideologia liberal de ponta, a vanguarda da consciência possível do tempo, à qual só se oporia a visão integradora que passou a dominar nas décadas de 1840 e 50. A subida precoce ao trono de Pedro II consolidou um ideário de cunho tradicionalista e o ‘nacional’ se afirmou como união íntima de sociedade e Estado, fusão que alimentou o nacionalismo literário celebrativo”. Cf. “O fio vermelho”. *Folha de S. Paulo*, 17 maio 1981. Folhetim, p. 4.

- 37 Jorge Dotti assinala o *locus* retórico indecidível de Alberdi, escritor que circula por uma área ambígua e marginal, a do ideólogo, onde o político é tematizado, mas, a rigor, não é exercido. Cf. “La emancipación sudamericana en el pensamiento de Juan Bautista Alberdi”. In: *Las vetas del texto*. Una lectura filosófica de Alberdi, los positivistas, Juan B. Justo. Buenos Aires: Puntosur, 1990. p. 15-53.
- 38 Cf. “O discurso da história” e “O efeito do real”. In: *O rumor da língua*. Trad. M. Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988; WHITE, Hayden. “Figuring the nature of the times deceased”: Literary Theory and Historical Writing”, op. cit., p. 25 e ainda, CULLER, Jonathan. “The uses of Madame Bovary”. *Diacritics*, v. 11, mar. 1981. p. 74-81. Luiz Costa Lima tem dedicado vários trabalhos à questão histórica: “Os destinos da subjetividade: história e natureza no Romantismo”. In: *O controle do imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1984; *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986; “A narrativa na escrita da história e da ficção”. In: *A aguarras do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- 39 CAILLOIS, Roger. *El mito y el hombre*. Trad. R. Baeza. Buenos Aires: Sur, 1939. p. 216-7. Ver, ainda, SCHORSKE, Carl E. “La idea de ciudad en el pensamiento europeo: de Voiltaire a Spengler” *Punto de vista*. Buenos Aires, a. 10, n. 30, jul./out. 1987. Nesse texto, Schorske caracteriza três discursos sobre a cidade: a cidade como vício, a cidade como virtude e a cidade moderna como cenário da experiência livre de julgamento moral.
- 40 Cf. BAUDELAIRE, Charles. “Le peintre de la vie moderne”. *Oeuvres Complètes*. Paris: Gallimard, 1975-76.
- 41 GUIMARÃES, Vicente Pereira Carvalho. “Os jesuítas na América”. *Ostensor Brasileiro*, p. 223.
- 42 MARMOL, José. “Juventude progressista do Rio de Janeiro”. *Ostensor Brasileiro*, p. 351-2, 355-7, 365-8, 370-6, 382-4.
- 43 “In many respects the tension between veneration of the Other—that is to say, not just the primitive or alien, but the historical particular, the discontinuous event or phenomenon in its irreducible uniqueness and untraslatableness, the very energy of ‘life’ which no concept can encompass – and eagerness to translate it, represent it, define its meaning, and thus, in a sense domesticate and appropriate it, can be seen as the very condition of the Romantic historian’s enterprise. For the persistence of at least a residual gap between ‘original’ and translation, between ‘Reality’ or the Other and the representation of it, was what both generated and sustained the historian’s activity, rather as the condition of history itself, in the Romantics’ vision of it, was the infinite deferral of that final fulfillment

of the entire process, that denouement of the story, which the Romantic historian so often evokes in his portrayal of history's epiphanies, and which he both longs for and dreads. The preservation of the Other seems to have been necessary in sum, for the continued existence both of history as the Romantics conceived it, and of Romantic historical narrative [...] The hidden object of curiosity and desire – the excluded, the alienated, the repressed, the feminine – is here identified with the citonic, the unbounded, the unstructured, the lawless, that is to say, with all those 'primitive' preindividual and almost prehuman forces, blindly productive at the same time, that the propertied, patriarchal culture of the modern West seems to have invented in order to define itself against them", cf. GOSSMAN, Lionel. "History as Decipherment: Romantic Historiography and the Discovery of the Other", op. cit., p. 40-1. Josefina Ludmer arremata: "Ser subalterno, ser otro, ser definido por una carencia y ser culpable es uno y el mismo movimiento. Y el movimiento que constituye a la mujer como otra, que la esencializa y la condena por su ser, la divide también en dos partes: los otros tienen que ver siempre con el bien y con el mal. Así ser universalizada como mujer es ser puesta como otra, como la que carece, la que está dividida y es culpable", cf. "El espejo universal y la perversión de la fórmula". In: BERENQUER, Carmem et alii. *Escribir en los bordes*. Santiago do Chile: Editorial Cuarto Propio, 1990. p. 275.

- 44 PIGLIA, Ricardo. "Ficción y política en la literatura argentina". *Hispanamérica*. Washington, n. 52, 1989. p. 59-62: "No hay nada más alejado de los lugares del poder que una mujer en la Argentina civilizada del siglo XIX. Basta pensar en la madre de Sarmiento, tejiendo en su telar de desdichas, bajo un árbol en el patio de la casa, compitiendo sin esperanza con las telas importadas de Manchester que su hijo ve como el signo mismo de la civilización: retenida, la mujer, en un uso arcaizante de la lengua, y a ese español materno la prosa de Sarmiento le debe todo".
- 45 SOMMER, Doris. *Foundational Fictions: The National Romances of Latin America*. University of California Press, 1991. A mesma autora publicou *Amor e pátria na América Latina*, coleção *Papéis avulsos* do Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos do Rio de Janeiro. Menos centrados na mulher e muito mais na família, os ensaios de Flora Sussekind, *Tal Brasil, qual romance?* (Rio de Janeiro: Achiamé, 1984), e Roberto Reis, *A permanência do círculo: hierarquia no romance brasileiro* (Niterói: EDUFF/INL, 1987), também analisam a tensão ficção/Estado.
- 46 MÁRMOL, José. "Fragmentos da 'minha carteira de viagem'. A poesia e o matrimônio". *Ostensor Brasileiro*, p. 210-2.

- 47 É o que Mármol declara em *El Paraná* (Buenos Aires, a. 1, n. 1, 25 out. 1851. p. 2). Em relação a *Amália*, Mármol diz que é “*nuestro primer romance histórico y el primero también que se ha escrito en la América del Sur*”. Observe-se que Mármol fala em “romance histórico”, a denominação das ficções de Carvalho Guimarães, e não em “novela histórica”, categoria com que o gênero será, posteriormente, identificado pela crítica hispano-americana.
- 48 Em um dos fragmentos “Da minha carteira de viagem” (*Ostensor Brasileiro*, p. 193), Mármol discute o tópico da exuberância natural enfrentada à indigência simbólica: “Precisamos de Chateaubriand, para levantar do Mississippi o véu de seus encantos, de Tocqueville para conhecer nossa própria democracia; e de D’Orbigny para conhecer nosso terreno”. Se for verdade, como Beatriz Sarlo afirma em *Una modernidad periférica: Buenos Aires anos 20 y 30* (Buenos Aires: Nueva Visión, 1987. p. 43), que o deserto funciona como fundamentação de valor e condição dos cruzamentos culturais, a fórmula do nacional encontraria, assim, (na opinião de Borges, com Sarmiento) seu paradigma, na ausência de limites em relação ao estrangeiro. Na versão de Mármol, entretanto, intelectualidade, falta de raízes e voracidade são sinônimos e, desta forma, o vazio não surge como esgotamento mas como aceleração vertiginosa dos intercâmbios. Isso permite a Mármol afirmar que “a inteligência não tem classe na sociedade americana mas que ela vegeta só como o arbusto do deserto. Que na América Latina só existem três classes. A classe bárbara que não lê porque não sabe. A classe que especula com os destinos públicos e tiraniza o povo, que só escreve leis ruins e que só lê suas próprias leis. A classe comercial, que monopoliza as riquezas públicas e forma uma aristocracia poderosa e despótica sobre o resto da sociedade [...] América! Quando a liberdade tiver cravado seu trono de alabastro debaixo de seu formoso céu [...] o gênio americano abrirá suas asas sobre o mundo, e a sua sombra, os Andes e o deserto, o Paraná e o Amazonas, tuas flores e teus bosques, tuas tradições e tuas glórias, não serão propriedade de teus filhos [...] Temos de continuar a Revolução porque a Espanha e Portugal ainda imperam em suas antigas colônias e temos de afirmar uma independência quiçá mais cara – a independência intelectual. Independência moral e filosófica. Independência literária. Independência ideológica. Independência de expressão. Só depois de ter conseguido tudo isto, teremos uma literatura e um gênio americanos”. É curioso, ainda, constatar que o deserto, esse espaço sem tempo, no dizer de Borges, que funcionou como substrato imaginário destas ficções fundacionais, já tinha sido tematizado por Mármol em *El cruzado*, drama escrito em 1838 e que se desenvolve no

deserto asiático, entre 1142 e 1144. *El cruzado* vem, assim, se somar às páginas de *Facundo* em que Sarmiento aproxima o pampa do Oriente (mais ou menos na linha tentada por Manoelito de Ornellas em *Gaúchos e beduínos*) e que hoje, depois da leitura de Edward Said, caberia ver como estratégias do poder ocidental sobre o Outro, muito mais do que como relatos verídicos acerca desse outro. (Cf. SAID, E. *Orientalismo*. O oriente como invenção do Ocidente. Trad. T. R. Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990).

- 49 Como afirma Doris Sommer, “*Mármol’s racist elitism in the novel favors monarchy, given Argentina’s circumstances, as the most stable and legitimate form of government*”. Para uma leitura de *Amália*, cf. BRUSHWOOD, John S. *La barbarie elegante: ensayos y experiencias en torno a algunas novelas hispanoamericanas del siglo XIX*. Trad. L. Garavito. México: Fondo de Cultura Económica, 1988. p. 5173. Certamente, a experiência na Corte deve ser, parcialmente, ao menos, responsável pelo monarquismo de Mármol.
- 50 SARMIENTO, Domingo F. “Política exterior de Rosas”. *El Progreso*. Santiago do Chile, 2, 5, 8, out. 1844, reunido em *Obra Completa*, v. VI: *Política Argentina, 1841-1851*. Buenos Aires: Felix Lejouane, 1887. p. 106-121. Uma primeira versão dessas ideias encontra-se em “Ojeadas sobre el Brasil” (1842), artigo publicado no mesmo volume.
- 51 Em 15 de novembro de 1846, Mazade resenha *Facundo* na *Revue*: “De l’Americanisme”. Em 1853, A. Guiraud, *enseignement de vaisseau*, traduz e anota *Civilisation et barbarie. Moeurs, coutumes, caracteres des peuples argentins. Facundo Quiroga et Aldao* para o editor Bertrand. É essa a edição conservada na Biblioteca Nacional do Rio e, certamente, lida pelo Imperador.
- 52 MÁRMOL, José. “Cuestión del Brasil en el Rio de la Plata”. *La Semana*. Montevidéo, 52, 15 dez. 1851 e “El Império del Brasil y la República Oriental del Uruguay”. *Ibidem*, 26 jan. 1852. Para um estudo da resistência liberal ao regime de Rosas, cf. WEINBERG, Félix. *Florencio Varela y el “Comercio del Plata”*. Bahia Blanca: Universidad Nacional del Sur, 1970. p. 250-4.
- 53 Poucos são os historiadores da Literatura Brasileira que sequer citam Carvalho Guimarães. Em *Aspectos do romance brasileiro* (Imprensa Nacional, s. d.), José Aderaldo Castello distingue os fundadores precursores (Pereira da Silva, Justiniano José da Rocha, Joaquim Norberto, Martins Pena e Gonçalves de Magalhães) dos fundadores definitivos (Teixeira e Souza, Macedo). Cláudio de Souza também não o cita em seu ensaio “Qual foi o primeiro romance brasileiro?” (In:

ACADEMIA Brasileira de Letras – *Curso de romance*. Rio de Janeiro, 1952). Muito menos José Antonio Pereira Ribeiro, em seu desigual *O romance histórico na literatura brasileira* (São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976). Tão somente Barbosa Lima Sobrinho o inclui, junto com outro português, Inácio Pizarro de Moraes Sarmiento, autor de *João Pires (por cognome) da Bandeira ou o Alferes d’Afonso V*, com Varnhagen, que, naqueles anos, publicara *O Descobrimento do Brasil*, e Pereira da Silva, autor de outro folhetim de muito sucesso na época, *Jerônimo Corte Real*. Barbosa Lima Sobrinho recuperou um relato de Carvalho Guimarães, publicado originariamente no *Museu Universal*, em sua antologia *Os precursores do conto no Brasil*, primeiro volume da série *Panorama do conto brasileiro* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960). Sacramento Blake informa que Carvalho Guimarães nasceu no Porto a 12 de maio de 1820 e morreu no Rio. Além dos romances históricos já citados, ele escreveu um álbum poético estampado no Rio de Janeiro em 1842.

54 LUDMER, Josefina. *El género gauchesco*. Un tratado sobre la patria. Buenos Aires: Sudamericana, 1988.

55 GUIMARÃES, Vicente Pereira Carvalho. “A guerra dos emboabas”. *Ostensor Brasileiro*, p. 94. E o rachador continua: “Pois seja caso ou história [...] o que nós queremos é que o guia comece a história ou *caso da terra*, que nos prometeu, histórias d’além-mar já aborrecem...”. O relato é original; o único deslocamento é o do narrador – um guia, um viajante. A audiência questiona, a cada instante, a verossimilhança do relato: “Pois falastes com ele? Entonces é um caso, que nos estás contando?!”. Para afastar as dúvidas e evitar rodeios, o narrador arremata, conclusivo: “Se quereis ouvir a história sou eu quem fala”, assumindo a autoridade narrativa questionada. No capítulo IV de *A cruz de pedra*, o narrador interrompe a “mui verídica história” para dizer: “É muito natural que Vs. Ms. me façam uma observação, e vem a ser que tendo eu enterrado no fim do capítulo antecedente o filho do pedreiro Antonio de Viterbo, venha ele aparecer, não gordo e bem conservado, é verdade, a observação é justa, e direi a Vs. Ms. que, se pertencera a escola ultrarromântica, me escapara pela tangente, dizendo com toda a gravidade que era a alma do filho mais velho de Clara Julio; porém, como não tenho a honra de pertencer-lhe, e faço mais as vezes de historiador, que de romancista, apesar do título desta minha composição (refere-se ao de ‘romance brasileiro’) ou mais coordenação de fatos, eis aqui a verdade: o cadáver mutilado que Anselmo sepultara com piedosas lágrimas era de um condutor de gado que, segundo conta a tradição, muito se parecia com

Pedro de Viterbo”. Uma história, em suma, narrada em chave fantástica, ponto de fuga da coerção do real.

- 56 ROSSET, Clement. *O real e seu duplo*. Quando Clara de Esteveas encontra o namorado bêbedo e decide travestir-se, por segurança, o narrador de *Jerônimo Barbalho Bezerra* admite: “Hogarth! falta-me o teu admirável pincel para descrevê-lo [...] não, as minhas mãos não farão a caricatura de teus quadros já que me falecem forças para pintar o meu, fique-se em sombras na imaginação de Vs. Ms.”
- 57 Por informação de Luiz Dantas, sabemos que Louis de Chavannes, conde de Suzannet, publicou, em 1844, no tomo seis da *Revue des Deux Mondes*, o artigo “Le Brésil en 1844. Situation morale, politique, commerciale et financière”, mais tarde editado em livro, *Souvenirs de voyages. Les provinces du Caucase, l’Empire du Brésil* (Paris: G. A. Dentu, 1846), que foi traduzido como *O Brasil em 1845* (Semelhanças e diferenças após um século) pela Casa do Estudante do Brasil em 1954.
- 58 Tomo o conceito de Adriana Rodriguez Pérsico, que define a biografia da barbárie como a aposta literária de uma das palavras de ordem fundamentais do programa liberal: a submissão do inimigo. “*El modo de la investigación que permite rastrear las pistas hasta llegar al momento del acto delictivo, justifica la represión desatada sobre el otro. La biografía muestra su deuda con el iluminismo y las doctrinas rousseauianas en un punto crucial: desertar de las instituciones implica quebrar el contato social*”, cf. “Sarmiento y la biografía de la barbarie.” *Cuadernos Hispanoamericanos*, 1988 (serie Los Complementarios/3) ou *Un huracán llamado progreso*. Washington: OEA, 1993.
- 59 BOURDIEU, Pierre. “L’illusion biographique”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 62-63, jun. 1986. p. 70. Em perspectiva diferente, Foucault contribui com uma reflexão sobre o poder pastoral das histórias de vida em seu *Tecnologias del yo y otros textos afines*. Introd. M. Morey. Barcelona: Paidós/I.C.E.-U.A.B., 1990.
- 60 BARBOSA, Rui. *Francia e Rosas*. Rio de Janeiro: Simões, 1952. p. 67-72.
- 61 Rui familiariza-se com a obra de Carlyle durante “os tristes afazeres do desterro”. Atraem-no “o seu entusiasmo pelas expressões heroicas da individualidade humana, o fragor de suas apóstrofes, as mutações indefiníveis do seu humorismo, melancólico e ridente, austero e escarninho, eloquente e brutal, a própria monotonia de certas correntes do seu pensamento, iterativas e periódicas”, que lhe lembram penhascos castigados pelo mar, porém, rijos graças à “força, o conflito, a pureza, a eloquência, a imortalidade”. BARBOSA, Rui. op. cit., p. 10.

- 62 Em *L' energie spirituelle*, Bergson afirma que, com efeito, a sensação é essencialmente atualidade e presente; mas a lembrança que a sugere, do fundo do inconsciente, donde emerge às custas, apresenta-se com esse poder *sui generis* de sugestão que é a marca daquilo que não é, daquilo que ainda gostaria de ser. A lembrança aparece sempre fazendo as vezes de duplo da percepção, nascendo com ela, desenvolvendo-se, paralelamente, e sobrevivendo a ela porque é de natureza diferente à dela. Cf. BERGSON, Henri. *Memoria y vida*. Textos escolhidos por Gilles Deleuze. Madrid: Aiianza, 1977 e DELEUZE, Gilles. *El bergsonismo*. Trad. L. Carracedo. Madrid: Cátedra, 1987.
- 63 PEREIRA DA SILVA, J. M. *Os ditadores da América* (A História e a lenda, 4ª série). Rio de Janeiro: Livraria do Povo, 1986-7. p. 291.
- 64 ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. M. B. de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1988. p. 109-110.
- 65 PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 1953. p. 13-14.
- 66 Para uma discussão do conceito subestatal de nação. Cf. ALBÓ, Xavier. “Nuestra identidad a partir del pluralismo en la base”. In: CALDERON, F. (Ed.) *Imágenes desconocidas*. La modernidad en la encrucijada postmoderna. Buenos Aires: Clacso, 1988. p. 37-48 e GARCIA CANCLINI, Néstor. “La modernidad después de la posmodernidad”. In: BELLUZO, Ana Maria de Moraes. (Ed.) *Modernidade: vanguardas artísticas na América Latina*. São Paulo: Memorial/UNESP 1990. p. 201-238.
- 67 BARBOSA, Rui. “Nacionais e estrangeiros”. In: *Coletânea literária*, p. 150-2.
- 68 “A federação era para mim, a autonomia das províncias, unidas livremente sob o vínculo central de instituições representativas. Mas eu conhecia essa novidade apenas de informações: não a tocara, não fruía pessoalmente seus benefícios. Hoje estou esclarecido. Vi a federação raiar aquém do Prata; e era a mesma coisa que revolta ao sr. Pelliza; os Governadores e congressos das províncias feitos e desfeitos pelas baionetas. E os que sustentaram essa política, ficaram-se chamando as colunas da república. E os que a condenaram, foram proscritos e vilipendiados como traidores à constituição. Nem o meio século que decorreu entre as duas épocas, nem o rio que separa os dois países, alteraram a realidade primitiva. A minha conclusão, pois, é que só os ideais de Rosas são duradouros. Não posso ter a pretensão de desmentir, na América, sessenta anos de história americana.” BARBOSA, Rui. *Francia e Rosas*, p. 85-6. Saber, para Rui, não é discurso, é prática;

porém, como já mostrara Pereira da Silva, essa prática nada transforma: o outro é o mesmo, tanto faz lá quanto cá, antes ou depois. O discurso do banido justifica a repressão.

- 69 DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Trad. J. Vazquez Perez. Buenos Aires: Paidós, 1987. p. 122.
- 70 FOUCAULT, Michel. *El pensamiento del afuera*. Trad. M. Arranz. Barcelona: Pretextos, 1988. p. 11-3.
- 71 *Difendere la società*. Dalla guerra delle razze al razzismo di stato. Trad. M. Bertani e A. Fontana. Firenze, Ponte alle grazie, 1990. p. 145-6.
- 72 MARMOL, José. “Juventude progressista do Rio de Janeiro”. *Ostensor Brasileiro*, p. 156.
- 73 MAYER, Hans. *História maldita de la literatura*. La mujer, el homosexual, el judío. Trad. J. Churruca. 2. ed. Madrid: Taurus, 1982.
- 74 MÁRMOL, José. *Cantos del peregrino*. Prol. e ed. crítica Rafael A. Arrieta. Buenos Aires: Estrada, 1953. p. 218.
- 75 _____. *Examen crítico de la juventud progresista del Rio de Janeiro*. Montevidéo: Imprenta de la Caridad, 1847. p. 33-4.
- 76 Cf. FOUCAULT, Michel. “Preface à la transgression”. *Critique*, n. 195-6, 1963. p. 751-769.
- 77 No início de *Facundo*, Sarmiento raciocina que “há algo nas soledades argentinas algo que nos traz à memória as soledades asiáticas” (*Facundo*. Trad. Carlos Maul, Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938. p. 36), argumento que será impugnado por Alberdi na terceira de suas *Cartas Quillotanas*: “*Sobre esas llanuras*, que según los filósofos preparaban las vías del despotismo; *que en materias de camino* recibirán por largo tiempo la ley de la naturaleza salvaje; cuya extensión imprime a la vida cierta tintura asiática *y hace pensar* en las llanuras del Tigris y del Eufrates; *sobre esas 14 ciudades* esparcidas aquí y allá en la extensión sin límites, circundadas, cercadas, oprimidas por el desierto, *en esa soledad argentina*, imagen viva del Asia, *en que el progreso* está sofocado porque no puede haber progreso sin la posesión permanente del suelo; en que la civilización es del todo irrealizable y la barbarie normal; en que el hombre independiente de toda necesidad, libre de toda sujeción, sin ideas de gobierno, porque todo orden regular y sistemado se hace de todo punto imposible; y en que esa vida no es un accidente sino un orden de cosas, un sistema de asociación normal único en el mundo, *¿intentó el partido hostil al caudillaje establecer un gobierno que tuviese algo de asiático como el suelo de su aplicación y en que las regias del gobierno representativo inglés o norteamericano, cediesen*

- de su rigor a las particularidades de ese suelo y de esa sociedad que nada tienen de inglés ni de francés del siglo XIX?” Cf. ALBERDI, Juan B. *Cartas Quillotas*. Estudio preliminar de Horácio Zorraquín Becu. Buenos Aires: Estrada, 1945. p. 91-2.*
- 78 MÁRMOL, José. *Examen crítico...*, p. 20.
- 79 “*Faltó al poeta (Gonçalves de Magalhães), entonces, el apoyo de la sociedad y luchando hasta con los inconvenientes materiales de la vida, fue conducido insensiblemente a trabajos, menos de su vocación pero más útiles y eficaces. [...] Hay un poeta sin embargo que ha sobrevivido a todos ellos, siendo quizás, menos altas sus inspiraciones y menos armonioso e imaginativo que todos. El Sr. Araújo Porto Alegre, es, sin disputa, un poeta brasileiro y sus Brasilianas irán mucho más allá de la vida de su autor*”, *ibidem*, p. 15. A Revista do Instituto publicará, em 1848, a “Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840”. Ao apresentar sua reedição, Luiz Felipe de Alencastro desfez a imagem dos poetas românticos, em benefício dos intelectuais modernos: estudos históricos e antropológicos de Gonçalves Magalhães e Gonçalves Dias; prosa histórica de Araújo Porto Alegre, “todos esses autores exerceram uma ação determinadamente política de fortalecimento do Segundo Reinado. Mais próximos dos publicistas – dos escritores políticos franceses do século XVIII, pensadores da nação pós-aristocrática, e dos autores russos do século XIX, acesos pelo estranhamento que a *Aufklärung* difundia nas sociedades não ocidentais – do que dos poetastros de sua época, nossos românticos e indianistas esperam pela revelação crítica de sua dramática contemporaneidade”. Cf. ALENCASTRO, Luiz F. „Memórias da Balaiada. Introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães“. *Novos Estudos CEBRAP*, 23, mar. 1989. p. 9.
- 80 Em carta a Mitre, datada do Rio, de 13 de abril de 1852 (incluída em *Campaña del Ejército Grande*), Sarmiento, como era de seu feitio, apresenta-se como herói cultural, ombreando-se com seu contendor, que surge peculiarmente desnivelado: “¿Cómo le transmitiría en una carta – escreve – los asuntos variadísimos de aquellas conferencias en que, más que Emperador y un simple particular extranjero, parecíamos dos estudiantes, el uno entendido y ávido de conocimientos, el otro endurecido en las luchas del pensamiento, profesor en materias de emigración, cultivo de la seda e historia íntima de su país?” Numa mesma operação, Sarmiento capitaliza o exílio e expõe seu interlocutor a uma situação de carência. Como essa compensação pode ser alterada a qualquer momento, Sarmiento deve, a todo instante, promover a nivelação do inferior e o desnivelamento do superior. Na mesma carta, narra que

dom Pedro, tendo lido o que Sarmiento escrevera sobre a escravidão, em *Viajes*, chamou-lhe a atenção sobre a improcedência desse julgamento em relação ao Brasil. Sarmiento ensaia várias desculpas até remeter o diferendo a uma questão de origens culturais, desentendendo-se dele, em consequência disso, “*los argentinos salimos de nuestro país con las preocupaciones que nos han transmitido los españoles sobre los portugueses, y antes de llegar al Brasil venimos ya dispuestos a juzgarlo por el lado desfavorable. Es fortuna que hoy se nos haya hecho conocer de una manera tan simpática*”. O elogio seduz o Imperador a ponto de ele se voltar para a comitiva e perguntar: “*¿No oyen ustedes cómo es lo que yo les decía?*”, frase que sela o pacto entre dois cavalheiros. Fundindo sempre ficção e história, Sarmiento monta estratégias de escritor, autônomas e descontextualizadoras.

- 81 A correspondência inédita Pierre de Angelis-Wallenstein encontra-se na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- 82 SUSSEKIND, Flora. “Se o sei todavia (Varnhagen e a narrativa)”. *Anais do I Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada*. Porto Alegre, 1988, v. 1, p. 255-74.
- 83 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Varnhagen: história*. São Paulo: Ática, 1979. p. 47.
- 84 BORGES, Jorge Luis. “La máquina de pensar de Raimundo Lulio” (1937). In: *Textos cautivos. Ensayos y reseñas en El hogar*. Barcelona: Tusquets, 1986. p. 175.
- 85 MENDES, Murilo. *Poesia liberdade*. Rio de Janeiro: Agir, 1947. p. 41.
- 86 SWIFT, Jonathan. *Viagens de Gulliver*. Trad. O. M. Cajado. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 164.
- 87 O regente dom Pedro II doa nominalmente essas terras ao visconde de Asseca mas, de fato, quem as recebe é Salvador Correa de Sá, “como tutor de seu neto o visconde de Asseca e procurador de seu filho João Correa de Sá”. Cf. ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos* (Crítica e história). 3ª série. Rio de Janeiro: Briguiet, 1969. p. 47.
- 88 Salvador Correa de Sá “*ejerció una gran influencia sobre los planes de expansión de los portugueses en el límite sur de Brasil, donde, además, poseía intereses personales que defender. Boxer (Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola. Londres, 1952. p. 385-7) señala que ‘la participación española en la guerra franco-holandesa de 1672-1678 mientras los portugueses permanecían neutrales, facilita sin duda, la reiniciación de la agresión portuguesa en Sudamérica durante esos años. Es significativo que los largamente acariciados planes de Salvador de Sá de colonizar los*

*territorios al norte del Rio de la Plata hayan recibido, por fin, la aprobación del gobierno que, en 1676, otorgó predios en dicha región a su hijo y a su nieto. Y es significativo también, que, precisamente, en ese momento los paulistas [...] recomenzaron de pronto sus incursiones al territorio español*⁸⁸. Cf. MURNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en Rio de la Plata*. Trad. Dora D. de Halperín. Buenos Aires: Hyspamérica, 1985. p. 199. O Barão de Rio Branco historia a fundação de Colônia em *Questões de limites*. República Argentina. (Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945. p. 18- 20). A motivação pecuária dos portugueses, já adiantada por Simonsen, é reiterada por Hebe Clementi (*La frontera en América: Argentina-Brasil*. Buenos Aires: Leviatán, 1988. p. 22). A rigor, os interesses fundiários de Salvador de Sá, na região do Prata, eram antigos e serão, de fato, responsáveis por sua nomeação como governador do Rio, como nos relata Varnhagen: “Em 1634 foi Salvador Correa nomeado almirante do mar do Sul, com ordem de ir combater os rebeldes que se apresentavam ameaçando a província do Paraguai. Esta nomeação lhe proporcionou o favorável ensejo para reforçar as provas do seu valor e talento militares. Dentro em pouco desbaratou os Calequis (calchaquis?) fazendo prisioneiro seu caudilho, D. Pedro Chamcui, que mais de trinta anos resistira em guerra. A província de Tucumán ficou também perfeitamente pacífica com o ganho da batalha de Palingarta em 1635. A glória destas vitórias foi alcançada por Salvador Correa à custa de doze feridas de flecha. Tão distintas ações, juntas a muitas virtudes e boas qualidades, lhe granjeavam a amizade e afeição do governador do Chile, D. Pedro Ramirez de Velasco, que lhe concedeu por esposa sua filha D. Catharina Velasco, de cuja família os descendentes por este entroncamento tomaram também as armas em vez das da casa de Mendonza, de que usou Salvador Correa no terceiro quartel. Seus serviços por todos reconhecidos não podiam ficar no ouvido e sem alguma recompensa”, que se traduzirá na governação do Rio, a partir de 1637. É possível que haja bem mais do que simples coincidência entre o biógrafo Varnhagen e o biografado Correa de Sá. Varnhagen é Sá por parte de mãe (portuguesa) e casará, anos mais tarde, quando embaixador brasileiro no Chile, com Carmen Ovalle, chilena. Ver VARNHAGEN, J. Adolfo de. “Salvador Correa de Sá e Benavides”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1843. t. 5, n. 17 e 18. Reproduzido no *Ostensor Brasileiro*. 1845. p. 17-20 e 25-7.

89 Ibidem, p. 18.

90 Ibidem, p. 19.

91 Ibidem, p. 20.

- 92 Com o gradativo fortalecimento do Estado, ao longo do século, o caudilho ou cacique dá lugar ao coronel, “menos um proprietário local que toma o poder político do que um representante local do poder central”. Cf. TOURAINE, Alain. *Palavra e sangue*. Política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural/Editora da UNICAMP, 1990, p. 110.
- 93 ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. R. Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 40.
- 94 VARNHAGEN, J. Adolfo de. “Salvador Correa de Sá e Benavides”, op. cit., p. 25.
- 95 ARENDT, Hannah. op. cit., p. 125.
- 96 HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Programa, mito e realidade. Trad. M. C. Paoli e A. M. Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 161. O preconceito iluminista em relação aos jesuítas era imenso e funcionava como tópico da época. Lerminier perguntava-se por que Napoleão não procedia como Alexandre, que não se limitara a ler e interpretar Aristóteles, mas derrubara, ofensivamente, o império persa. Alexis de Saint Priest advogou pela supressão da Companhia de Jesus (cf. *Revue de Deux Mondes*, t. 6, 1844, p. 5-83) e o próprio Michelet escreveu também sobre os jesuítas (ibidem, t. 4, 1843).
- 97 A raiz **rao**, ver, quer também dizer saturar, mas a controvérsia quanto ao nome de Ruth é grande porque, para outros, “*si la lettre H représente Dieu, Ruth s’y attache et, par jeu littéral et permutation, on obtient Ruth-Thorah*”. Cf. KRISTEVA, Julia. *Étrangers à nous-mêmes*. Paris: Gallimard, 1988. p. 105.
- 98 Ibidem, p. 110.
- 99 Cinco dias depois, em carta a Mário de Alencar, Capistrano volta ao tema: “Continuo pegado com Artigas: o trabalho de reabilitação a que os orientais, e particularmente Acevedo, atual ministro, têm precedido é admirável”. Ver ABREU, Capistrano de. *Correspondência*. Ed. organizada por José Honório Rodrigues. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977 (v. 1, p. 235 e v. 3, p. 367).
- 100 ABREU, Capistrano de. *Ensaio e estudos*. 3ª série. 2. ed. Rio de Janeiro: Briguier, 1969. p. 56.
- 101 DERRIDA, Jacques. *La dissémination*. Paris: Seuil, 1972. p. 111. Numa conferência de 1976 sobre o nome e a institucionalização a partir de Nietzsche, Derrida expande o argumento do real como dissimulação: “Se a vida que vive e que se conta (‘autobiografia’, dizem) não é, a princípio, sua vida, a não ser sob o efeito de um contrato secreto, de

- um crédito aberto, de um endividamento, de uma aliança ou de um anel, então, enquanto o contrato não tenha sido cumprido – e isso só pode acontecer através de outros, por exemplo, vocês – Nietzsche pode escrever que sua vida não é talvez mais do que preconceito, *es ist vielleicht ein Vorurteil dass ich lebe*. A vida, um preconceito, ou melhor dizendo, a vida, minha vida, o fato de que ,eu vivo‘, ou ,eu vivo‘ atualmente. É um preconceito, uma sentença, uma pausa precipitada, uma antecipação arriscada; apenas poderá ser verificada no momento em que o portador do nome, aquele que por preconceito chamamos um vivente, esteja morto”. Cf. *Otobiographies*. L’enseignement de Nietzsche et la politique du nom propre. Paris: Galilée, 1984. p. 48-9.
- 102 “*El gesto del ,así es‘ carente de concepto es el mismo al que el mundo remite a cada una de sus víctimas, y el consenso trascendental implícito en la ironía se torna ridículo frente al consenso real de aquellos a los que esta hubiera atacado. Contra la cruenta seriedad de la sociedad total, que ha incorporado la instancia que se le opone como la inútil protesta que antaño la ironía reprimía, sólo queda la cruenta seriedad de la verdad instalada en el concepto.*” Cf. ADORNO, Th. *Mínima Moralía*. Trad. J. Chamorro. Madrid: Taurus, 1987. p. 213.
- 103 Almir de Andrade, ideólogo do Estado Novo, resgata, no segundo livro de Gulliver, um pragmatismo apolítico avesso à representação: “Todo aquele que faz nascer duas mudas de trigo ou duas folhas de grama num pedaço de terra onde antes só havia uma, serve melhor à humanidade e às necessidades essenciais do seu país do que toda a raça dos políticos reunida”. O autor de *Da interpretação em Psicologia* lê Swift em chave anomalizante, que visa neutralizar o propalado pessimismo do escritor irlandês: ele „não vê o universo ou o mundo humano pelo prisma absolutamente negativo, característico do pessimismo filosófico; seu espírito desconfia de certas afirmações generalizadas, mas, ao mesmo tempo, sua condição sacerdotal não lhe permite pronunciar, com respeito à Criação no seu conjunto, uma daquelas frases explícitas de desespero que a fé reprova. Ele é intelectualmente hostil ao que existe; e o papel que as emoções lhe desempenham nos juízos é muito maior quando estes condenam do que quando aceitam a realidade. Seu veredicto sobre a vida é de ordem psicológica e moral: refere-se à qualidade dos homens em si mesmos e ao uso que fazem das ocasiões de agir, que a sociedade lhes oferece. E nas almas que estão as sementes do mal e é daí que estas se irradiam para todas as relações mútuas dos seres humanos. Esse pessimismo ostenta, com tamanha clareza, o colorido da experiência individual, que nele podemos discernir o efeito ulterior dos embates sofridos pela sensibilidade, ou, mais

- precisamente, pela ambição de Swift; é tão pessoal na sua expressão, que somos tentados a identificá-lo com a dolorosa consciência de uma saúde física e mental imperfeitas, com o eco de sofrimentos interiores, que acabaram arruinando-lhe o equilíbrio mental. Talvez haja mesmo, no fundo de tudo isso, a influência recôndita de uma dessas feridas secretas da personalidade, cujas conseqüências possíveis são hoje reveladas no estudo dos fenômenos subconscientes”. Ver ANDRADE, Almir de. “Swift: sua obra e sua época”. Prefácio a *Viagens de Gulliver*. Trad. Cruz Teixeira. São Paulo: Jackson, 1964. p. XII-XIII. Sobre o autor, GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990; SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 e meu próprio *Literatura em revista*. São Paulo: Ática, 1984.
- 104 BARBOSA, Rui. *Correspondência*. Coligida, revista e anotada por H. Pires. São Paulo: Acadêmica, 1932. p. 96. Numa conferência pronunciada em São Paulo, em 1949, Oswald de Andrade elogiaria Rui não sem evocar que os modernistas “éramos então pequenos pilares da ordem conservadora. Saídos do otimismo, que o primeiro armistício causara, sinceramente acreditávamos que, liquidado o Kaiser, estava resolvido o problema do mal sobre a terra e que a palavra liberdade era apenas um galardão de classe e não a reivindicação profunda dos povos mergulhados na exploração e na miséria. Que a liberdade era a liberdade do senhor de escravos e não a liberdade do escravo”. Cf. BARBOSA, Rui. *Escritos e discursos seletos*. Sel. org. e notas V. C. de Lacerda. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966. p. 35.
- 105 Paul Veyne estabelece uma homologia entre romance e história na medida em que “o romance é, do mesmo modo, passado, relação de valores, devido ao fato de contar por contar”. Ele começa pela história romanceada, que fala de homens-valores, porque “ser notório é ser alguém cujas ações e paixões são interessantes pela simples razão de lhe pertencerem”. Já a narrativa de viagens e a confissão configuram uma passagem desse tipo de estória para a narrativa mais moderna e autônoma, a narrativa mediatizada, onde uma terceira pessoa, que não o autor, relata a história, recebida de um estranho, e garante a veracidade do relato. No interior de seus limites, romance e história têm em si próprios o seu valor enquanto artefatos discursivos. Ver VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad. A. da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70. p. 68-9.
- 106 “*El sujeto de la literatura (aquel que habla en ella y aquél del que ella habla) no sería tanto el lenguaje en su positividad, cuanto el vacío en que*

se encuentra su espacio cuando se enuncia en la desnudez del 'hablo'.
Cf. FOUCAULT, M. El pensamiento del afuera, p. 13.

- 107 PEREIRA DA SILVA. *A história e a legenda*, p. 302-3.
- 108 BARBOSA, Rui. *Francia e Rosas*, p. 124.
- 109 ANDRADE, Mário de. *Macunaíma o herói sem nenhum caráter*. Ed. crítica Telê Ancona Lopez. Paris: Archives/ Brasília, CNPq, 1988. p. 82. Na edição de 1928, Mário ainda grafara *mazorqueiros* em itálico. Nesse mesmo ano, o genro de Rui, Baptista Pereira, faz uma conferência na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, em que se pergunta: “Quem não sabe o que é a *mazhorca*? Quadrilha organizada por um degolador de nome Ochotego, sob o nome de Sociedade Restauradora, por inspiração da famosa D. Encamación Rosas, só tomou o nome de *mazhorca*, espiga de milho, depois que a sua interessante filha Manoelita mandou uma, enfeitada de fitas, à benemérita instituição. A *Mazhorca* liquidava o que Buenos Aires tinha de melhor” (cf. *Civilização contra barbárie*. São Paulo: Rosetti & Câmara, 1928. p. 113). Repare-se que Baptista Pereira ora normaliza, ora grifa e destaca mas, em todos os casos, adota uma grafia fantasiosa e fantasmática: não a da espiga de milho, a *mazorca*, mas a de um aparelho estatal que é mais-do-que-força em mãos de degoladores. A partir de edição de 1937 de *Macunaíma*, a palavra, já caída em domínio do público, é abasileirada e transcrita sem grifo. A etimologia da palavra é controversa, mas Spitzer, Covarrubias e outros filólogos preferem derivá-la de *maça* ou *maço* (feixe) e *roca* (máquina de fiar) donde *maçaroca* e, em espanhol, *maçorca* e mais tarde *mazorca*, com grafia intermediária *mashorca*. Vide SARMIENTO, D. F. *Facundo*. Trad. Carlos Maul. São Paulo: 1923. p. 125. Em 1867, Oliver Gloux, sob o pseudônimo de Gustave Aimard, ficcionaliza, pela primeira vez, esses esquadrões em *La Mashorca* (Paris, Fayard). Apontado por Garcia Calderón como plágio de *Amália*, o romance revela o filão exotista que atraiu a Gloux, marinheiro de profissão, radicado durante algum tempo no Rio. Seu folhetim *Os Filibusteiros*, seu romance *Rosas* (1867) e as várias traduções da *Mazorca* (ao espanhol em 1877 e ao russo em 1878 e 1899) mostram até que ponto essa figuração periférica era central no processo de estatalização europeu.
- 110 A leitura que Rui Barbosa faz da obra de Sarmiento oferece frequentes indícios autobiográficos. O diferendo com Pelliza, como lemos nas *Cartas da Inglaterra*, gira em torno do conceito de *federação*, vale dizer que é também uma disputa discursiva: quem define a federação? Qual é a aliança legítima e qual não? Ao ler o capítulo sobre guerra social de

Facundo, o próprio Rui anota “o dicionário de Rosas” para caracterizar o saber do caudilho: “Usar as palavras e as fórmulas que satisfazem as exigências dos indiferentes. Os selvagens, os *sanguinários*, os *pérfidos imundos* unitários, o *sanguinário* duque de Abrantes, o *pérfido* Ministro do Brasil! A *federação!* O *sentimento americano*, o *ouro imundo* da França! [...] palavras assim bastam para encobrir a mais espantosa e longa série de crimes que o século XIX viu!” Cito pela tradução de Carlos Maul. Rui Barbosa, porém, leu *Facundo* no VII volume das *Obras Completas* de Sarmiento (Buenos Aires, 1887-9). Em Lucas Ayarragaray (*La anarquía argentina y el caudilismo*. Buenos Aires: F Lejouane, 1904, obra traduzida no Rio por M. Pacheco, em 1916) colhe também elementos etnocentristas, como aquela melancólica insatisfação que destaca à página 273: “*¡Cuánta diferencia entre el patriotismo del inglés y del norte-americano, parangonado con el nuestro o el español! ¡Optimista y enérgico el primero, con fé profunda y viril, en el éxito final de su esfuerzo! El segundo, en cambio, es pesimista y abúlico, animado por un resorte, que cede al primer obstáculo y corroído profundamente por un desaliento prematuro!*”

- 111 BARBOSA, Rui. *Francia e Rosas*, p. 33-5.
- 112 Ibidem, p. 21.
- 113 CALLAGE, Roque. “Facundo Quiroga. Em torno de um símbolo”. *Revista do Brasil*, a. 9, v. 26, n. 107, nov. 1924. p. 237.
- 114 WHITE, Hayden. “The value of Narrativity in the Representation of Reality”. *Critical Inquiry*. University of Chicago, v. 7, n. 1, outono 1980. p. 17-18.
- 115 BARBEY d’AUREVILLY, J. *Voyageurs et romanciers*. Paris: Lemerre, 1908. p. 264.
- 116 CALLAGE, Roque. op. cit., p. 237.
- 117 RAMOS, Graciliano. “Pequena história da República”. In: *Alexandre e outros heróis*. São Paulo, Martins: 1964. p. 171.
- 118 ANDRADE, Mário de. “Isidoro” (22.2.31). In: *Táxi e crônicas no Diário Nacional*. São Paulo: SCCT, 1976. p. 343.
- 119 Nome acrescentado à margem por Mário de Andrade, como esclarece Telê Ancona Lopez.
- 120 ANDRADE, Mário. *O Turista Aprendiz*. Estab. de texto T. A. Lopez. São Paulo: Duas Cidades, 1976. p. 346-7.
- 121 São os termos em que Freud define a pulsão (*Trieb*): “*Instinto es, pues, uno de los conceptos límites entre lo psíquico y lo físico. La hipótesis más sencilla y próxima sobre la naturaleza de los instintos sería la de*

- que no poseen por sí cualidad alguna, debiendo considerarse tan sólo como cantidades de exigencias de trabajo para la vida psíquica. Lo que diferencia a los instintos unos de otros y les da sus cualidades específicas es su relación con sus fuentes somáticas y sus fines. La fuente del instinto es un proceso excitante en un órgano, y su fin más próximo está en hacer cesar la excitación de dicho órgano”. Cf. “Tres ensayos para una teoría sexual”. In: *Obras Completas*. Trad. Lopez Ballesteros. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. p. 1191.
- 122 BERGSON, Henri. *La evolución creadora*. Trad. esp. Barcelona: Planeta-Agostini, 1985. p. 132.
- 123 HELLER, Agnes. “Sentirse satisfecho en una sociedad insatisfecha”. In: HELLER, Agnes e FEHER, Ferenc. *Políticas de la postmodernidad*. Ensayos de crítica cultural. Trad. M. Gorgui. Barcelona: Península, 1989. p. 65.
- 124 CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. Trad. G. Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 287.
- 125 Cf. SANTIAGO, Silviano. “O entre-lugar do discurso latino-americano”. In: *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 11-28 e BHABHA, Homi K. “DissemiNation: time, narrative, and the margins of the modern nation”. In: BHABHA, Homi K. (Org.) *Nation and Narration*. London-New York: Routledge, 1990. p. 291-322.
- 126 HABERMAS, Jürgen. *El discurso filosófico de la modernidad*. Trad. M. J. Redondo. Madrid: Taurus, 1989. p. 406.
- 127 BHABHA, Homi K. op. cit., p. 292. E ainda: “*The language of rights and obligations, so central to the modern myth of a people, must be questioned on the basis of the anomalous and discriminatory legal and cultural status assigned to migrant, diasporic and refugee populations who find themselves, inevitably, on the other side of the law. The postcolonial perspective forces us to rethink the profound limitations of a consensual and collusive ‘liberal’ sense of community. It insists that cultural and political identity is constructed through a process of alterity*” e que o nacionalismo não é nem absolutismo nem relativismo mas um relativismo temperado que se pratica enquanto tradução simultânea. Cf. “Simultaneous translation: Modernity and the inter-national”. In: *Expanding Internationalism*. A Conference on International Exhibitions. (Veneza, maio 1990) New York: Arts International, Institute of International Education, 1990. p. 33. A intervenção de Bhabha, sobre a harmonia diferencial do pós-nacional e pós-internacional, no debate “On Colleges and Philosophy: Jacques

- Derrida with Geoff Bennington” (*ICA Documents*. 5, Londres: Institute of Contemporary Arts, s. d. p. 70) já se orientava por um aproveitamento da teoria benjaminiana da tradução, aos efeitos de definir a crítica pós-colonial. Cf. do mesmo autor, “Of Mimicry and Man: The Ambivalence of Colonial Discourse”. *October*. 28, New York, 1984. p. 125-133 e de TODOROV, Tzvetan. “Nation and Nationalism: The French Variant”. *Salmagundi*. 84, outono 1989. p. 138-53 ou “Le croisement des cultures”. *Communications*. 43, Paris, 1986. p. 5-24.
- 128 ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*, p. 20. Paul Ricoeur propôs o pluralismo regrado como estratégia capaz de discriminar a convenção (tradição anacrônica) da convicção (tradição sincrônica), fruto, esta última, da adesão crítica a um conteúdo, isto é, da reinterpretação de tradições. A colocação se deu na mesa sobre linguagem e objeto da filosofia moral, na “Semana de reflexão ética” (Paris: UNESCO, jun. 1991).
- 129 GENETTE, Gerard. *Fiction et diction*. Paris: Seuil, 1991. Para uma crítica dos conceitos de dicção e de estilo, ver MITTERAND, Henri. “A la recherche du style”. *Poétique*. 90, abr. 1992. p. 243-51.
- 130 DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Qu'est-ce que la philosophie?* Paris: Minuit, 1991. p. 176.

Bibliografia teórica

Para a realização deste trabalho entre 1990 e 1992 foram consultadas as coleções das Bibliotecas Nacionais do Rio de Janeiro, Madri e Buenos Aires, da Casa Rui Barbosa e do Itamaraty, no Rio de Janeiro, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo e da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina; a Benson Latin American Collection da Universidade do Texas, em Austin; o Museu Mitre e o Instituto de Filologia da Universidade de Buenos Aires, além de coleções particulares. Mesmo assim, algumas peças não puderam ser localizadas. (É o caso do *Raphael* de Lamartine, traduzido pioneiramente por Guido y Spano e publicado pela Typographia Philantrópica, no Rio, em 1849...) A todos os que auxiliaram em buscas e leituras, registro meu reconhecimento e meu débito.

ABREU, Capistrano de. *Ensaio e estudos* (Crítica e história) 1ª e 2ª séries. Rio de Janeiro: Soe. Capistrano de Abreu, 1931.

ABRAHAM, Tomás. *Los senderos de Foucault*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.

ABRAHAMS, M. H. *El espejo y la lámpara*. Teoria romática y tradición clásica. Trad. G. Araoz. Buenos Aires: Nova, 1962.

ADORNO, Theodor W. *Teoria Estética*. Madrid: Taurus, 1971.

ALONSO, Amado. *Ensaio sobre la novela histórica*. Buenos Aires: Coni, 1942.

ALTAMIRANO, Carlos, SARLO, Beatriz. *Literatura/Sociedad*. Buenos Aires: Hachette, 1982.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

- ANTELO, Raúl. Na ilha de Marapatá: Mário de Andrade lê os hispano-americanos. São Paulo: Hucitec/INL, 1986.
- _____. Da ficção histórica latino-americana. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 maio 1989. Letras.
- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- ARRIGUCCI, Davi. *Achados e perdidos*. São Paulo: Polis, 1979.
- _____. *Enigma e comentário*. Ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ATHAYDE, Austregésilo de. La época heroica del periodismo argentino. *El libro argentino en América*. Buenos Aires: Com. Nac. de Coop. Intelectual, 1941.
- BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.
- BAKHTINE, Mikhail. *La poétique de Dostoievski*. Paris: Seuil, 1970.
- _____. L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au moyen age et sous la Renaissance. Paris: Gallimard, 1970.
- _____. Problemas literários y estéticos. Trad. esp. La Habana. Arte y literatura, 1986.
- BALDERSTON, Daniel. *The Historical Novel in Latin-America*. Hispamérica/Tulane University, 1986.
- BARBOSA, Fco de Assis. Um plano de Hipólito José da Costa. In: *Achados do vento*. Rio de Janeiro: INL, 1958. p. 131-60.
- BARTHES, Roland. *Sur Racine*. Paris: Seuil, 1963.
- _____. *Le degré zéro de l'écriture*. Eléments de sémiologie. Paris: Gonthier, 1964.
- _____. *Essais critiques*. Paris: Seuil, 1968.
- _____. Sade, Fourier, Loyola. Paris: Seuil, 1971.
- _____. Le bruissement de la langue. Paris: Seuil, 1984.
- _____. *Michelet*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. A significação educativa do Romantismo brasileiro: G. de Magalhães. São Paulo: Grijalbo.

- BATAILLON, Marcel. *Estudes sur le Portugal au temps de l'Humanisme*. Coimbra: Universidade, 1952.
- BHABHA, Homi K. (Ed.) *Nation and Narration*. Londres: Routledge, 1990.
- BEHAR, Lisa Block de. *Al margen de Borges*. México: Siglo XXI, 1987.
- _____. (Ed.) *Términos de comparación*. Los estúdios literários entre histórias y teorías. Montevideú: Academia Nacional de Letras, 1991.
- BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Discursos interrompidos*. Madrid: Taurus, 1982.
- _____. *Iluminaciones, 1, 2, 3*. Madrid: Taurus, 1973.
- BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883-1902.
- BLOOM, Harold. *La angustia de las influencias*. Una teoría de la poesía. Caracas: Monte Ávila, 1973.
- _____. *Los vasos rotos*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1986.
- BONFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Garnier, 1905.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- _____. *Antonil ou as lágrimas da mercadoria*. *Novos Estudos* 33. São Paulo, jul. 1992.
- _____. *O nacional, artigo indefinido e O fio vermelho*. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 10 e 17 maio 1981. Folhetim.
- BOOTH, Wayne. *A retórica da ficção*. Lisboa: Arcadia, 1980.
- _____. *A Rethoric of irony*. Chicago: Chicago U. R, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.
- BROCA, Brito. *Românticos, Pré-românticos, Ultra-românticos*. Pref. A. Eulálio. São Paulo: Polis/INL/MEC, 1979.
- BURGESS, Anthony. *La littérature est regionale*. *Lettre* 9. Paris, verão 1986.
- BRUNEL, Pierre (com PICHOS e ROSSEAU). *Quest-ce que la littérature comparée?* Paris: Colin, 1983.

BRUSHWOOD, John. *Genteel Barbarism*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1981.

BRUSS, E. N. L' autobiographie considérée comme acte littéraire. *Poétique*. 17, 1974.

CAMPOS, Augusto de. *O Anticrítico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CAMPOS, Haroldo de. Da razão antropográfica: diálogo e diferença na cultura brasileira. *Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo, v. 44, jan./dez. 1983.

_____. Paul Valéry e a poética da tradução. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 jan. 1985. Folhetim.

CÂNDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1965.

_____. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: Nacional.

_____. *Brigada ligeira*. São Paulo: Martins, s. d.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1957-1966.

CARVALHAL, Tania Franco. *Literatura Comparada*. São Paulo: Ática, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. *Historie et psychanalyse entre science et fiction*. Paris: Gallimard, 1987.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHABOD, Federico. *La idea de nación*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

CHAVES, Flávio Loureiro. *História e literatura*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1988.

COMPAGNON, Antoine. *La seconde main ou le travail de la citation*. Paris: Seuil, 1979.

COMPAGNON, Antoine. *Les cinq paradoxes de la modernité*. Paris: Seuil, 1990.

CLEMENTI, Hebe. *La frontera en América: Argentina-Brasil*. Buenos Aires: Leviatán, 1988.

COMMUNICATIONS, 43, Paris, 1986 (Le croisement des cultures).

COMMUNICATIONS, 45, Paris, 1987 (Elements pour une theorie de la nation).

CONGRESSO DA ABRALIC, I, 1988, Porto Alegre. *Anais*. Porto Alegre: UFRGS.

CONGRESSO DA ABRALIC, II, 1990, Belo Horizonte. *Anais*. Belo Horizonte: UFMG.

COUTINHO, Afranio. *A tradição afortunada*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

_____. (Ed.) *A polémica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

CROCE, Benedetto. *La letteratura comparata*. In: *Problemi de estética*. 2. ed. Bari: Laterza, 1923.

CULLER, Jonathan. *Comparative Literature and Literature Theory*. *Michigan Germanic Studies*, v, 1979. p. 170-84.

_____. *La poética estructuralista*. El estructuralismo, la lingüística, y el estudio de la literatura. Barcelona: Anagrama, 1978.

_____. *Sobre la deconstrucción*. Madrid: Cátedra, 1984.

CURTIUS, Ernest Robert. *Literatura européia e Idade Média latina*. Rio de Janeiro: INL, 1957.

DALLEMBACH, Lucien. *Le récit spéculaire*. Paris: Seuil, 1977.

DELEUZE, Gilles. *Différance et répétition*. Paris: PUF 1968.

_____. (Ed.) *Instincts e instituições*. Paris: Hachette, 1953 (col. Textes et documents philosophiques).

_____. *Foucault*. Paris: Minuit, 1986.

_____. *Le pli*. Leibniz et le baroque. Paris: Minuit, 1988.

_____. *Le bergsonisme*. Paris: PUF, 1966.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. *L'anti Oedipe*. Paris: Minuit, 1972.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. *Kafka*. Pour une littérature mineure. Paris: Minuit, 1975.

_____. *Mille Plateaux*. Paris: Minuit, 1980.

_____. *Qu'est-ce que la philosophie?* Paris: Minuit, 1991.

DE MAN, Paul. *Blindness and insight*. Nova York: Oxford U. P., 1971.

_____. *La resistencia a la teoría*. Madrid: Visor, 1990.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

_____. *Margens da filosofia*. Porto: Rés, s. d.

_____. *Otobiographies*. Paris: Galilée, 1984.

_____. *La dissémination*. Paris: Seuil, 1972.

_____. Nacionalidad y nacionalismo filosófico e psyche: invenciones del otro. In: BEHAR, Lisa Block de. (Org.) *Diseminario*. Montevideo: XYZ, 1987.

_____. L' autre cap: mémoires, réponses et responsabilités. In: *Liber*, Paris: 1991. p. 11-3.

DONGHI, Túlio Halperín (Ed.). *Proyecto y construcción de una nación*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1980 (v. 68).

DOTTI, Jorge. *Las vetas del texto*. Buenos Aires: Puntosur, 1990.

DURISIN, Dionys. Sobre las regularidades del proceso interliterario. *Revista Casa de las Américas*. Havana: jan./mar. 1987. p. 3-9.

_____. *Theory of Literary Comparatistics*. Veda: Slovak Academy of Sciences, 1984.

ECO, Umberto. *Lector in fabula*. Milano: Bompiani, 1979.

ELIOT, T. S. *Selected prose*. London: Faber & Faber, 1975.

_____. *A essência da poesia*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.

FERNANDEZ MORENO, César. *América Latina em sua literatura*. São Paulo: Perspectiva.

FERNANDEZ RETAMAR, Roberto. *Para una teoría de la literatura hispano-americana*. México: Nuestro Tiempo, 1977.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

- FOUCAULT, Michel. *Difendere la società*. Dalla guerra delle razze al razzismo di stato. Firenze: Ponte alle grazie, 1990.
- _____. *El lenguaje al infinito*. Córdoba: Las ediciones de Dianus, 1986.
- _____. La pensée du dehors. *Critique*, 229, jun. 1966.
- _____. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- _____. *Ceci n'est pas une pipe*. Montpellier: Fata Morgana, 1973.
- _____. Was ist aufklärung (Qu'est-ce que les lumières?): un cours inédit. *Magazine littéraire*, 207, maio 1984. p. 35-39.
- FRYE, Northrop. *Le Grand Code*. Paris: Seuil, 1986.
- GARCIA MEROU, Martin. *Alberdi*. Buenos Aires: Rosso, 1939.
- _____. *Sarmiento*. Buenos Aires: Indiana, 1944.
- GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GENETTE, Gérard. *Palimpsestes*. Paris, 1982.
- _____. Nouveau discours du récit. Paris: Seuil, 1983.
- _____. Fiction et diction. Paris: Seuil, 1991.
- GONZALEZ STEPHAN, Beatriz. La historiografía literaria del liberalismo hispano-americano del siglo XIX. Havana: Casa de las Américas, 1987.
- GONZALEZ ECHEVARRIA, Roberto. *The voice of the Masters*. Writing and Authority in Modern Latin American Literature. Univ. of Texas Press, 1985.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis*. Impostura e realismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GIANNANGELI, Liliana. *Contribución a la bibliografía de José Mármol*. La Plata: Universidad de La Plata, 1972.
- GOSSMAN, Lionel. History as decipherment: romantic historiography and the discovery of the other. *New Literary History*, v. 18, n. 1, outono 1986. p. 23-57.
- GUILLEN, Cláudio. *Entre lo uno y lo diverso*. Introducción a la literatura comparada. Barcelona: Crítica, 1985.
- GUYARD, M. F. *La littérature comparée*. Paris: PUR 1951.
- HABERMAS, Jurgen. *El discurso filosófico de la modernidad*. Trad. esp. Madrid: Taurus, 1987.

- HUTCHEON, Linda. *The politics of postmodernism*. London-New York: Routledge, 1989.
- HOBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBSBAWN, Eric et al. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- INTERTEXTUALIDADES. Coimbra: Almedina, 1979.
- JAMESON, Frederic. *Marxismo e forma*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. Documentos de cultura, documentos de barbarie. Madrid: Visor, 1990.
- JAY, Martin. Scopic regimes of modernity. In: FOSTER, Hal (Ed.). *Vision and visuality*. Seattle: Bay Press, 1988.
- JAUSS, Hans Robert. *La literatura como provocación*. Barcelona: Edicions 62, 1976.
- KAYSER, Wolfgang. *O Grotresco*. São Paulo: Perspectiva.
- KRISTEVA, Julia. *Semiotiké*. Paris: Seuil, 1969.
- _____. *Etrangers à nous-mêmes*. Paris: Gallimard, 1988.
- KRYSINSKI, Wladimir. *Carrefours de signes: essais sur le roman moderne*. Haia: Mouton, 1981.
- KUJAWSKI, Gilberto de Mello. *A prática descoberta*. Campinas: Papyrus, 1992.
- KUNDERA, Milan. *A arte do romance*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- LACOMBE, Américo Jacobina. *Rio Branco e Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1955.
- LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *Faire de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1974.
- LIMA, M. de Oliveira. *La evolución histórica de la América Latina*. Bosquejo comparativo. Trad. A. C. Rivas. Madrid: América, [1913?].
- _____. *Pan-americanismo*. Brasília-Rio de Janeiro: Senado Federal/Casa de Rui Barbosa, 1980.

- LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário*. Razão e imaginação no Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Dispersa demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- _____. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- LOTMAN, Iuri. *A estrutura do texto artístico*. Lisboa: Estampa, 1978.
- LUCAS, Fábio. O Romantismo e a fundação da nacionalidade. In: *Do barroco ao moderno*. São Paulo: Ática, 1989.
- LUDMER, Josefina. Quien educa. In: *Filología*. Buenos Aires, a. 20, n. 1, 1985. p. 103-16.
- _____. *O gênero gauchesco*. Um tratado sobre a pátria. Chapecó, Argos, 2002.
- LUKACS, Georg. *La novela histórica*. México: Era, 1977.
- LUNN, Eugene. *Marxismo y modernismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- MACHEREY, Pierre. *Pour une théorie de la production littéraire*. Paris: Maspero, 1976.
- MACHADO, Álvaro Manuel; PAGEAUX, D. H. *Literatura portuguesa, literatura comparada, teoria da literatura*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- MADELENAT, Daniel. *La biographie*. Paris: PUF, 1984.
- MARTINEZ, José Luis. *Unidad y diversidad*. México: Fondo de Cultura Económica.
- MARINO, Adrian. *Comparatisme et théorie de la littérature*. Paris: PUF, 1988.
- MAY, Georges. *L'Autobiographie*. Paris: PUR 1979.
- MEIRELES, Cecilia. *Rui*. Pequena história de uma grande vida. São Paulo.
- MEYER, Augusto. *Textos críticos*. Sel. e introd. J. A. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- MESCHONNIC, Henri. *Modernité modernité*. Paris: Verdier, 1989.
- MERQUIOR, José Guilherme. *Formalismo e tradição moderna*. Rio de Janeiro: Forense, 1974.
- MORALES, Ernesto. *Argentinos en el Brasil*. *La Prensa*. Buenos Aires, 13 jun. 1937.

- MONTALDO, Graciela (Ed.). *Yrigoyen entre Borges y Arlt*. Buenos Aires: Contrapunto, 1989. In: VINAS, David. *Historia social de la literatura argentina*, v. VII.
- MORSE, Richard. *A volta de Macluhanáima*. Trad. R H. Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MUKAROVSKY, Jan. *Escritos sobre Estética e Semiótica da Arte*. Lisboa: Estampa, 1981.
- NAVARRO, Desiderio. (Org.) *Textos y contextos*. Havana: Arte y Literatura, 1985.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional da Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVER, Juan R. *El verdadero Alberdi*. Buenos Aires: Dictio, 1977.
- PAZ, Octavio. *Los hijos del limo*. Barcelona: Seix Barral, 1974.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- PIZARRO, Ana. *La literatura latinoamericana como proceso*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.
- PROENÇA, M. Cavalcanti. *José de Alencar na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- RAMA, Angel. Un proceso autonómico: de las literaturas nacionales a la literatura latinoamericana. *Proceedings of the Vllth Congress of the ICLA*. Stuttgart, 1980.
- _____. *Transculturación narrativa en América Latina*. México: Siglo XXI, 1982.
- _____. *La ciudad letrada*. Montevideo: F-I-A-R, 1984.
- _____. *Las máscaras democráticas del Modernismo*. Montevideú: Fundación Angel Rama, 1985.
- RAMA, Carlos. *La historia y la novela*. Montevideú: Arca, 1947.
- RAMOS, Júlio. *Desencuentros de la modernidad en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- REISS, Timothy. *The discourse of modernism*. Ithaca: Cornell University Press, 1982.
- RIBEIRO, José. *O romance histórico na literatura brasileira*. São Paulo: Secretaria de Cultura, 1976.

- RENAN, Ernest. *Qu'est-ce qu'une nation?* Paris, 1882.
- RODRIGUEZ PÉRSICO, Adriana. Sarmiento y la biografía de la barbárie. *Cuadernos Hispanoamericanos*. Madrid, 1988. (Separata)
- _____. Un huracán llamado progreso. Washington: OEA, 1992.
- ROMERO, José Luis. *Bases para una morfología de los contactos de cultura*. Buenos Aires: Institución Cultural Española, 1944.
- _____. *La vida histórica*. Buenos Aires: Sudamericana, 1988.
- _____. *Latinoamérica: las ideas y las ciudades*. México: Siglo XXI, 1982.
- _____. *Situaciones e ideologías en Latinoamérica*. México: UNAM, 1982.
- ROMERO, Silvio. *A América Latina*. Porto: Chardron, 1906.
- ROUQUIE, Alain. *O extremo-ocidente*. Introdução à América Latina. São Paulo: Edusp, 1991.
- ROSA, Nicolás. *Los fulgores del simulacro*. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 1987.
- _____. *El arte del olvido*. Buenos Aires: Puntosur, 1990.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SARLO, Beatriz. Una modernidad periférica: Buenos Aires años 20 y 30. Buenos Aires: Nueva Visión, 1988.
- SCHORSKE, Carl. History and the study of culture. *New Literary History*, v. 21, n. 2, inverno 1990.
- SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- SCHWARTZ, Jorge. *Vanguarda e cosmopolitismo*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- SAID, Edward. *The world, the text and the critic*. Boston: Faber & Faber, 1984.
- _____. *Orientalismo*. Oriente como invenção de Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- SEGRE, Cesare. *Princípios de análise del texto literario*. Barcelona: Crítica, 1985.
- SOMMER, Doris. *Foundational fictions*. University of Califórnia Press, 1993.
- SOUZA, José Antônio Soares de. Um caricaturista brasileiro no Rio da Prata. *Revista do Inst. Hist. e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1955.
- _____. Honório Hermeto no Rio da Prata. São Paulo: Comp. Editora Nacional, 1959.
- SPITZER, Leo. *Linguística e história literária*. Madrid: Gredos, 1955.
- STAROBINSKI, Jean. 1789. Os emblemas da razão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- STEINER, George. *Extra-territorial*. Nova York: Athneum, 1971.
- SUSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- TACCA, Oscar. *La historia literaria*. Madrid: Gredos, 1968.
- TEL QUEL. *Teoria de conjunto*. Barcelona: Seix-Barral, 1971.
- TODOROV, Tzvetan. Nation and nationalism: the french variant. *Salmagundi*, 84, outono 1989.
- TOURAINÉ, Alain. *Palavra e sangue*. Política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.
- Vários autores. *O romance brasileiro*. De 1752 a 1930. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1952.
- _____. *Curso de romance*. Conferências realizadas na Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, 1952.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- WALDMANN, Peter. Ensayos sobre política y sociedade en America Latina. Barcelona: Alfa, 1983.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. The politics of modernism. Against the New Conformist. Londres: Verso, 1989.
- WHITE, Hayden. *Metahistory: The historical imagination in nineteenth century europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.
- _____. *Tropics of discourse: Essays in Cultural Criticism*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.

Apêndice

Transcrevo, a seguir, o primeiro dos quatro romances, publicados por Carvalho Guimarães nas páginas do *Ostensor Brasileiro*, para melhor se acompanharem as referências a essa ficção ao longo do estudo. O exemplar utilizado foi o que pertenceu ao Barão do Rio Branco, atualmente conservado pela Biblioteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro.

Jerônimo Barbalho Bezerra

Vicente Pereira Carvalho Guimarães

Romance Histórico

Capítulo I

Quase no fim daquela ladeira do Colégio, que vem acabar no largo da Misericórdia, havia em 1633 uma mui formosa casa distinta entre todas, não só por sua aparência, como por pertencer a uma das primeiras famílias; em uma das salas desta casa, e que ficava ao pé da calçada, entre as 6 e 7 horas da noite de 9 de Setembro do ano supradito, viam-se três mancebos, que por seus trajes mostravam pertencer à classe nobre; bem no meio desta sala; cujas paredes cobriam diversos painéis representando feros guerreiros ascendentes talvez do dono da casa, avultava comprida mesa de grosseiro lavor, coberta de iguarias, à roda da qual estavam sentados os três mancebos. Por largo tempo só se ouviu o tinir da baixela, mas logo que de sobre os pratos começaram a desaparecer os cheirosos guisados, ruidosa conversa substituiu o pesado silêncio.

— Sandeu como nunca vi outro!! Disse o que estava sentado na cabeceira da mesa, batendo com o pichel vazio; ora, vede vós outros se havia mister esse parvo de Lucas da Silva de ir meter-se na boca do lobo?! Tomar mulher aos dezoito anos, e o que mais é tomá-la em camisa!...

— Grossos lhe saíram os dares e tomares que teve com a filha de Pero de Fróes; e aposto 300 dobras valedias, que *mala gratia* foi ele hoje à igreja apesar das louçainhas com que o viste, Jorge Ferreira.

— Assim me quer parecer, e não serei eu quem tope contra as trezentas valedias; porém não creias tu, Jerônimo Barbalho, que fosse ele meter-se na boca do lobo, ao viés te contaram o caso: os

escarcéus de Pero de Fróes tinham perplexo o Governador Rodrigo de Miranda Henriques, mas o grave e reverendo doutor Lourenço de Mendonça, que hoje tomou posse da Prelatura como nós todos sabemos, e cuja língua quer pôr cobro nos desmanchos alheios, sem que seus olhos reparem nos próprios e o reverendo doutor pôr Lucas da Silva o que fariseus não disseram por Jesus Cristo; nessa sala pública ouvi eu da própria boca do Governador a sentença de condenação do nosso amigo.

— Não sei eu como ele se releva.

— É porque o tiveram em guarda é hoje que devia celebrar-se o Sacramento.

— Pelo que vejo, foi o nosso bom prelado quem obrigou Lucas da Silva a contrair o matrimônio com a manceba Susana de Fróes.

— Nem mais, nem menos: aí está Diogo Lobo que o sabe tão bem como eu.

— É verdade; porém ainda não atendestes a uma coisa, e vem ela a ser que esperassem para noite o ato; medo de nós outros talvez, que dizeis?

— Não; essa demora pediu-a Lucas da Silva envergonhado por certo...

— Olá! Quem bate? Interrompeu Jerônimo Barbalho, porque com efeito duas punhadas formidáveis acabavam de soar na porta da rua.

— Nós, por S. Sebastião! Disse uma voz forte:

— É dos nossos abra-se a porta.

E um mancebo com os vestidos em desordem, sem chapéu, e com uma espada desembainhada entrou na sala.

— Lucas da Silva! Clamaram os três.

— Se vos parece ide dizê-lo aí no meio da rua em voz mais alta para que eles tenham conhecimento do lugar de meu refúgio!

— Pois que alguém se atreveu a pôr-te mãos?! Disse Jerônimo Barbalho adiantando-se.

— Não, como tu pensas; mas como eles queriam bem pouco faltou! dai-me uma vez de vinho, e vos direi tudo isso depois. Ah! que tem pé ligeiro os tais roupetas, e não sei se foi Satanás quem pôs asas nos meus, se algum me põe mão escalado o deixara eu em meio da ladeira, sem lhe valer seu patrono Ignácio.

E segurando um largo pichel de prata, que o vinho transbordava, levava-o à boca a tempo que batiam segunda vez.

— São esses cães, que encontraram teu chapéu, e vêm trazê-lo, disse rindo-se Diogo Lobo; mas, por minha alma que lhe daremos boas alvissaras do achado! fala tu que és de casa, continuou, voltando-se para um dos outros.

— Quem sois, e que quereis? Disse em tom azedo Jerônimo Barbalho.

— Abri, em nome d'El Rei! Responderam de fora.

— Olá! Quando foi que o senhor vosso rei Felipe IV nos cometeu tal ordenação? Se chegou frota do Reino, amanhã saberemos notícias; ide-vos a dormir em paz, boa gente.

— Abri vossa porta, se não quereis vê-la saltar lá para dentro!

— Guai de vós! Que só ela vos ampara!! A caminho, e para outra vez lembrai-vos de perguntar primeiro quem mora, antes de baterdes...

E fora por diante com seu falar soberbo e atrevido, se a porta violentamente arrancada nos gonzos não viera cortar-lhe as palavras com o espantoso estrondo que produziu sobre o assoalho. Uma multidão de homens, entre os quais apareciam alguns eclesiásticos penetrou na sala; porém a mesma violência, com que haviam entrado, os fez retrair até a rua, é que lá dentre quatro boas e luzentes espadas, que vigorosos punhos sustinham não davam tempo a questões de língua, e um argumento sólido convence prontamente o maior incrédulo. Pela ladeira entre alguns criados, que seguravam tochas acesas, vinha descendo um clérigo já maduro em anos, porém de aspecto varonil; e subia-a açodadamente um padre da Companhia de Jesus, segurando levantada a negra e estreita roupeta para poder galgar mais livre.

— Encontraram-no? Disse parando o que descia.

— Aqui bem perto; porém creio que fora o mesmo não o havermos encontrado.

— Como assim?

— Se Va. Sa. quer descer mais algumas passadas, verá o porquê; três outros mancebos de famílias poderosas, os maiores libertinos...

— Guia-me, padre; quero vê-lo!

E o acompanhamento chegou à porta, onde se traçavam já planos de escalada.

— Quem será tão insolente, que se oponha às minhas determinações?! Disse o clérigo entrando à sala, e olhando com severidade os quatros mancebos; Lucas da Silva, o que fizeste assenta mal em um mancebo de brio!

— E o que vós fazeis, D. Prelado, pior vos assenta! Disse Diogo Lobo enterrando duas polegadas pelo chão a ponta da espada; dais-me ares de beleguiuação com esta vossa diligência e aparato; não faça melhor que estivésseis rezando vosso latim por vós e por nós outros, que como podereis ver por estes pichéis vazios não curamos de tal? Se o conheceis mancebo de brio, como lhe fazeis afronta de o querer casar com uma manceba?!

— E quem a tornou manceba, senhor cavaleiro? E quem cobriu de infâmia as cãs de um pobre velho, roubando-lhe de suas barbas a inocente filha?! Nós queremos, e o Governador manda; *nolens volens* casará com ela!

— Então ide buscá-la, e trazei-a cá; porque Lucas da Silva não vos há de acompanhar! Está em minha casa, em casa de um Bezerra, e só de sua vontade sairá ele; a força vos fica em que não!

O reverendo doutor Lourenço de Mendonça deixou a sala, e os que o acompanhavam foram-se trás ele pela ladeira ao mar; o som de suas passadas e vozes foi diminuindo gradualmente, e depois que já se não ouviam:

— Eis aí como se fala com estes senhores coroados no pêlo! Disse Jorge Ferreira largando a espada como fizeram todos os outros; vinho nos pichéis, e a última por esta noite, que por minha vida eles tornarão.

— E tu estás com medo? Disse Diogo Lobo estendendo o braço para tomar o cangirão, que lhe apresentava Jerônimo Barbalho; de tempos a cá hei notado que és tu o primeiro a abrir caminho quando se trata de perigos, sendo que antes eras quem com mais bizzarria votava em lances arriscados; ora bebe, e deixa-os, que se vão eles com mais temor, que ousadia: o padre vi eu que em tremuras.

— Talvez de raiva, replicou Jorge Ferreira! Tenho medo sim, tenho-o desses da Companhia hábeis em manhas e artifícios, que muitas vezes valem bem nossas espadas e audácia.

— Pobre mancebo, disse Jerônimo Barbalho em modo escarnekedor; acabe-se o vinho, ou morra eu, se tu não findarás por vestir a roupeta!

— Porém se tens essa tenção, foi-te de má recomendação esta noite, disse Diogo Lobo rindo às gargalhadas; porque enxerguei eu um dos irmãos que te olhava por cima do ombro com um gesto... O' Jorge Ferreira, tens lá na companhia algum amigo e conhecido?

— Deus me guarda de tão boa gente! Disse o interpelado.

— Então inda uma vez do sumo das uvas...

— Senhores cavaleiros, interrompeu uma velha saindo lá do interior da casa, peões armados sobem pela outra ladeira apressados; Paulo os viu, que a descobrir novidades o mandara eu.

— Pois deixa-os subir, e se lhes aprouver que desçam por esta.

— Mas isso é uma loucura, Jerônimo! Para que travarmos contendas com mais famílias, do que as com quem as temos? Cada um desses homens tem amigos, e será em pouco toda a cidade contra nós que bem poucos somos!

— Jorge Ferreira tem razão, disse Diogo Lobo em ar de zombaria; todos esses peões têm filhas, e algumas bem bonitas; ora para que havemos de pôr um namorado no aperto de cortar as orelhas ao aborrecido pai de sua beleza? Vamos, fora tudo! Não me cabia hoje a honra de dar-vos gasalhado; porém como nós em comum podemos esvaziar ainda alguns canjirões, seria a maior das loucuras se o não fizemos por causa de meia dúzia de vilões ruins; fora, fora tudo.

E saíram; não pela ladeira, mas por dentro de casa para o lado da rua da Misericórdia; foram caminhando ao longo desta até a segunda travessa que encontraram à direita e por esta desceram, sumindo-se no escuro e comprido corredor de uma das casas, que formava o canto, olhando também para a praia. Agora os deixaremos entre o vinho à sua vontade, por acompanharmos o reverendo Lourenço de Mendonça, que em verdade bem tarde nos lembra tal coisa.

Deixara ele a casa de Jerônimo Barbalho com mais indignação, que temor; também não era estúpida e cega raiva de ver-se desacatado quem lhe acelerava as passadas, mas sim o nobre empenho de atalhar tantos males como os que afligiam a capitania; era mister opor uma barreira forte à torrente de escândalos, com que a desenfreada mocidade abalava a nascente cidade, entre todos, distinguiam-se no requinte das maldades e no descerramento

com que as praticavam aqueles que por sua nobreza, ou sua fortuna contavam com a impunidade; começar por estes era melhor e mais seguro caminho, porém mais perigoso e até quase impossível. Todavia como as grandes empresas são para grandes homens, o virtuoso e sabedor prelado, sem esmorecer a vista das dificuldades, meteu mãos à grande obra começando por Lucas da Silva, um dos mais ricos, orgulhosos e devassos mancebos dessa época; seus pais sem pertencer à nobreza, mas acabados por sua opulência, haviam negligenciado a educação do filho deixando-o a si mesmo entre os mancebos nobres de sua idade, que soberbos, ignorantes e libertinos depravaram o coração do jovem Lucas da Silva. Inferior a todos aqueles que já haviam assinado seu nome com uma e muitas maldades, último entre seus companheiros, que o não esqueciam peão, via-se o mancebo corrido e apurado porque tremia na presença de uma mulher, porque enrubecia ao som de sua voz; no furor das orgias inflamados pelo vinho, tais motes lhe davam os outros, que mais de uma vez saíra ele com a raiva no coração jurando que na volta traria larga soma de escandalosos fatos com que gloriar-se; e um dia o demônio lhe guiou os passos, e a desgraça trouxe para a rótula de uma pequena casa a mais bonita de todas as moças da cidade. Travaram-se de amores, que não relatarei a Vs. Ms. porque sou fraco em tais matérias, e só expressamos bem o que já sentimos; travaram-se, e em pouco a moça Susana deixou o fuso e a roca, o pai e os deveres domésticos, até um cãozinho predileto, deixou tudo pela rótula melhor digo pela rua, onde a certas e determinadas horas passava o namorado Lucas da Silva. Muitas e repetidas vezes esquecera este que seus companheiros o esperavam, e isto só por ouvir as doces palavras de sua amada, ou para procurar alguma mimosa flor de seu agrado, ou dices, que lhe ofertava; e tantas foram as vezes que desconfiados, uns com más tenções, outros por simples curiosidade andaram-lhes nos passos, e vieram a descobrir o que ele não quisera que ninguém soubesse. Correu logo pelas orelhas de todos a causa de seu desaparecimento, e de tão danadas ocas correu pela cidade a comentada nova dos amores de Lucas da Silva, e com ela a infâmia da pobre Susana de Fróes, que teve de sofrer os mais duros e terríveis tratamentos de seu pai; louco e infeliz modo de chamar à razão uma moça desvairada; pronto e infalível meio de atirá-la na desgraça! De

um lado via a desventurada moça o juiz, que a condenava sem ouvi-la; o homem, que deixava de ser pai para ser carrasco: o mundo que infamava nela, e que desculpava em outras, que por mais astuciosas e precatadas sabiam dar cor de virtude a grandes crimes; via tudo quanto há de mais negro e terrível: do outro, os extremos de um homem, que amava; as grandezas, que lhe ofereciam; a ventura, que ela se fazia ver em tudo isso: e sem ter uma mãe, que a guiasse, ah! quanto, quanto vale uma mãe!... sem a ter, a pobre moça fechou os olhos, e atirou-se no abismo.

Feliz com a posse daquela que adorava, festejado por seus companheiros de libertinagem, que engrandeciam seu primeiro desvio, e que por este caminho levavam-no a segundo, Lucas da Silva cerrava os ouvidos às admoestações de seus pais e de seus verdadeiros amigos, tendo e mantendo a manceba, sem dar-lhe das lágrimas do arrependido Pero de Fróes, que tarde enxergara o torto caminho por que fora em sua ira contra a pobre, e ainda inocente filha. Nesta conjuntura chegou do Reino o reverendo doutor Lourenço de Mendonça Presbítero do Hábito de S. Pedro, que vinha nomeado por Felipe IV de Espanha, Rei intruso de Portugal, como Prelado de S. Sebastião do Rio de Janeiro; não foi ele o primeiro, nem o único que veio encontrar o rebanho desgarrado, as imoralidades e desenvolturas vinham de muito longe, continuaram em seu tempo, e ainda depois; porém sua ardente caridade não lhe sofreu ver tantos desmanchos, e seu zelo deslembrou-lhe a sorte de seus antecessores, cerrando-lhe os olhos ao perigo e dificuldade de árdua tarefa: meteu mãos a ela, como já o disse a Vs. Ms., e por Lucas da Silva, não que ele fosse o mais perverso, mas porque era o autor da mais próxima perversidade, daquela de que todos falavam. Coadjuvado pelo Governador Rodrigo de Miranda Henriques, requereu o raptor de Susana de Fróes para que reparasse o mal que havia feito; porém o mancebo, ou enfadado já da desgraçada vítima, ou instigado por seus devassos amigos opôs uma resistência tenaz às rogativas da moça, não quis atender ao que seus pais lhe ponderaram, e desacatou publicamente o Prelado; foi mister recorrer à força, e retido em uma prisão, só dela saiu para a igreja; chegando-lhe à porta, que há muito tempo não cruzava, como um endemoninhado, que assim o creram muitos, arremeteu com os que o cercavam, e

espada em punho abriu caminho por meio deles. Os padres não quiseram tocar-lhe porque o julgaram presa de algum espírito mau, e não estejam Vs. Ms. fungando, que a razão é muito plausível; os padrinhos não estavam com disposição de amarrotar seus vestidos de festa; os outros convidados tiveram em conta os fios de espada, de sorte que Lucas da Silva aproveitando-se do medo de uns, e da condescendência medrosa dos outros foi andando é verdade que um pouco apressado, e de forma que em caminho deixou o chapéu, que denunciou seu coito. Tornados a si os assistentes, e vendo-se cada um deles com a cara tão larga como o arco cruzeiro da igreja, quiseram lavar a primeira nódoa de fracos, e deram a correr atrás do mancebo, seguindo-os de longe, e vagarosamente o Prelado; até que vieram a encontrá-lo, como já fica dito, e que foi o mesmo que o não tivessem encontrado, conforme ponderou o assisado jesuíta, sem valer ao ancião a autoridade do cargo para arrancá-lo das mãos dos companheiros. Deixara o reverendo Lourenço de Mendonça a casa de Jerônimo Barbalho, e subindo a ladeira, mandou por um dos seus domésticos avisar o Governador do que acontecera, pedindo-lhe que o ajudasse com alguns homens de armas, que de sua parte viessem prender os criminosos; e em breve espaço bom número de arcabuzeiros cercava a casa; como não era preciso vaivém para lançar dentro a já arrombada porta, leve impulso a desconjuntou segunda vez, e entrando à casa, correram-na de cima abaixo sem que encontrassem o que pretendiam: tornados à rua, tiveram ordem de caminhar para a Várzea, onde moravam os pais de Lucas da Silva; porém um dos peões lembrou que seria acertado mandar alguns soldados a pôr cerco na casa da manceba, que talvez para lá tivesse ele ido.

Partiram, e não os seguirei eu, porque sei que vão mal em sua diligência; se a Vs. Ms. apraz, ficaremos por aqui perto, esperando ocasião de saber o que vai lá dentro dessa casa, onde de espaço a espaço uma gargalhada estrondosa anuncia a continuação da orgia.

Capítulo II

Meia-noite havia dado há muito, quando uma sombra rápida como o pensamento, tendo-se mostrado no canto da rua, veio parar em frente da porta: abaixou-se como quem procurava alguma coisa no chão e depois duas pancadas foram lá por dentro estrugindo e abriu-se uma janela.

— Quem é que a tristes horas vem incomodar-me!!

— Jorge Ferreira Bulhão está aqui? Perguntou uma voz argentina.

— E quem sois vós, que o procurais?

— Clara de Esteves, tornou a mesma voz, depois de breve hesitação.

A janela fechou-se; correram-se os ferrolhos da porta, e um índio segurando uma bugia encaminhou a recém-chegada a uma grande sala, onde o mais vergonhoso espetáculo se oferecia aos olhos; Hogarth, Hogarth! falta-me o teu admirável pincel para descrevê-lo: seria atrevimento imperdoável, se minhas mãos tentassem depois de ti pintar o homem no mais abjeto estado a que pode conduzi-lo a intemperança! não, minhas mãos não farão a caricatura de teus quadros, e já que me falecem forças para pintar o meu, fique-se em sombras na imaginação de Vs. Ms.

Clara de Esteves caminhou com visível repugnância até o meio da sala, procurando com tristes olhos entre os quatro mancebos sujos de vinho e descompostos aquele que ali a trouxera.

— Jorge! Disse ela, vendo que nenhum levantava a pesada cabeça.

— Que voz é esta? Disse Jerônimo Barbalho, esfregando os olhos empanados, e fazendo esforços para levantar-se: que voz tão suave, que parece uma música do céu! ó maldito Diogo Lobo, tu me atraçoaste com teus canjirões descompassados!

— Jorge!! Bradou segunda vez e a moça agarrando por um braço o mancebo que despertara; com o falar do outro, fuge daqui, vem comigo; Jorge Ferreira levantou a cabeça e ficou bom pedaço olhando o alaprado semblante da moça, como que juntando as confidencias, e depois estendendo-lhe os braços:

— És tu Clara! Porém, onde estou eu? Disse olhando admirado à roda de si.

— Em meio de um grande perigo, meu querido. Sobre um vulcão quase a arrebentar! Fuge daqui Jorge Ferreira: em pouco esta casa ficará cheia de soldados que o Governador em pessoa vem prender-te, prender-vos todos, Ah! vem comigo, Jorge, vem comigo!?

— Quem fala aí em soldados!?! Disse com voz trêmula Lucas da Silva; que é da minha espada! cortarei as orelhas do... E caiu sobre a mesa oprimido pelo vinho, como Jorge Ferreira, tinha feito, sem poder um e outro dar um passo.

Clara, vendo que o mancebo não se levantava para segui-la, agarrou-o por um braço, e conseguiu levantá-lo.

— Jorge, meu querido Jorge, o tempo corre, e os soldados não tardam! Vamos, encosta-te sobre o meu ombro, que te ajudarei, vamos!

E foi conduzindo-o devagar para a porta da sala; porém antes de chegar a ela cem archotes iluminaram a rua, e ouviu-se o pisar compassado dos soldados.

— Tudo está perdido! Disse Clara de Esteves com desalento, porque Jorge Ferreira, faltando-lhe o amparo da moça, que involuntário terror afastara dele, caiu redondo no assoalho; porém sem demorar-se um instante, corre a trancar portas e janelas, armada de forças sobrenaturais, arrasta para um próximo gabinete o sonolento mancebo, e à primeira pancada que soou na porta da rua, saiu ela para a sala vestida com as roupas de Jorge, e encontrando um chapéu enterrou-o nos olhos, e foi tomar o lugar que o mancebo havia ocupado; porém ao assentar-se deu com o pé na espada de um deles, e baixando-se tomou-a bem como os outros três: acabava de o fazer quando o ruído das passadas se fez sentir em uma sala próxima.

— Não é mister que entreis todos, disse ela contrafazendo o som da voz; basta que o Governador entre, que não pretendemos resistir às suas determinações.

E tendo ele entrado:

— Se quereis prender-nos, senhor, aqui estamos, aqui estão nossas espadas; porém fazei que se vão vossos soldados, ficando apenas alguns para conduzir-nos à prisão sem este aparato, que porá em alarma todas as ruas por onde passarmos.

— Foi preciso que o vinho vos pusesse mansos!? Disse o Governador com severidade; há quanto tempo fecho eu os olhos sobre vossos desvarios?!

— Senhor, nós estamos presos; atalhou a moça que via com desassossego começar uma repreensão justamente merecida.

— Sim, estais presos, e eu serei tão rigoroso convosco agora quanto tenho sido indulgente: olá, Álvaro de Estevaes...

— Senhor, por quem sois, não façais vir esse homem para prender-nos!! É meu inimigo, e não me entregarei à prisão em suas mãos!

— Eu sou quem mando, disse o Governador atirando com as espadas ao meio da outra sala: Álvaro de Estevaes, seis homens de armas, e tu para conduzirdes estes senhores a melhor pousada!

— Meu Deus, salvai-me!! Disse baixinho a moça, levantando para o céu as mãos.

No mesmo instante entrou na sala um homem agigantado, cujo rosto coberto por espessas barbas e bigodes tinha tão fera aparência, que faria gelar do susto qualquer dos nossos meninos de hoje apologistas dos barbudos e bigodeados donzéis; era tal gigante um desses homens como hoje não se encontram, um desses que seguravam montantes e vestiam saias de malha, homens de ferro como as armas que os cobriam. Álvaro de Estevaes, que assim se chamava, o qual segurando por um braço Jerônimo Barbalho, levantou-o de sobre a mesa, e falando para os companheiros:

— Vós outros, Paulo e George Bayão segurai aquele que ali está inda atracado ao pichel; vós irmãos Frisões, aquele outro, e vós, meus filhos, tereis conta neste: para mim quero o que está vivo, quero aquele vergonhoso, com o seu chapéu enterrado até os dentes. Ah! senhores filhos-de-algo, que bem pouca vergonha tendes quando se trata de furtar, ou seduzir uma pobre rapariga!

— Que diabo queres tu?! Disse Lucas da Silva dando um encontrão no soldado que o segurava.

— Levar-vos a descansar em boa cama, senhor cavaleiro, respondeu Álvaro de Esteves, que as tem preparadas o compadre Gonçalo Tachos nosso hóspede, que será; vamos rapazes!

E saíram, sendo a última Clara de Esteves, que como Vs. Ms. hão de ter reparado parece ter parentesco com o comandante da escolta? Eu creio que sim; porém não é tempo de investigar isso agora, mais adiante o saberemos.

Foram caminhando vagarosamente, porque os três manebos não davam lugar a mais, e já tinham percorrido a travessa e rua, quando ao chegar ao largo da Misericórdia um alabardeiro do Governador se chegou a eles, entregando a Álvaro de Esteves um papel lacrado.

— Valha-me S. Brás! Como é que hei de ler essas palavras com este escuro? Adiante, na prisão o faremos.

— E se for uma ordem de soltura, para que chegar lá? Disse Clara de Esteves com a esperança no coração.

— Ordem de soltura?! Estais a gracejar, senhor Cavaleiro; o Governador não desfaz com os pés o que fez com as mãos; demais eu não tenho vista de gato.

— Porém vosso compadre Brás Fialho mora ali...

— Olé! Como conheceis vós os meus? E o mais é que jurava eu pela salvação de minha alma, que não é esta a primeira vez que vos ouço falar; desenterrai esse maldito chapéu...

— Lede a ordem! Disse Clara afastando-se, porque Álvaro de Esteves acompanhara as palavras com certo movimento que quase a descobriu.

— Ora vá! Acordemos o compadre, para fazer a vontade ao senhor cavaleiro; porém se a ordem for contra vós?

— Haveis de cumpri-la, qualquer que ela seja.

E dando mais alguns passos pararam junto de uma pequena casa.

— Quem bate lá de fora? Perguntou rouca voz de mulher.

— Eu, Álvaro, senhora Brígida dos Santos; abri e tende paciência, que poucos instantes vos furtarei de sono.

Abriu-se a porta, e um como fantasma embrulhado em roto lençol de estopa com um barrete de dormir que talvez por ser de noite não parecia branco; apresentou-se a receber as visitas:

— Rodais por aqui esta noite, senhor compadre?!

— Não; vou levar a boa cama estes amigos: porém recebi este papel em caminho, e quisera saber o que ele me diz; ó senhora comadre, chegai para cá essa bugia.

E leu:

“Mando-vos, que deixeis ir livremente os retidos Jerônimo Barbalho Bezerra, Jorge Ferreira Bulhão, e Diogo Lobo; tendo em boa guarda o que é de nome Lucas da Silva...”

— Lucas da Silva! Repetiram a uma voz os dois velhos compadres de Álvaro de Estevas.

— Vós o conheceis? Perguntou este.

— Se o conhecemos!? É o criado da nossa filha Eufêmia; pobre moça! E que fez ele, senhor Álvaro, para que seja retido em boa guarda pelo Governador?

— Eu não sei; mas estou bem contente por o conhecerdes, que por vida minha, nenhum quererá ser Lucas da Silva; vinde cá fora mostrar-me. E saiu.

— Ó Brás, salvemos o pobre moço?! Disse a velha, puxando pelo lençol em que estava embrulhado o marido, e que quase, quase fica como um S. Sebastião sem flechas.

— Mulher, isso não é possível! seria preciso enganar o compadre...

— Pois fica-te aí, e deixa correr isso por minha conta.

E saiu atrás de Álvaro de Estevas.

— Ora olhai a cara deste, senhora Brígida; será o tal?

— Eu... parece-me que não... Ah! não é este, senhor compadre; vede que sou eu quem o digo, não é meu marido!

— E este, será?

— Não, este não; por Santo Antônio vô-lo asseguro.

— Ora vede este, deve de ser por certo?!

— Não, não! Este não é Lucas da Silva, o filho de Mathias da Silva, o criado de minha filha!

— Então, já eu sei qual ele é.

— Que dizeis, senhor Álvaro? Exclamou a velha aterrada, julgando que tinha sido descoberta a fraudulenta mentira.

— Digo-vos que o conheço agora; é aquele magano, que ali está com o chapéu enterrado até os queixos: bem me queria parecer

que tanta vergonha era fingida e que se escondia para o deixarem mais à larga, e poder escapar-se: segurai-o bem rapazes!

— Porém, eu não digo que seja ele replicou a velha tremendo; e pode ser que vos enganeis...

— Diabo! Eles são quatro; entre eles está Lucas da Silva, que vós conheceis muito bem como acabais de dizer; daqueles três não é nenhum; quem pode ser, senão este? Porém vamos sempre ver-lhe a cara...

— Não vos chegueis para cá; disse Clara arrebatando a espada de um dos soldados; eu mostrarei meu rosto, porém ali dentro, e só a vós, senhora Brígida, ou a vosso marido.

— O que ele pede é justo, senhor compadre; deixai-o entrar, que nós vos responderemos por ele.

— Pois que entre; desconheço-me hoje com tantas indulgências.

E a moça entrou; o que lá passaram não sei, porém Brás Fialho chegou à porta e disse para o compadre, que altercava com um dos presos:

— Senhor Álvaro um desses três mancebos é Lucas da Silva; eu vou mostrar-lhe.

— Não é preciso, meu compadre; aqui o tenho, que disse por sua boca o que eu pretendia saber o relento pôs-lhe fim à borracheira, já temos homem conosco, ficai-vos com Deus, que me vou eu a levá-lo.

E partiram; Álvaro de Esteves continuava pela rua adiante, levando em meio de dois soldados Lucas da Silva, os outros retrocederam, carregando às costas Diogo Lobo e Jerônimo Barbalho, depois de lhes haverem despejado as algibeiras para não irem tão carregados. A porta da casa de Brás Fialho, que se havia fechado logo que Álvaro partira, abriu-se novamente, e a tia Brígida dos Santos lançou o delgado pescoço cá para fora observando se ficara alguém por perto.

— Nada vejo, Clara, disse ela voltando-se para dentro; podes sair, e que o senhor te guarde até que chegues a casa, e sempre! porém espera; Brás, porque não vais tu acompanhá-la?

— Não, eu irei só; disse Clara de Esteves saindo.

— Vê as conseqüências de uma mentira no que tu ias fazendo! Disse Brás Fialho para sua mulher logo que esta fechou a porta; mentindo, não salvavas o mancebo, porque amanhã se conheceria o erro, e ele seria novamente preso, e perdias sem remédio essa pobre moça; que se meu compadre sabe que sua filha anda por estas horas da noite fora de casa mata-a certamente, eu o conheço bem. Tresloucada, rapariga! Deixar-se perder de amores por um mancebo que não casará com ela, e que há de fazer sua desgraça mais tarde, ou mais cedo...

— Que dizes tu!? Pois não é ela bem bonita?

— Ai, é um dote bem pequeno para soberbo filho-de-algo, e bem funesto para ela!

— Ora deixa-te de profecias, que bem poucas mulheres há tão loucas, que como eu se queiram casar com ninguém.

— Ah! eu sou de teu parecer, e ainda vou mais longe; porém a desgraça é não haver muitos alguém, que se casem com mulheres do povo só por seus olhos bonitos; Brígida, eu sempre ouvi dizer: lê com lê, e crê com crê! Vamos a dormir, que é melhor.

— Vai tu, que eu não tenho sono.

— E se vou: fica-te aí lamentando a sorte das mulheres loucas, que se casam com peões como eu.

Clara de Estevaes, que em uma só noite vira tantas vezes o abismo prestes a devorá-la, chegou a casa sem fôlego; e como não bastassem tantos avisos e mortificações, ainda a esperavam aí novos perigos: seus dois irmãos, que haviam conduzido Jerônimo Barbalho, chegaram primeiro, e altercavam à porta. A moça retrocedeu sem parar, e foi por longe buscar o muro de um pequeno jardim, que partia com a horta de sua casa, que galgou com extrema dificuldade: alguns minutos depois, veio abrir a porta a seus irmãos, que sem reparar na vermelhidão de suas faces, e arfar do peito, foram deitar-se depois de lhe haverem dirigido virulenta apóstrofe porque os fizera esperar tanto tempo. Clara sentou-se; seus olhos procuraram diversão às repreensões, que a consciência lhe murmurava, e foram encontrar um painel de Santa Margarida de Cortôna, onde ela os desviou logo, dizendo tristemente:

— Criminoso, como tu foste, sou eu! Porém quando chegará para mim a hora do arrependimento?!...

Mas por debaixo do painel, e em cima de uma mesa encontraram eles aberto um *Amadis de Gaula*, livro em que ela estava lendo, quando vieram chamar seu pai da parte do Governador para ir prender os quatro mancebos; sua mão foi vagarosa até ele; e trouxe-o aos lábios:

— Oh! Tu me deste coragem para salvá-lo! disse ela apertando o livro contra o peito.

Vejam Vs. Ms. como um livro pode tanto! E aqueles que tiverem em sua guarda moças bonitas, porque as feias guardam-se a si mesmas, aqueles que as tiverem bonitas, tenham conta em arredar-lhes das mãos, não aquele, porque é inocente (e ainda assim fez mal!), porém outros, que por aí há modernos, os quais não só dão coragem para cometer loucuras, e praticar crimes, mas até o ensinam detalhadamente.

Capítulo III

Na manhã do seguinte dia não se falava em outra coisa, que senão nos acontecimentos da véspera à noite, relatando-os cada qual a seu jeito, adulterando-os uns por conveniência, outros por costume; entre os cronistas de mais fé contava-se a tia Brígida dos Santos, que levava toda a noite a concertar seu romance, apresentando-o logo bem cedinho à sua vizinhança. Engracia, quando esta, como sabia todos os dias, viera à sua porta para pedir fogo: só havia sido respeitado um nome, o de Clara de Esteves, porém seus destinos relataram-se porque eram mui curiosos para que se lhes perdoasse, mas esta circunstância necessária, foi de terríveis conseqüências porque abriu largo campo à maledicência. Descabia o sol por detrás das montanhas, que ao poente fecham o formoso vale, por onde em todas as direções se estende hoje esta cidade, quando três cavaleiros pararam no alto do monte do Desterro, pouco mais ou menos ali pelo lugar, onde vemos hoje o Convento das Freiras de Santa Tereza, e o que ia na dianteira porque o caminho não dava para que fossem dois emparelhados, voltando o rosto sobre o ombro esquerdo ficou imóvel um instante, e depois exclamou, estendendo o braço:

— Já o vejo, senhores, a tremular com a viração da tarde!
Diogo Lobo tiveste uma feliz lembrança!

E os dois companheiros voltaram-se para o mesmo lado.

— Sim, sim! Disseram ambos; um galhardete vermelho caído pela muralha, e tão comprido que quando o vento o deixa quase vem beijar as ondas. Mas, continuou o que primeiro falara, se daqui até as onze da noite o tiverem removido para a cidadela?

— Nesse caso não servirá o galhardete porque o não enxergaremos com o escuro da noite; porém teremos na praia de Santa Luzia, três fogueiras, que nos verificarão esse teu pensamento; duas, se o Governador o tiver mandado para onde primeiro esteve, e uma,

se o lugar para onde o levarem for tão oculto que o não possam descobrir seus penetrantes olhos, que vigiam os passos de Rodrigo de Miranda, e de Lourenço de Mendonça.

— Bravo! Exclamaram os outros dois; e continuaram a andar.

Depois de haverem caminhado bom espaço, encontraram-se com alguns homens de pé, que pareciam aguardá-los; e deixando a vereda da chapada começaram a descer o monte pelo lado do sul, caminhando adiante deles os peões que com foices cortavam aqui e ali, algum ramo, que embaraçava a estreita, tortuosa e íngreme picada: quando chegaram à fralda do monte, já a lua se havia levantado no céu e sua luz pálida atravessando por entre os ramos das árvores vinha quebrar-se sobre as armaduras pálidas dos cavaleiros, que caminhavam vagarosos, levando os peões os cavalos à brida para que não se desviassem do carreiro perigoso e único caminho entre o tremedal, que foi esse Campo de Machado e Laranjeiras. Depois que chegaram à Praia do Sapateiro que nós hoje chamamos de Flamengo, homens de pé e cavaleiros apertaram o passo, e em pouco alcançaram o extremo, onde sobre as pedras ardia uma vastíssima fogueira; um assobio prolongado fez sair dos matos, que cobriam o monte da Glória, vinte homens, metade dos quais estavam armados de espadas e rodelas, os outros traziam remos.

— Que tendes para contar-nos? Disse um dos cavaleiros para os homens de armas.

— Nada, senhor cavaleiro, respondeu um dentre eles.

— E a praia?

— Até agora, que são nove da noite, tem-se conservado cega; ninguém olha de lá pra nós.

— Então canoas ao mar, e Deus conosco; mãos à obra rapazes.

Os cavaleiros apearam-se, e os peões puseram a nado três compridas canoas, onde se embarcaram todos ficando apenas dois dos que haviam acompanhado os cavaleiros segurando os três cavalos, e um mais que já aí estava arreado e pronto.

Tendo as canoas largado a praia, fizeram-se ao largo por um pouco; porém como se uma resolução súbita tivesse mudado o pensamento daqueles que as guiavam voltaram-se rapidamente todas três para a esquerda e dando a popa à barra partiram como flechas em direitura ao Forte de Santiago, a cujas muralhas em breve

se atracou uma com temeroso recato ficando as outras duas largas, mas em pequena distância do Forte.

Ainda um dos remadores da proa buscava com as mãos na muralha uma fenda em que pudesse encastalhar o gancho de um cabo para amarrar a canoa, quando do alto se desenrolou uma escada de corda, cuja extremidade veio cair no mar junto dele, e a pouco espaço um homem desceu por ela:

— Cia! disse em voz baixa um dos cavaleiros, que vinha dentro da canoa, a qual perlongando-se com a muralha recebeu dentro o que descia, e que não era outro senão Lucas da Silva.

Fizeram-se ao largo outra vez; e depois emproando com a terra desembarcaram no mesmo lugar, onde haviam ficado os cavalos, e pelo mesmo caminho voltaram ao monte do Desterro, que desceram, e em vez de tomar o caminho da Cidade, endireitaram por uma senda que havia na raiz do monte, e que se chamou Mata-Cavalos por ser de difícil trânsito.

Caminharam apressados quanto era possível, porque o que deixavam feito devia ter feias conseqüências, e o dia aproximando-se faria com que os reconhecessem, apesar de que dentro de tão cerrados matos mais depressa se encontrariam animais ferozes, que criaturas humanas; caminharam, e com a primeira luz do dia chegaram a uma soberba lagoa, que deixaram à direita subindo pela encosta de um monte, torneando-o sempre em ziguezague já com o sol fora; pela volta do meio-dia fizeram alta em uma clareira, e depois de breve refeição tornaram a caminho: era noite fechada, quando pela segunda vez pararam, tendo caminhado mais de seis léguas em todo o dia para chegar à fralda do Andaraí-Grande. Aqui os deixarei, para voltar com Vs. Ms. à cidade, onde a fugida de Lucas da Silva, pressentida logo de manhã cedo, havia inflamado todos os espíritos. Muitas casas foram cercadas, dando-se-lhes rigorosa busca; o Governador e Lourenço de Mendonça fizeram muitas indagações; porém como o murmúrio popular nascia de afetos diferentes, a diligência das autoridades calou uns, e satisfez a outros, de sorte que dentro de um mês todos se haviam esquecido das cenas da noite de 19 de Setembro, da fugida de Lucas da Silva, e do desaparecimento dos outros três mancebos, que não deixaram saudades a pais e maridos: só uma pessoa não pudera varrer da memória a lembrança de um

deles, Clara de Estevas, pobre moça!! Com desassossego vira ela seu pai sair uma e muitas vezes nas diligências que o Governador mandara fazer, e terríveis horas de angústia passou até que ele chegasse, trazendo-lhe notícia alegre e consoladora; este estado de contínuo receio era uma diversão para sua alma cheia de amor; porém depois que decorreram alguns meses, e que ela viu seu amante fora de perigo, a saudade veio assaltá-la, a saudade espinho do coração, que seca a existência. Assim como no princípio desejara ardentemente que fosse tão oculto o esconderijo dos cavaleiros, que ninguém desse com ele, assim se desesperava agora por descobri-lo, interrogando todo o mundo em sua desesperação e inadvertência:

— Não se me dava de apostar, disse um dia seu pai, a tempo que ela pedia aos irmãos novas dos cavaleiros, não se me dava de apostar que Susana de Fróes sabe onde eles se alparam.

Clara fez que não tinha ouvido a exclamação de seu pai, e logo que pôde correu à casa da manceba de Lucas da Silva.

— Ainda há neste mundo um ente, que não se envergonhe de ouvir minhas falas, de olhar meu rosto?! Disse a desgraçada Susana, levantando meio corpo de sobre a miserável cama, onde a retinha uma febre lenta, que a minava.

Clara tapou com ambas as mãos o rosto; tapou-o, porque lhe vieram ao pensamento mil coisas, tais como a infâmia que morava dentro dessas paredes, e que parecia enterrar-lhe suas compridas e recurvadas garras; os desvarios, e agora a miséria dessa vítima da desgraça, e até os seus próprios.

— Quem és tu e que me queres? Continuou Susana de Fróes.

— Consolar-te, já que ninguém se chega para ti; acompanhar-te em tuas lágrimas, porque sou tão desgraçada como tu mesma!

Susana abanou com a cabeça, apontando para um banco meio quebrado:

— Sentai-vos, e dizei-me como é que a compaixão que por mim mostrais ter, penetrou em vossa alma; porém não gasteis palavras em consolar-me, porque há chagas, onde o remédio não aproveita.

Clara de Estevas sentou-se, e contou-lhe como amava Jorge Ferreira; pintou seu desespero com exaltação, e acabou rogando-lhe que se sabia onde se ocultavam os cavaleiros lhe descobrisse.

— Desgraçada! Como é que tendo em mim tão terrível exemplo não abres os olhos ao perigo, não enxergas que igual sorte te aguarda? Eu não sei onde essas feras se açoitam, porém se o soberano não seria a ti, inexperta moça, que eu o diria; seria ao Governador...

— Que! Pois entregarias Lucas da Silva ao carcereiro?

— Ao carrasco o entregaria eu!

— Por que nunca o amaste, disse Clara de Esteves levantando-se para sair.

— Nunca o amei? O que tu não sabes como fere ao íntimo da alma o desprezo de um homem, que amaste e que nos abandona! Ouve-me, não te vás, sem que eu tenha arrancado de tua alma essa paixão, que te fará desgraçada toda a vida! não corras à tua perdição, ouve-me!

Porém Clara já tinha saído, e não lhe ouvia as palavras. Susana ficou muito tempo imóvel com os olhos pregados na porta, como que esperando que ela voltasse; depois deixou cair a cabeça para o peito.

— Assim fui eu, disse por fim desprendendo um profundo gemido; assim fui insensata e amante: porém esta não chorará, como eu choro hoje! Não que a salvarei, apesar seu das unhas desses monstros. A morte, que tantas vezes tenho chamado, não me tocará antes de salvá-la.

E atirou-se fora da cama, revestida de forças sobrenaturais; vestiu seus andrajos apressada, e saiu sem saber para onde fosse, porque essa, que queria salvar, encobrir-lhe o nome, e tampouco lhe dissera onde morava. Cansada de correr ao acaso, sentou-se na soleira de uma casa, e ou porque o exercício violento, que havia feito agravasse a enfermidade que a matava, ou porque sendo o entusiasmo que lhe dava forças, e destruindo-o a inutilidade de sua busca prevalecesse o corpo molesto sobre a alma enfraquecida, como quer que fosse, Susana ia perder os sentidos, quando um braço vigoroso a susteve:

— Estás doente, pobre mulher? Disse o que a segurava; é talvez fraqueza, por que estás tão magra ó Clara, dá-me um copinho e vinho para esta pobre! Entrai cá para dentro; não se diga que Álvaro de Esteves deixa morrer na soleira de sua porta os desgraçados, e que seu coração condiz com a ferocidade do semblante. Porém Susana

recusou a segunda oferta, embrulhando a cabeça no esfarrapado mantéu para não ser reconhecida por Clara de Esteves, que lhe apresentava o copo com vinho, que aceitou, e bebeu; o licor e a alegria de haver encontrado o que procurava deram-lhe novamente forças, e partiu, apesar das rogativas de Álvaro e de sua filha, que a queriam reter por mais alguns instantes: sua miserável casa tomou um novo aspecto, foi varrida e arejada, os móveis apesar de quebrados foram postos em ordem, e ela procurou em que ocupar-se para ganhar o pão de cada dia, que as idéias de infância e de morte haviam sido substituídas por outras mais nobres; ela queria viver para salvar essa pobre moça, e o Senhor as tinha feito encontrarem-se para que mutuamente se socorressem. Passaram-se muitos dias e meses: Susana, que havia recuperado completamente a saúde do corpo, e à força de trabalho afastado a miséria, mandara-se para uma pequenina casa fronteira a de Clara de Esteves sem contudo dar-se a conhecer, porque conselhos não venceriam a obstinação da moça, portanto eram desnecessários e perdidos, e Álvaro, se lhe soubesse o verdadeiro nome sem remissão lhe fecharia sua porta.

Um ano ia findar-se depois dos acontecimentos que havemos referido, e Clara, que em todo ele procurara saber novas de seu amante, sem que a mais pequena lhe chegasse, desesperou de encontrá-lo, e deixou-se cair em profunda melancolia, moléstia, que deu que fazer aos mais abalizados discípulos de Hipócrates daqueles tempos; a viúva Martha que este nome havia tomado Susana de Fróes, muitas e repetidas vezes lhe perguntara a causa, sabendo-a; porém a triste moça sem esperança guardou consigo seu segredo, pretendendo levá-lo à sepultura:

— Não sei mais que hei de fazer, minha boa vizinha; dizia o velho Álvaro com as lágrimas nos olhos; sabedores mestres tenho chamado, mas nenhum lhe atina com a moléstia, e minha pobre filha vai-se para a cova a passos desmarcados!

— Eu o vejo, senhor, e como vós sinto-o dentro da alma...

— Já me quis lembrar senhora Martha, que algum rapaz lhe tivesse desandado o juízo; porém errei, que não pode ela ouvir falar de homens diante de si.

— Pois se fosse eu diria que tinha acertado, atendendo a essa circunstância.

- Que dizeis?!
- É uma lembrança minha.
- Porém ides enganada; não passa de bruxaria que lhe fizeram; hei de mandá-la ao Hospício...
- Olhai, aí vem ela.
- Triste sempre, não, minha vizinha? Eu nem quero olhar-lhe para o rosto, que me corta o coração.
- Não, não! Alegre, com o riso nos lábios; não ouvis sua voz?
- Pois é ela, quem canta?!

No mesmo instante Clara de Esteves entrou pela porta adentro trazendo em uma mão um ramalhete de flores, e na outra um pequeno embrulho; e sem reparar em seu pai, e na vizinha Martha que a observava com desinquietação, ia fechar-se no seu quarto, quando Álvaro a chamou abrindo-lhe os braços, ela voltou-se e correu para abraçá-lo; porém, como se uma mão de ferro a segurasse em meio do caminho, parou, seus joelhos dobraram-se, e caiu com as mãos tapando o rosto.

— Meu Deus! Que tens tu, Clara?! Disse o velho correndo a segurá-la.

E a moça não podia responder-lhe tantas eram as lágrimas que lhe rolavam pelas faces, tantos os soluços que lhe embargavam a fala.

— Ai, senhora Martha! Disse o velho logo que a filha deixou a sala, cuidei que a minha Clara já estava boa, porém minha alegria só durou um instante!!

Porém a fingida viúva não dava atenção ao que dizia Álvaro de Esteves; em sua cabeça rolava um triste pensamento, ela julgava ter adivinhado a causa da súbita mudança de Clara de Esteves, e desgraçadamente acertara: o coito dos cavaleiros havia sido descoberto pela moça, e perigosa e estranha tensão lhe entrara na cabeça: a posição suplicante que tomara, ouvindo a voz de seu pai, era já motivada pelo remorso do engano que maquinava, e aos olhos penetrantes de Susana, a confissão circunstaciada de seus desenhos criminosos e loucos.

— Adeus, senhor Álvaro, disse ela levantando-se; tende conta em vossa filha, que me parece em mais perigo, do que nunca!

— Sim, sim, minha boa vizinha! Eu vou a correr ao Hospício falar com o R..

E no outro dia Clara de Estevaes foi ao exorcismo; porém a bruxaria, que levava no corpo, tornou com ela, sem que as palavras hebraicas do Reverendo tivessem poder contra as de um pajem de Diogo Lobo, que fora quem instruíra a moça do lugar de refúgio, onde estavam os cavaleiros! Álvaro de Estevaes aplaudia sua lembrança, porque a dissimulação de sua filha cegava-o. Correu vagarosa uma semana, vagarosa para Clara de Estevaes, que esperava o domingo com impaciência; porém o desejado dia, chegou, o dia, em que Álvaro de Estevaes costumava ir à fortaleza de Santa Cruz da Barra visitar um amigo, que aí fazia contínua assistência: partiu de sua casa no quarto d'alva alegre e satisfeito, sem pensar na desgraça, que o aguardava na volta.

A viúva Martha, que de há muitos dias se levantava a iguais horas, viu-o sair, e sentiu um aperto no coração, que não pôde explicar; seus olhos acompanharam-no até o fim da rua, e depois voltando-os para defronte, viu um vulto, que se estendia pela janela da casa de Álvaro, como que vigiando o que passava: recolhendo-se, a pouco espaço segunda vez se abriu a porta, e um homem com trajes militares saiu por ela: fechando-a sobre si, atirou a chave por debaixo, e caminhou em sentido oposto àquele, por onde se fora o velho Estevaes. Susana, que vira tudo isto, lançando mão de seu mantéu pôs-se na rua, e foi seguindo o incógnito em seu caminhar apressado.

Capítulo IV

Deixamos em silêncio um ano inteiro os quatro cavaleiros porque sua vida de um dia foi a de todos; a montaria ocupava-os todas as horas de sol, e as noites passavam-nas a dormir porque o vinho era escasso entre os matos, e não havia por perto moças belas e inocentes, que se deixassem seduzir: de tempos a tempos vinha um à cidade a saber novas, porém levava-as sempre tão más, que se resolveram a esperar outro Governador, porque Rodrigo de Miranda mostrava-se inflexível a todos quantos iam pedir o perdão dos quatro desterrados voluntária, ou forçosamente, como a Vs. Ms. aprover. Contavam-se 8 dias do mês de Setembro do ano de 1634, e seriam 3 para 6 horas da tarde, quando uma matinada de cães e pisar de cavalos se sentiu no terreiro espaçoso, que ficava em frente da casa, que habitavam os cavaleiros; chegaram eles de uma caçada: duas antas, um queixada, e diferentes outros animais escorrendo sangue às costas dos peões bem mostravam que o dia tinha sido feliz, e as ruidosas risadas dos quatro mancebos anunciavam sua alegria.

— Juro-vos pelas barbas de meu tresavô, que comeria metade desse queixada, que Lucas da Silva matou, se bem assado estivera ele!

— Que valem juramentos pelas barbas do velho que morreu lá em África às lançadas com agarenos?! Tu não comerias um quarto, Jorge Ferreira, apesar de tua fome, que bem sei é grandíssima.

— E se o comera, que perderias tu?

— Tudo quanto me vier hoje da cidade, e vede que não aposto bagatelas, porque Brás Fernandes deve trazer-me um almude de vinho entre outras coisas.

— Aceito! Disse Jorge Ferreira rindo-se a rebentar; e como o meu pajem também para lá foi, tudo o que vier para mim te pertence, se ganhares.

— E eu, mais Diogo Lobo apostamos em como tu perderás, Jorge Ferreira, devendo ser dividido entre nós três o que topares.

— Vá feito.

— Mas também apostamos que Lucas da Silva há de perder...

— Como diabo é isso?

— Sim, é uma aposta, em que sempre ganharemos, quer perca um, quer outro.

— Em sem arriscares nada!? Disseram os dois.

— Está bem visto.

— Porém eu é que não estou muito conforme com vossas apostas, disse Diogo Lobo, porque não esperarei que se apronte o quarto do queixada com esta dor no estômago.

— E o mais é que tens razão; Jorge Ferreira, darás tua prova de comedor no quarto de veado, que nos sobrou de ontem, que dizes?

— A ele!

E sentaram-se de redor da mesa, e todos comeram, como se todos houvessem apostado; Jorge Ferreira especialmente movia os queixos com tanta ligeireza, que a todos pareceu pouca coisa a formidável perna de veado para tão largo estômago; porém a fome diminuindo-lhe a cada bocada, fazia-o esmorecer na liça. As risadas dos companheiros animaram-no largo tempo, mas o estômago prevaleceu contra a soberba e estultícia do mancebo, arrojando-lhe pela boca fora o que não podia conter:

— Perdeste! Disse Lucas da Silva; será meu quando te mandarem hoje da cidade.

— Alto com isso! Será de nós três.

E em lugar de acudir ao companheiro, disputavam entre si o incerto e mal ganhado prêmio. Porém suas risadas e ditérios foram interrompidos súbita e temerosamente pela aparição de um arcabuzeiro, que encostado no umbral da porta olhava para eles, sem dizer palavra; foi tal o susto, que se derramou entre os quatro, que nem repararam no abatimento do recém-chegado, e que para ter-se nas pernas mister lhe fora o umbral da porta; só viam seus olhos brilhantes como duas brasas em meio do afogueado rosto, sua boca descerrada mostrando dupla ordem de alvos dentes, e uma das mãos estendida sobre a catana, enquanto que a outra sobre o peito buscava talvez um punhal.

— Não me conhecesses, Jorge? Disse o arcabuzeiro, ou Clara de Estevas, que um e outra fazem um só e mesmo indivíduo; são estes vestidos, que me desfiguram, e não o teu esquecimento e indiferença quem te retém nesse banco, não é assim meu querido?!

Porém se com dificuldade ela podia expressar-se Clara de Estevas, opressa pelo cansaço e alegria, também o espanto dos cavaleiros lhe amarrara a voz na garganta; porém depois que o formoso granadeiro se aproximou da mesa, e que tirando a barretina seus compridos cabelos lhe caíram em ondas pelo rosto e ombros, uma risada geral pôs fim ao terror que no primeiro intróito lhes inspirara a aborrecida farda.

— E como pudeste saber que aqui estávamos?! Disse Jorge Ferreira com azedume para a moça, que se havia sentado junto dele.

— O meu amor te buscou um ano, porém venceu, e sou feliz.

— Porém fizeste mal em vir; porque poderiam seguir-te e descobrir-nos.

— Ah! ah! ah! Vede vós Jorge Ferreira arrepelando-se porque perdeu a aposta! confessa que não terias dito tal coisa, se a tiveras ganho?!

— Havia de dizê-lo, porque tenho muito respeito às casamatas de Santa Cruz da Barra e Santiago! E se tu lá passas bem, Lucas da Silva, eu que nunca lá dormi uma noite, não quero experimentar.

— Vede que prudência! Mas, por felicidade nossa chega-lhe sempre depois de fazer as loucuras; vamos, Jorge Ferreira, supõe que perdi, recebe o que me trouxer Brás Fernandes; porém o prêmio de minha aposta não o largo das mãos.

E lançou um braço ao redor do pescoço de Clara de Estevas, que repelindo-o indignada, olhou com espanto para Jorge Ferreira.

— Não vieras cá onde te não chamaram, disse este com indiferença levantando-se.

— Jorge!! Clamou a moça, enxergando o espantoso abismo aberto debaixo de seus pés.

— Não o acuseis, disse Jerônimo Barbalho chegando-se para perto de Clara; não vedes sua desesperação? Ele é vítima de sua palavra, tende paciência, minha bela.

— Não vos chegueis, senhor!! Vede que seria vil e infame...

— Dar um beijo em uma moça bonita como vós?! Estais gracejando.

E Clara de Esteves ia levantar-se, mas os três mancebos a seguraram.

— Pois já vos quereis ir? Disse Diogo Lobo sorrindo-se; já me fizestes uma visita, porém estava eu tal nessa noite, que vos não pude receber dignamente...

E não acabou seu aranzel, porque uma formidável bordoadá no alto da cabeça o atirou sem sentidos sobre a mesa, rolando esta pelo chão com tudo quanto tinha em cima. Lucas da Silva e Jerônimo Barbalho largaram assustados os dois braços da moça, que retinham, a qual vendo-se livre correu para a porta.

— Segue-me, Clara! Disse uma voz ao ouvido da moça, que em sua perturbação não atinava com a saída da casa; no terreiro estavam dois cavalos arreados:

— Monta! Disse o anjo da guarda de Clara de Esteves.

E esta sem querer saber quem tão generosa e oportunadamente viera em seu auxílio, montou, e partiu. Seu cavalo açoitado sem piedade voava sobre o terreno desigual, que muitas vezes a pôs em risco de cair; porém ela sentia atrás de si o pisar de algum que a seguia, e chamava, e só depois que suas forças começaram a abandoná-la é que deixou o cavalo a passo, encomendando-se a Deus.

— Estamos fora de perigo! Disse o cavaleiro, que seguia Clara de Esteves; não é preciso corrermos a rédea solta, porque as pernas desses miseráveis não valerão as de nossos cavalos, e os animais que lhes lá ficam tarde os hão de encontrar para apanhar-nos.

Clara voltou-se, e apesar do escuro da noite reconheceu que quem a seguia, e salvara fora uma mulher.

— E quem sois vós?!

— Martha, vossa irmã, vossa mãe em amor e devoção!

— Martha! Oh! Minha irmã, e minha mãe, sim!! Disse a moça caindo sobre o arção da sela banhada em lágrimas; e eu que não quis ouvir o que me dissestes uma vez, louca e imprudente!

— Vamos, toca o teu cavalo para que o dia não nos apanhe ao entrar na cidade; apressemo-nos para que, se ainda é possível, teu pai não sofra a tua dor, que lhe causará tua criminoso imprudência.

E continuaram a caminhar, entrando à cidade com o primeiro alvor da manhã; porém Clara não pôde passar tão livremente, que não suspeitassem dela os curiosos vizinhos; porque seus irmãos, que estavam de serviço ao Governador, vindo bater à porta no domingo por tarde não a encontraram, e se não fora a viúva Martha, que asseverou a Álvaro de Esteves ter sua filha passado o dia todo com ela, a pobre Clara ficaria perdida.

— Minha boa vizinha, disse Álvaro, eu vo-la entrego daqui por diante; irei descansado para onde me mandarem, sabendo que fica em vossa guarda; tenho reparado em que cada dia remoçais, porque quando vos vi pela primeira vez de minha vida parecestes-me uma velha; porém tenho reparado também que se vosso rosto remoja emadurece-vos o juízo. Olhai que não são lisonjeiras isto que vos digo, e a prova é que ponho em vossas mãos o que tenho de mais precioso.

— E eu o guardarei bem, senhor.

— Não tenho desconfianças de minha filha; porém ela é moça... O' senhora Martha, não vos parece o Governador aquele homem, que para aqui se dirige?

— É ele mesmo, senhor Álvaro; adeus, que pode ser que venha a falar-vos.

— Ah! não é possível, disse o velho acompanhando até a porta a viúva, que saía.

E Rodrigo de Miranda apeando-se entrou com efeito em sua casa.

— Álvaro de Esteves, tenho que cometer-vos uma diligência de importância, para a qual é preciso tento e força; amanhã ireis à minha casa, e sabereis o que de vós quero.

— Irei, senhor, irei.

E o Governador saiu.

— Então, que vos dizia eu, senhor Álvaro? Disse Martha entrando novamente.

— Adivinhastes, senhora Martha; e o mais é que, aqui em segredo, de algo importante se trata: porém como o Governador precisa tanto de meu siso, como de meu braço, deixai-me ir pôr a minha boa espada, que se está consertando; aí vem Clara, ficai-vos com ela, senhora vizinha.

— Clara, tu foste à casa do Governador?! Disse Martha, logo que esta entrou.

— Fui, e então?!

— A vingança é indigna...

— Oh! Quando recebemos desprezo e afrontas em troca de amor...

— Cala-te! Dize antes que nunca o amaste.

— O' Martha, quem amaria, como eu amei esse miserável!?

— E quem amaria, como eu amei um deles?

— Tu, Martha!

— Eu, Susana de Fróes, a quem tu condenaste em teu desvario de amor, sem queres ouvir a desonra, a desesperação, a desgraça, que te falavam por minha boca! Eu, que do fundo do abismo é que pude conhecer a diferença que vai entre uma vila pobre, e a soberba altura dos ricos e poderosos.

— Martha, perdoa-me!

— Oh! tu eras inocente e crédula, amante e cega, e dizendo aquela palavra, que noutra ocasião me traspassaria o peito, porém que a razão ouviu em teu benefício; meus crimes, que levaram à sepultura meu desgraçado pai, ralavam-me a alma, e eu queria morrer, porém tu apareceste, e jurei salvar-te, porque uma boa ação junta ao arrependimento poderá alcançar-me o perdão de Deus e de meus pais, que me saem lá do céu, se não me alcançar o dos homens; não te crimino pelo que fizeste, porque naquela época eu fazia outro tanto; hoje pois que reconheço ser quanto menos tão culpada como ele foi em minha desventura. Porém o que fizeste está feito, e será uma fortuna, que o Governador os mande para uma fortaleza, que só estando eles debaixo de ferros terá alívio esta cidade; se tu souberas, Clara, quantas desgraçadas por aí gemem no silêncio!

E continuaram a conversar por muito tempo, relatando Clara de Esteves em como se oferecera ao Governador para guiar os soldados, que deixam prender os quatro mancebos, consentindo-se-lhe ir mascarada e vestida de homem; Susana quis tirar-lhe da cabeça semelhante intento oferecendo-se para ir em seu lugar, mas só pôde conseguir que a acompanharia. No seguinte dia Álvaro de Esteves esperava na entrada de Mata-Cavalos pelo guia, que devia conduzi-los através dos matos; eram oito horas da manhã quando apareceram

dois cavaleiros mascarados, que deram sinal para marchar, depois de se haverem colocado um na frente, outro na retaguarda. Pelas seis horas da tarde, o cavaleiro, que caminhava na frente, voltou-se e fez sinal com a mão para que parassem, desmontou e perdeu-se numa volta aos olhos de todos, voltando logo depois.

— Então? Disse o outro cavaleiro, que sabendo a causa por que haviam parado, se passara adiante dos homens de armas.

— Tudo está fechado; temeram que os denunciássemos, e fugiram!

— Talvez que não; a caça ocupa-os todos os dias, esperemos.

— Clara, já não tens desculpa, que me dares! Temos guiado os soldados até aqui, pouco mais falta...

— Pois então esperaremos, Susana; deixa-me ver esses miseráveis amarrados, caminhando a pé para a cidade!

E estavam nesta discussão quando se ouviram latidos de cães, que denunciaram a chegada dos quatro mancebos.

— Senhores cavaleiros, que é preciso fazer-se? Disse Álvaro de Esteves, adiantando-se.

— Fazei entrar no mato por um e outro lado parte de vossos homens de armas, e o resto caminhará para diante conosco.

A ordem foi executada; pouco depois ouviu-se um tiro de arcabuz, e os soldados investiram com a casa; Clara de Esteves atirando-se do cavalo ia entrar também, mas Susana retendo-a:

— Onde vais tu, louca?! Queres expor-te a ser reconhecida!...

Acabava de falar quando uma porta, que ficava fronteira, se abriu, e Jerônimo Barbalho saiu por ela correndo.

— Pára, miserável! Disse Clara apresentando-lhe a ponta de uma espada.

O mancebo, sem perder o acordo na presença do perigo, afastou-se e correu para o mato, seguindo-o de tão perto Clara de Esteves, que duas vezes o alcançou com a espada ferindo-o na cabeça e ombro.

— Fugiram-nos!! Disse Álvaro ardendo em raiva; porém não irei hoje para a cidade sem fazer bater esses matos.

Clara de Esteves olhou para Susana, que voltando-se para o velho disse-lhe:

— Pois ficai, que nós iremos, porque é desnecessária aqui
nossa presença.

E partiram ambas.

Capítulo V

Terão Vs. Ms. ouvido dizer muitas vezes, que o diabo guarda os que o servem, e é uma verdade; porém, eu entendo que só os guarda ele enquanto que os não tem seguros no caminho do inferno, depois deixa-os correr livremente porque cada um dos seus passos leva-os à perdição eterna: ora bem, como vimos no capítulo antecedente, veio o diabo em socorro dos quatro mancebos, porque só ele poderia tirá-los de tão apertado lance, e nem o rancor das duas moças, nem as diligências de Álvaro de Estevas e de seus arcabuzeiros valeram contra o poder do anjo das trevas, que levantou altíssimas montanhas entre os soldados e os quatro cavaleiros, abriu profundos abismos, soprou nuvens de poeira, e até temos formas de animais horrendos para protegê-los, não podendo todavia ter mão na espada de Clara de Estevas, que arranhou sofrivelmente um de seus quatro protegidos: são coisas estas, que se não podem explicar, e Vs. Ms. hão de acreditá-las por fé, se quiserem. Porém Lourenço de Mendonça, ou porque tivesse suas razões para não acreditar nas maravilhosas narrações dos expedicionários, ou porque tivesse pouco que fazer, começou de espalhar que o Governador protegia abertamente os mancebos, mandando para prendê-los soldados imbecis, ou comprados, o que revoltou Rodrigo de Miranda, e ainda Álvaro de Estevas e seus companheiros, alguns dos quais tinham ficado bem escalavrados das espadas dos cavaleiros, e das pesquisas no mato feitas por ordem de seu comandante em Ioda a noite de 8 para 9 de Setembro: os jesuítas, a quem o Prelado protegia escandalosamente, tomaram a peito a defesa do que este dizia, e o povo, que os aborrecia do fundo do coração não sei por que causas, levantou-se contra Lourenço de Mendonça e contra eles, não perdoando uns e outras maneiras e modos de se ofenderem, e defenderem. Muitos meses se volveram nestas encarniçadas e perigosas lutas, esquecendo-se por uma nova rixa os motivos de antigos ódios,

de sorte que os quatro cavaleiros, se não passeavam ainda pelas ruas da cidade não era porque lhes estorvassem, mas porque ignoravam o estado dos ânimos a seu respeito: Susana de Fróes, que todos asseveravam ter embarcado para o Reino, não podia mais autorizar as reclamações justíssimas do Prelado, que desde muito as deixara refletindo que o povo insolente não deixaria passar tão seguro motivo para vingar-se dos jesuítas e dele mesmo; o Governador ofendido pela injusta argüição de Lourenço de Mendonça, tinha assinado o perdão dos mancebos, atendendo primeiro ao seu amor-próprio, depois às instâncias das famílias dos desterrados e em terceiro lugar ao desaparecimento da manceba; ora, sabendo tudo isto Clara de Esteves e a viúva Martha, quebravam a cabeça em conjecturas, supondo uns em sua raiva, que as feras haviam devorado os cavaleiros, a outra que fugindo para o sertão os índios os haviam aprisionados; sem que uma e outra acertassem. Os leitores que desapaixonados teriam feito a coisa por menos, desejarão saber o que foi feito deles depois do formidável susto, por que passaram e eu vou relatar quanto me chegou à notícia.

Desde a fatal noite das apostas, em que Diogo Lobo pagou por todos, Jorge Ferreira insistiu com os companheiros para que se entranhassem no sertão, desconfiado, não tanto da que mais havia de temer, senão da que mais temerosa se fizera, porque Susana de Fróes havia sido reconhecida:

— Olhai que essa mulher nos há de ir denunciar!! dizia ele em tom profético: sua raiva, aí tendes uma boa amostra na cabeça de Diogo Lobo, sua raiva não deve contentar-se com tão pouco, os soldados virão, e os calabouços de Santa Cruz da Barra nos esperam!

Porém os companheiros incrédulos e destemidos respondiam com chascos aos prudentes avisos e advertências de Jorge, e um dia chegou em que se verificaram, sem valerem os feras e roncarias com que nesse mesmo dia haviam sido respondidos. Acossados ainda nos matos pelos arcabuzeiros de Álvaro de Esteves só depois de três dias tiveram leve descanso, e puderam reunir-se; um rancho de palha, que no centro da floresta lhes servia para ponto de reunião nas caçadas, serviu-o também agora que eram eles não monteadores, porém monteados, e depois de passarem aí o quarto e quinto conhecendo quanto valia um pedaço de pão seco, que um servo por acaso deixara, desesperados com fome voltaram à casa resolutos a trocar pela vida a

liberdade: eu digo – trocar pela vida a liberdade – porque sua inaptidão cegava-os a ponto de não verem, e aproveitarem os mil recursos que lhes oferecia a pródiga natureza, chorando os mimos, que mesmo no desterro lhes chegavam da cidade, e tendo que levar de má passadio muitos dias a eito era mais insuportável do que o mais escuro e fétido calabouço: depois, as feridas de Jerônimo Barbalho, cuja gravidade não podia ser apreciada por eles, davam-lhes sérios receios, e por isso voltaram. Tudo aí se achava no mesmo estado em que o haviam deixado, menos a ceia que os soldados haviam capturado para que se não perdesse de todo a diligência: também haviam desaparecido algumas moedas de ouro e prata, que naturalmente levaram as gambás e tatus, porque se tinham esquecido de fechar as portas: o mais tudo estava no seu lugar quando os cavaleiros chegaram, um dos quais foi com repugnância servir de cozinheiro enquanto escolhiam dentre os dois que ficavam, um que partisse para a cidade, e a todo o risco trouxesse um esculápio, que remendasse a cabeça do mal aventurado Jerônimo Barbalho, que febricitante fazia rir os companheiros com os mais engraçados disparates.

Pensadas as feridas de Jerônimo, sabendo os companheiros pela boca do Mestre Fernão Egas Feiteiro, que de pouca monta eram, sem detença se puseram a caminho para o sertão contra a vontade do ferido, que ardeu em desejos de vingança; e o mais que puderam acabar com ele foi que ficasse deferida para dali a alguns meses, consentindo na partida: seguiram em direção a Jacarepaguá, que apesar de ocupado por uma tribo, verdade é que de pacíficos selvagens, escolheram para assento, convidados pela amenidade do lugar, e grossura da terra, abundância de caça, que fazia no desterro suas delícias. Aqui passaram muitos meses a mesma vida que dantes ensinada agora por seus hóspedes, se é que não eram eles mestres no ofício de vadios; aí passaram muitos meses e tantos que se escapa todo o ano de 1633 e já corriam dias de Março de 1635:

— Nossa caçada de amanhã será formidável! Dizia Jerônimo Barbalho entrando pela porta de sua abandonada casa de Andaraí: amanhã não temos necessidade das pernas de nossos corredores, nem a besta e os galgos nos servirão de muito: outros mastins, e outras armas carecemos, e tenho-os eu de bom faro, e tenho-as bem formosas!!

— Mas não te acompanharei eu na caçada, por aqui me ficarei.

— Fica-te Jorge Ferreira, ficai-vos todos, que de vós não hei mister! Eu recebi a afronta, corri o perigo, assanhei o desespero, e dirigirei a vingança, eu que tomei sobre mim o ódio de Rodrigo de Miranda e desse vil padre por salvar-te Lucas da Silva.

— E já te disse eu que não iria à cidade hoje?!

— Pensei-o bem, porque sempre tens sido dos primeiros em contrariar minhas tensões...

— Porque são loucas, atendendo à causa que lhes dás: ouve-me pela última vez, que falarei a tal respeito: aborreço, como tu, Lourenço de Mendonça: não o defendo por conveniência, pois que de nós todos sou eu o que ele mais odeia: porém não posso acreditar contigo que fosse ele um dos cavaleiros mascarados que acompanharam os soldados, e muito menos que fosse quem te feriu com sua espada: o Prelado de altivo e colérico, mas não chegaria a tal ponto sua ira.

— E quem, a não ser ele, poderia esconder-nos o rosto?!

— E quem pensas tu, que seria o companheiro de Lourenço de Mendonça? Disse Jorge Ferreira.

— Um dos da Companhia, um desses que tanto temes, e que o povo comigo despreza e aborrece.

— Pois olha, eu juraria por minha salvação que os dois mascarados foram Clara de Esteves e Susana de Frões...

E uma risada geral acolheu a lembrança de Jorge Ferreira.

— Podeis rir quanto quiserdes: porém eu que conheço bem Clara de Esteves que tenho mesmo um exemplo de sua intrepidez...

— Ora cala-te, que toda essa história que nos contaste, foi o vinho de Diogo Lobo quem lhe deu origem: conheces muito pouco as mulheres, elas só sabem chorar e arrepear-se quando as deixamos.

— Pode ser, porém eu não irei.

— Melhor, que teremos um cozinheiro diligente às nossas ordens: fica-te, e prepara-nos um bom almoço para amanhã.

E os três outros mancebos depois de descansarem breve espaço montaram outra vez e partiram na direção da cidade, chegando ao extremo da azinhaga de Mata-Cavalos ao pôr-do-sol, onde esperaram que escurecesse para entrar nas ruas da cidade. Seriam 9 para 8 horas da noite, quando um pajem de libré rica foi

bater à portaria do Colégio dos Jesuítas, onde o doutor Lourenço de Mendonça pousava:

— Que o façam entrar, disse o reverendo Prelado a um noviço, que lhe trouxera a notícia de que alguém o procurava.

E o pajem entrando, apresentou-lhe respeitosamente um papel dobrado, que Lourenço de Mendonça leu com grande atenção.

— Ide, pajem: disse ele acabada a leitura; ide que dentro em um credo estarei onde me chamam.

— Porém, senhor, eu tenho ordem de ficar para acompanhar-vos; pode ser que com o escuro não acerteis a casa e minha ilustre senhora talvez não possa esperar-vos duas horas neste mundo: não vô-lo diz aí nessa escritura seu capelão?

— Sim, sim: pois vamos.

E saiu acompanhado de um só de seus domésticos e do mensageiro pajem: desceu pela ladeira que vai acabar no beco do cotovelo, e apenas quando: um homem uma mula arreada lhes saiu ao encontro convidando-o para que montasse, o que ele fez prontamente. Algumas gotas de chuva, e um vento impetuoso de sudoeste anunciavam próxima tormenta:

— Bastarão dez minutos para tornar impraticáveis os caminhos, reverendíssimo senhor, disse o pajem que caminhava na dianteira já em meio da rua, que se estendia em frente da ladeira; eu creio que será melhor descermos para a praia, que mais seguro terreno pisaremos.

— Por qualquer deles o Senhor nos acompanha; vamos por aquele que julgais melhor.

— Não, meu padre! Disse o pajem baixinho consigo; o Senhor se esqueceu de ti esta noite, e é o diabo quem te acompanhará por este.

E havendo chegado ao largo que hoje se chama do Paço em frente do Hospício, ou antiga capela de Nossa Senhora de O, tomando as rédeas da mula o pajem atravessou-o de encontro ao mar:

— Por onde vais tu, pajem? Disse o Prelado sofrendo a besta, que continuou a caminhar deixando-lhe nas mãos as rédeas partidas.

— Vamos buscar a área molhada, que é mais sólido caminho, não vedes que está prestes uma tormenta de água, e se caminhar-mos afastados da praia...

— Não! Deixai vossos medos, e voltemos; eu o quero.

— Porém vós não tendes querer agora, meu padre.

— Que dizeis!?

— Bem pouco, que deveis caminhar para onde vos levam, sem replicar porque isso apressaria vosso fim.

— Antônio! Disse Lourenço de Miranda voltando-se para trás.

— Foi buscar-vos um sombreiro e uma capa, que o mandei eu, descansai.

O Prelado olhou para o céu carregado de nuvens borrascosas; nem uma estrela que deixasse passar até Deus sua súplica se vislumbrou; carregado e temeroso estava ele como para enunciar ao pobre enganado a sorte que o esperava na terra. Caminharam para o mar ainda um pouco; depois voltaram sobre a esquerda, e tão rente da água que muitas vezes uma onda mais forte vinha alagar os pés do pajem, que parecia nem senti-la: teriam caminhado pela praia fora cerca de um tiro de besta distante do lugar, onde está hoje a fonte, quando o pajem parou, entregando o Prelado a quatro homens que pareciam aguardá-lo neste lugar:

— Aí o tendes; fazei-o que vos ordenou meu amo, e sempre será bom que vos lembre que pagareis com a cabeça qualquer indiscrição, ou negligência.

E o Prelado conheceu, que não valeriam rogativas, que não haveria piedade para com ele; por isso deixou-se do corpo e cuidou na alma: como o tivessem feito descavalgar, ajoelhou-se na área e rezou, enquanto o pajem montando atemorizava os miseráveis que deviam tirar-lhe a vida.

Depois que desapareceu o pajem, e enquanto Lourenço de Mendonça se preparava para o terrível momento, discutiam os quatro celerados a forma por que dariam cumprimento às ordens sanguinárias de Jerônimo Barbalho, votando um, que estrangulassem a triste vítima, verdadeiro mártir lhe pudera eu chamar; outro, que o apunhalassem, deixando o cadáver enterrado na praia; um terceiro, que fosse levado no barco até meio da baía, e ali lançado ao mar amarrado a uma pedra, enfim o quarto, mais piedoso e compassivo lembrou, que com efeito fosse metido no barco, porém que tirando os remos e furando-o, afastado para o mar, deixassem que a tempestade próxima a rebentar acabasse a obra que lhes fora encomendada: o

alvitre foi aceito e o desgraçado entrou no barco, que devia servir-lhe de túmulo, e com os olhos no céu e as mãos postas nem sequer reparava na distante praia, no raio que atravessava o espaço, e no ribombo do trovão que abalava as montanhas! De mãos postas e com os olhos no céu esperava a morte com a calma do justo, e o tempo que o barco correu à vontade da furiosa tormenta passou-o ele como se estivera em lugar seguro, e livre das garras da horrorosa morte, que em cada vaga lhe mostrava a foice. Porém o Senhor havia determinado que ele vivesse para confusão de seus inimigos, destinando-lhe também novas provas, que purificassem de tudo sua alma; e já sobre a madrugada o esquife de uma embarcação fundeada no Poço salvou-o, enchendo-se de água o barco, em que ele tinha vagado toda a noite seco e enxuto, querendo Deus mostrar que não tinha sido leve acidente e acaso tão grandioso milagre. Recolhido na embarcação, que em breves dias ia dar à vela para Portugal, todos lhe rogaram que deixasse entregue a seus crimes e desvarios o perdido rebanho: porém o virtuoso varão com um zelo verdadeiramente apostólico, levantando um braço para o céu disse:

— Acolá é que se descansa sem sofrer; aqui embaixo deve trabalhar o homem sempre, e quanto mais suado for o trabalho tanto maior será seu prêmio!

Os marinheiros o trouxeram à terra passados alguns dias, e este horroroso atentado olhou-se com tal indiferença, que mais parecia fora cometido por todo o povo, que por um, ou dois desalmados; o Governador sobretudo mereceu as mais justas repreensões, que um, ou outro no silêncio de sua casa lhe fez, pois que em vez de devassar do fato, e castigar severamente os culpados, voltou-se sanhudamente contra o Prelado, dando ouvidos a enredos e aleives, que o mortificaram, e com tal arte arranjados, que o levaram daqui preso a Lisboa para responder ao Tribunal do Santo Ofício, que o julgou livre de culpa e pena, apesar da boa vontade, que lhe tinham seus números inimigos. Deixando em princípios de 1637 esta cidade, onde tão rudes tratamentos sofrera, começaram os libertinos mancebos sua antiga vida, que pouco tempo fruíram porque logo a 3 de Abril deste mesmo ano, tomando conta do governo da Capitania Salvador Corrêa de Sá e Benavides, bem viram eles que não seria tão indulgente como havia sido Rodrigo de Miranda Henriques:

— Que vos parece do novo Governador? dizia Jorge Ferreira Bulhão aos mancebos reunidos em casa de Diogo Lobo para seus costumados exercícios.

— Parece-me, disse Jerônimo Barbalho, parece-me que será um déspota, basta-lhe o sobrenome de Sá, que o não fará desmerecer de seus antigos; a soberba aninha-se debaixo desse apelido dos Sás, e de tal forma, que teve o atrevimento de dizer publicamente o pai desse arrevesado, que o Senhor Rei só encontrou para nos mandar para cá, atendendo talvez à costela estrangeira que lhe dá o Benavides, Martim de Sá, pai do nosso muito amado atual Governador, disse bem alto que esta cidade era dos Sás porque a ganharam, edificaram, fortaleceram, e governaram sempre, não sei como se não lembrou de dizer o estonteado velho que a governarão até o fim dos séculos: vede agora de que raiz vem este rebentão, tendo em conta que é de enxerto espanhol.

— Eu só tenho em conta as boas ausências que nos farão aqueles que quiserem entrar com o Governador, disse Jorge Ferreira.

— E eu, que é um poltrão! Replicou Jerônimo Barbalho encolerizado; que te importam as ausências?! Queres algum posto?

— Quero que me deixem sossegadamente...

— Furtar as moças, semear a desordem entre os casados, não? Ah! ah! ah! Não se apanham trutas a barbas enxutas, nem jesuíta sem roupeta! Só te lembras de Santa Bárbara, quando há trovoadas?

— E tu, nem quando te cai o raio aos pés!

— De certo; chorar é para as velhas e meninos.

— E também para os Bulhões, disse Jerônimo Barbalho, que não perdia ocasião de instigar o ânimo de Jorge Ferreira.

— Vamos! Disse Lucas da Silva; trata-se de saber quem temos em casa de conhecer o galo, e vós estais mordendo-vos uns aos outros?!

— O galo é de raça dos da índia, altivo e brigador.

— E por que não dirás antes, valoroso e nobre? Replicou Jorge Ferreira; o comboio que de Pernambuco levou à Europa tendo pouco mais de 20 anos, passando através das mãos holandesas ao salvamento...

— Mostra que foi feliz uma vez.

— E o recontro do Espírito Santo? E a restauração da Bahia, que ele ajudou com seu braço, e com soldados, que sua atividade levantou em S. Vicente?

— São bagatelas.

— Também o serão o desbarate dos Calequins, e a batalha de Patingaria, onde recebeu doze feridas?

— E que lhe valeram por coroa de triunfo uma castelhana bem bonita, bem nobre...

— E bem soberba, como o pai e o marido, meu Lucas da Silva! Também te encarregas de sua apologia?

— Eu respeito a virtude.

— E eu aborreço a altivez, detesto a tirania! Já me tarda ver um Bezerra no poder...

— Para te chegar também a tua vez de ser altivo e tirano?! Ora não infames nos outros tuas próprias ações, vamos amanhã fazer nossas saudações ao sol, que se levanta, que nos chegará a ocasião de o apedrejarmos no acaso.

— Ide vós, eu não irei; disse Jerônimo Barbalho com arrogância.

— E uma asneira sem necessidade, e perigosa.

— Perigosa, como?

— Porque Salvador Corrêa julgará que o temes, que o saber ele nossas cavalarias é infalível.

— Temê-lo eu?! Pois bem, irei.

E foram; o Governador recebeu-os cortesmente, e com capa de mercê enviou-os fora da cidade em diferentes empregos, que eles desempenharam melhor do que podia esperar-se de tão péssimas antecedências; as famílias respiraram sossegadas 4 anos, que tantos estiveram eles longe desta cidade.

Jerônimo Barbalho, cansado e aborrecido da espécie de desterro, a que o condenava Salvador Corrêa de Sá, foi o primeiro que voltou, deixando sem autorização o lugar que ocupava; o Governador instruído de tal coisa, mandou chamá-lo à sua presença repreendendo-o asperamente, ao que ele respondeu em termos menos próprios, seguindo o castigo à insolência, o ódio ao sofrimento, ódio que devia rebentar um dia temeroso, violento e encarniçado. Já não eram desvarios de mancebo, que até lhe pesaram

eles, era a ambição quem o movia, uma paixão substituíra a outra, ambas, o amor e a ambição, capazes de grandes virtudes e de grandes crimes. A mesma revolução se operara no ânimo de seus antigos companheiros, que mais prudentes, ou mais sofridos esperaram do tempo a realização de seus desejos, e quando em 1643 Luiz Barbalho Bezerra tomou posse do governo da Capitania das mãos de Duarte Corrêa Vasqueanes, que governou em ausência de Salvador Corrêa, julgaram todos que seria ocasião oportuna para satisfazer ambições; porém a probidade e rigidez do Governador, e pouco depois sua morte em 1644 lançou-os outra vez em esperanças.

Enviado para o Reino em 1637 o venerável Lourenço de Mendonça, entre afrontosas cadeias, sucedeu-lhe no pesado e perigoso encargo o Doutor Pedro Homem Albernaz, que já antes deste seu antecessor havia servido por nomeação do Clero, na vacância de Frei Máximo Pereira, sofrendo antes e agora tão duros tratamentos, que bem se pode dizer que o demônio se havia metido no corpo da gente vil desse tempo, pois que nem um só dos Prelados que administraram a Igreja de S. Sebastião desde 1560 até 1682 deixou o cargo sem ter passado os maiores vexames, e acerbísimos desgostos; sofreu Pedro Homem Albernaz até que teve sucessor no Reverendo Antonio de Marins Lourenço, que tomou posse a 28 de Junho de 1644, e foi o mais infeliz de quantos administraram esta Prelazia como vamos ver.

Clara de Estevas, que por morte de seu pai fora morar com Susana de Fróes para subtrair-se às cruas perseguições de seus irmãos, vivia em uma pequenina casa no alto de S. Januário, onde com fama de santas uma e outra eram consultadas pelo povo em suas necessidades e revezes; a viúva Martha e sua irmã Clara respeitadas por nobres e peões viviam em reclusão completa, deixando de sair mesmo para buscar alimentos, se bem que lhes levava a devoção de algumas almas caritativas; mas como ninguém tinha necessidade de andar apregoando seus benefícios, a gente simples acreditou que elas se sustentavam na graça de Deus, e daí, e de muitas outras coisas nasceu a veneração em que eram tidas: e todavia, as maravilhas, que lhes atribuíam seus crédulos vizinhos, seriam o menos que nelas se devia venerar; seu desprezo para com as coisas deste mundo, sua penitência contínua, sua beneficência desinteressada e oculta fugia dos olhos

do povo, que só via nas duas irmãs duas santas por seus milagres fantásticos. Quanto a elas, julgaram-se felizes em seu recolhimento; os dias passavam-nos a trabalhar para si e para os pobres como elas, as noites em exercícios de piedade: só de tempos a tempos vinha assaltá-las uma nuvem negra, era alguma terribilíssima notícia de assassinios, de roubos, de maldades de toda a casta praticadas pelos irmãos de Clara de Esteves, que se haviam depravado depois que o velho Álvaro se finara. Assim viviam há 8 anos, quando uma noite tormentosa e por desoras se ouviram gritos lamentosos lá dentro da casa das santas mulheres; acudiram os vizinhos à porta, porém como ninguém se movia lá de dentro para abri-la, embaraçavam-se com o dizerem alguns que as duas beatas se disciplinavam, e que por isso seria um sacrilégio estorvar-lhes suas devoções; diziam outros mais ajuizadamente que se estivessem em disciplina não dariam tão altos gritos porque o sofrimento sem queixume constituía o mérito do sacrifício, e que tampouco pediriam socorro: venceu o dizer destes, e a porta caiu arrombada para deixar ver em lastimoso e ímpio quadro a mais moça das duas irmãs quase nua, porque seus vestidos haviam sido rasgados, bem como suas carnes, pelo açoite, que empunhava um desmesurado e feio demônio, que só cessou seu mister de carrasco no instante em que o povo entrou de roldão pela porta; a mais velha amarrada de pés e mãos com uma mordaca na boca aguardava talvez a mesma sorte. A primeira coisa, que fizeram, os que haviam entrado, foi o sinal da cruz uma e muitas vezes; mas como o demônio ficava sempre em meio da casa sem se desfazer em labaredas de pestífero cheiro, alguns dos mais animosos foram pondo-lhe a mão com receio, e talvez disto procedeu lançá-los ele de si como se fossem leves palhas, amarrotando-os contra a parede da casa, e também disto nasceu a fúria com que segunda vez foram sobre ele amarrando-o bem seguro, enquanto outros socorriam as duas santas, mártires agora. Como elas pertenciam mais a Deus, que ao mundo assentaram os vizinhos que o malvado não devia aparecer diante do Governador e justiças seculares, e levaram-no perante o Administrador Eclesiástico, que arbitrariamente o mandou castigar com tanta crueldade e rigor como em verdade merecia o crime; porém, alguns que menos entusiasmados pelas coisas da Igreja, de má vontade contra o Prelado só haviam enxergado seu despótico

arbitrio; clamaram altamente contra o Reverendo Antonio de Marins Lourenço, não só por isso, mas porque com os jesuítas queria estorvar certo negócio pouco lícito e de muito interesse, qual era o tráfico de escravos negros e índios: o Governador, que então era por segunda nomeação Duarte Corrêa Vasqueanes, instruído de tudo, e vendo quão apertado era o lance, reclamou o criminoso, a quem deu a liberdade para contentar o povo amotinado, e por ter já sofrido castigo; porém os Padres, que tinham talvez suas tensões de sumi-lo nos cárceres da Inquisição de Lisboa, enfureceram-se com a determinação do Governador, e o Prelado acompanhou-os em seus desatinos, saindo da Cidade em visitação a S. Paulo e ao Espírito Santo.

Capítulo VI

Esqueceu-me dizer Vs. Ms. no capítulo antecedente quem era o malvado, que tão desapiedada e inumanamente tratara as duas irmãs Martha e Clara, e bem me pesa ter agora de dizê-lo, porque se os crimes são aborrecidos e as virtudes amadas independentes de pessoa, certos crimes porém aumentam de gravidade quando praticados por certos sujeitos; chamava-se o execrando algoz e vil carrasco Fausto de Estevaes, irmão mais velho da triste vítima! Nós voltaremos alguns anos atrás para tocar ligeiramente em algumas circunstâncias, pelas quais passamos com mais rapidez, do que prometia o interesse e clareza desta minha história.

Terão Vs. Ms. em lembrança o estranho e terrível sucesso, acontecido com o Reverendo Doutor Lourenço de Mendonça, e de como um pajem o trouxe com artificios e maldade até a praia, que ficava no fim do largo em frente do Hospício, pouco mais, pouco menos ali, por onde fica hoje a Praça do Mercado; e de como aí o deixou entregue a quatro assalariados monstros, que tinham por comissão tirar-lhe a vida ora bem este pajem improvisado tinha nome Alonso de Estevaes o Comprido, e o homem que trouxera a besta, que o Prelado montara, e que os seguiu de longe até a praia, era seu irmão Fausto de Estevaes o Quebra-Espadas. A força e coragem que lhes herdara a natureza começaram eles a empregar desde tenra idade em maldades, de sorte que nas desordens e assuadas eram sempre procurados como primeiros e importantes: estragados e perdulários, pois que um só vício gera infinitos, mal lhes chegava o soldo para extravagâncias, que para as necessidades atinham-se ao do pobre pai, indulgente para com eles, porque em seu errado ajuizar certas virtudes tais como a castidade, a vergonha, a bondade do coração, a temperança e a modéstia só pertenciam às mulheres, e nisto ia de acordo com o pensar de muitos pais de

hoje em dia, louvando como ele a audácia, descaramento e soberba que nos filhos sobram. Afeitos a gastar sem peso, conta e medida, quando o dinheiro lhes faltava, haviam-no por qualquer forma, preferindo sempre a mais pronta e fácil, ainda que não fosse a mais lícita; por isso despejaram eles as bolsas dos cavaleiros naquela certa noite, e achando-as bem recheadas absolveram-nos em sua consciência de tudo a desculpa presente e passada, futura mesmo, se continuassem a ser ricos; aqui tem Vs. Ms. o diabo que levantou altíssimas montanhas, cavou fundos precipícios soprou nuvens de poeira, tomada a forma de certos animais horrendos, redondinhos, de cor amarela, ou branca, animais que não era muito assustassem pobres soldados, quando põem muitas vezes em tremuras bem boa gente. Este segundo encontro votou os dois de Esteves ao serviço dos quatro cavaleiros, e particularmente ao de Jerônimo Barbalho Bezerra, que em pouco tempo lhes cometeu a facção diabólica, que executaram contentes não só pelo eito de que careciam como em vingança da incredulidade de Lourenço de Mendonça para com suas fabulosas narrações. A morte de seu pai acontecida pouco depois daquele sucesso deixou-os livres em sua carreira de crimes; porém a chegada do Governador Salvador Corrêa de Sá e Benavides atirou-os para S. Paulo, onde continuaram a mesma vida, cuja relação estranha a nossa história ficará em silêncio até seu tempo: não sei que motivo, mas devia ser poderoso, trouxera Fausto de Esteves a esta cidade, onde além de sua irmã não tinha mais parentes, o acaso, ou diligência fez-lhe descobrir o retiro de Clara, e apresentando-se foi recebido com os braços abertos, porque um irmão, ou um filho mesmo que mãe seja, sempre é filho, ou irmão, e a paga do afetuoso gasalhado, que recebera, nós a vimos no capítulo antecedente, sendo a causa de tal maldade não terem as duas pobres mulheres dinheiro para lhe dar, desnaturado e infame!!

Não é possível ser mau impunemente, e Vs. Ms. viram como foi castigado com severidade Fausto de Esteves, sem que eu tome o trabalho de acusar, ou defender a competência do juiz confessando todavia a justiça da imposição da pena; solto a requerimento de alguns, que tão bons deviam de ser como ele, o Quebra-Espadas jurou por suas façanhas antigas, que Antonio de Marins teria pior sorte que a de Lourenço de Mendonça; livre como a ave de rapina,

que onde encontra caça aí faz seu assento enquanto a devora, não tendo negócios que dispor para partida, sem eira, nem beira como se costuma dizer, correu a S. Paulo sobre os passos do Prelado; e de tal sorte se houve, que alvorotou a gentilha com a relação dos recentes acontecimentos do Rio de Janeiro, alterando a verdade a seu jeito, fazendo com que o povo negasse a obediência ao Administrador Eclesiástico dispondo-se a prendê-lo, para o que cercaram com sentinelas o Convento de Santo Antonio daquela cidade onde ele residia: com infinito trabalho e perigo se livrou o Prelado da fúria dos amotinados, recolhendo-se a esta cidade de S. Sebastião, para onde o seguiu o implacável Fausto de Esteves. Passados alguns meses, partiu Antonio de Marins Lourenço para o Espírito Santo, e seu inimigo presa de terrível enfermidade, quase nas mãos da morte, não esqueceu sua vingança e juramento; um servo do Prelado encarregou-se de uma carta para Alonso, o Comprido, que vivia naquela Capitania, de sorte que na mesma mala de Antonio de Marins ia sua sentença de morte.

“Lá vai o meu benfeitor muito querido, dizia a carta, cheio de virtudes, que lhe valeram em S. Paulo tão caridoso gasalhado como o que lhe fizeram lá o ano que passou; vai agora ver o Espírito Santo, e creio eu que errou no caminho, porque só no céu poderá encontrá-lo: eu te encomendo, irmão meu, que o ponhas de pés para diante no caminho dos sete palmos, que, se esta febre me deixar com vida, irei agradecer-te, ou ajudar-te.”

No mesmo dia em que Alonso recebeu a carta devia partir para esta cidade em companhia de Diogo Lobo, que o tinha a seu serviço; ela veio portanto destruir suas tensões de viagem, metendo-lhe entre mãos o infernal projeto de seu irmão Fausto, que sem maior exame começou logo a pôr em prática: como ficava sem abrigo, e porque era mais seguro para seus intentos deu traça a entrar no serviço de Antonio de Marins Lourenço, que sabendo que o cavaleiro o deixava pô-lo não querer acompanhar ao Rio, recebeu-o em sua casa com a vantajada paga. Mais de um ano gastou esta víbora em meditar e dispor seu horrendíssimo atentado, e o trato que tivera com os índios por muito tempo no sertão do Rio de Janeiro, tendo-o feito conhecedor de finíssimos venenos, auxiliou-o na execranda empresa, mas um escravo negro, de quem o Prelado se fiava inteiramente, impediu

muitas vezes, sem o saber, os desenhos do assassino, até que vítima ele mesmo por causa de sua fidelidade, com a morte abriu caminho sem tropeços à maligna tensão de Alonso.

“Tens andado muito devagar com a minha encomenda, dizia Fausto a seu irmão em uma outra carta; por esta terra fala-se na próxima vinda do fugitivo de S. Paulo, e eu quisera bem que ele por aí ficasse: apressa-te, ainda que seja preciso usares do ferro, em vez de erva: e manda-me para o céu esse anjo, que não pode viver entre os demônios deste mundo.”

Foi desnecessária esta segunda recomendação, porque, quando chegou, a maldade estava já executada; Antonio de Marins Lourenço havia sido envenenado, perdendo em lugar da vida, o juízo, e assim arrostou muitos anos uma existência de tormentos, até que se embarcou para o Reino, onde foi acabar no mais compassivo e lastimoso estado, que pode imaginar-se.

Não foi, porém, o crime tão oculto, que não houvesse veementes suspeitas de quem fora seu autor; o inopinado desaparecimento de Alonso, o Comprido, e o encontro das duas cartas acabavam de confirmá-las, e o Quebra-Espadas esteve por um cabelo dançando na corda, valendo-lhe suas boas pernas, e a proteção de Diogo Lobo e Jerônimo Barbalho, aquele em atenção aos bons serviços que do irmão havia recebido, este ao pacto, que entre os dois havia: foi ele encontrar-se com Alonso de Estevas na Capitania de S. Paulo levando cartas para Lucas da Silva e Jorge Ferreira Bulhão, em que os de cá do Rio o recomendavam particularmente, prontos sempre em ajudar os maus, que com eles iam, e os serviam.

A notícia destes acontecimentos ia obscurecer e mortificar a compassiva alma de Clara, a quem Martha com suas exortações piedosas dificilmente consolava; ambas com jejuns e disciplinas sacrificavam ao Senhor pelos crimes de tantos monstros, que aceitando-lhes o holocausto em próprio benefício, preparava-lhes mais rudes experimentos: nova tempestade se levantava sobre suas cabeças, tempestade terrível, que lhes devia valer a coroa do martírio, e a entrada triunfante da glória eterna, prêmio de tantas dores e amarguras, que a terra lhes havia dado.

Morava próximo da humilde casa das duas irmãs o Mestre Femão Egas Feiteiro, aquele mesmo que há bastantes anos remendou

em Andaraí a cabeça de um dos nossos conhecidos, de Jerônimo Barbalho Bezerra; sabedor em sua arte, segundo rezam as crônicas do tempo, não tinha mãos para tantos como os que o procuravam, a fortuna o bafejara; porém a fortuna tem os pés sobre uma roda, que não só anda, como desanda, e uma vez chegou, em que ela desandasse para o Mestre Fernão, que pouco paciente e indagador de causas por ofício e costume, não se contentou com o – *paciência!* de sua velha criada: começou de indagar para onde lhe fugiam os fregueses, e veio no conhecimento de que as rezas das duas beatas, e a credulidade do povo curavam todas as enfermidades. A reputação das irmãs Martha e Clara crescia espantosamente em prejuízo da do Mestre Feiteiro, que só por amor da ciência e filantropia resolveu acabar com as curandeiras desacreditando-as na opinião cega do vulgo ignorante; cada vez que se oferecia ocasião as duas pobres eram vítimas de sua língua ferina, e o Governador, com quem o Mestre privava, ajudou-o até com ordenanças, tolhendo as irmãs Clara e Martha a empregarem ervas, ou quaisquer substâncias para curar aqueles que à sua casa fossem: porém as determinações do Governador não tiveram efeito porque só empregavam elas na cura de seus doentes remédios espirituais, e as declamações, insultos e calúnias do Mestre Fernão Egas vieram sobre ele mesmo arredando-lhe da porta esses poucos, muito poucos, que ainda o procuravam. Porém sua desesperação e violento ódio cresceu, se era possível, com o fato, que passamos a narrar: a mulher de um dos mais ricos e nobres moradores da Cidade, depois do feliz nascimento de uma filha, caíra numa moléstia, que ninguém podia reconhecer e classificar; de jovem e refeita, que dantes era, tornava-se de dia para dia um esqueleto, cobrindo-se-lhe a cabeça de brancas, e alterando-se-lhe por tal forma o semblante, que a primeira vista todos lhe davam cem anos, quando apenas teria uma quarta parte; e o mais espantoso era que não havia modo de fazê-la entrar em curativo, porque se lhe falavam em remédios, e em Mestres, respondia dolorosamente, que para ela só havia remédio na sepultura: seu marido, que a amava em extremo, não poupava diligência e ouro para curá-la; todos os abalizados na arte de curar foram consultados, mas desesperaram de vencer não só a moléstia, que não conheciam, como a rebeldia da doente, que de nada se queixava, porque Vs. Ms. sabem que se não disserem ao

médico onde lhes dói, estão bem livres de que ele o adivinhe; mas vamos adiante, seu marido o capitão Jerônimo Barbalho Bezerra, particular amigo do Mestre Feiteiro, não se esquecera de consultá-lo na moléstia de sua mulher, porém debalde porque tanto aproveitou a ciência de Fernão Egas, como tinha aproveitado a de muitos outros, e vendo este pelo estado da doente que poucos dias teria de vida, lembrou ao seu amigo as bruxarias de santas mulheres, segundo ele dizia, asseverando-lhe que só elas poderiam curar a doente, e que quando o não fizessem seria ou porque o não queriam, ou porque fossem elas mesmas quem a haviam posto em tão piedoso estado, valendo-se o malvado deste infernal dilema, que perderia irremissivelmente as irmãs Clara e Martha, porque bem certo tinha ele para si que não curariam a mulher de Jerônimo Barbalho. Sendo chamadas as duas santas mulheres com promessas e boas palavras, uma delas, Martha, chegou a ver a doente, asseverando antes, muitas e repetidas vezes que só com orações podia valer-lhe, e que por isso desnecessário era que a visse; porém o danado Feiteiro fazia destas escusas argumento contra as pobres mulheres, e Jerônimo Barbalho insistia, e Martha veio; por fortuna para a doente não estava em casa seu marido, nem doméstico, ou servo cerca dela, e este isolamento casual, ou, o que mais verdadeiro parece, a vontade do Senhor abriu a boca e alma da enferma:

— Então, que vos parece da enfermidade de minha mulher? Perguntava Jerônimo Barbalho para Martha que ia saindo; tendes algum remédio que a salve?! Eu vos darei em troca quanto me pedirdes!!

— Já vos disse que só Deus pode muito; pedirei por vossa mulher em minhas orações, e o Senhor me ouvirá, tende confiança nele.

E Jerônimo Barbalho julgou o receituário muito simples para a enfermidade de sua mulher; mas sua admiração foi extrema quando ao entrar-lhe o quarto de dormir, onde havia muitas semanas que ela não saía, achou-o vazio de sua pessoa, as janelas abertas, e ela passeando no jardim tendo pela mão a filha, que de espaço a espaço apertava ternamente nos braços; correu ao seu encontro cheio de alegria, mas na frieza com que costumavam recebê-lo as duas, se havia mudança, era tão pequena que mal se distinguia, e Jerônimo

estava contente apesar disso porque sua mulher falara-lhe, mandara mesmo a filha que abraçasse seu pai, certo que mudança havia, pequena que fosse. Porém a noite veio destruir as melhoras da pobre senhora, porque provindo elas de uma consolação momentânea, de uma esperança incerta, de uma certeza abalada, sozinha porque Jerônimo Barbalho saía todas as noites, recolhendo-se sobre a madrugada, porque sua filha dormia o sono da inocência, longe de Martha, que lhe dera sossego todo aquele dia, a desgraça vergou outra vez sob o peso de sua imaginação escandescida, de sua fantasia exaltada, sob o peso da enfermidade, que lhe secava a existência, a melancolia:

Martha, deixando a casa de Jerônimo Barbalho, correu a encontrar-se com sua irmã Clara que desde muito a esperava inquieta:

— A tua demora fez-me sofrer terríveis angústias, Susana! Pesava-me no coração haver-te deixado ir só, e se soubera onde mora essa pobre que foste socorrer, eu teria ido em tua procura: há tantos anos que não nos separamos, que esta manhã toda me pareceu um século.

E elas se abraçavam, chorando, como se depois de largos anos de ausência se encontrassem; santa amizade, tu és na terra o consolo do homem aflito! Tuas palavras são as delícias de opressa alma – *amici consillis anima dulcoratur*, – são elas como o perfume suavíssimo que dilata o coração! Como seria pesada a existência, principalmente para aqueles, que longe dos seus pela eternidade, ou espaço arrastam o tormento, que chamamos vida, se a voz de um amigo não viesse em seu auxílio?! O bendita sejam tu entre todas as virtudes, amaldiçoado o que te atraiçoa, desprezado e aborrecido quem te não busca, ou nega!!

E elas abraçavam-se chorando de contentamento por que eram duas amigas, e sua amizade devia ser duradoura, eterna porque havia começado na desgraça, pedra de toque onde se lhe conhece o verdadeiro quilate – *amicus certus in re incerta cernitur!*

— Todavia, disse Martha, a minha demora, além de preciosa, há de trazer-nos muita satisfação, minha irmã; ela nos põe no empenho de socorrer uma pobre mulher, que sofre como nós sofremos, uma mulher que ama com toda a sua alma, vendo-se, ao

que ela diz, desprezada e esquecida; a minha demora trouxe-nos mais uma irmã, que assim como esses quatro miseráveis se ligaram entre si para desgraçar quantas inexpertas lhes caírem nas garras, assim nos devemos nós às vítimas unir e abraçar para nos consolarmos mutuamente: é a mulher de Jerônimo Barbalho Bezerra, quem venho de consolar; a desgraçada sofre muito, e caminha a largos passos para a sepultura, mas a causa de seu tormento creio eu que nasce mui longe do lugar, que ela lhe assina; Jerônimo Barbalho mudou como todos, e não são novos amores quem o afastam da esposa, é a ambição.

E ela contou a Clara de Esteves, com essa minuciosidade que as do sexo empregam quando narram, os tormentos da triste que acabava de consolar, e de como lhe havia prometido vigiar os passos do infiel marido.

— Perigoso empenho é este que nós cometemos, porém grande prazer nos dará, se o vencermos, pondo em calma o coração, de nossa terceira irmã; hoje mesmo darei princípio à obra, e tu, Clara, hás de andar-me com vontade, não? Sempre te acho pronta em dar auxílio aos que o precisam.

E consultaram entre si os meios de levar ao fim seu empenho, saindo ambas ao sol posto a encontrar a casa de Jerônimo Barbalho Bezerra, que bem pouco as fez esperar saindo também como era seu costume quotidiano; seguiram-no de longe as duas irmãs, e a poucos passos chegaram às praias da cidade, onde num barco, que aí o aguardava, se embarcou ele.

— Meu Deus, aqui findou tudo! Disse Martha com tristeza.

— Que dizes, minha irmã?! Pois terás medo do mar? Vamos caminhando ao longo da praia, que encontraremos também um barco.

— Não, minha irmã! Tu és mais corajosa, que prudente; quem sabe para onde vai esse homem...

— E isso o que nós queremos saber.

— Eu o sei; porém talvez que o lugar para onde ele vai não possam nossos pés tocá-lo sem grave perigo.

Estavam assim falando, eis que uma canoa ligeira como a flecha veio atracar à praia, não longe delas; e Clara antes que sua irmã lhe pusesse impedimento, correu para ela.

— Vós por aqui?! Disse um dos homens, que dentro na canoa vinham.

— E com tensão de embarcar-me convosco, se o quiserdes.

— Eu vos pediria que a tocásseis só com a ponta de um dedo, tornou o homem apontando para a canoa, quanto mais impedir-vos que lhe entreis dentro minha santa; vinde, vinde, que o Senhor vos traz para me benzerdes este madeiro, que sustenta minha mulher e meus filhos.

— Olhai, Anselmo, nós queremos ir no caminho daquele barco, que lá vai ao longe, vede-o?

E o canoeiro deu um passo atrás, largando o chapéu.

— Que dizeis!?! Disse ele com os olhos arregalados de medo; vós também quereis ir lá, senhora Martha?

— Pois corremos perigo? Disseram as duas irmãs.

— Ai, eu não vos posso dizer nada porque minha mulher ficaria sem marido, e os filhos sem pai, se o soubessem; porém posso dizer-vos uma coisa, e é que não vades lá; vinde para aqui, disse ele afastando-se da canoa, onde estava outro canoeiro, lá em S. Gonçalo juntam-se muitos homens todos armados, e o que eles fazem, e dizem não sei eu, juro-o pela Virgem Santíssima; ora quereis vós ir a S. Gonçalo?

— Não, meu amigo, disse prontamente Martha, não, porque isso vos comprometeria sem necessidade; ficai-vos com Deus.

— E que ele vos acompanhe, replicou o canoeiro, rogai-lhe por mim, que vos atenderá.

Martha foi no outro dia ver sua doente, e achou-a desfalecida na constância, desesperada no remédio; porém sua presença reanimou-a, e, eu não sei o que ela lhe disse, mas a doente a contar desse dia foi cada vez a melhor, recuperando senão inteiramente a saúde da alma, ao menos a do corpo, com grande espanto de todos, especialmente do Mestre Fernão Egas Feiteiro, que até preparara seus vestidos de dó para assistir-lhe no saimento. Cura tão maravilhosa e rápida deu novo lustre à crescida reputação das duas irmãs, que os Mestres apregoavam como feiticeiras, ou bruxas, importando-se bem pouco, o que havia sido curado por elas, da qualidade do remédio, que o livraria das dores; porém afrontar os que podem foi perigosa coisa em todos os tempos, e assim as duas santas mulheres tiveram

que sofrer a fúria de Fernão Egas, cabeça de todos os ofendidos em sua reputação decaída; um dia foram encontrá-las todas duas mortas como duas santas que eram, e mártires porque as haviam estrangulado! Alguns dias depois tendo-se espalhado pela Cidade certos boatos, a velha ama do Mestre Feiteiro foi dar com ele morto negro com um carvão estendido no meio do quarto, asseverando os vizinhos que os demônios o tinham assado em um grandíssimo espeto servindo de lareira o assoalho da casa, que edificara a custa dos pobres, de brasas bom número de dobras, que lhe valera sua filantropia.

Capítulo VII

Os graves acontecimentos que acabamos de narrar no capítulo antecedente, ou porque caíram depois de tantos e tão crescidos horrores, como os que por estes tempos eram ordinários em todo o Novo Mundo, ou porque outros ainda mais graves ocupassem e distraíssem os habitantes da cidade e seu distrito, ficaram no ouvido dentro em poucos dias; e se havia quem pensasse neles, se a falta das duas santas mulheres se fazia sentir entre os pobres e aflitos, afogavam-na eles com suas lágrimas e gemidos no silêncio da desesperação; apoucados e humildes para que seu brado soasse ao longe sobre a terra despertando a justiça dos homens contentavam-se em pedir ao céu vingança de tão atroz delito, vingança dos monstros, que lhes haviam roubado sua consolação, remédio último. Porém de todos aqueles que sofriam, quem mais sentia a morte das irmãs Clara e Martha era sem dúvida a triste mulher de Jerônimo Barbalho Bezerra; seu conforto, sua esperança de salvação como que haviam desaparecido com elas sob a mesma terra que as cobrira, e a pobre senhora só via, como limite a seus sofrimentos, o túmulo, que ardentemente desejava; e todavia, mais de uma vez seus olhos secos do muito que haviam chorado, rebentavam novamente em rios de lágrimas à vista da inocente filha, que lhe estendia os bracinhos, sorrindo-se como um anjo de redenção; mais de uma vez lhe passaram na mente contristada estas palavras da viúva Martha: — Não é só para nós que vivemos sobre a terra, — e então suas idéias mudavam, lembrando-se também da abnegação, virtude santa e sublime! Com que Susana de Fróes salvara das garras do opróbrio e miséria uma estranha.

— E tendo eu tão pouca força, que me deixo ir à sepultura, sem lembrar-me de minha filha? Dizia ela cheia de entusiasmo, deixá-la-

ei entregue ao desamor, ou descuido de seu pai?! Não, eu não quero morrer, e não morrerrei!!

Assim são todas as mulheres; ou tímidas como a larva, que foge ao rugir da folha seca despegando-se da árvore, fracas como o bichinho, que roja imperceptível entre o pó debaixo de nossos pés; ou então altivas como a águia sobre o píncaro da serra, afrontando o tufão e o raio, fortes como o leão do deserto: não espereis que um novo tormento venha abalar sequer resolução tão assentada, ela é mulher e é mãe; prepare-lhe a desgraça negras horas, aflitíssimos dias, lá está sua vontade de ferro que vencerá tudo.

Jerônimo Barbalho, que depois de casado parecia ter esquecido sua vida passada, afastando-se da sociedade, com quem passara os primeiros anos, rebentou subitamente do isolamento em que vivia, e as mudas salas de sua casa encheram-se de homens ou ficaram vazias de sua pessoa por muitas noites seguidas; porém estas reuniões diferiam muitíssimo das antigas; agora nem pichéis, nem risadas, ou morno silêncio, ou violentas discussões se sentiam dentro das salas cuidadosamente fechadas para que ninguém fosse perturbá-los em seus saraus misteriosos, que se prolongavam muitas vezes até horas mortas da noite. Seriam quatro para cinco horas da manhã do dia 30 de Outubro de 1690, quando Jerônimo Barbalho Bezerra abriu a porta de uma de suas salas, fechada toda a noite, e por ela foram saindo para os corredores, e dali para a rua doze homens embrulhados em capas por debaixo das quais se enxergava uma espada, ou a coronha de um mosquete quando um passo mais largo as entreabria; contra seu costume, o dono da casa seguiu-os, e tomaram todos pela rua de S. José em direitura ao mar, onde se embarcaram para o outro lado da baía; muitas embarcações haviam largado de diferentes praias da cidade, todas com a proa em direção à Ponta do Brabo, outras largavam no instante, de sorte que grande festa parecia haver em S. Gonçalo para que tanta gente se passasse a outra banda; mas, folguedos deviam de ser bem estranhos, pois que homens só, e esses armados, despejavam as embarcações nas praias de além, onde em pouco tempo se ajuntou crescido número deles, não só ali moradores, como dos que a espaços chegavam, recebidos com vozes e alaridos, congratulações e gritos sediciosos, que redobram com a chegada de Jerônimo Barbalho e seus companheiros, nossos

antigos conhecidos, a saber Diogo Lobo Pereira, Lucas da Silva, Jorge Ferreira Bulhão e estes que conheceremos de agora em diante: Clemente Nogueira da Silva, Fernão Tarelo Homem, Simão Botelho d'Almeida, Euzébio Dias Cardoso, Jorge de Souza, Antonio Forte Vallongo, Mathias Gonçalves, Matheus Pacheco de Lima e Pedro Pinheiro. Postos em terra, caminharam para uma casa pouco afastada da praia, onde entrou Jerônimo Barbalho, e Jorge Ferreira, desfazendo-se a multidão dos outros, em magotes, que presidiam algum dos que acima nomeamos, ou que trouxessem notícias, ou que fossem principais e maiores; assim estiveram por muito tempo, até que Lucas da Silva e Diogo Lobo, foram chamados dentro e saíram pouco depois trazendo um papel escrito, que começaram a ler para os de fora, dividindo-se a multidão em duas partes para ouvi-los; acabada a leitura, que foi interrompida cem vezes pelos aplausos dos amotinados, tornaram a entrar os dois.

— Então que diz o Povo? Perguntou Jorge Ferreira.

— Aprova os Capítulos, muitos dos quais nem chegou a ouvir ler, respondeu prontamente Lucas da Silva; aprova a nomeação dos quatro Procuradores, que em seu nome têm de apresentá-los a Thomé Corrêa de Alvarenga, e aprovará tudo quanto fizermos e quisermos porque lá estão entre ele nossos amigos para dispô-lo a quanto nos aprouver!

— Todavia, interrompeu Jerônimo Barbalho, é preciso vigilância, força e presteza; que se adormecermos sobre o vulcão, nossa perda é certa e irreparável; a execução de nossos intentos tem o seu maior contratempo na demora: sustenta-nos a ira do Povo, convém pois alimentá-la, fazendo partir sem demora os Procuradores que serão presos, ou não atendidos, eu o espero.

E partiu logo para a Cidade uma embarcação ligeira trazendo os quatro Procuradores, que vinham por mandado do Povo apresentar a Thomé Corrêa de Alvarenga, que governava a Capitania, em ausência do General Salvador Corrêa de Sá e Benavides, não uma petição, que petições não se fazem com a espada em punho, mas uma ordem; ao cair da noite dispersaram-se todos, ficando ao longo da praia, e de junto da casa muitas sentinelas, que de espaço a espaço se revezavam sem formalidades, porque todos sabiam o que era mister guardar, cada uma vigia de si mesmo e só do mar podia vir o perigo: assim

passou toda a noite e as seguintes, que foram sete, juntando-se o Povo de dia para ouvir novas da cidade que sempre chegavam, até que na tarde do dia 6 de Novembro voltaram os Procuradores a dar conta de como não foram ouvidos pelo Governador, por quanto umas vezes se lhes negava ele, outras remetia para mais longe o recebê-los, e por fim declarou abertamente não ter que diferir a tão loucas e atrevidas pretensões, quais eram as dos alevantados e rebeldes. Estas últimas palavras produziram tal agitação entre o Povo, que não havia contê-lo.

— À cidade! À cidade!! Bradavam todos a uma voz arremeçando-se uns por cima dos outros contra os batéis atracados na praia, onde se precipitaram de roldão; vamos mostrar-lhes quem são os alevantados e rebeldes às ordenanças do Senhor Rei D. Afonso VI, cujos leais vassallos somos!

Porém uma voz forte que dominou todos os gritos da plebe, suspendeu os remos no ar, as passadas daqueles que se iam ainda para a praia, e os alaridos que se ouviam:

— Aonde vos ides?! Gritou Jerônimo Barbalho estendendo os braços como para sustê-los; à cidade! Que fazer lá, dizei? Se vos presto para nada, ide-vos, que eu não irei hoje; bem sei que é preciso ir à cidade...

— E por que não deixais caminhar o Povo! Interrompeu Jorge Ferreira, que lhe ficava perto; por que não aproveitamos sua raiva?

— Porque não quero que sejamos recebidos na ponta das lanças e espadas dos da cidade; porque é mister dizer aos de lá ao que vamos, e a estes ao que vão. Não sabes que em Santiago e na Cidadela dormem arcabuzeiros comandados por Sás? Um dia me basta para concertar meus planos, e demais espero esta noite avisos pelos irmãos de Esteves, que estão nos fortes da cidade; amanhã por noite embarcaremos, vai dizê-lo ao Povo.

E as ordens do caudilho foram prontamente executadas, desembarcando uns e afastando-se todos da praia; no dia seguinte o Povo armado se apresentou em frente da casa, esperando as determinações do cabeça da revolta, que por seus adjuntos as transmitiu, ordenando que à meia-noite estivessem prontos para embarcar.

Amanheceu o memorável dia 8 de Novembro do ano do Senhor 1660, dia marcado com pedra negra nos anais da Capitania

do Rio de Janeiro; às 5 horas da manhã inumerável multidão cercava a casa da Câmara, dando estrondosos vivas ao Rei, e vociferando contra as autoridades constituídas; rebeldes nos lábios e no coração, leais no coração e nos lábios: depois que assim estiveram alguns momentos, uma voz se levantou do meio deles chamando por seus nomes os oficiais que de presente serviam na dita Câmara, os quais sendo avisados do chamamento do Povo correram logo a ver o que se lhes mandava; reunidos que foram, rebentou segunda vez a multidão em espantosos gritos, e logo um homem se adiantou e disse:

— Nós outros, muito leais vassallos do Senhor Rei D. Afonso VI, que Deus guarde, vos representamos em como no dia 30 de Outubro passado nos ajuntamos da outra banda desta cidade, onde chamam a Ponta do Brabo, e dali nós pretendíamos passar cá magoados, queixosos e oprimidos...

— Sim, sim!! Clamou o Povo; oprimidos das vexações, tiranias, tributos, fintas, pedidos, destruições, de fazendas, que nos há feito o General Salvador Corrêa de Sá e Benavides!

— Ouvi o Povo! Recomeçou o primeiro que havia calado; ouvi-o que não pode mais sofrer um Governador que só trata de suas conveniências, sem atender ao bem comum, Governador insolente, que nos afronta em vós mesmos com palavras injuriosas, precipitando, vexando e oprimindo a todos nós que lhe estamos sob o poder; o Povo recorreu a Thomé Corrêa de Alvarenga, que de presente está governando esta praça por ausência do dito General, que se foi às minas das Capitanias de baixo, mas os seus Procuradores não foram ouvidos, porque Thomé Corrêa é dos Sás, família que dá homens para todos os cargos importantes da República, nova tirania que inventaram soberbos!! Ora o Povo cansado de sofrê-los vem em pessoa pelas sobreditas razões a excluir e remover, como com efeito exclui e remove, ao dito General Salvador Corrêa de Sá e Benavides, do cargo e posto de Governador desta praça, o que Sua Majestade haverá por bem, pois que é em benefício e conservação dos moradores dela seus vassallos, a quem deve amparar, e não oprimir.

— E isso, é isso!! Gritaram de novo os alevantandos; venha Thomé Corrêa!... Chamai-o a este tribunal para que aprove a resolução do Povo!... Venha Thomé Corrêa!!

Quem seria tão louco e atrevido, que se opusesse com débeis forças à fúria da plebe desenfreada? Como suster as águas impetuosas do gigantesco dique roto em mil partes?! Todos se curvaram à vontade do leão que os espremia entre as garras, e o mesmo Governador Thomé Corrêa, se ousou afrontar a cólera do Povo mandando dizer-lhe por escrito que não podia convir no removimento e expulsão, é porque se julgava seguro dentro das paredes do Mosteiro de S. Bento, adoçando todavia suas palavras com o requerer-lhe em nome da Majestade, que não houvesse entre ele desinquietação, e que tudo que fizesse fosse com muita paz e sossego; prudência, e não vergonhoso medo, parece ter sido a divisa de todas as autoridades dessa época, prudência, que de alguma forma verteu em benefício dos rebeldes, que se homens exaltados tivessem as rédeas do governo, a revolta não teria começado progredindo, e enfim acaba sem correr rios de sangue: a bondade do Soberano é o melhor e mais seguro meio de trazer à razão súditos alevantados; a prudência de seus ministros o melhor exército que devem pôr em campo; maldição àqueles ambiciosos, que por conservar o mando, que lhes foge não duvidam sacrificar centenas de vidas de prestáveis cidadãos, cujo maior crime é a ignorância! Porém continuemos a nossa história.

Encostado a um dos umbrais da porta da Câmara via-se um homem, cujo rosto, espelho de uma alma danada, mostrava horroroso conjunto de maldades: com a barba sobre as mãos, que descansaram na boca do mosquete parecia indiferente ao motim que o cercava, porém seus olhos pequenos e de fogo como que seguravam em seus lugares os Oficiais da Câmara, volvendo-os constantemente de uns para outros, e depois indo parar com eles em Jerônimo Barbalho e Jorge Ferreira, que com um sorriso, ou inclinação de cabeça lhe agradeciam a vigilância; já assim estava havia muito tempo, porque fora ele dos primeiros, que chegaram, quando uma velha furando por entre o aperto se chegou à porta, e tirando-o pelo braço:

— Foi Deus quem vos pôs aqui! Disse ela consertando os farrapos que a cobriam; foi certamente, senhor Fausto de Estevaes, porque já me falta o alento para acabar de atravessar estas ondas de Povo, que me esmaga.

— E que é do homem? Pudestes vós achá-lo, Tia Brígida dos Santos?!

— Nem S. Pedro dera com ele, Senhor Fausto, mas eu o descobri! Ide chamar Lucas da Silva, que lhe quero dizer.

E Fausto voltou-se, fazendo um sinal a Jerônimo Barbalho, que veio à porta prontamente.

— Aqui tendes esta boa mulher, que diz saber onde ele se oculta.

— Sim! Disse o caudilho com vivacidade; então dissei-o.

— Sou vossa serva, senhor cavaleiro; porém eu quisera falar com Lucas da Silva, convosco nada tenho.

Jerônimo Barbalho ia responder-lhe talvez desastradamente, esquecendo assim de que a popularidade só se ganha de duas formas, ou com bondades, ou com baixeza, infâmia e descaramento, sofrendo caladinho qualquer liberdade de pé-rapado, que tem isso?! Mas Jerônimo Barbalho ia responder-lhe, quando entraram os Procuradores do Povo, que tinham ido chamar Thomé Corrêa, e com eles vinha o Tabelião Antonio Francisco da Silva, que contou por fé ter ouvido dizer ao Governador que não convinha no removimento, e expulsão como já disse a Vs. Ms. mais acima. Aqui foi que o Povo mostrou quem era, e quanto valia! Um chuva de insultos caía sobre o Governador, e sobre quantos iam com ele, e todos a uma vez aclamaram que elegiam, e queriam, como com efeito disseram, e elegeram por Governador da Praça e seu distrito ao Capitão Agostinho Barbalho Bezerra, fidalgo da Casa de Sua Majestade, Comendador da Ordem de Cristo, e filho do defunto Luiz Barbalho Bezerra, Governador que havia sido em 1643; e logo assim coagregado e junto correu desatinadamente às casas onde morava o mesmo Agostinho Barbalho, sem ouvir, nem atender Lucas da Silva, que com toda a força de seus pulmões lhes bradava que parassem, até que cansado de gritar seguiu a turba até as ditas casas, que estavam vazias.

— Ao Convento de S. Francisco! Bradou Lucas da Silva, em meio já dos amotinados.

— Ao convento de S. Francisco!... Bradaram todos já em movimento, e em breve espaço a ladeira de S. Antonio, e o pátio, ou eirado da igreja encheu-se desta multidão, chamando a grandes brados pelo refugiado, depois de o aclamarem por Governador, ao que ele se escusou sempre, até que entraram dentro, e insolentemente

o trouxeram à força para fora, e dali à Câmara, onde Agostinho Barbalho forte com a presença dos Oficiais prorrompeu nestas vozes:

— Que razão, e que causa me dais vós para que aceite a levantuosa nomeação, que haveis feito? E que causa e razão haveis para o fazer, tendo como tendes, Governador em Thomé Corrêa de Alvarenga, a quem eu reconheço como tal, e que vós deveis obrigar que continue no governo?!...

— Pois se não aceitais, haveis de morrer!! Replicou o Povo a uma voz; haveis de aceitar a nomeação do Povo, ou perder a vida; aceitai, que nisto fazeis grande serviço a Sua Majestade, e será em bem comum de nós outros!

Agostinho Barbalho, voltou-se para um e outro lado como buscando um meio que lhe salvasse a vida, sem comprometer a honra, que ele julgava arriscada aceitando a nomeação que o Povo fizera: e vendo-se a braços com o rancor e insolência da plebe só e sem apoio para contrariá-la e repeli-la, considerando em como se arriscava a Praça, por servir Sua Majestade, remir a própria vida e por quietação do Povo aceitou o cargo de Governador, debaixo de todos os protestos.

E logo toda a multidão gritou que dava preito e homenagem ao novo Governador, o qual pondo ambas as mãos sobre um Missal; em que estavam os Santos Evangelhos, disse por esta forma:

— Prometo a Sua Majestade o Rei D. Afonso, como leal vassalo seu de ter e manter esta Praça, e a defender com cautela e sem engano, guardando em tudo o serviço do dito Senhor, até pela própria vida por ele, e entregá-la somente à ordem do dito Senhor Rei.

Tendo acabado de prestar homenagem Agostinho Barbalho Bezerra, o Povo deu por levantada a que Thomé Corrêa de Alvarenga havia tomado, mandando que se lavrasse um auto, em que o ocorrido fosse exposto, e pelo qual o davam por desobrigado dela, e o governo da Praça; este auto fez o tabelião Antonio Francisco da Silva em presença do novo Governador dos Oficiais da Câmara, e dos tabeliões Sebastião Serrão Freire e Antonio de Andrade, sendo assinado por cento e doze homens, além do Governador eleito e eclesiásticos, e porque não era possível que todo o Povo assinasse,

elegeu como procuradores *ad hoc* Jerônimo Barbalho Bezerra, Diogo Lobo Pereira, Jorge Ferreira Bulhão e o alferes Lucas da Silva.

Sabeis vós como um homem descendo acelerado por uma ladeira íngreme, tendo em vista parar em certo ponto, desce, desce, mas à sua mesma violência leva-o onde não queria apesar de sua vontade? Pois assim é o Povo em uma revolução; assim é ele quando põe de lado o trabalho, ou a paciência, quando se levanta rei esfarrapado e descalço, rei cego, tirano, estúpido e temível: assim foi este Povo do Rio de Janeiro de 1660, porque mal findaram uma violência, entraram em outra, constringendo o Ouvidor Geral Pedro de Meitre a abrir o pelouro para nomeação de nova Câmara, que, a que estava, não merecia suas simpatias, exinosa só por haver sido eleita em outros tempos! Ora, sendo costume abrir-se os pelouros no 1º de Janeiro, manifesta já a violação da Lei: mas quando foi que amotinados quiseram saber de outras leis que não fossem as de sua fantasia, apesar de chamarem os de todos os tempos que por guardá-las, se levantam? Nunca e mentem! O Povo amotina-se ou faminto ou farto e ocioso, e a ociosidade e a fome não conhecem leis, nem deveres. Violaram a Lei fazendo abrir o pelouro, e o Povo entrou da eleição de seus novos representantes, nomeando para juízes Diogo Lobo Pereira e Lucas da Silva; e para vereadores a Clemente Nogueira da Silva, Fernando Tarelo Homem, Simão Botelho d'Almeida e Procurador Euzébio Dias Cardozo, vociferando e clamando todos, que usando do seu direito aprovavam e ratificavam aquela eleição, e que só por ela estariam.

Porém, o ódio não estava satisfeito com a deposição de Thomé Corrêa de Alvarenga, era preciso mais alguma coisa e as casamatas da Fortaleza de Santa Cruz da Barra abriram-se para recebê-lo, depois de lhe haver sido intimado o auto revolucionário, para que mais não usasse do cargo de Governador da Cidade e seu termo, ao que ele respondeu, que não encontrava a ação do Povo por entender ser assim serviço de Sua Majestade, paz e quietação da República, porém que o fazia salvos todos os protestos, e violentado: mas nem esta determinação o salvou da afrontosa prisão, para onde o arrastaram juntamente com o Provedor-Mor Pero de Sousa Pereira. Se mesquinha era a sorte de Thomé Corrêa, não era também para desejar a de Agostinho Barbalho Bezerra, porque ambos eles tinham

um mesmo pensamento, ambos consideravam com horror o termo e paradeiro de tantos excessos, afadigando-se por encontrar-lhe uma barreira; desesperado de encontrá-la chamou este à Câmara do Sargento-Mor do Presídio Martim Corrêa Vasques, aos capitães, e o Auditor da gente de guerra e Ouvidor Geral o doutor Pedro de Meitre Portugal, que acudiram prontamente, sem embargo dos insultos e ameaças do Povo, que em vozes e alaridos lhes lembrava a sorte de Thomé Corrêa que haviam prendido já, se não reconhecessem como legítima a nomeação de Agostinho Barbalho, ao que eles anuíram, malgrado seu, e só por não trazer sua oposição mais horrores do que os grandes que se viam. Vendo os amotinados reconhecida por todas as autoridades a nomeação de seu Governador apresentaram certos capítulos, cujo deferimento ele cometeu para o diante; o que sofreu mal Jerônimo Barbalho e outros, reunindo-se todos na noite de 15 de Novembro, discutindo largamente os interesses de cada um; na manhã do seguinte dia, e em vereança, foi lida, aprovada e remetida para a Câmara de S. Paulo uma carta cheia de embustes e falsidades, digna ata da sessão noturna do dia antecedente, e que dizia:

“São tantos os apertos, ou melhor dizer tiranias, com que o mau governo de Salvador Corrêa de Sá e Benavides, e seus parentes têm oprimido a toda esta Capitania que não podendo já suportá-lo por mais que se intentou, resolveu-se assim a nobreza como o clero, ainda a este povo conformes, unanimemente a deitar de si a carga com que já se não podia findar a justificação, que esperam fazer ante os pés de Sua Majestade, das causas que tinham e os moveram, e em que se fundaram para depor ao dito Salvador Corrêa de Sá e Benavides, e a Thomé Corrêa de Alvarenga do governo em que por sua ausência o deixou; tirando também de seus postos ao Sargento-Mor Martim Corrêa Vasqueanes, e ao Procurador Pero de Souza Pereira, que todos ficam presos nas fortalezas desta cidade, pois todos estes senhores reconheciam esta miserável Capitania com outros parentes seus por governadores dela, tratando só de seus acrescentamentos, e por muitas vezes da nossa destruição; de que os moradores dessa Capitania, que a ela vêm com suas drogas, são boas testemunhas, pois experimentaram o rigor com que se lhes tomavam, e o mau pagamento que delas tinham, como tão bons vizinhos com o ordinário sustento de quanto aqui necessitamos, devendo ser

diferentemente correspondidos ao benefício que nos fazem, como será daqui por diante sendo Deus servido: suposto isto quiseram com toda a verdade representar a Sua Majestade entre outras coisas o procedimento, com que o Administrador Geral das minas Pero de Souza Pereira se tem havido nelas em razão dos estanques que já mandam fazer de aguardente, vinho, e outras fazendas, para com eles comprar ouro, e mandá-lo à Sua Majestade com o título de que era rendimento dos quintos, a fim de ir sustentando o muito que tinha prometido ao dito Senhor que pretendia tirar das sobreditas minas; e também o que nessa Câmara se tem aclamado sobre o mineiro Jaime Cosme, do qual corre por aqui que fora violentamente morto em respeito de haverem mandado à Sua Majestade em nome do dito Cosme alguns avisos fantásticos para se ir continuando com o mesmo engano. Pedimos a Vs. Ms. nos queiram mandar informação certa de todo o sobredito pois também Vs. Ms. fazem nisso serviço a Sua Majestade, que tanto deseja saber com certeza o desengano destas minas, e de todo o procedimento delas, fazendo também, se a Vs. Ms. parecer, aviso ao dito Senhor, enviando-nos as cartas, para por nossa via se lhe remeterem, etc., etc.”

Esta carta atrevida e manhosa, pois foi feita com intenção de conhecer o ânimo dos Paulistas a respeito de Salvador Corrêa, teve sua resposta em 18 de Dezembro, e como ela não chegou às mãos e conhecimento dos alevantados senão em 23 de Janeiro de 1661, para não antecipar os acontecimentos em seu tempo a daremos também a ler a Vs. Ms.

Capítulo VIII

Logo que os Paulistas receberam a carta da Câmara do Rio de Janeiro, e depois que a ela responderam de forma a não deixar em dúvida seus sentimentos de lealdade, e afeição a Salvador Corrêa, escreveram também a este, rogando-lhe por mercê quisesse assistir na vila de S. Paulo, ao que ele se escusou dizendo, que o chamavam ao Rio diferentes negócios, sendo de muito peso a obra de certos galeões, que ali estava começada; e porque o principal fundamento desta obra era na Ilha Grande por haver ali muitas madeiras, tablados, estopas e embês para amarração, ia-se para a Vila de Angra dos Reis, sem embargo da lembrança que lhe faziam de estar ela tão chegada à Cidade do Rio de Janeiro: quanto à oferta de suas pessoas e fazendas, com que se diziam aparelhados para acompanhá-lo, lha agradecia, por estar certo de que os habitantes daquela cidade se teriam sossegado à vista do bando, que no 1º de Janeiro de 1661 mandara lançar ao som de caixas, perdoando aos alevantados seus excessos; declarando todavia por inconfidentes ao real serviço os oito Procuradores, quatro da nobreza, Jerônimo Barbalho, Jorge Ferreira, Pedro Pinheiro, e Matheus Pacheco; e outros quatro dos oficiais Mathias Gonçalves, Manoel Borges, Antonio Dias e Antonio Fernandes Alonso, ao Sargento-Mor, capitães do presídio e ministros dele havendo-os por reformados e inábeis, condenando-os por toda a vida para a conquista de banguela e mais penas que Sua Majestade fosse servido dar-lhes, e aos Procuradores, como cabeças de motim, em pena de vida o perdimento dos bens, se acaso não obedecessem prontamente a seu mandado, que vinha a ser governar o mesmo Agostinho Barbalho Bezerra em sua ausência, sem embargo de haver sido eleito pelos amotinadores; outrossim que o vereador mais velho que servisse na Câmara, fizesse juntamente o ofício do Provedor da Fazenda, e que nos casos em que o Capitão-Mor não pudesse resolver

por si só o fizesse com assistência dos oficiais da Câmara, Ouvidor Geral, e dois letrados, que o Povo houvesse de eleger, evitando-se o novo modo de parlamento. Porém os amotinadores nem à bondade do General Salvador Corrêa de Sá, que até lhes concedeu parte das condições, ou capítulos, que haviam apresentado a Thomé Corrêa, nem ao desengano e fidelidade dos Paulistas curvaram a fronte rebelde e altiva! No dia 23 de Janeiro chegou a esta Cidade a resposta da Câmara de S. Paulo, monumento de lealdade, que junto ao de Amador Bueno, quando não houvera outros muitos, bastava para fazer o elogio dos valentes e intrépidos filhos da Província; era a sobredita carta concebida nestes termos:

“De 16 de Novembro é a carta que aqui recebemos de Vs. Ms., cujo cuidado presente sentimos grandemente, e muito mais as causas dele. Deus nosso Senhor, que nos maiores trabalhos costuma dar por meios suaves alegres fins, se sirva concedê-lo assim a este de Vs. Ms., para que em breve vejamos a esse povo restituído na posse de seu antigo sossego, para lhe darmos os parabéns como agora lhe damos os pêsames dos seus enfados.

A informação que Vs. Ms. me pedem dos estanques, que o administrador das minas Pero de Sousa Pereira mandou fazer dos vinhos e aguardentes, não podemos satisfazer, porque nesta vila nunca os pôs; e se nas outras o fez, pela razão de que lhe ficavam elas em via para a jornada das minas, é tão fora de mão como esta; as Câmaras delas devem informar a Vs. Ms. neste caso da verdade que ignoramos. Enquanto à morte do mineiro Jaime Cosme, susposto que ao princípio a fama, como em outras coisas publicou que fora violentada, todavia em contrário se praticou depois, e entre nós serve nesta Câmara quem com curiosidade perguntou pelo sucesso a pessoas que foram presentes, as quais lhe disseram que fora a morte casualmente desastrada, porque indo a mudar-se com passo mais largo o dito mineiro para outra pedra, por haver antes sentido o ruído, escorregara, e caindo se despenhara na cata ou alta cova que se fazia: também disso podem ter mais plena notícia os que são vizinhos ao lugar onde sucedeu o caso. Em razão do General o Senhor Salvador Corrêa de Sá nosso Governador, experimentamos tanto pelo contrário as mal fundadas queixas desse povo, que com todos os dessa Capitania juntos mal lhe pagaram parte do muito que

por eles há feito, e a esses estranham a novidade do sucesso, a que Vs. Ms. devem acudir com o remédio, para que Sua Majestade fique melhor servido, e nós não faltaremos à obrigação que temos de seus leais vassallos.”

Do conteúdo desta carta, e de outras notícias tiraram as cabeças da sedição novos motivos para atrevimentos novos, propondo em vereança de 24 de Janeiro que se tomassem rigorosas medidas por haver certeza de vir o Governador expulso, para o que estava ele congregando gente em S. Paulo; e se dizia que por mar pretendia fazer sua entrada, pela calçada do monte, a tomar uma das fortalezas da barra, para dali conseguir o seu intento: por isso requeriam a eles oficiais da Câmara, que logo com toda a brevidade e cuidado fizessem aviso ao Governador Agostinho Barbalho para que no mesmo dia guarnecesse as ditas fortalezas com cinqüenta soldados mais em cada uma, além dos que já tinham, com ordem e instruções aos capitães delas de como receberiam o dito General, se acaso as acomettesse; e mais, que por terra se pusessem espias em certas paragens, que deviam ser demandadas, caso o acontecimento fosse por terra. Seguiu-se a execução ao aviso e requerimento, porque Agostinho Barbalho temia com razão algum excesso nos populares desatinos; assim no dia 25 partiu o capitão Agostinho de Figueiredo com sua companhia a tomar conta da fortaleza de S. João, onde estava preso o Sargento-Mor Martim Corrêa Vasques, e para a de Santa Cruz dezesseis soldados e um cabo às ordens do Capitão da mesma Antonio Nogueira da Silva; e porque a saída desta gente desfalcava muito a guarnição da praça, foram mandados vir do recôncavo três companhias, a saber, uma de Jacarepaguá, outra de S. Gonçalo, e outra de Suruí.

Nestes e noutros preparos de criminosa resistência gastaram os amotinadores o restante do mês de Janeiro, reunindo-se todas as noites em casa de Jerônimo Barbalho Bezerra de onde saíam preparados e discutidos os atos forçados da passiva autoridade do Governador; porém estes armamentos e diligências tinham segundas e ocultas vistas: certo descontentamento, que começava a lavrar surdamente entre os da ínfima plebe, dominada pela voz poderosa do Quebra-Espadas, dava sérios receios aos influentes que por se desembaraçarem dos dois irmãos Esteves mandaram-

nos como espias para o interior, enquanto que as fortalezas da barra recebiam como reforço de sua guarnição alguns mais atrevidos em suas falas: ora, não foi sem grande sobressalto, que foi ouvida por Jerônimo Barbalho a notícia de que Fausto de Esteves chegara à cidade, pois que por qualquer motivo que fosse, a sua presença era de mau agouro; maior foi ainda, quando no mesmo dia 31 por noite o Quebra-Espadas se apresentou ao clube armado até os dentes:

— Eis-vos aí todos conversando bem descansados, senhores cavaleiros! Disse ele, depois de olhar para um e outro lado com ira e despeito.

— E eis-vos aí, que assim sabeis desempenhar o que vos cometem! Respondeu Lucas da Silva caminhando para ele; porém, estacou em meio do caminho, porque Fausto de Esteves levara rapidamente a mão direita ao seio.

— Aqui vereis se desempenho, ou não o que me cometem! Retrucou ele retirando-a dentre a veste, e mais um papel embrulhado, que apresentou a Jorge Ferreira.

E o papel correu de mão em mão, até vir parar na de Lucas da Silva, que tinha gasto todo o tempo, que os outros levaram a lê-lo, em consertar-se do susto porque passara com o movimento não esperado do mensageiro.

— Ao Senado da Câmara compete indagar da traição...

— Ao Senado da Câmara?! Interrompeu Fausto de Esteves; e por que não há de ser ao povo? Nós temos de tomar contas aos senhores padres de certa escritura de transação, amigável composição e renúnciação, que eles fizeram conosco em 25 de Julho de 1640, pela qual desistiram da procuração, execução e publicação da Bula de Paulo III nosso santo Padre, que Deus tem; o povo quer visitar os reverendos padres, senhores cavaleiros, deixai-o com sua vontade, que fará bem; é preciso mostrar-lhes nossa afeição pela bondade, que tiveram com nós outros, e demais o povo quer ouvir o seu nome nas ordenanças Só ouvimos: – o Governador... o Senado da Câmara... os Procuradores do povo... Senhores Procuradores do povo, procurais para vós, ou para ele?!

— Sois...

— Um pateta! Disse Diogo Lobo interrompendo a Jerônimo Barbalho, cujos olhos chamejavam; tomai lá esta bolsa pela vos-

sa diligência, e esperai amanhã no Senado para ouvirdes se o povo manda e ordena, ide! E o tribuno vil arrefeceu com o contato do ouro, e deixou a sala; no outro dia pela manhã, 1º de Fevereiro de 1661, gritava pelas ruas da Cidade um pregoeiro nestes termos:

— Ouvi o mando, que manda o povo desta Cidade e seu recôncavo, que toda a pessoa de qualquer qualidade, que seja parente, ou não do General Salvador Corrêa de Sá e Benavides criado, amigo, afeiçoado, que se quiser ir para sua companhia, se irá manifestar ao Senado da Câmara, para se lhe dar licença, e toda a boa passagem que lhes for necessária para se partir, para que dentro em dois dias o possam fazer sem se lhes fazer ofensa alguma; e passado o dito prazo sem se virem manifestar, e constando ao depois por qualquer via se carteia com o dito general, ou segue sua voz, será preso e degradedo por dez anos para Angola, e haverá mais a pena que o povo lhe quiser dar.

— Eis aí o segundo efeito de meu atrevimento! Dizia um homem de fera catadura para o povo, que se havia acercado do pregoeiro; veremos agora, continuou ele apontando para o monte de S. Januário, veremos agora se nos deixam ir lá em cima, que senão *alafé* que das mãos dos senhores procuradores há de sair a procuradoria.

— Tende conta com os ditos, amigo Quebra-Espadas! Disse o Licenciado Antonio de Barros, que também havia parado para ouvir o pregão, homem sabedor e amigo declarado do povo; tende conta não vão eles fazer algum conchavo com os jesuítas – *pro bono pacis*, como eles padres costumam, adeus, meu valente!

— Deixai-os todos comigo, jesuítas e Procuradores do povo, que lhes farei boa cama!

— Mas, senhor Fausto, qual é o outro efeito do seu atrevimento? Que se este bando é o segundo, por certo há de haver um primeiro.

— Ora vá-se com satanáas, senhora Brígida dos Santos! Está Vs. Ms. com essa sua cara encarquilhada e amarela como um velho pergaminho crestado, as costas arremedando aquele monte lá ao longe, cujo nome tomou seu marido depois de certo aguaceiro de bordões no arruído de Março, e não há motim, ou ajuntamento, onde a não vejamos?! Vá-se a rezar nas contas por sua alma, que em

pouco terá de dar apertadas contas de alguns desvios que eu sei, e de outros que só Vs. Ms. sabe.

— Ladrão, carrasco e traidor! Disse a velha afastando-se; deixa-te estar, que boa cama te farei eu a ti: Lucas da Silva saberá quem tu és!!

Enquanto o bando caminhava pela cidade, concertavam os oficiais da Câmara a seguinte carta, que dirigiram ao Reitor dos Jesuítas:

“Os Procuradores do povo me fizeram queixa hoje neste Senado, do padre Antonio de Mariz, superior da aldeia dos índios de S. Bernabé, de que tinham por notícia e era certo, e disto sabedores, de que o dito padre estava fazendo muita gente de índios da terra, amotinando-os para servirem e acompanharem ao General Salvador Corrêa de Sá e Benavides, obrigando-os e excitando-os com palavras e promessas de que o dito general os há de libertar, porque o povo os quer cativar, sentindo muito o mal destas ações do povo, o que lhe tem dado grandíssimo escândalo; nós o fazemos saber ao padre, e lhe requeremos da parte de Deus seja servido mandar recolher o dito padre superior, e pôr outro em seu lugar, com a advertência que trate das coisas que estão a seu cargo, e não se meta nas da República, porque assim fique este povo satisfeito e quieto, e o padre em paz. Guarde Deus ao Padre. Em Câmara ao 1º de Fevereiro de 1661 anos – Lucas da Silva, – Diogo Lobo Pereira, – Fernão Tarello Homem, – Simão Botelho da Cruz”.

Era tão sem fundamento semelhante imputação, e só levantada para cobrir os interesses e vistas do caudilho da plebe, dando-lhe um motivo para regressar à Cidade, e satisfazer seus infames intentos que os mesmos oficiais da Câmara bem o mostram na languidez desta carta, porque de tão grande crime só pediam como satisfação o removimento do superior da aldeia; ainda que na resposta do Reitor se entreveja algum motivo para desconfianças, o padre Mariz tinha dado à língua com efeito:

“*Pax Christi*. Consultei com todos os padres deste colégio, respondeu o Reitor, o ponto sobre que Vs. Ms. me escrevem, e achamos que é impossível que o padre Antonio de Mariz faça gente índios da terra, amotinando-os para servirem e acompanharem ao General Salvador Corrêa de Sá e Benavides, obrigando-os e investindo-os

com palavras e promessas, sentindo muito mal das ações do povo; e porque seria grande infâmia do padre e da Companhia condená-lo logo a ser traidor ao povo no tocante ao fazer gente, que no que toca a sentir mal, e dá-lo a entender por palavras parece coisa dificultosa, visto terem posto preceito de obediência e outras penas que não se reprove o que o povo faz, pois isso não nos pertence, não convém que folgemos e falemos mal de suas ações; porém não é tão impossível como o primeiro, porque inadvertidamente pode escapar uma palavra que advertidamente não se diria, e talvez os que ouvem trocam as palavras, e calam algumas circunstâncias que mudam os sentidos e as palavras, pelo que nos parece, que alguns dos senhores procuradores, ou dos senhores desse nobre Senado e eu vamos à aldeia, e saberemos o que na realidade se passa; e achando o padre culpado resolveremos com os ditos senhores procuradores do povo o que for bem e mais conforme ao gosto de Vs. Ms.; os padres acordarão facilmente em que lá se ponham clérigos e virão os padres, porque estamos moralmente feitos que os mal afetos da Companhia a cada passo hão de informar a Vs. Ms. e aos senhores procuradores do povo, conforme o afeto que têm, e quanto menos mal informados dos índios, que quando estão com vinho levantam mil mentiras, como eu experimentei muitos anos, e os padres não podem andar com estes sobressaltos. Guarde Deus a Vs. Ms. Colégio, em o 1º de Fevereiro de 1661 ano. O padre Antonio Fortes.”

Acabada esta carta, e remetida ao Senado, entrou o Reitor dos Jesuítas em penosos cuidados de como se livraria e os seus de algum excesso da população, desconfiando que suas razões não fossem atendidas pelos procuradores do povo; e como as portas e paredes de seu Convento, ainda que fortes e bem seguras, não bastassem a defendê-los, resolveu-se a procurar socorro nesses mesmos, que temia, indo buscar os capitães Garcia da Gama e Alexandre de Castro por meio dos quais ofereceu boa soma de dinheiro aos soldados de suas companhias para que em caso de algum acometimento os tivessem propícios: ora quando o Reitor saía da casa de Garcia da Gama, reparou numa velha, que o seguira desde a portaria de seu Convento, e que como de propósito ficara esperando-o; seguindo caminho para casa do segundo capitão Alexandre de Castro levou-a sempre de olho, e ao sair encontrou ainda a velhinha que o esperava:

— Não, isto não pode ser acaso! Ou eu me engano muito, ou esta maldita velha segue-me os passos e é uma espiã; manha com ela, e saberemos a verdade.

E o jesuíta voltou atrás, e chegando-se para a velha:

— Boa mulher, disse ele com esse tom que os da Companhia tinham inventado, ou ao menos apurado, boa mulher sabeis onde mora o Capitão Salvador Corrêa...

— Que serve na companhia do defunto Antonio Corrêa não é, senhor padre?

— Esse mesmo.

— Pois mora na rua da Misericórdia ao pé da casa dos coqueiros que foi dele muito tempo.

— Tenho eu uma carta para entregar-lhe, porém tenho-a lá no Convento, e estou tão cansado, que não terei forças para subir duas vezes a ladeira; quereis vós levar-lha, pagando-vos eu vosso trabalho?

— Pelo amor de Deus vô-la levava senhor padre, quanto mais por alguma coisa que me deis, que sou tão pobre!

— Pois vinde comigo.

Chegados no alto de S. Januário, o jesuíta entrou no Convento para escrever ao Capitão Salvador Corrêa, participando-lhe a imputação que haviam feito ao padre Mariz, rogando-lhe de avistar-se com os Oficiais da Câmara para certificá-los do falso de semelhante acusação; depois chamou um índio inteligente para seguir a velha de longe, à qual deu o escrito.

A tia Brígida dos Santos, espiã de Lucas da Silva e portadora da carta do padre Antonio Forte, mal que desceu a ladeira correu a entregar a mensagem nas mãos do criado de sua filha, contando-lhe como vira o jesuíta entrar nas casas de Garcia da Gama e Alexandre de Castro.

— Bem está, minha avó; porém as novas que me trazeis, já são velhas para outros e para mim; desta carta não sabe o Quebra-Espadas por certo, mas que o Reitor dos padres visitou os capitães sabe-o ele, e até o que disseram entre si!!

— Maldito Quebra-Espadas, que sempre me vence! Murmurou a velha; e vós fiais-vos dele, senhor Lucas? Se soubésseis o que esse tratante diz de vós outros, que libertastes o povo?!

— Sim, sim! E um demônio perigoso, que além de tudo nos é preciso; ele faz do povo quanto quer, e nós temos alguma; já me disseram que os que vão com ele, pretendem nomear novos Procuradores, e falam em Ambrósio Dias e outros; ide indagar disso, e voltaí, seja a que hora for da noite.

Os receios de Lucas da Silva eram bem fundados; no dia seguinte, muito antes de começar a sessão da Câmara, ondas de povo furioso desembocaram de todas as ruas, e em breve fizeram de cerca da casa um muro tão compacto, que os Oficiais mal puderam atravessá-lo para entrar na sala; na soleira da porta com o arcabuz carregado o Quebra-Espadas movia o povo à sua vontade; um pouco desviado dele via-se em grupo Jerônimo Barbalho, Jorge Ferreira, Lucas da Silva e Manoel Borges; e lá no fundo da sala alguns dos Oficiais, que vinham chegando, e tomavam seus lugares.

— É preciso contê-lo dizia esbravejando Jerônimo Barbalho; nós o deixamos tomar conta da vontade do povo, porque assim nos convinha; porém já não precisamos dele, e seja como for, deve desaparecer o ídolo da canalha, que nos embaraça!

— Pois eu digo, que é melhor contentá-lo, disse Jorge Ferreira que monta para nós a reforma dos três capitães e da tropa? E mesmo uma medida de segurança, porque todos eles são parentes, ou aderentes do General Benavides.

— É verdade! Acrescentou Manoel Borges: e até pelas fortalezas é que deve começar a justiça: Antonio Nogueira da Silva, que está na do Registro, é casado com uma prima de Salvador Corrêa de Sá: Afonso Gonçalves Mattoso que manda a de S. João, é afilhado do mesmo; as de Santiago e S. Sebastião não têm piores nem mais seguros amigos do general, de sorte que o povo viu melhor do que nós outros, e a reforma de uns, e suspensão de outros é necessária.

— Eu bem sei o que é necessário, e não preciso que aquele miserável me lembre! Retrucou Jerônimo Barbalho; de mais, que vem fazer cá Ambrósio Dias, que ele quer nomear como Procurador do povo?

— Que vos importa isso? Andará entre nós como uma folha seca ao gosto do vento, deixai-o comigo; eu vou tomar assento e logo que chegar o resto dos vereadores propõe vós a reforma, que vereis o povo satisfeito, e o povo é tudo.

Completa a Câmara, foi proposta a reforma dos três Capitães Garcia da Gama, Alexandre de Castro e Salvador Corrêa, bem como a suspensão dos Capitães de Fortalezas e nomeação de outros, de que lavrou auto o Tabelião Antonio Ferreira da Silva; e sendo levado ao Governador para o confirmar este respondeu à Câmara que por estar sangrado e de cama não podia ir ao Senado: que se a utilidade pública pedia arrebatada resolução, quisesse a Câmara com os procuradores do povo tratar em sua casa o que melhor conviesse ao serviço d'El-Rei e bem do povo. Ouvida pelos Oficiais a resposta do Governador replicaram-lhe com o capítulo 12º dos que o povo havia apresentado a Thomé Corrêa, assim concebido:

“Que o Governador que hoje governa, e ao diante governar, não chame à sua casa os Oficiais da Câmara em corpo de Câmara; e quando quiser alguma coisa, vá, ou mande propor por pessoa que lhe parecer for capaz do conselho do negócio que tratar, para que os Oficiais da Câmara livremente possam resolver: o que não podem fazer livremente em casa com a presença do dito Governador.”

Capítulo IX

Paciência, o que és tu? És a oposição aos desejos e vontade do homem, ou a incapacidade de obrar com voto livre? Se és a primeira, não podes durar muito, e por isso diz judiciosamente o vulgo que te gastas; se és a segunda, não me admira o homem paciente: és uma virtude, bem o sei, porém há instantes na vida do homem, em que poderias ser um grande pecado. Foi, pensando assim, que Agostinho Barbalho indignado com a réplica, que como vimos no capítulo antecedente a Câmara lhe enviara, e olhando para sua dignidade sem temer as conseqüências ulteriores, protesta não confirmar semelhante auto pois que por ele se usurpava a jurisdição real; mas espalhando-se pela Cidade as palavras do Governador, o Povo com o mesmo calor e atrevimento do dia antecedente, correu à sua casa, e o teriam feito pedaços, se lhe não fora apresentado um papel, onde com mal segura mão Agostinho Barbalho escrevera estas palavras.

“Confirmo as nomeações de Capitães de Ordenanças, e mais reorganização de Infantaria, sem embargo do que eu tinha feito na forma que S. Majestade me tinha ordenado, e a que se me oferece: confirmo, com o protesto de me não prejudicar, porque o faço violentado, e por entender ser mais serviço de sua Majestade, de que pagarem os mais. Rio de Janeiro 3 de Fevereiro de 1661. Agostinho Barbalho Bezerra.”

Esta violência abalou-o tão fortemente, que por três dias teve mui contingente a vida; na tarde do dia 7 uma mulher cuidadosamente embrulhada em seu mantéu, requereu falar-lhe, mas os Práticos, que lhe assistiam noite e dia quiseram impedir-lhe; então a mulher, sem mostrar o rosto, escreveu num pedaço de papel algumas palavras, e dobrando-o entregou-o a um dos Mestres para que debaixo de juramento o entregasse ao Governador, sem o ler,

e logo. Um instante depois todos saíram da câmara do doente, e a mulher teve audiência.

A doença, e ainda mais os trabalhos, por que passara desde o começo da revolução tinham desfigurado por tal forma Agostinho Barbalho Bezerra, que a recém-chegada ao vê-lo não pôde reter sua admiração, e sentimento:

— É compaixão, ou horror, que vos causo, senhora? Disse ele com voz triste e desfalecida; a desgraça como que se empenhou contra nós ambos!

— Sim, sim! Porém vós em pouco ficareis tranqüilo; eu... Um futuro horroroso me aguarda... Já tendes notícia do bando, que o General Salvador Corrêa fez publicar nas vilas de S. Paulo?

— De nada sei!

— Pois aqui vos trago uma cópia.

E a mulher tirou do seio um papel, que depôs nas mãos do Governador.

— Perdoados! Exclamou ele em meio da leitura; homem generoso e humano... A mão do Senhor está sobre nós, que tantos crimes começados e concluídos sem sangue...

— Vossa bondade vos alucina, disse a mulher tristemente; começaram, progrediram, mas não acabarão sem sangue.

— Que dizeis?! Pois não vedes o perdão assinalado pelo General?! Temeis acaso que ele falte ao prometido?

— Não; porém, se recusarem o que se lhes promete?

— E quem será tão insensato!?

— Jerônimo...

— Desgraçado!

— Salvai-o, salvai-o!! Que a voz do sangue se levante, já que a minha, ó meu Deus... já que o pranto de sua mulher e de sua filha nada pode! de rastos a seus pés o rogo desde ontem, e não quer ouvir-me... vede-me agora de joelhos diante de vós, ouvi-me em nome de vossa mulher e de vossos filhos!...

— Não vos ouvirá, por certo, como quereis! Disse Jerônimo Barbalho, que encostado no umbral da porta da câmara ouvia as súplicas de sua mulher.

— Jerônimo, disse o Governador, tu és a vergonha de nossa família! Foste mau filho, és mau esposo e pai, vassalo rebelde...

— Porém não traidor, não traidor!... Em que sou eu a vergonha de nossa família? Nobre sou, mas inimigo de tiranos e soberbos nobres! E se é preciso quebrar o brasão de filho d'algo para conservar meus sentimentos, quebro-o!!

— Louco homem...

— Seja: acaso temos nós obrigação de pensar uniforme? Não será livre o homem sequer pelo pensamento?

— Mas pensar e obrar são coisas diferentes; pensa como te aprouver porém cala-te: não condenes nos outros aquilo em que te louvas.

— E fui eu que forçou o povo a sacudir o jugo tirânico que lhe pesava?

— Foste!

— Pois fui, então?

— És um amotinador, um rebelde!

— Sou, e então?

— O cadafalso e a infâmia te esperam; a maldição de teus filhos e as lágrimas desta desgraçada te pesarão além da morte, e a posteridade renegará teu nome!!

— Embora.

— Miserável, miserável!!

— Agostinho Barbalho, eu não venho aqui como réu para ouvir sentenças; não venho como filho ouvir paternais conselhos, vinha trazer-te a cópia do bando, que já leste; dize-me, que decides?

— Recebo a autoridade de Governador interino pela nomeação de nosso General Salvador Corrêa de Sá e Benavides e intimo-te que sob pena maior te recolhas em casa e dela não sairás antes de três dias.

— Como és fragoso; pois não te pesará com a doença a autoridade do cargo? Queres sempre continuar com o peso do Governo que te deu o povo?...

— Não; porém começarei a governar pela nomeação...

— Não também, meu amigo! O povo é que manda nesta cidade do Rio de Janeiro, e não Benavides; queres governar pela voz do povo?

— Não!

— Pois amanhã serás deposto.

— Jerônimo! Bradou o Governador levantando-se na cama.
— Não sou eu quem o manda, é o povo.
— Espera, ouve-me! Repara no abismo que se abre debaixo de teus pés, desgraçado! E vai-se sem ouvir-me...

Às dez para onze horas da noite desse dia, dois homens embrulhados em compridos mantos repassados de água porque chovia a cântaros atravessavam o pequeno largo em frente da igreja de S. José, sumindo-se velozmente pela viela, que ficava ao lado esquerdo da mesma igreja; iam tão preocupados e com tanta pressa, que não procuravam caminho, fazendo saltar às paredes a lama e água das poças, de que seus pés não se arredavam, até que pararam quase no fim defronte de uma pequena casa enfumaçada, cuja porta se abriu sem ruído ao leve encontro que lhe dera o que ia diante:

— Mestre Abraham, quantos somos? Disse para dentro o que caminhava atrás, segurando o manto do companheiro.

— A casa do mestre é segura, meu irmão, disse o primeiro, deixando cair o pé além da soleira, e voltando-se; entremos, que estou caindo de faminto e cansado, e bem trabalhoso será o dia de amanhã... Olhai, ali o tendes a dormir como um porco, por isso nos não falou ele... O' mestre do diabo, assim guardas tua casa? Continuou ele dando forte empurrão num velho que dormia debruçado sobre uma mesa.

— Então que é lá isso! Disse o velho levantando-se estremunhado; não faço barbas de noite; ide aí adiante...

— Judeu, quem te fala em barbas? Vai buscar vinho e pão, e guarda o teu sabão e a tua água.

O velho levantou-se, e ficou por um pouco olhando para os dois hóspedes; depois ia tornar a sentar-se, quando uma voz de mulher o chamou lá do interior da casa.

— Lá vou, Ruth; mas que quereis vós? Disse para os dois, como se então tivera acordado.

— Alguma coisa para comer, judeu de mil demônios!

— Fausto, como tu falas a este homem! Não sei que tenho hoje que tudo me faz medo...

— Ah! Tu foste sempre assim, meu irmão; depois, a corrida, que nos deram esta noite da qual tu saístes arranhado, e o que temos para fazer amanhã, tudo isso te põe a cabeça azoinada, és um pobre rapaz.

— E não viste como o mestre nos olhou de acolá da porta, quando se foi?

— Ora deixa-o olhar como quiser; tenho aqui minha espada, e ninguém quererá experimentar-lhe o fio; demais, que poderia fazer esse cão velho?

— Ladrar, Fausto, ladrar!

— És um pobre rapaz já te disse; o judeu, Mestre Abraham falar? Quem lhe dá de comer desde aquela alhada do Prelado? A bacia pendurada na porta, aquelas navalhas, o sabão e a toalha é uma impostura; o judeu há de ouvir e calar-se porque nem só com os ricos e poderosos se ocupa o Santo Ofício nesta terra; um judeu pobre serve de principal figura em um ato de fé, onde se queimam cristãos ricos, entendes? Mestre Abraham e sua filha Ruth não quererão tornar a ver Lisboa.

Alonso levantou-se, e foi à porta do fundo observar se alguém os escutava:

— E se ele andar mais ligeiro? Disse tornando para junto do irmão.

— Amanhã teremos uma romaria de urubus para fora da Cidade; e os familiares não serão os últimos: hoje tenho por mim esta espada...

— Que de pouco te valerá! Disse uma voz rouca; e num abrir e fechar de olhos abre-se a porta da rua e a pequena loja enche-se de homens armados.

— Agora o veremos! Fausto de Esteves não se deixa prender com uma espada na mão.

E travou-se desesperada luta entre os soldados e os dois irmãos, que de costas um para o outro se defendiam com valentia; um bote de lança, que Fausto não pudera desviar, alcançando-o pelo antebraço, embaraçou-lhe a espada, e assim descoberto recebeu tão forte pancada na cabeça, que foi à terra sem movimento.

— Acaba-o? Disse um soldado encostando-lhe a ponta da espada sobre o peito.

— Só temos ordem para prendê-lo, respondeu um homem mascarado, que saíra lá do interior da casa; amarraí-os ambos, (porque Alonso tinha sido desarmado também) amarraí-os fortemente, e na cadeia esperem o dia de amanhã, que tanto desejavam!

E os soldados iam sair levando-os, quando apareceu na porta do fundo Mestre Abraham:

— Não quereis que lhes pense as feridas senhor cavaleiro?

— Na prisão o fareis, mestre; ide com eles, e voltai logo que vos aguardo aqui.

E depois que saíram, fechou a porta, desprendeu a máscara e sentou-se:

A luz amortecida de uma candeia apenas deixava distinguir a forma dos objetos, e o vento penetrando através das frestas da porta, punha-a em contínuo risco de apagar-se; o cavaleiro levantou-se talvez com tensão de ir resguardá-la, porém perlongado o agudo assobio, a que do interior da casa responderam logo, reteve-o em seu assento; um instante depois ouviu-se leve ruído de passos no corredor, uma mulher atravessou a loja e abriu a porta:

— Quantos somos, mestre Abraham?

— Quantos vindes, respondeu a mulher.

— Quem és tu? Replicaram de fora.

— Ruth.

— E teu pai onde está?

— Dorme.

— Enquanto que nos enregelamos nós outros aqui! assim é que é o fazer; ora vai acordá-lo, e traze-nos uma luz, que temos receio de tropeçar por aí nas navalhas do mestre.

A mulher atravessou novamente a loja, e o cavaleiro pondo a máscara seguiu-a às apalpadelas.

— Quem me segue? Disse Ruth, parando em meio do corredor.

— Calai-vos! Sou eu, o cavaleiro da máscara.

— Viestes com eles, senhor?!

— Não, estava na loja.

— E meu Pai?

— Foi com os presos.

— Com os presos!

— Sim, falai mais baixo, e ouvi-me: é preciso prevenir meus soldados; subi ao muro do adro, dentro do qual estão eles, e dizei-lhes que cerquem a rua por um e outro lado; trazei alguns convosco aqui por dentro: ide breve, que vos fico esperando!

— Sim... eu vou... senhor cavaleiro; disse a judia com voz abafada; eu vou, acrescentou ela já longe, vou desfazer quanto fazes, miserável! Como me pagarias tu a traição de entregar em tuas mãos esses homens? Como pagaste a meu pai... no cárcere!!

E, com passo largo, Ruth ganhou a extrema de um largo e lodocento pátio, que ficava no fundo da casa de Mestre Abraham; subiu ao muro, e debruçando-se para dentro do adro da antiga igreja de S. José, fingindo um temeroso receio, bradou pelo mestre do terço, e assim lhe disse:

— O cavaleiro da máscara, vos manda dizer por mim, que vos vades todos no maior silêncio para o fim da Várzea; e tereis conta em não deixar que se aproxime de vós outra pessoa alguma, nem tampouco consentireis que atravessem o largo...

E depois a judia abaixou-se esperando que os soldados despejassem o adro, e apenas o fizeram, saltou dentro, correu à porta e dando volta pelo largo veio meter-se entre os homens, que da parte de fora da casa praguejavam Mestre Abraham, porque tão cedo se deitara.

— Má cama tem ele hoje! Disse em meia voz a judia apertando violentamente o braço do ferreiro Brás Safim seu vizinho; má cama, tio Brás, por ser dura e fria como pedra que é; nas lages da cadeia dorme ele senhores! Disse Ruth voltando-se para uns e outros, observando o efeito de suas palavras.

— Nas lages da cadeia! Disse o ferreiro abaixando sua cabeça até o rosto da judia para certificar-se de que era a filha do barbeiro, a moça Ruth.

— Falai mais baixo, tio Brás, que aí está dentro quem me mandou buscar seus soldados para prender-vos, e quem...

— A ele! Gritaram de fora; é um dos inimigos do povo, quer seja dos da facção do traidor Agostinho Barbalho, quer seja dos Sás!

E entraram pela porta, levando adiante das espadas e chuças quanto encontravam, a tempo que a judia levando consigo Brás Safim, e outros escalava o muro do pátio, onde prenderam o cavaleiro da máscara, que ouvindo os gritos de fora da porta, fugira em direção ao adro.

— Tira lá essa máscara, disse o ferreiro insolente, brandindo a espada junto da cara do cavaleiro, tira-a para vermos quem é que nos

quer privar do direito que nos assiste de tirar o mando a um traidor e covarde, que o povo elegeu para o guardar e livrar das tiranias dos Sás!

— E não será este dos protegidos dessa odiosa família?! Grita um dos da turba, arrancando violentamente a máscara, e chegando-lhe do rosto uma candeia que a judia trouxera.

O exame do rosto do cavaleiro encheu-os de confusão; olhavam uns para os outros entreditos, e maior foi ainda seu espanto, quando Mestre Abraham, chegou entre eles, Mestre Abraham, que não esperava encontrá-los soltos dentro de sua casa, depois dos ajustes que havia feito com o cavaleiro; não saberei eu dizer a Vs. Ms. qual de entre todos era o menos admirado, começando pela judia, que julgava o pai a bom recado nas enxovias da cadeia, e findando por Mestre Abraham, que tendo culpas em cartório juntava o medo à confusão, o terror ao espanto.

— Senhora, quereis perdoar-nos tão grande desacato?! Disse o ferreiro para o indivíduo desmascarado; quem poderia pensar que vos encontraria aqui!! É verdade que em vésperas de tão trabalhoso dia como será o de amanhã muito há de ter o chefe que fazer, e talvez que vos encarregasse de nos trazerdes seus mandados, como pessoa que tão junta lhe sois... e nós outros, gente rude mal podemos compreender os pensamentos de vosso marido... Depois esta rapariga, a quem vós talvez não quisestes descobrir onde se fora o Mestre, assustada com a ausência do pai, que julgava preso, foi a causa de nossos desatinos...

— Desatinos! Disse a mulher de Jerônimo Barbalho, o cavaleiro da máscara; desatinos chamais vós ao nobre desejo, e justa indignação que deve causar-nos a traição e a tirania!? Se fora um traidor, ou um tirano quem se ocultara debaixo dessa máscara que me cobriu o rosto, deixá-lo-eis vós sem arrancar-lhe, e exterminá-lo?! O que vós chamais desacato era necessário para bem do Povo a sua segurança; o que dizeis vossos desatinos era vosso dever, e mal farteis se assim não fizésseis...

— Ora aí está como são as coisas! Disse Mestre Abraham transido de pasmo: eu que julgava que feis com...

— Silêncio, Mestre! Disse com prontidão a mulher do caudilho, que viu por um instante descoberta sua fingida simpatia pela

causa dos rebeldes; sim, fizestes o vosso dever, e se vos deixardes levar por atenções, nossos inimigos arteiros e prevenidos frustrarão nossos desenhos.

— Deixai-os conosco amanhã, que lhes mostraremos a uns e outros como se paga a traidores, e qual é a sorte dos tiranos!!

— E sabei vós, que donde menos receávamos, daí nos vem maior perigo?! Jerônimo Barbalho, o amigo do povo, e seu defensor, vos manda dizer que da outra banda de além, na Ponta do Bravo, onde começou tão ditosamente a liberdade do Povo desta cidade e seu termo, lá mesmo foram os traidores com promessas e dádivas corromper aqueles que em princípio se ligaram a nós, e nos ajudaram!

— Quem pensaria tal! Disseram os levantadaos cheios de indignação.

— Quem pensaria tal! Disse também Mestre Abraham, porém diverso era o sentido de suas palavras.

— Ora, o que julgais vós que será preciso fazer? Disse tremendo a mulher de Jerônimo Barbalho.

— Correr a castigá-los, e já porque...

— Que vais tu dizer, mestre João de Almendral?! Interrompeu Brás Safim; não sabes tu que o chefe tem boa cabeça?... Dizei-nos vós senhora, o que ele nos manda que façamos.

— Que vades alá, e breve! disse a mulher do caudilho respirando largamente como se tivesse até aí compressos os pulmões; ide embarcar na Várzea, que lá achareis tudo pronto.

E os levantados saíram todos, e só ficou Mestre Abraham repetindo sem cessar suas exclamações – *eis aí como são as coisas! quem pensaria tal!* Ruth acompanhou a mulher de Jerônimo Barbalho, que a chamara, e depois de conversarem na loja, cujos mochos, espelhos, bacias, toalhas, tudo estava pelo chão despedaçado, foi a moça ter com o pai, enquanto o cavaleiro da máscara a largos passos fazia por ganhar o largo do Paço, que chamamos hoje e nesse tempo a Várzea.

Como fica dito, muito antes que a mulher de Jerônimo Barbalho deixasse a casa de Mestre Abraham, tinham-na deixado os levantados, indo, como lhes ordenara esta embarcar-se no cais da Várzea para a outra banda, estratégia, que julgara destruído a inventora logo que a moça Ruth a instruíra do caminho que fizera tomar aos soldados, e das ordens apertadas que lhes dera; a idéia

de que sua lembrança poderia fazer com que, encontrando-se os rebeldes com os soldados, se batesse magoava-a por tal sorte, que desatinada corria talvez para um grande perigo; porém não são lembranças de homem que mudam vontades de Deus, e a revolução dos habitantes da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro contra seu legítimo governador não devia findar no outro dia, como tinham premeditado Agostinho Barbalho Bezerra, e a mulher do caudilho. A noite de 7 de Fevereiro de 1661 não podia ser a última, porque os acontecimentos do dia 8 eram mais uma página de horrores para a história das quatorze revoluções, motins, assoadas, ou arruídos, que tantos até essa época se contavam!

Não é grande a extensão de terreno, que media entre o largo de S. José e o do Paço, que como já o disse a Vs. Ms. nesse tempo se chamava a Várzea, todavia o cavaleiro da máscara indo a bom correr, não pudera topar em caminho os amotinados, nem tão pouco enxergava os soldados que ela supunha encontrar por defronte do Hospício segundo as informações da judia; é porque para muitos a Várzea era toda a extensão compreendida entre o morro de S. Bento e o de S. Januário, estendendo-se pouco para o poente por causa dos brejais; e os arcabuzeiros de Agostinho Barbalho às ordens do cavaleiro da máscara por desgraça ou felicidade haviam ido lá para bem longe, deixando a praia em frente do Hospício livre para o bem concebido plano da corajosa mulher de Jerônimo Barbalho Bezerra, que sem saber para onde guiasse as passadas, se encostara a uma cruz de pedra, levantada com frente da porta da Igreja: bom pedaço assim esteve, até que um ruído de vozes e passadas do lado da praia lhe chamou para lá a atenção.

— Se a desgraça minha permitiu que fosse descoberto o engano antes de amanhã, disse entre si a mulher do caudilho estremecendo, se eles voltam que será de minha pobre filha!! O maldita seja a ambição, que te arrastou ao abismo, *infeliz homem...* Já me faltam as forças e a coragem, que desde ontem me anima para fazer o que não cabe em forças de uma mulher...

— Porém eu vos ajudarei, senhora, para reparar de alguma forma o mal que vos ia fazendo; meu pai, como vós ordenastes, foi à casa do Governador, e eu se levei tanto tempo em vir ter convosco,

é porque não havia razões que vencessem sua obstinação pois quer por força que sejas dos rebeldes...

— Que creio ali vem, Ruth; vai, certifica-te e volta breve... Mas, ouve... se fossem eles... Vai, vai! e volta breve.

Capítulo X

A noite, elogiada e requerida dos poetas, e que alguém disse tempo em que maior número de idéias filantrópicas tem sido elaboradas pelos amigos da humanidade; a noite, digo eu, é também o tempo em que muitas maldades se concebem e executam, e assim, a noite e o dia é no correr da vida do homem uma e mesma coisa, porque, não é a existência um encadeado de trabalhos, sofrimentos e gozos? Não se ligam eles com o dia e noite? Ou pensa alguém que aquele que sofre profundamente tenha grande alívio nas sombras, ou que mitigue seu sofrer o brilhantismo do sol? A noite de 7 de Fevereiro de 1661 se foi muitas vezes propícia às intenções santas e heróicas da mulher de Jerônimo Barbalho também serviu não só para levar adiante os planos criminosos de seu marido, como para destarte, empecer e destruir tudo quanto ela fazia com espantoso trabalho, que não quero encarecer eu a repugnância com que uma senhora de sua esfera entraria por horas feias da noite em uma casa tão ordinária como era a de Mestre Abraham, lidando com soldados, e caminhando por ruas solitárias, só com sua resolução e amor; assim, como a deixamos encostada à cruz de pedra viu ela passar por perto de si sem mover-se os amotinados, que com pragas e blasfêmias queriam provar aos chefes da revolta a verdade do que lhes acontecera em casa de Mestre Abraham.

— E depois dizia o ferreiro encolerizado, como queríeis vós que adivinhássemos que vos tínheis ido a S. Gonçalo, não a punir traidores, mas a buscar companheiros?! As onze e meia devíamos estar juntos no adro da Igreja passando para ele por casa do Mestre, e são três da manhã quando vos encontramos, em meio da baía remando para a cidade; se lá tivéramos ficado, por Deus, que a mais de um lembrara a possibilidade de uma traição, não cometida por vossa mulher, senhor cavaleiro, mas por algum que tivesse esquecido a causa do Povo...

— Razão tendes vós, mestre! Replicou Antonio Forte Vallango, um dos procuradores do Povo, que sendo de ofício e não da nobreza, era bem aceito por todos; razão tendes, continuou; e, não é o senhor Jerônimo Barbalho quem vô-la quer negar: porém custa-lhe a acreditar, bem como a nós outros, que da outra banda fomos, que fosse uma mulher, e ainda mais a dele, que vos falasse na casa do Judeu: traição, houve-a, mas o traidor...

— Não foi outro, que senão a mulher de Jerônimo Barbalho! E a prova aí a tendes nessa judia que não o nega... Isto é que diz ser uma mulher mascarada com quem falamos, e para reconhecê-la, com mil demônios, aí havia além destes meus olhos, muitos outros!

— Eu fui um, disse Mathias Gonçalves.

— E eu outro, disse Manoel Borges; quantas vezes não fomos nós à vossa casa, senhor cavaleiro? Pois com tantas não ficaríamos com as feições de vossa mulher?...

— Mas, que pretendeis concluir daí? Disse meio irado Jerônimo Barbalho.

— Que se não fosse o acaso, que nos fez encontrar-vos em meio da baía amanhã não teríamos partilhado a vossa boa fortuna nos acontecimentos que terão lugar.

O caudilho aplacou-se.

— O que vos espanta, continuou Manoel Borges, é não saberdes que vossa mulher esteve ontem com Agostinho Barbalho Bezerra; quem sabe se não é por nós o marido, encontra a mulher?! Um dos práticos, que assiste à manhosa doença do Governador, recebeu um papel escrito por ela no qual se dizia que uma pessoa bem conhecida dele Agostinho Barbalho, lhe trazia importantes e graves notícias acerca dos negócios atuais da República: ora, se soubésseis disto, talvez...

— Que ainda assim duvidasse, como duvida, pois que a ida de minha mulher à casa do Governador sabia-a eu; que ela lhe pediu me desviasse da causa e voz popular até o ouvi...

— Pois estivestes ontem com o Governador Agostinho Barbalho?! Interrompeu Lucas da Silva, como admirado.

— Por boca de quem soube a Câmara, que o Governador, esquecendo que a autoridade lhe vinha do povo, atendeu aos mandados de Salvador Corrêa de Sá, e pretende seguir sua voz?!

— E é por isso que não queremos mais Governador! Disseram uns poucos dentre o Povo: vamos já tirar este que elegemos por sugestões, que nobres mal sabem governar.

— Quem sabe se enquanto aqui nos demoramos, disse Manoel Borges, não nos transtornam nossos planos? Quem sabe se os traidores não os divulgaram, e que o dia de amanhã, que deve ser para triunfo do Povo, não seja para sua completa escravidão?!

— E que fazer por estas horas da noite? Replicou Jerônimo Barbalho; não temos aqui a Câmara conosco? Que pode ela fazer agora!? Vamos a dividir-nos para nos reconhecermos, e os amigos do Povo, aqueles mesmo que vós elegestes para vos representar vos dirão o que temos resolvido para de uma vez acabar com a tirania.

E dividiram-se em mangas, que presidiam os influentes; a judia Ruth foi trazida perante Jerônimo Barbalho, e o cavaleiro da máscara desapareceu por um trilha, que ia de junto da Igreja do Hospício ter à lagoa de Santo Antonio, e de lá à casa do Governador Agostinho Barbalho, que ficava por meio da rua, que hoje chamamos da Ajuda. Adiantada ia a noite, porém a porta do Governador existia aberta, e o arcabuzeiro, que fazia sentinela, meio adormecido, mal pôde responder às perguntas do cavaleiro mascarado, que o interrogava.

— Dorme o Governador? Lhe perguntava ele arfando de cansaço; alguém o procurou esta noite?

— Não vos posso responder com certeza, senhor cavaleiro; entrai vós a sabê-lo, que a senha, que me dais vos franqueia a entrada.

— A senha!... Disse em voz baixa o cavaleiro; Mestre Abraham não a trouxe, e por sem dúvida que não falou com o Governador...

E foi subindo um lance de escadas apressadamente, levantando o reposteiro vermelho que cobria a entrada da larga porta, que ficava em frente; uma senhora já entrada em anos tinha deitada em seus joelhos uma menina ao parecer de 8 para 10 anos, que com o pisar do cavaleiro despertara.

— Pobre filha! Disse a mulher de Jerônimo Barbalho despreendendo a máscara; dorme vosso filho? Continuou dando profundo gemido, e falando com a matrona.

— Como está alterada vossa voz, que nem vossa filha vos reconhece, senhora! Respondeu sentidamente a mãe de Agostinho Barbalho; meu filho não dorme, que assim o quer este povo mau, que por fim o há de matar... 5 dias há que não dorme, que não come,

e sempre trabalhando com o pensamento nas coisas do Senhor Rei, que Deus guarde, mas que não há de premiá-lo por tantos trabalhos... Olhai, continuou ela levantando-se, quem mais trabalha, menos...

— Porém, não poderei eu falar com vosso filho?

— Se podeis! Bem passa ele quando tem perto de si algum estranho com quem possa alargar-se em conversas; porque com os de casa, comigo, por exemplo, não há fazê-lo falar...

— Se vós quisésseis conduzir-me à sua presença?...

— Vinde, vinde; eu sei que vosso marido anda nestes arruídos, do que vós não gostais, nem eu tão pouco; porém os homens... Deixai-a ficar, que adormeço novamente, continuou ela, porque a mulher do caudilho ia tomar a filha pela mão para pôr fim à interminável conversa da velha senhora.

E entraram na câmara de Agostinho Barbalho Bezerra, que meio deitado sobre uma cama rasa lia à luz de uma tocha que um pajem segurava, diferentes papéis, queimando-os depois logo. As duas senhoras pararam no limiar da porta para não o interromperem; porém, a curiosidade do pajem denunciou sua chegada.

— Entrai senhora, disse o Governador, pondo os papéis de lado: entrai vós também minha Mãe; preendi naquele anel essa tocha, pajem, e ide-vos. Acabo de ler vossa participação, continuou voltando-se para a mulher de Jerônimo Barbalho, e por ela tudo ia bem como desejávamos, porém cartas de outros, que também velam pela conservação do Estado, destroem nossas esperanças... Vosso marido partiu esta tarde para S. Gonçalo, e voltará...

— Voltou hoje, esta noite, senhor.

— E a gente da Ponta do Brabo?...

— Segue-o.

— Não há mais esperança... Vós vereis a guerra civil reben-tar amanhã, sem que haja meios de contê-la, porque a tropa começa a encostar-se à voz do Povo, e se ela nos falta para conter a fúria dos rebeldes, e a cobiça da plebe sempre pronta a cometer roubos, vereis que o sinal começará pelo monte de S. Januário, os jesuítas serão as primeiras vítimas; a riqueza dos Padres não satisfará sua sede, e esta Cidade vai ser um caos de horrores! Mortes, incêndios, roubos... Oh! como severo me pedirá contas o Senhor Rei de tanta destruição!... E Deus sabe que no fundo do coração detesto a revolta,

apesar do mau governo de Salvador Corrêa de Sá, porque se ele errou com suas medidas, se Thomé Corrêa, mais paisano, que soldado faltando às obrigações de seu cargo e deveres do posto, deixou tomar a revolta o caráter feio que lhe vemos, quer um, quer outro perderam-se por bondade; um, cumprindo sem exame dos meios as ordens da Majestade, o outro, temendo o derramamento de sangue, se para acomodar o popular tumulto empregasse força armada. Louco homem, que não viu correr o sangue de seus concidadãos pela frenética e sanguinária mão da plebe desenfreada e terrível... Mortes, incêndios, roubos... E eu Governador desta muito leal Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro...

E Agostinho Barbalho calou-se; tinha o rosto contraído, e a respiração afadigada; suas mãos descarnadas apertavam com força o punho da espada, que por acaso tinham encostado no leito:

— Sabeis, continuou ele, sabeis vós senhora o que diz o Povo de mim? Que o atraíçoei, ligando-me com os Sás!... Sabeis o que diz Salvador Corrêa de Sá e Benavides! Que aquele acaso da voz comum que me elegeu, foi direção minha, e que o afã, que é mostrado pela conservação da ordem é cálculo para que em vez do castigo me premie o Senhor Rei... E então?! Não choreis vosso marido! Ele é rebelde, e se for castigado, fica-lhe a consolação de que seu intento foi reconhecido por todos, que uns o louvam, e outros o castigam; porém eu...

— Esperemos, disse a mulher de Jerônimo Barbalho com uma voz que bem mostrava ser seu esperar sem esperança.

— Esperemos... Esperemos pela facção dos de Estevaes, malditos irmãos, que nasceram para horror da humanidade, e castigo desta cidade! Esperemos pela facção dos dois Procuradores...

— Quem vos trouxe essa carta minha? Interrompeu a mulher do caudilho.

— Um arcabuzeiro, senhora.

— E não vos falou de minha parte um judeu, Mestre Abraham?

— Mandei-o preso por suspeito; suas palavras desarranjadas, sua obstinação por falar-me fez com que a guarda desconfiasse dele, e prenderam-no: vinha ele de vossa parte.

— Trazia-vos a notícia de que os dois irmãos Estevaes estão presos...

— Ainda nos fica a Câmara, Jerônimo, e os dois Procuradores, ultimamente nomeados; ainda nos fica o Povo já pouco dócil aos mandados dos chefes da revolta; ainda nos fica a tropa, acrescentou o Governador em voz mais baixa, a tropa, mal paga, e mal vestida! As fintas, que Salvador Corrêa lançou para pagar-lhe alborotaram o Povo, que as não pagou, e há de revoltar a soldadesca, porque não pode cobrar-se com que pagar-lhe; o ouro que vosso marido tem gasto em seduzir homens para o motim chegava para contentá-los até providenciar-se; porém Jerônimo Barbalho, a quem um mês antes de rebentar o motim propus tão assinalado serviço, respondeu-me de tal forma, que bem compreendi seus desejos... Sou talvez criminoso porque não sacrifiquei sua loucura à tranqüilidade de tantos...

— Denunciando-o? Interrompeu a mulher do caudilho.

— Era um só que sofria, senhora!

— Tendes razão, tornou ela levantando-se, era ele só quem sofria, éramos nós também, eu e minha filha; porém, ninguém mais havia de sofrer: depois, o castigo da tentativa seria menor, talvez do que aquele que o espera no fim da revolta, que sabe Deus quando será.

— Não vai longe, senhora, não vai! Porém revesti-vos de coragem, que se sofreis enquanto ela dura, mais tereis de sofrer quando lhe chegar o termo, e eu que vos serei companheiro no desgosto e trabalhos. Não vades para vossa casa, que não estareis aí segura; ide para a minha roça, que ficareis longe dos horrores...

— Perdoai-me, se recuso vosso oferecimento; porém, é meu dever ficar... O que é a resignação se nos furtamos à desgraça?... Jurei na presença de Deus partilhar sua sorte boa ou má terei forças para sustentar meu juramento... Só vos peço que dos acontecimentos de amanhã me mandeis relação fiel: vós sabeis se terei ânimo para ouvi-la. Outra coisa, mandai soltar Mestre Abraham, porque não esteja pai e filha em ferros por servir-nos; a filha em mão dos revoltosos, indo por mandado meu reconhecê-los; o pai, que vos mandava com notícias, também e por nós mesmo preso: talvez que sua cabeça meio desarranjada, se perdesse inteiramente... Quantos males poderiam ter sido remediados com os sofrimentos de um, de três entes...

A noite passava demorada para uns, e veloz para outros; em frente do Hospício a multidão dos rebeldes, que à medida que

fugia a noite engrossava prodigiosamente, estendia-se, alargava-se e retorcia-se para tornar a estender-se, a alargar-se e a retorcer-se subitamente em uma das extremidades do largo ouviram-se uns gritos agudíssimos, e toda a multidão voltou-se para esse lado, depois abalou-se para junto da cruz, formando um só e grande grupo, do interior do qual continuavam a sair os gritos e gemidos.

— Que morra nos tratos, se não quiser confessar! Clamava enfurecido Jerônimo Barbalho; que vale uma judia?! Confesse, ou morra!

— Esperai lá! Disse uma voz do meio da turba; esperai, que não se mata assim uma mulher do Povo diante dele mesmo, sem que se saibam seus crimes.

A multidão abriu-se para deixar passar o ferreiro Brás Safim, que com sua ameaçadora chuça fazia partes de baliza em frente do regimento.

— É isso! Murmuravam todos; a judia é uma mulher do Povo; é judia, mas ainda assim é uma mulher do Povo, e por isso queremos ouvi-la.

— Que veio ela fazer aqui entre nós?! Disse Jerônimo Barbalho encruzando os braços com mal sufocada raiva; terei eu sempre de mover minhas passadas ao vozear da plebe!!... Vós sois como as crianças, e deveis ser tratados como cães... Trateai-a, que nós temos necessidade de saber por miúdo os mistérios do cavaleiro da máscara, trateai-a!!

— Ides mal com isso, senhor cavaleiro, retrucou o ferreiro; ides mal porque essa mulher nada sabe, eu respondo por ela: não vos contei eu que esta rapariga nos denunciou o cavaleiro da máscara? Continuou Brás Safim desatando dos dedos de Ruth uns ferros, que quase lhe haviam quebrado; mal fizestes, senhor cavaleiro, e se ele não fora em vossos desejos de beneficiar o Povo, havíeis de responder por ele... Olá, quanto achais vós outros que valem as mãos desta rapariga? Vede que eram sua única fortuna, eu o sei porque dia e noite a via trabalhar... Vede lá quanto valem suas mãos, que de hoje em diante não poderão mais trabalhar?

— Valem...

— Valem...

— Podem valer...

— Hein? Podem valer... Valem, valem quatrocentos cruzados, que nós hoje lhe daremos, e mais vinte cruzados por ano de que lhe fez mercê este cavaleiro, disse Brás Safim.

— Duzentos cruzados! Disse Jorge Ferreira Bulhão.

— Quatrocentos!... Disse Jerônimo Barbalho, que compreendeu o pensamento do companheiro; mais vinte por ano... Acrescentou voltando-se para o ferreiro; julgais que se fiz mal o não haja reparado?

— Sois um cavalheiro popular, Jerônimo Barbalho; e amanhã vos mostrarei eu, Brás Safim, como é que um ferreiro sabe agradecer o caso que se faz de seus ditos. O Povo não sabe governar, como querem os dois de Estevas; a Câmara só, não sei se fará como Agostinho Barbalho; só os Procuradores, quem sabe o que farão eles? Todavia o que vós disserdes, isso se há de fazer.

— Mas sem exame... Replicou um licenciado, com tensão de estropiar um pedaço de latim de Tácito, ou de Salustio.

— Sem nós sabermos... Disseram alguns.

— E que diabos sabemos nós?! Bradou Brás Safim; sabemos, eu malhar sobre o ferro; tu, levantar e abaixar os remos de tua barca...

— Mas aí estão outros...

— Também aí está esta chuça para meter nas goelas de algum que está falando por boca de outros, disse o ferreiro voltando-se para o lado, onde estava Lucas da Silva; o dia vai aparecendo, vede vós se começais com voltas, e que os arcabuzeiros nos apanhem um a um... Ouvi! Continuou ele estendendo o pescoço como quem escuta, e apontando, ouvi, que os temos perto.

E com efeito o toque da alvorada veio interromper Brás Safim; o dia começava de abrir-se pouco e pouco; um dia formoso, como esquecendo-se o céu do que ia passar-se na terra.

— Para o largo em frente da Câmara! Bradou Jerônimo.

— Em frente da Câmara! Disseram muitos; e todos sem ordem para lá se dirigiram, marchando na dianteira o ferreiro, seguido pelos amigos, que sem grande exame tinham tomado voz por Jerônimo Barbalho. Logo atrás iam os descontentes para observá-los de perto; depois os indiferentes aos dois, ou três partidos; e que só pelo desejo tão natural e inseparável da plebe de verem coisas novas, caminhavam; atrás finalmente os que esperavam, colher a

rede que os pequenos lançavam, costume antigo e que passará por todas as gerações sem alteração alguma. Os arcabuzeiros começaram também a mover-se no mesmo sentido, e quando passaram perto do Hospício a judia sentada nos dois degraus do cruzeiro, levantou-se e caminhou para eles.

— Saí de diante! Bradou o Mestre do terço que os comandava.

E a judia, com as mãos escorrendo sangue, fazia sinal para que parassem, presa a voz na garganta prodigiosamente inchada e negra.

— É a moça, que nos trouxe as ordens do cavaleiro ao adro, disse um soldado.

— E como eles pagam a quem os serve! Disse outro, quiseram esganá-la para que não desse com a língua nos dentes: se houvesse, quem me imitasse, largava as armas!

— Eu, e nós todos! Quanto nos pagam por isso? Nada; pois tanto recebemos nós por trazê-las às costas.

A revolta da tropa começava na vanguarda; o comandante vendo que as repreensões dariam a conhecer aos outros o motivo da desordem das primeiras filas, dá ordem para carregar as filerias da retaguarda; e sem que deixasse um segundo entre a primeira e segunda ordem, manda contramarchar, embocando o caminho, que levava o cavaleiro da máscara por junto da Igreja do Hospício tirando dos olhos dos soldados o espetáculo triste da pobre Ruth.

A aurora afogueava o horizonte, o sol ia nascer para alumiar a cidade rebelde; em frente dos Paços da Câmara toda a multidão dos revoltosos silenciosa e queda esperava talvez um sinal para como uma mina rebentar em estragos e mortes.

Capítulo XI

Pode asseverar-se sem receio de engano, que quase todos os habitantes desta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro foram complicados na revolução de 1660, uns por se unirem ao primeiro movimento sedicioso, e estes foram muitos; outros, porque não manifestaram seus sentimentos de simpatia pela causa popular, e por isso alcunhados e reconhecidos por inimigos, perseguidos e odiados; enfim, aqueles que julgavam boas as medidas vexatórias e opressivas de Salvador Corrêa de Sá e Benavides, e estes foram bastantes.

Historiando os acontecimentos dessa época é nosso dever destruir parte do ferrete, que pesa sobre os nomes que figuram em tais acontecimentos; sem criminar Salvador Corrêa, ilustre por muitos títulos, sem louvar o espírito revolucionário, que tantas vezes por esses tempos manifestou o povo do Rio de Janeiro, já contra os governos civis, já contra os eclesiásticos, podemos todavia afirmar que o movimento popular de 1660, criminoso porque não havia no povo direito para tais excessos, que esse movimento teve causa principal nas tiranias de Salvador Corrêa, e não em particulares ódios e vinditas, como o mesmo General em cartas representou ao seu soberano, depois de ter fim a revolta: depostos os Vereadores, que o povo escolhera; quando no Limoeiro em Lisboa depois de quatro anos gemiam ainda os conspiradores em apertados ferros, lembra-se a Câmara do Rio de Janeiro, Câmara imparcial porque servia com novo Governador, e na qual não figurava um só nome dos que na revolta foram primeiros, lembra-se a Câmara de 1666 de escrever ao Rei dizendo-lhe que não se julgara a bem do país e felicidade do povo a continuação do serviço do General Salvador Corrêa de Sá, representando-lhe a miséria em que viviam por efeito dos ódios e vinganças do Governador, que aproveitando-se da distância os oprimia com o furor de suas paixões, lembrar-se ela de

fazer semelhante representação era mister que lhe assistisse todo o atrevimento da desesperação e toda a justiça; sabe-se o que foram Governadores e Vice-Reis nas conquistas e governos da Ásia, África e América: Vice-Rei, só um saiu de Portugal, e esse não veio infelizmente para o Brasil, foi D. João de Castro, o pai do povo! Salvador Corrêa foi muitas vezes injusto; valente e cavaleiro, generoso e fiel; porém, cegou-o muito aquele desejo de servir o Rei em prejuízo dos vassallos, e não lhe será desdoiro para a memória o que vamos dizendo, porque este defeito tiveram-no muitos, e muitos o tem, fazendo executar sem réplica medidas, que o soberano desaprovava mesmo havendo-as ordenado, se eles ministros exequentes quisessem dar-se ao trabalho de informar a impossibilidade de sua execução... Porém continuemos nossa história.

Eram dez horas da manhã do dia 8 de Fevereiro do ano do Senhor 1661; aberta de par em par a larga porta da casa da Câmara; e os Vereadores silenciosos em seus assentos, e o Povo junto e apinhado em frente da porta e cerca da casa quedo, e mudo; e eram dez horas do dia 8 de Fevereiro, que para tantos devia de ser mau, para todos! Cá no meio do largo, no coração da turba, Jerônimo Barbalho Bezerra e o ferreiro Brás Safim, um com palavras, outro com atrevimentos e gestos significativos revolviam a multidão; de quando em quando, o caudilho alongava o pescoço e a vista por sobre aquele montão de cabeças, desconfiado e satisfeito com a ausência dos dois irmãos de Esteves; depois voltava-se para o ferreiro e dizia:

— Eles não vêm meu amigo...

— Eles não vêm! Repetia Brás Safim voltado para o Povo: atraíçoaram-vos covardemente dois homens... Dois homens do povo! Que vos dizia eu antes de nascer o sol? Os dois de Esteves vendem-se por dinheiro, e não terão escrúpulo de vender-vos a vós outros que tanto encareceis sua vontade de servir a causa popular... Aí tendes verificadas minhas palavras! E olhai o que vos digo agora... Os dois de Esteves venderam-se, e venderam- vos aos tiranos.

— Então que faremos?! Bradou a multidão conchegando- se para ouvir.

— *Salus populi suprema lex!* Bradou o Licenciado Diogo Mendes, levantando-se sobre as costas de um homem...

— E verdade! Disse o ferreiro caminhando para o lugar onde estava o orador, mas encontrando com tal violência, quantos encontrava em caminho, que a tribuna e o tribuno foram por terra; é verdade o que dizeis, senhor Licenciado, apesar de não saber eu o que quer dizer o vosso latim; porém escolheste má ocasião de vir arengar entre nós, quando tratamos de remediar danos, que nos causam. Se não sois bem alto, para que quereis falar ao povo, pesando sobre o povo?! Se começamos a servir-vos de escada, ou púlpito aqui na praça...

— Mestre Brás Safim, interrompeu o Licenciado, vós deixastes de ser do Povo, servindo nobres...

— Viva Deus, que estou fidalgo, senhor Diogo Mendes! Mais olhai esta mão é de ferreiro sempre...

E o Licenciado rojou pelo chão com os dentes quebrados, e cheio de sangue.

— Olhai, continuou o ferreiro, quando alguém quer dizer a um popular que ele tem razão de sacudir a miséria que lhe faz pesar sobre as costas o mau governo do General, fala-lhe na sua língua; e não lhe vem com *salus populi*, que ele não entende; porque, ninguém me tira cá isto da cabeça, e vem a ser que se alguém me fala de maneira que não posso entendê-lo, vai com intenção de enganar-me: que dizeis vós outros?

— De que nos serve o latim do Licenciado?! Disse um.

— Não há de ser esse togado quem nos livre dos impostos sobre o vinho, porque o não bebe em quantidade, disse outro.

— Pois então acabemos de esmurrar-lhe os narizes para não vir meter-se entre nós? Replicou um terceiro, chegando-se do Licenciado.

— Alto lá! Bradou o Mestre Brás; deixai-o ir que não vai mal convidado.

— Mas, a que viemos nós?! Perguntaram alguns dentre a multidão.

— A tirar o governo das mãos de Agostinho Barbalho Bezer-
ra, que não quer ser mais Governador por nomeação do Povo, mas sim pela de Salvador Corrêa! Vede que é o ferreiro Brás Safim quem vos fala, e não um traidor como o é Fausto de Esteves e seu irmão; porém vede que se Agostinho Barbalho continua a governar com a

voz do General, há de meter-nos a todos na cadeia, porque tendo sido do motim por ficar bem com os seus pagaremos nós outros as custas deste pleito, em que vamos de tirar aos grandes o direito em que estão de nos empobrecer.

— Pois sim, Mestre; porém que faremos? Perguntaram de novo.

— Esperai, esperai? Ali está o senhor cavaleiro, que, aqui para nós, não se parece nada com os seus soberbos; ali está o senhor Jerônimo Barbalho concertando o mandado e resolução de nós outros o Povo, pelo qual não teremos mais nada com Agostinho...

— E quem será que nos governe? Bradou a multidão com mal reprimida curiosidade.

— Algum nobre, que faça o mesmo que Agostinho Barbalho; algum do Povo, que não saiba onde tem os narizes?! Isso seria de uma cabeça como a vossa; esperai, que sereis satisfeitos, quem o diz, sou eu Brás Safim...

— Mestre, olhai que vos chama o cavaleiro, disse um dos populares.

E o ferreiro foi rompendo por meio da multidão até onde estava Jerônimo Barbalho, que chegando-se junto dele leu em meia voz um papel. Brás Safim endireitou o barrete sujo e roto, pôs as mãos na cintura, e começou de mancar a cabeça até o fim da leitura.

— É isto, senhor cavaleiro!! Por Santa Maria da Vitória, que um popular não seria capaz de fazer sobre o papel melhores coisas, do que vós... Olá, rapazes! Abri os ouvidos e ouvi o... o...

— Ouvi o mando, que manda o povo desta cidade e seu Recôncavo; leu Jerônimo Barbalho: Hoje 8 de Fevereiro do ano de 1661, o povo junto em frente da casa do Senado da Câmara e com o mesmo Senado juntamente ordena e manda, que Agostinho Barbalho Bezerra, que governa por sua nomeação, deixe de governar desde já; por quanto, em modo de traição disse e fez patente não querer governar pela voz do dito povo, que o exclui e remove da governança...

— Que o Senado venha para ouvir ler o bando! Grita uma voz dentre a multidão.

— Quem foi esse, que veio meter-se em brincos?! Disse o ferreiro com voz carregada e amarga.

— Que o Senado venha, disse Jerônimo Barbalho dobrando o papel; é ele quem convosco ordena... Portanto, que ele venha.

— Não façais caso do que diz esse biltre, senhor cavaleiro!

— Venha o Senado! Tornou Jerônimo; o povo assim o quer...

Faça-se a vontade do povo...

E os vereadores chegaram à porta da Câmara; e Jerônimo Barbalho começou novamente a leitura do papel, até aquelas palavras; disse e fez patente não querer governar pela voz do dito povo, que o exclui, e remove da governança...

— Então?! Bradou o ferreiro: quereis mais alguém para ouvir ler vosso mando?!

E Jerônimo Barbalho continuou a ler:

— Agora o povo nomeia muito de sua vontade e livremente para governá-lo ao Senado da Câmara, que de presente serve, e juntamente os oito Procuradores, que por diferentes vezes, e para diversos misteres tem nomeado.

A multidão pareceu satisfeita com a leitura, e logo o pregoeiro, tomando das mãos do caudilho o bando, correu as ruas da cidade, parando em cada esquina para recitar pausadamente o novo ato arbitrário; o Senado, junto com os procuradores tomaram a si o governo da cidade, e a turba desmanchando-se em magotes correu por toda a parte dando vivas ao Rei, vociferando ameaças contra Agostinho Barbalho, Thomé Corrêa de Alvarenga e Salvador Corrêa de Sá: dia vertiginoso e de alaridos foi esse; porém não correu sangue, porque todos fugiam de levar ao abismo a mal segura Cidade fazendo oposição à torrente ameaçadora. Nesse mesmo dia, por noite, tudo estava quedo e pacífico, de tal sorte, que o estrangeiro que percorresse as ruas desertas e silenciosas mal diria, que eram de uma cidade sem governo porque o poder do Senado era quase nulo, e o de Jerônimo Barbalho contingente.

Assim continuou todo o mês de Fevereiro e o de Março; em princípios de Abril, o Governo da cidade, corpo sem cabeça, máquina, cujas peças mal ajustavam entre si, começou de partir em pareceres diferentes, em diferentes questões, sendo a principal e maior o modo por que impediriam o castigo que os ameaçava; porque cartas da Bahia davam já em caminho a Alçada, que presidida pelo Desembargador Antonio Nabo Pessanha vinha devassar dos

acontecimentos: por outra parte o General Salvador Corrêa, que, como em sua carta aos Vereadores de S. Paulo havia dito, se partira para a Ilha Grande, constava estar já perto da cidade, e bem resolvido a punir severamente os culpados. Os dias sucediam-se e o Senado não dava providências: os Procuradores do povo, que pertenciam à classe baixa haviam como o povo esquecido os sofrimentos e tiranias, com a volta do general e notícias da Bahia; dos quatro da nobreza, só Jerônimo Barbalho, ou como mais atrevido, ou como mais temeroso do justo castigo trabalhava por impedir a entrada do General e Alçada, dispondo-se a receber um e outra na boca dos mosquetes e ponta das lanças: porém o Povo não secundava seus intentos, e a revolta corria a seu fim.

Amanheceu o dia 10 de Abril sobre a cidade ainda rebelde; porém estava muito longe o sol de sua maior altura e já o corpo de Guarda principal, a Torre da Pólvora, as fortalezas de S. Sebastião e Santiago estavam em poder de Salvador Corrêa de Sá e Benavides, desembarcada a gente de mar e formada a Infantaria por ordem do General e Almirante: e assim findou em poucas horas uma revolução que poderia ir mui longe e ter feias conseqüências. Parte da Câmara, quatro Procuradores do povo, e outros muitos, que no motim haviam entrado, foram sem perda de tempo apresentar-se ao General, que os recebeu como a vencidos humilhando-os com palavras descorteses, e duras; de sorte que cada um se foi com a incerteza no coração, esperando uma ordem que os arrebatasse de sua casa para uma fortaleza; o resto dos conjurados havia-se refugiado em S. Francisco, onde a Alçada os foi descobrir e prender, e estes foram os cabeças Jerônimo Barbalho Bezerra, Jorge Ferreira Bulhão, Lucas da Silva e Diogo Lobo Pereira; a Alçada, especialmente enviada à Bahia para sindicar, prendendo os quatro réus e tentando remetê-los para Lisboa, o não pôde fazer a mais de três, ficando nas mãos do vingativo e terrível Salvador Corrêa de Sá e Benavides o caudilho, que teve de responder a um Conselho de Guerra, ou Comissão Militar composta do General Manoel Freire de Andrada, seu irmão o Almirante Francisco Freire, o Auditor e Ouvidor Geral Sebastião Cardozo de Sampaio, presidida por Salvador Corrêa.

Às três horas da tarde desse mesmo dia 10 de Abril de 1661 em casas do General Governador, onde se achavam reunidos, além dos

que compunham a Junta, o Desembargador Antonio Nabo Pessanha, os três réus Lucas da Silva, Diogo Lobo Pereira e Jorge Ferreira Bulhão, as testemunhas Brígida dos Santos, Alonso de Esteves e seu irmão Fausto, a judia Ruth e seu pai Mestre Abraham, compareceu Jerônimo Barbalho Bezerra com seu uniforme de Capitão que era, pálido mas desembaraçado e arrogante; um dos Capitães do Presídio Afonso Gonçalves Mattoso, que servia de secretário da Junta perguntou ao réu, que vinha responder, seu nome, idade, e naturalidade, ao que ele nada respondeu; e depois de feitas outras perguntas, que da mesma forma não tiveram resposta, o General Governador fez interrogar as testemunhas:

— Como vos chamais? Perguntou o Secretário para a primeira, depois que os outros deixaram a sala por ordem de Salvador Corrêa; como vos chamais, e qual é a vossa idade?

— Ruth é o meu nome, e tenho vinte cinco anos feitos.

— Conheceis o cavaleiro Jerônimo Barbalho Bezerra?

— Não o conheço.

— E o réu presente?

— Também não, disse a judia, depois de olhar por bom espaço para o caudilho admirado das respostas de Ruth.

— Em a noite de 7 de Fevereiro deste corrente ano pelas onze horas da noite não fostes presa na Várzea pelos amotinados e levada perante o cabeça de motim, que vos pôs em tratos?

— Tudo isso é verdade; porém não sei se aquele perante quem fui levada era o cabeça do motim.

— Porém não vos ficou desse homem lembrança alguma?

— Nem a mais pequena.

Afonso Gonçalves olhou para o Governador, que mal podendo reprimir a cólera fez sair a testemunha, que as lágrimas da mulher de Jerônimo Barbalho haviam comprado. O judeu Mestre Abraham compareceu perante a junta:

— Como vos chamais? Perguntou o General com voz sufocada.

E o judeu olhou para todos os lados com vista espantada sem proferir uma só palavra. Na porta da sala apareceu um granadeiro que informou da parte do carcereiro que a testemunha havia enlouquecido na cadeia, tendo sido recolhida na noite de 7 de Fevereiro, havendo no dia 8 ordem para soltá-lo, que não se executou. Vieram depois as

três testemunhas Brígida dos Santos, Alonso e Fausto de Estevaes, que sem discrepância narraram todos os passos do caudilho, seus planos e ordens, que ele não contestou, logo que para fazê-lo lhe foi dada faculdade. Mudo e com terrível sangue frio ouviu Jerônimo Barbalho todo o interrogatório; sem perturbar-se, ouviu a exposição de seu crime e das penas que eram impostas aos réus de crimes tais; e se era possível cresceu sua indiferença ao ouvir ler a sentença que o condenava à morte... Porém um tremor convulsivo agitou-lhe todo o corpo, o suor inundou seu rosto coberto de palidez mortal, quando ouviu que sua cabeça iria para o pelourinho... infamante!⁵ Um grito doloroso veio ferir seus ouvidos, e logo sua mulher, e sua filha debatendo-se entre os guardas vieram cair-lhe nos braços desfalecidas; foi então que sua coragem o abandonou de todo, porém um instante, um só instante, porque levantando-se com a mulher sem sentidos em um braço, e pondo a mão sobre a cabeça da filha, que de joelhos o abraçava, pausadamente falou assim para os que o haviam condenado:

— Aquele ódio tão antigo que me tendes, e que vos tenho, Salvador Corrêa de Sá e Benavides, vai acabar-se... Aquela vontade de nos ferirmos mutuamente chegou-me, onde não podia sostê-la... E feri-te!... Um dia... Duas horas... Um instante destruiu a minha obra, e chegou a tua vez: aproveitaste-la, Benavides! E eu vou morrer infamado!!... E pouco para tua ira e vingança ver morrer o inimigo, ver a desesperação de sua família... E pouco, homem justo! Queres também a sua vida além do túmulo na terra, e se puderas vinganças no outro mundo, nem lá poderia escapar-te. Mas olha, tu me feres em minha família com a infâmia, e Deus há de vingar-me na tua!... Esses que tu serves cegamente hão de pagar-te com castigos o mal que fazes ao povo, e no fim de teus dias verás escurecer tua glória e feitos sangrentos com a prisão e o desterro, e então chorarás o mal sem remédio. De nós outros só me queixo, porque como meninos nos

⁵ Lê-se, em algumas memórias, que Jerônimo Barbalho fora preso e remetido para Lisboa, onde morreu em prisão; porém de uma carta de Salvador Corrêa, em que notícia ao soberano os acontecimentos, que levamos referidos, vê-se, claramente, que foi executado aqui no Rio de Janeiro. Baltazar da Silva Lisboa, em seus *Anais*, diz que Agostinho Barbalho fora preso, e falecera no cárcere, o que também é menos exato, porque a Carta Régia de 19 de Maio de 1664 o nomeia Administrador das Minas de Paranaguá, e como mercê dos serviços prestados na revolução.

deixais levar pela vontade de um tirano; eu antes, em vez de queixar-me, desprezo-vos, porque desonrais o ser de homens consentindo que outros pensem por vós!! Olá guardas! Continuou ele sustendo nos braços a mulher ainda desmaiada, levai-a... Esta primeira vítima do implacável ódio de vosso amo, não vos dará talvez mais trabalho, do que este... E o céu me ouça para furtá-la a maiores dores...

Depois voltando-se e dando com os olhos na filha:

— Miséria e infâmia para ti, pobre inocente, eis o que te herda teu pai!... Oh! que se tu foras homem, o sangue de Jerônimo Barbalho Bezerra não seria derramado impunemente por covardes e miseráveis... Se tu foras homem, se eu te pudesse encarregar... Mas, se o foras não cairias hoje vítima desses monstros?... Levai-a, também!...

E sentou-se; morno silêncio reinava entre todos; Salvador Corrêa tão pálido como o condenado, procurava na mente qual seria a primeira palavra, que de seus trêmulos lábios saísse: pesavalle o rigor da Lei, que levava ao cadafalso Jerônimo Barbalho, menos por ele, a quem aborrecia, do que pela triste mulher e filha, cujo espetáculo de dor havia quase enternecido; os outros juizes esperavam uma palavra do Governador para perdoar ao réu os crimes, que a irreflexão praticara: porém, era preciso um exemplo, e Salvador Corrêa tenaz em seu primeiro aviso, deu ordem para que a execução se fizesse na mesma tarde.

Às cinco horas, pouco mais ou menos, foi fuzilado nesta Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro o Capitão Jerônimo Barbalho Bezerra, chefe e motor principal da revolta de 1660; sua cabeça, como ordenava a sentença, colocou-se no pelourinho por três dias.

Os outros três réus, remetidos para a Bahia e daí para Lisboa, foram perdoados pela Carta Régia de 6 de Fevereiro de 1667, menos Jorge Ferreira Bulhão, que morreu na cadeia do Limoeiro.

E assim findou esta revolução, que prometia ir mui longe, e ter sérias conseqüências.

Tem acontecido muitas vezes tornar-se um pouco fastidiosa a narração de nosso Romance por causa da prisão que nos fez a

verdade histórica; não só porque é esta a nossa primeira composição neste gênero, mas porque sendo também este o primeiro Romance Histórico publicado no Brasil, modelos que nos guiassem só os pudemos encontrar estranhos: é leve desculpa, bem sabemos, porém, não deve haver indulgência para aquele que primeiro trilha um dos ramos da literatura, que nem sequer ensaios terá apresentado? Todavia ei-lo aí exposto à crítica; só uma coisa diremos de nós, e é que em português vai ele escrito.

Este livro foi editorado em
Minion Pro e Korinna BT, corpo 8-24.
Miolo em papel pólen soft 80g;
capa em cartão supremo 250g.
Sistema de impressão *offset*.

Este livro, defendido, em 1992, como tese de concurso para a titularidade em Literatura Brasileira, na Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, foi escrito a partir da convicção, nada ingênua, de que a imaginação crítica é uma poderosa máquina simbólica. [...] *Algaravia* é um ensaio de anacronismo deliberado. Não busca a nação como forma, mas a nação como processo de metamorfose.

Raúl Antelo

